

As Opiniões e as Crenças

Gustave Le Bon

Apresentação

Gustave Le Bon (1841-1931) foi o fundador da Psicologia Social.

Escreveu inúmeras obras, dentre as quais se destacam: “A psicologia das multidões”. “A psicologia do socialismo”, “A psicologia das revoluções”.

Apresentamos um dos grandes trabalhos: “As opiniões e as crenças”. Dificilmente se poderia estudar temas como: teoria do conhecimento, ideologia, religiões, superstições, comportamento das massas, propaganda, persuasão sem estudar e se apoiar em Le Bon.

Em “As opiniões e as crenças”, depois de discutir os recursos metodológicos de análise da Psicologia, Le Bon explica o papel do prazer e da dor, para então avaliar as características do consciente e inconsciente. De forma brilhante, apresenta as várias formas de lógica: biológica, afetiva, coletiva, mística e racional.

Dai em diante, passa a analisar as opiniões e crenças, sua gênese, desenvolvimento, transformação, propagação. Não deixa de discutir a morte das crenças.

É uma obra de incrível atualidade; talvez tenham conseguido aprofundá-la, superar ainda não.

Nélson Jahr Garcia

Livro I

Os Problemas da Crença e do Conhecimento

Capítulo I — Os Ciclos da Crença e do Conhecimento

1. As dificuldades do problema da crença

O problema da crença, por vezes confundido com o do conhecimento é, entretanto, muito distinto dele. Saber e crer são coisas diferentes, que não têm a mesma gênese.

Das opiniões e das crenças deriva, com a concepção da vida, o nosso modo de proceder, e por conseguinte a maior parte dos acontecimentos da história. Elas são, como todos os fenômenos, regidas por certas leis, mas essas leis não estão ainda determinadas.

O domínio da crença sempre pareceu repleto de mistérios. É por isso que os livros sobre as origens da crença são tão pouco numerosos, ao passo que são inúmeros os que se referem ao conhecimento.

As raras tentativas empreendidas no sentido de elucidar o problema da crença bastam, aliás, para mostrar que ele tem sido pouco compreendido. Aceitando a velha opinião de Descartes, os autores repetem que a crença é racional e voluntária. Um dos objetivos desta obra será precisamente mostrar que ela não é voluntária nem racional.

A dificuldade do problema da crença não havia passado despercebida ao grande Pascal. Em um capítulo relativo à arte de persuadir, ele justamente observa que os homens “são quase sempre levados a crer, não pela prova, mas pelo agrado”. “Mas”, acrescenta ele, “a maneira de agradar é incomparavelmente mais difícil, mais sutil, mais útil e mais admirável: assim, se disso não trato, é porque não sou capaz de fazê-lo; e sinto-me de tal modo incapaz que julgo ser inteiramente impossível”.

Graças às descobertas da ciência moderna, pareceu-me possível o problema perante o qual Pascal recuara.

A sua solução dá-nos a chave de muitas questões importantes. Como, por exemplo, se estabelecem as opiniões e as crenças religiosas ou políticas? Por que se observam, simultaneamente, em certos espíritos, ao lado de elevadíssima inteligência, superstições muito ingênuas? Por que é tão fraca a razão para modificar as nossas convicções sentimentais? Sem uma teoria da crença, essas questões e muitas outras ficam insolúveis. Somente com o auxílio da razão, não poderiam ser explicadas.

Se o problema da crença tem sido tão mal compreendido pelos psicólogos e pelos historiadores, é porque eles têm tentado interpretar com os recursos da lógica racional fenômenos que ela jamais regeu. Veremos que todos os elementos da crença obedecem a regras lógicas muito seguras, porém inteiramente alheias às que são empregadas pelo sábio nas suas investigações.

Esse problema atraiu-me constantemente a atenção desde que iniciei os meus estudos históricos. A crença se me afigura ser, na realidade, o principal fator da história. Como, porém, poderiam ser explicados fatos tão extraordinários qual as fundações de crenças, que determinam a criação ou o desaparecimento de civilizações pujantes?

Tribos nômades, perdidas no fundo da Arábia, adotam uma religião que um iluminado lhes ensina, e graças a ela fundam, em menos de cinquenta anos, um império tão vasto quanto o de Alexandre, ilustrado

por uma esplêndida manifestação de maravilhosos monumentos.

Poucos séculos antes, povos semibárbaros se convertiam à fé pregada por apóstolos que vinham de obscuros lugares da Galileia, e sob a luz regeneradora dessa crença, o velho mundo desabava, substituído por uma civilização inteiramente nova, de que cada elemento permanece impregnado da lembrança do Deus que o originou.

Cerca de vinte séculos mais tarde, a antiga fé é abalada, estrelas luminosas surgem no céu do pensamento, um grande povo se subleva, pretendendo romper os elos do passado. A sua fé destruidora, porém possante, confere-lhe, a despeito da anarquia em que essa grande Revolução o submerge, a força necessária para dominar a Europa armada e atravessar vitoriosamente todas as suas capitais.

Como se explica esse estranho poder das crenças? Por que se submete o homem, subitamente, a uma fé que ignorava na véspera, e porque o eleva ela tão prodigiosamente, acima de si mesmo? De que elementos psicológicos surgem esses mistérios? É o que procuraremos elucidar.

O problema do estabelecimento e da propagação das opiniões, e sobretudo das crenças, apresenta aspectos tão maravilhosos que os sectários de cada religião invocam a sua origem e a sua difusão como provas de uma procedência divina. Observam também que essas crenças são adotadas a despeito do mais evidente interesse daqueles que as aceitam. Compreende-se, por exemplo, sem dificuldade, que o Cristianismo se haja propagado facilmente entre os escravos e todos os deserdados, ao quais prometia uma felicidade eterna. Mas, que forças

secretas podiam determinar um cavalheiro romano, um personagem consular, a despojar-se dos seus bens e afrontar vergonhosos suplícios, para adotar uma religião nova e vedada pelas leis?

Seria impossível evocar a fraqueza intelectual dos homens que voluntariamente se submetiam a tal jugo, porquanto, desde a antiguidade até aos nossos dias, se têm observado os mesmos fenômenos nos espíritos mais cultos.

Uma teoria da crença pode unicamente ser viável quando fornece a explicação de todas essas coisas. Deve, sobretudo, fazer compreender como sábios ilustres e reputados pelo seu espírito crítico aceitam lendas cuja infantil ingenuidade desperta o sorriso. Facilmente concebemos que Newton, Pascal, Descartes, vivendo num meio social saturado de certas convicções, sem discussão aí tenham admitido, como admitiam as leis inelutáveis da natureza. Mas como, nos nossos dias, em meios sobre os quais a ciência projeta tanta luz, não se acham essas mesmas crenças inteiramente desagregadas? Por que as vemos nós, quando por acaso se desagregam, originar outras ficções, maravilhosas, como prova a propagação das doutrinas ocultas, espirituais etc., entre sábios eminentes? A todas essas perguntas deveremos, igualmente, responder.

2. Em que a crença difere do

conhecimento

Procuramos primeiramente precisar o que constitui crença e em que ela se distingue do conhecimento. Uma crença é um ato de fé de origem inconsciente, que nos força a admitir em bloco uma ideia, uma opinião, uma explicação, uma doutrina. A razão é alheia, como veremos, à sua formação. Quando ela tenta justificar a crença, esta já se acha formada.

Tudo quanto é aceito por um simples ato de fé deve ser qualificado de crença. Se a exatidão da crença é verificada mais tarde pela observação e a experiência, cessa de ser uma crença e torna-se um conhecimento.

Crença e conhecimento constituem dois modos de atividade mental muito distintos e de origem muito diferentes: A primeira é uma intuição inconsciente provada por certas causas independentes da nossa vontade; a segunda representa uma aquisição consciente, edificada por métodos exclusivamente racionais, tais como a experiência e a observação. Foi somente numa época adiantada da sua história que a humanidade, imersa no mundo da crença, descobriu o conhecimento. Quando aí se penetra, reconhece-se que todos os fenômenos atribuídos outrora às vontades de seres superiores se apresentavam sob a influência de leis inflexíveis.

Pela simples circunstância de que o homem se iniciava no ciclo do conhecimento, todas as suas concepções do universo se transformaram.

Mas, nessa nova esfera, não foi ainda possível penetrar muito longe. A ciência reconhece cada dia que nas suas descobertas há muitas coisas desconhecidas. As realidades mais precisas ocultam mistérios. Um mistério é a alma ignorada das coisas.

A ciência se acha ainda envolta nessas trevas e, atrás dos horizontes que ela atinge, outros aparecem, perdidos num infinito que parece recuar sempre.

Nesse grande domínio, que nenhuma filosofia pode ainda elucidar, jaz o reino dos sonhos, repleto de esperanças que nenhum, raciocínio poderia destruir. Crenças religiosas, crenças políticas, crenças de toda espécie aí haurem uma força ilimitada. Os fantasmas-temidos que o habitam, são criados pela fé.

Saber e crer permanecerão sempre como coisas distintas. Ao passo que a aquisição da menor verdade científica exige enorme labor, a posse de uma certeza baseada unicamente na fé não pede nenhum trabalho. Todos os homens possuem crenças; muito poucos se elevam até ao conhecimento.

O mundo da crença possui a sua lógica e as suas leis. O sábio tem sempre tentado em vão penetrar nessa esfera com os seus métodos. Ver-se-á nesta obra porque perde ele todo o espírito crítico, quando se insinua no ciclo da crença e aí se vê somente perante as mais falazes ilusões.

3. Papéis respectivos de crença e do conhecimento

O conhecimento constitui um elemento essencial da civilização, o grande fator dos seus progressos materiais. A crença orienta os pensamentos, as opiniões e, por conseguinte, a maneira de proceder.

Supostas, outrora, de origem divina, as crenças eram aceitas sem discussão. Sabemos hoje que provem delas mesmas, e isso não obsta que ainda se imponham. O raciocínio influi, em geral, tanto nas crenças como na fome ou na sede. Elaborada nas regiões subconscientes a que a inteligência não poderia chegar, uma crença se implanta no espírito, mas não se discute

Essa origem inconsciente e, portanto, involuntária das crenças torna-as muito fortes. Religiosas, políticas ou sociais, têm sempre desempenhado na história um papel preponderante.

Quando se generalizam, constituem pólos atrativos, em torno dos quais gravita a existência dos povos de uma civilização. Claramente se qualifica a civilização, dando-lhe o nome da fé que a inspirou. Civilização búdica, civilização muçulmana, civilização cristã são designações muito justas, porquanto, ao tornar-se um centro de atração, a crença se transforma num centro de deformação. Os vários elementos da vida social: filosofia, artes, literatura, modificam-se para que a ela se possam adaptar.

As únicas verdadeiras revoluções são as que despertam as crenças

fundamentais de um povo. Têm sido sempre muito raras. Ordinariamente, só o nome da convicção se transforma; a fé muda de objeto, mas nunca morre.

Não poderia morrer, pois a necessidade de crer constitui um elemento psicológico tão irredutível quanto o prazer ou a dor. A alma humana tem aversão à dúvida e à incerteza. O homem atravessa, por vezes fases de ceticismo, mas nelas não se detém longamente; sente a ânsia de ser guiado por um credo religioso, político ou moral que o domine e lhe evite o esforço de pensar. Os dogmas, que se dissipam, são sempre substituídos. A razão nada pode contra essas indestrutíveis necessidades.

A idade moderna contém tanta fé quanto tiveram os séculos precedentes. Nos novos templos pregam-se dogmas, tão despóticos quanto os do passado, e eles contam fiéis igualmente numerosos. Os velhos credos religiosos que outrora escravizavam a multidão, são substituídos por credos socialistas ou anarquistas, tão imperiosos e tão pouco racionais como aqueles, mas não dominam menos as almas. A igreja é substituída muitas vezes pela taverna, mas aos sermões dos agitadores místicos que aí são ouvidos, atribui-se a mesma fé.

Se a mentalidade dos fiéis não tem evoluído muito desde a época remota em que, às margens do Nilo, Isis e Hathor atraíam aos seus templos milhares de fervorosos peregrinos, é porque, no decurso das idades, os sentimentos, verdadeiros alicerces da alma, mantêm a sua fixidez. A inteligência progride, mas os sentimentos não mudam.

A fé num dogma qualquer é, sem dúvida, de um modo geral, apenas uma ilusão. Cumpre, contudo, não a desdenhar. Graças à sua mágica pujança, o irreal torna-se mais forte do que o real. Uma crença aceita dá a um povo uma comunhão de pensamentos de que se originam a sua unidade e a sua força.

Sendo o domínio do conhecimento muito diverso do terreno da crença, opô-los um ao outro é inútil tarefa, embora diariamente tentada.

Desprendida cada vez mais da crença, a ciência mantém-se, no entanto, ainda impregnada dela. Em todos os assuntos mal conhecidos, como, por exemplo, os mistérios da vida ou da origem das espécies, ela lhe é submissa, as teorias que nesses assuntos se aceitam, são meros artigos de fé, que só têm em seu favor a autoridade dos mestres que as formularam.

As leis que regem a psicologia da crença não se aplicam somente às grandes convicções fundamentais, que deixam uma marca indelével na trama da história. São também aplicáveis à maior parte das nossas opiniões quotidianas relativamente aos seres e às coisas que nos cercam.

A observação mostra que, na sua maioria, essas opiniões não têm por sustentáculos elementos racionais, porém elementos afetivos ou místicos, em geral de origem inconsciente. Se nós as vemos discutidas com tanto ardor, é precisamente porque elas pertencem ao domínio da crença e são formadas do mesmo modo. As opiniões representam geralmente pequenas crenças, mais ou menos transitórias.

Seria, pois, um erro supor que se sai do terreno da crença, quando se renuncia às convicções ancestrais. Teremos ensejo de mostrar que, as mais das vezes, ainda mais se aprofundou nesse domínio.

Sendo as questões suscitadas pela gênese das opiniões da mesma natureza que as relativas à crença, devem ser estudadas de modo análogo. Muitas vezes distintas nos seus esforços, crenças e opiniões pertencem, no entanto, à mesma família, ao passo que o conhecimento faz parte de um mundo inteiramente diverso.

Vemos a grandeza e a dificuldade dos problemas tratados nesta obra. Neles pensei, durante anos, em vários pontos da terra, ora contemplando esses milhares de estátuas erigidas, há 80 séculos, à gloria de todos os deuses que encarnaram os nossos sonhos; ora, perdido entre as gigantescas pilastras dos templos de estranhas arquiteturas, refletidos nas águas majestosas do Nilo ou edificadas às margens tortuosas do Ganges. Como se admirariam essas maravilhas, sem pensar nas forças secretas que as fizeram, surgir do nada, donde nenhum pensamento racional as teria podido originar?

Como os acasos da vida me levaram a explorar ramos bastante variados da ciência pura, da psicologia e da história, pude estudar os métodos científicos que determinam o conhecimento e os fatores psicológicos geradores das crenças. O conhecimento e a crença, eis toda a nossa civilização e toda a nossa história.

Capítulo II — Os Métodos de Estudo da Psicologia

Para constituir-se, a psicologia recorreu, sucessivamente a vários métodos. Não teremos ocasião de utilizá-los no estudo das opiniões e das crenças. O seu simples resumo mostrará que eles somente podiam fornecer muito poucos elementos de informação às nossas pesquisas.

Método de introspecção

O mais antigo método psicológico, o único praticado durante muito tempo, foi o que se denomina de introspecção. Encerrado no seu gabinete de estudos e ignorando voluntariamente o mundo exterior, o pensador refletia em si mesmo e com os resultados das suas meditações fabricava grossos volumes. Hoje, já não acham leitores.

O último século assistiu ao despertar de métodos mais científicos, sem dúvida, porém não mais fecundos. Eis a sua enumeração:

Método psicofísico

No seu início, esse método todo, que introduzia medidas físicas em psicologia, parecia possuir um grande futuro: descobriu-se, porém, rapidamente, que o seu domínio era limitado. Essas medidas só se

aplicavam a fenômenos elementares: velocidade do agente nervoso, tempo necessário para os movimentos reflexos, relação logarítmica entre a excitação e a sensação, etc. Tratava-se, na realidade, de operações psicológicas, da qual a psicologia pode tirar apenas um partido diminuto.

Método das localizações cerebrais

Consistia em procurar a alteração das locuções psicológicas correspondentes a certas lesões nervosas artificialmente provocadas. Julgou-se poder assim estabelecer uma multidão de localizações. Elas estão quase inteiramente abandonadas hoje, mesmo as que, ao princípio, pareciam mais bem estabelecidas, como os centros da linguagem e da escrita.

Método das provas e dos questionários

Este método obteve, durante muito tempo, grande sucesso, e os laboratórios, denominados de psicologia, ainda se acham repletos de instrumentos destinados a medir todas as operações que se supõem em relação com a inteligência. Editaram-se mesmo numerosos questionários, aos quais alguns homens ilustres se dignaram submeter-se. O que foi publicado a respeito de Henri Poincaré, por um dos últimos adeptos desse método, bastaria para mostrar quão diminuta é a

vantagem que a psicologia daí pode retirar.

Esse método está hoje inteiramente abandonado.

Método baseado no estudo das alterações patológicas da inteligência

Este método, o último, é certamente o que tem fornecido maior quantidade de documentos sobre a atividade psicológica inconsciente, o misticismo, a imitação, as desagregações da personalidade, etc. Conquanto muito restrito, ele foi fecundo.

Embora nova na sua aplicação, a psicologia patológica não permanece ignorada pelos grandes dramaturgos como Shakespeare. Os seus possantes gênios de observação os levaram a descobrir fenômenos que só mais tarde a ciência devia indicar com precisão. Lady Macbeth é uma alucinada, Otelo um histero-epilético, Hamlet um alcoólico perseguido por fobias, o rei Lear um maníaco melancólico, vítima de loucura intermitente. Cumpre, aliás, reconhecer que, se todos esses ilustres personagens tivessem sido individualidades normais, ao invés de possuírem uma patologia alterada e instável, a literatura e a arte não teriam tido necessidade de ocupar-se deles.

Método baseado na psicologia comparada

Ainda muito recente, este método tem-se limitado até aqui ao estudo dos instintos e de certas reações elementares qualificadas de tropismos. Parece, entretanto, dever constituir um dos métodos do futuro.

Para compreender os fenômenos psíquicos dos seres superiores, cumpre estudar, primeiramente, os fenômenos relativos às criaturas inferiores. Essa evidência não se revela, contudo, ainda aos psicólogos que pretendem estabelecer uma distinção irreduzível entre a razão do homem e a dos entes colocados abaixo dele. A natureza desconhece tais descontinuidades, e já passou a época em que Descartes considerava os animais como meros autômatos.

Esse estudo apresenta, aliás, inúmeras dificuldades. Cada dia mais se reconhece que os sentidos dos animais e, por conseguinte, as suas sensações, diferem das nossas. Os elementos que eles associam, a maneira pela qual eles os associam, deve também, sem dúvida, ser distintos.

A psicologia dos animais, mesmo superiores, está ainda no começo. Para compreendê-los, cumpre examiná-los de muito perto, e a essa tarefa ninguém se entrega.

Facilmente aprenderíamos a adivinhá-los, contudo, mediante um exame atento. Consagrei outrora muitos anos à observação dos animais. Os resultados que colhi foram expostos numa memória sobre a psicologia

do cavalo, publicada na “Revue Philosophique”. Dali deduzi regras novas para a educação desse animal. Essas pesquisas foram-me úteis quando redigi o meu livro atinente à Psicologia da Educação.

Método adotado nesta obra para o estudo das opiniões e das crenças

A enumeração precedente permite presentir que nenhum dos métodos psicológicos clássicos, nem os inquéritos, nem a psicofísica, nem as localizações, nem a própria psicopatologia podem revelar a gênese e a evolução das opiniões e das crenças. Devemos, pois, recorrer a outros métodos.

Depois de termos estudado o terreno receptivo das crenças: inteligência, sentimentos, subconsciência, etc., analisamos as diversas crenças religiosas, políticas, morais etc., e examinamos o papel de cada um dos seus fatores dominantes. A história, no tocante ao passado, os fatores diários, quanto ao presente, fornecem os elementos deste estudo.

Mas as grandes crenças, na sua generalidade, pertencem ao passado. O ponto mais curioso da sua história é o evidente absurdo dos dogmas no ponto de vista da razão pura. Explicaremos a sua adoção, mostrando que, no domínio da crença, o homem mais esclarecido, o sábio mais familiarizado com os rigorosos métodos de laboratório, perde inteiramente o espírito crítico e sem dificuldade admite maravilhosos

milagres. O estudo dos fenômenos ocultistas fornecerá nesse ponto categóricas demonstrações. Veremos ilustres físicos afirmarem que desdobraram seres vivos e viveram com fantasmas materializados; um célebre professor de filosofia, evocar os mortos e conversar com eles; outro, não menos eminente, declarar que viu um guerreiro, armado de capacete, sair do corpo de uma mulher, com os seus órgãos completos, como provava o estado da sua circulação e o exame dos produtos da sua respiração.

Todos esses fenômenos e outros da mesma ordem nos provarão que nenhum poder tem a razão contra as crenças mais errôneas.

Mas porque manifesta no campo da crença uma credulidade ilimitada o espírito que aí penetra, qualquer que seja a sua cultura?

Para descobri-lo, fomos levados a dilatar o problema e a pesquisar a origem dos atos dos diversos seres vivos, desde o ínfimo animal até ao homem.

Claramente vimos, então, que as explicações clássicas só eram tão insuficientes ou tão nulas em consequência da obstinação dos autores em querer aplicar os métodos da lógica racional a fenômenos que ela não rege. Nas operações complexas da vida, como os reflexos inconscientes, verdadeira fonte da nossa atividade, revelam-se encadeamentos particulares, independentes da razão, e que termos tão imprecisos quanto o do instinto não poderiam definir.

Continuando a sondar essas questões, fomos levados a reconhecer

diversas formas de lógicas, inferiores ou superiores, conforme os casos, à lógica racional, mas sempre diferentes dela.

E é assim que à lógica racional, conhecida em todos os tempos, à lógica afetiva, estudada desde alguns anos, ajuntamos várias novas formas de lógicas, que se podem sobrepor ou entrar em conflito e dar à nossa mentalidade impulsões diferentes. A que rege o domínio do conhecimento não tem relação alguma com a que suscita as crenças. É por isso que o sábio mais esclarecido poderá manifestar opiniões contraditórias, racionais ou irracionais, conforme o ciclo em que se achar: do conhecimento ou da crença.

Não é à psicologia clássica que seria possível pedir explicações sobre todas essas questões. Os mais eminentes psicólogos modernos, principalmente William James, viram-se forçados a reconhecer “a fragilidade de uma ciência que poreja a crítica metafísica por todas as suas articulações”... “Ainda esperamos”, escreve ele, “o primeiro clarão que deve penetrar na obscuridade das realidades psicológicas fundamentais”. Sem admitir inteiramente, como o ilustre pensador, que os livros de psicologia encerram unicamente “uma série de fatos grosseiramente observados, algumas discussões bulhentas e tagarelas de teorias”, cumpre reconhecer, com ele, que a psicologia clássica não contém “uma única lei, uma só fórmula de que possamos deduzir uma consequência, como se deduz um efeito da sua causa”. É, pois, num terreno muito atravancado na aparência, muito virgem na realidade, que vamos tentar construir uma teoria da formação e da evolução das

opiniões e das crenças.

Livro II

O Terreno Psicológico das Opiniões e das Crenças

Capítulo I — Os Grandes Fatores da Atividade dos Seres: o Prazer e a Dor

1. Papel do prazer e da dor

O prazer e a dor são a linguagem da vida orgânica e afetiva, a expressão de equilíbrios satisfeitos ou perturbados do organismo. Representam os meios empregados pela natureza para obrigar os entes

a certos atos, sem os quais a manutenção da existência se tornaria impossível.

Prazer e dor são, pois, os indícios de um estado afetivo anterior. São efeitos, como os sintomas patológicos são as consequências de uma moléstia.

A faculdade de sentir prazer ou dor constitui a sensibilidade. A vida afetiva e psíquica dos seres depende inteiramente dessa sensibilidade.

A linguagem dos órgãos, traduzida pelo prazer e a dor, é mais ou menos imperiosa, conforme as necessidades a que deve satisfazer. Algumas há, por exemplo, a fome, que não esperam.

A fome é a dor mais temida; o amor, o prazer mais procurado, e pode-se repetir o que disse o grande poeta Schiller, isto é, que a máquina do mundo se sustenta pela fome e pelo amor.

As outras variedades do prazer e da dor são móveis menos possantes, porque são menos intensos. Erroneamente Schopenhauer sustentava “que se podem resumir em três todos os princípios que fazem agir o homem: o egoísmo, a maldade e a compaixão”.

Nestes últimos anos, alguns filósofos, notavelmente William James, contestaram o papel do prazer e da dor como móveis da nossa atividade. “Eles não intervêm absolutamente”, por exemplo, diz esse último, “na manifestação das nossas emoções. Quem franze o sobrolho pelo prazer de franzir o sobrolho? Não se respira por prazer”.

Essa argumentação não é feliz. Ninguém, certamente, respira por prazer, mas a dor que acarretaria a cessação de respirar rigorosamente nos obriga a essa função. Não se franze o sobrolho por prazer, mas em consequência de um descontentamento, o que já constitui uma fórmula da dor.

2. Caracteres descontínuos do prazer e da dor

O prazer e a dor não conhecem a duração. A sua natureza é dissiparem-se rapidamente e, por conseguinte, só existirem sob a condição de ser intermitente. Um prazer prolongado cessa logo de ser um prazer e uma dor continua logo se atenua. A sua diminuição pode mesmo, por confronto, tornar-se um prazer.

O prazer só é, pois, um prazer sob a condição de ser descontínuo. O único prazer um pouco durável é o prazer não realizado, ou desejo.

O prazer somente é avaliável pela sua comparação com a dor. Falar de prazer eterno é um contrassenso, como justamente observou Platão. Ignorando a dor, os deuses não podem, segundo Platão, ter prazer.

A descontinuidade do prazer e da dor representa a consequência dessa lei fisiológica: “A mudança é a condição da sensação”. Não percebemos os estados contínuos, porém as diferenças entre estados simultâneos ou sucessivos. O tique-taque do relógio mais ruidoso acaba, no fim de

algum tempo, por não ser mais ouvido, e o moleiro não será despertado pelo ruído das rodas do seu moinho, mas pela sua parada.

É em virtude dessa descontinuidade necessária que o prazer prolongado cessa logo de ser um prazer, porém uma coisa neutra, que só se pode tornar novamente vivaz depois de ter sido perdida. A felicidade paradisíaca sonhada pelos crentes deixaria logo de possuir atrativos do paraíso para o inferno.

O prazer é sempre relativo e ligado às circunstâncias. A dor de hoje torna-se o prazer de amanhã e inversamente. Dor, para um homem que abundantemente jantou, ser condenado a comer côdeas de pão seco; prazer, para o mesmo indivíduo abandonado durante muitos dias, sem alimentos, numa ilha deserta.

Diz com razão a sabedoria popular que cada qual tem o seu prazer onde o encontra. O prazer do operário que bebe e vocifera na taverna, sensivelmente difere do prazer do artista, do sábio, do inventor, do poeta, ao comporem as suas obras. O prazer de Newton, ao descobrir as leis da gravitação, foi, sem dúvida, mais vivo do que se ele houvesse herdado as numerosas mulheres do rei Salomão.

A importância do papel da sensibilidade ao prazer e à dor nitidamente se manifesta, quando procuramos imaginar o que poderia ser a existência de um desses puros espíritos, tais como os sectários de muitas religiões os supõem.

Desprovidos de sentidos e, portanto, de sensações e de sentimentos,

eles permaneceriam indiferentes ao prazer e à dor e não conheceriam nenhum dos nossos móveis de ação. Os mais angustiosos sofrimentos de indivíduos outrora queridos por eles não os poderiam comover. Não teriam, pois, nenhuma necessidade de comunicar com eles. Não se concebe sequer a existência de tais seres.

3. O desejo como consequência do prazer e da dor

O prazer e a dor suscitam o desejo. Desejo de alcançar o prazer e de evitar a dor. O desejo é o móvel principal da nossa vontade e, portanto, dos nossos atos. Do pólo aos homens, todos os seres são movidos pelo desejo.

Inspira a vontade, que não pode existir sem ele, e depende da sua intensidade. O desejo fraco suscita, naturalmente, uma vontade fraca.

Cumpre, no entanto, não confundir vontade e desejo, como fizeram muitos filósofos, tais como Condillac e Schopenhauer. Tudo quanto é querido é, evidentemente, desejado; mas desejamos muitas coisas que, sabemos, não podíamos querer.

A vontade traduz deliberação, determinação e execução, estados de consciência que não se observam no desejo.

O desejo estabelece a escala dos nossos valores, variável, aliás, com o tempo e as raças. O ideal de cada povo é a fórmula do seu desejo.

Um desejo que invade todo o entendimento, transforma a nossa concepção das coisas, as nossas opiniões e as nossas crenças. Spinoza muito bem disse julgamos uma coisa boa, não por julgamento, mas porque a desejamos.

Não existindo em si mesmo o valor das coisas, ele é apenas determinado pelo desejo e proporcionalmente à intensidade desse desejo. A variável apreciação dos objetos de arte fornece desse fato uma prova diária.

Origem de todo o esforço, soberano senhor dos homens, gerador dos deuses, criador de todo o ideal, o desejo não figura, contudo, nos Panteões antigos. Somente o grande reformador Buda compreendeu que o desejo é o verdadeiro dominador das coisas, o fator da atividade dos seres. Para libertar a humanidade das suas misérias e conduzi-la ao perpétuo repouso ele tentou suprimir esse grande móvel das nossas ações. A sua lei submeteu milhões de homens, mas não subjugou o desejo.

É que, de fato, o homem não poderia viver sem ele. O mundo das ideias puras de Platão poderia possuir a serena beleza que ele sonhava, conter eternos modelos das coisas, se não fosse vivificado pelo sopro do desejo, não nos interessaria.

4. O prazer em perspectiva: a esperança

A esperança é filha do desejo, mas não é o desejo. Constitui uma aptidão mental, que nos fez crer na realização de um desejo. Podemos desejar uma coisa sem que a esperemos. Toda gente deseja a fortuna, muito poucos a esperam. Os sábios desejam descobrir a causa primitiva dos fenômenos; eles não têm nenhuma esperança de consegui-lo.

O desejo aproxima-se algumas vezes da esperança, a ponto de confundir-se com ela. Na roleta, eu desejo e espero ganhar.

A esperança é uma forma de prazer em expectativa que, na sua atual fase de espera, constitui uma satisfação frequentemente maior do que o contentamento produzido pela sua realização.

A razão é evidente. O prazer realizado limita-se em quantidade e em duração, ao passo que nada limita a grandeza do sonho criado pela esperança. A força e o encanto da esperança consistem em conter todas as possibilidades de prazer.

Ela constitui uma espécie de vara mágica que transforma tudo. Os reformadores nunca fizeram mais do que substituir uma esperança por outra.

5. O regulador do prazer e da dor: o hábito

O hábito é o grande regulador da sensibilidade; ele determina a

continuidade dos nossos atos, embota o prazer e a dor e nos familiariza com as fadigas e com os mais penosos esforços. O mineiro habitua-se tão bem à sua dura existência que dela se recorda saudoso quando a idade o obriga a abandoná-la e o condena a viver ao sol.

O hábito, regulador da vida habitual, é também o verdadeiro sustentáculo da vida social. Pode-se compará-lo à inércia, que se opõe, em mecânica, às variações de movimento. A dificuldade para um povo consiste, primeiramente, em criar hábitos sociais, depois em não permanecer muito tempo neles. Quando o jugo dos hábitos pesou muito tempo num povo, ele só se liberta desse jugo por meio de revoluções violentas. O repouso na adaptação, que o hábito consiste, não se deve prolongar. Povos envelhecidos, civilizações adiantadas, indivíduos idosos tendem a sofrer demasiado o jugo do costume, isto é, do hábito.

Seria inútil dissertar longamente sobre o seu papel, que mereceu a atenção de todos os filósofos e se tornou um dogma da sabedoria popular.

“Que são os nossos princípios naturais”, diz Pascal, “senão os nossos princípios acostumados. E nas crianças, os princípios que elas receberam dos costumes dos pais... Um costume diferente dará outros princípios naturais. O costume é uma segunda natureza, que destrói a primeira. O costume explica os nossos atos mais fortes e mais violentos; torna autômato o homem, cujo espírito é involuntariamente acarretado... Foi o costume que fez tantos cristãos; foi ele que fez os turcos, os pagãos, os oficiais, os

soldados, etc. Enfim, cumpre recorrer a ele, quando o espírito consegue ver o que é a verdade... É preciso adquirir uma crença mais fácil, que é a do hábito, o qual, sem violência, sem arte, sem argumento, nos fez admitir as coisas e conduz todas as nossas forças a essa crença, de modo que a nossa alma aí naturalmente imerge. Quando só se crê pela força da convicção... não é bastante”.

A existência de um indivíduo ou de um povo ficaria instantaneamente paralisada se, por um poder sobrenatural, ele se visse subtraído à influência do hábito. É ele que diariamente nos dita o que devemos dizer, fazer e pensar.

6. O prazer e a dor considerados como as certezas psicológicas fundamentais

Os filósofos têm tentado abalar todas as nossas certezas e mostrar que do mundo conhecemos apenas aparências.

Possuiremos sempre, porém, duas grandes certezas, que nada poderia destruir: o prazer e a dor. Toda a nossa atividade deriva delas. As recompensas sociais, os paraísos e os infernos criados pelos códigos religiosos ou civis baseiam-se na ação dessas certezas, cuja evidente realidade não pode ser contestada.

Desde que a vida se manifesta, surgem o prazer e a dor. Não é o pensamento, mas a sensibilidade, que nos revela o nosso “eu”. Se

dissesse: “Sinto, logo existo” ao invés de: “Penso, logo existo”, Descartes estaria muito perto da verdade.

Assim modificada, a sua fórmula aplica-se a todos os seres e não a uma fração apenas da humanidade.

Dessas duas certezas poder-se-ia deduzir a completa filosofia prática da vida. Fornecem uma resposta segura à eterna pergunta tão repetida desde o Eclesiastes: por que tanto trabalho e tantos esforços, já que a morte nos espera e o nosso planeta se resfriará um dia?

Por que? Porque o presente ignora o futuro e no presente a Natureza nos condena a procurar o prazer e evitar a dor.

O operário, curvado sob o peso do trabalho, a irmã de caridade, a quem não repugna nenhuma chaga, o missionário torturado pelos selvagens, o sábio que procura a solução de um problema, o obscuro micróbio que se agita no fundo de uma gota d’água, todos obedecem aos mesmos estimulantes de atividade: o atrativo do prazer, o receio da dor.

Nenhuma atividade tem outro móvel. Não poderíamos mesmo imaginar móveis diferentes desses. Só os nomes podem variar. Prazeres estéticos, guerreiros, religiosos, sexuais, etc., são formas diversas do mesmo aspecto fisiológico. A atividade dos seres se dissiparia se desaparecessem as duas certezas que são os seus grandes móveis: o prazer e a dor.

Capítulo II — As Variações da Sensibilidade como Elementos da Vida Individual e Social

1. Limites das variações da sensibilidade ao prazer e à dor

A introdução do quantitativo no estudo dos fenômenos físicos é a primeira fase dos seus progressos. Enquanto não tínhamos termômetro para medir a temperatura, era preciso que nos contentássemos com apreciações individuais, variáveis de uma pessoa para outra.

Os progressos realizados no domínio do racional ainda não o foram no do afetivo. Ignoramos o termômetro capaz de medir exatamente as variações da sensibilidade ou a grandeza de um sentimento.

Parece, entretanto, a despeito das aparências, que a nossa sensibilidade ao prazer e à dor pode oscilar apenas dentro de limites bastante estreitos. Essa asserção não é, aliás, uma simples hipótese destituída de provas.

Ela se apoia, não só em observações psicológicas fracamente contestáveis, como também nas experiências do fisiologista. Estas últimas mostraram que as sensações não podem aumentar indefinidamente, e possuem um limite superior, acima do qual o

acréscimo de uma excitação permanece sem efeito. Há também um limite inferior, abaixo do qual a excitação já não se produz.

No campo em que as excitações são perceptíveis, a sensação não cresce proporcionalmente à intensidade da excitação que a provoca. Para que a sensação aumente em progressão aritmética, cumpre que a excitação cresça em proporção geométrica.

Segundo Techner, a sensação cresce segundo o logaritmo da excitação. Assim, para dobrar a sensação produzida, por uma excitação, a de um instrumento de música, por exemplo, seria necessário decuplar o número dos instrumentos; para triplicá-la, dever-se-ia centuplicar esse número.

Suponhamos uma orquestra de dez executantes, que toquem o mesmo instrumento. Para duplicar a intensidade sonora, será preciso elevar a cem (algarismo cujo logaritmo é 2) o número dos instrumentos. Para triplicar a mesma sensação, seria preciso elevá-lo a mil (cujo logaritmo é 3).

Aplicadas ao prazer e a dor, essas noções mostram que a excitação deve ser consideravelmente aumentada para desenvolver um pouco o efeito produzido.

Os algarismos precedentes não poderiam, evidentemente, apresentar um caráter absoluto; indicam apenas o sentido geral do fenômeno. Num sentimento entram elementos muito mais complexos do que numa sensação. O nosso único objetivo foi mostrar quanto é limitada a

extensão das oscilações possíveis da nossa sensibilidade ao prazer e à dor.

E como poderia ser de outro modo? Os organismos sofrem lentamente todas as adaptações, porém são incapazes de suportar variações súbitas. Possuem, por isso, agentes reguladores, destinados a evitar essas variações. No estado normal, a temperatura do corpo só varia de alguns décimos de grau, por mais intenso que seja o frio ou o calor exterior. Oscilações que cheguem a 2 ou 3 graus apenas se observam em moléstias graves e jamais se mantêm muito tempo sem acarretar a morte. Cada organismo possui um nível de equilíbrio de que não se pode absolutamente afastar.

Há também outra lei, a da não-acumulação das sensações, que desempenha, na nossa vida sensitiva, um papel considerável, embora muitas vezes esquecido.

Sabe-se que certos corpos, tal como uma placa fotográfica, gozam da propriedade de acumular as pequenas impressões sucessivas que nelas se refletem. Impressões fracas, mas suficientemente repetidas, produzem neles, ao cabo de algum tempo, o mesmo resultado que uma impressão forte, porém curta. A placa fotográfica pode, com uma "pose" suficiente, reproduzir estrelas sempre invisíveis à vista desarmada, precisamente porque a retina não possui a propriedade de acumular as pequenas impressões.

O que se diz no tocante à vista, igualmente se aplica às diversas formas da nossa sensibilidade. De um modo geral, comportando, no entanto,

casos excepcionais, ela não pode acumular as impressões. Estas últimas, disseminadas no tempo, não se adicionam.

Suponhamos, para fixar as ideias, que um acidente de estrada de ferro faça perecer trezentas pessoas. A nossa sensibilidade se comoverá vivamente. As colunas dos jornais trarão abundantes e terríveis pormenores. Os soberanos trocarão entre si telegramas de condolências.

Imaginemos, ao contrário, a morte de trezentas pessoas determinada por uma série de pequenos acidentes sobrevividos no espaço de um ano. Não tendo a nossa sensibilidade acumulado as leves emoções produzidas por cada acidente, o efeito final será aproximadamente nulo.

É vantajoso que assim seja. Se o organismo se achasse constituído de modo a acumular as pequenas dores, a vida tornar-se-ia logo insuportável.

2. As oscilações de sensibilidade individual e o seu papel na vida social

Acabamos de ver que as variações possíveis da sensibilidade não têm grande extensão nem duração prolongada. Mas a observação quotidiana mostra que, nesses limites restritos, ela oscila perpetuamente. Saúde, moléstia, meio, acontecimento, etc.,

incessantemente a modificam. Ela pode ser comparada ao lago cuja superfície um vento leve encrespa, sem provocar vagas muito elevadas.

Essas variações constantes explicam porque os nossos gostos, as nossas ideias e as nossas opiniões frequentemente mudam. Elas se exageram ainda, quando os costumes e as crenças ancestrais, que limitam as oscilações da sensibilidade, tendem a dissipar-se. A instabilidade torna-se, então, a regra.

Certos fatores das opiniões podem igualmente limitar as oscilações da sensibilidade. Tal é o contágio mental, criador de maneiras susceptíveis de estabilizar um pouco a nossa mobilidade. As sensibilidades coletivas, momentaneamente fixas, traduzem-se, então, em obras diversas, que são o espelho de uma época.

Muito apurada por certas excitações repetidas, a sensibilidade acaba por adquirir um pouco o caráter intelectual. O espírito completa o que devia outrora precisar de uma acumulação de pormenores. Comparai, por exemplo, os pesados desenhos de Daumier com esses sóbrios esboços modernos, em que só se guardou o traço saliente dos personagens, deixando à vista o cuidado de completá-los. Do mesmo modo, em literatura, as longas descrições de paisagens são hoje substituídas por algumas linhas breves, porém evocadoras.

Apurando-se, a sensibilidade se embota também. A música simples de Lulli, que encantava nossos pais, nos enfastia. As operações de há cinquenta anos nos parecem, na maioria, muito envelhecidas. A harmonia tem cada vez mais dominado a melodia, e agora é

necessário, para excitar sensibilidades fatigadas, o emprego de certas dissonâncias que os antigos compositores teriam considerado como erros.

Só as obras de uma época, sobretudo, artísticas e literárias, permitem conhecer a sensibilidade dessa época e as suas variações.

É precisamente porque elas são a verdadeira expressão da sensibilidade de uma época que as obras de arte são facilmente datadas. Pela mesma razão, são muito mais instrutivas do que metódicos livros de história. O historiador julga o passado com a sua sensibilidade moderna. A sua interpretação, forçosamente falsa, pouco nos ensina. O menor conto, romance, quadro, monumento da época considerada, encerra um ensinamento mais exato e interessante.

As sensibilidades não se transportam no espaço nem no tempo. Uma obra arquitetônica formada de uma mescla de elementos de épocas afastadas ou procedentes de raças diversas nos causará, necessariamente, má impressão, porque se origina de sensibilidades dissemelhantes da nossa.

Se, em virtude da evolução da nossa espécie, a nossa sensibilidade se transformasse, todas as obras do passado, as que são mais admiradas hoje: o Partenon, as catedrais góticas, os grandes poemas, as pinturas célebres, seriam consideradas como produções indignas de atrair a atenção.

Não se trata de uma hipótese vã. Desde o reinado de Luis XIII até ao

começo do último século, não foi o gótico das maldições dos escritores e dos artistas, principalmente de Jean Jacques Rousseau?

Não seria mesmo necessária uma longa evolução para que os povos desdenhassem o que hoje admiram. Bastaria que a educação persistisse na sua tendência atual especialista e técnica, e continuasse a rápida ascensão ao poder das multidões. Todas as formas da arte representam para elas apenas um luxo desprezível. A Comuna, expressão bastante fiel da alma popular, não hesitou em incendiar os mais belos monumentos de Paris, como a Municipalidade e as Thulherias. Unicamente por acaso o Louvre, com as suas coleções, escapou a esse vandalismo.

Qualquer que seja o seu futuro, as obras do passado subsistem ainda e só elas nos fazem conhecer a sua verdadeira história.

Sem esses elementos de informação, fornecidos pela literatura e pela arte, a sensibilidade de uma época permaneceria tão ignorada quanto a dos habitantes de Júpiter. Poderíamos determinar somente a sua intelectualidade, pelo estudo dos livros de ciência. Estes últimos são, com efeito, em geral, independentes da sensibilidade dos seus autores. Um romance é sempre datado; um tratado de geometria pura não o é. A velha geometria de Euclides, ensinada ainda, poderia ser assinada por um matemático moderno. O seu autor redigiu-a, de fato, com elementos meramente racionais e em que a sua sensibilidade não interveio absolutamente. A inteligência sabe por em evidência verdades gerais e eternas. A sensibilidade cria verdades particulares e

momentâneas.

3. As variações de ideal e de crenças criadas pelas oscilações da sensibilidade coletiva

Qualquer que seja a raça ou o tempo considerado, o objetivo constante da atividade humana foi sempre a pesquisa da felicidade, a qual consiste, em última análise, ainda o repito, em procurar o prazer e evitar a dor.

Sobre essa concepção fundamental os homens estiveram constantemente de acordo; as suas divergências se aplicam somente à ideia que se concebe da felicidade e aos meios de conquistá-la.

As suas formas são diversas, mas o termo que se tem em mira é idêntico. Sonhos de amor, de riqueza, de ambição ou de fé são os possantes fatores de ilusões que a natureza emprega para conduzir-nos aos seus fins.

Realização de um desejo presente ou simples esperança, a felicidade é sempre um fenômeno subjetivo. Desde que os contornos do sonho se implantam um pouco no espírito, com ardor nós tentamos obtê-lo.

Mudar a concepção da felicidade de um indivíduo ou de um povo, isto é, o seu ideal, é mudar, ao mesmo tempo, a sua concepção da vida e, por conseguinte, o seu destino. A história não é mais do que a narração dos

esforços empregados pelo homem para edificar um ideal e destruí-lo em seguida, quando, tendo-o atingido, descobre a sua fragilidade.

A esperança de felicidade concebida por cada povo e as crenças que constituem a sua fórmula representam sempre o fator da sua pujança. O seu ideal nasce, cresce e morre com ele, e, qualquer que seja, dota de grande força o povo que o aceita. Essa força é tal que o ideal atua, mesmo quando promete pouca coisa. Compreende-se o mártir, para quem a fogueira simbolizava a porta do céu; mas, que proveito podiam retirar das suas cavalgadas através do mundo um legionário romano e um soldado de Napoleão? A morte ou ferimentos. O seu ideal coletivo era, entretanto, bastante forte para velar todos os sofrimentos. Considerarem-se heróis dessas grandes epopeias era para eles um ideal de felicidade, um paraíso, presente divinamente encantador. Uma nação sem ideal desaparece rapidamente da história.

Capítulo III — As Esferas das Atividades Vitais e Psicológicas: a vida Consciente e a Vida Inconsciente

1. As esferas das atividades vitais e psicológicas

Sendo o objetivo desta obra estudar a formação das opiniões e das crenças, é necessário conhecer, primeiramente, o terreno no qual elas podem germinar. Esse conhecimento é tanto mais útil quanto com os progressos da ciência atual; as explicações dos antigos livros de psicologia se tornaram muito ilusórias.

Os fenômenos manifestados pelos seres vivos se podem reduzir a várias categorias sobrepostas hoje, mas que, lentamente, se sucederam no tempo: 1º. fenômenos vitais (nutrição, respiração, etc.), 2º. fenômenos afetivos (sentimentos, paixões, etc.); 3º. fenômenos intelectuais (reflexão, raciocínio, etc.). Estes últimos surgiram muito tarde na história da humanidade.

A vida orgânica, a vida afetiva e a vida intelectual constituem, assim, três esferas de atividade muito distintas; mas, embora separadas umas das outras, incessantemente atuam umas nas outras. É impossível, por esse motivo, compreender as últimas sem estudar a primeira. É, portanto, errôneo deixar de lado o exame dos fenômenos vitais como fazem os psicólogos, que o abandonam aos fisiologistas.

Mostraremos o seu papel fundamental quando estudarmos em outra parte desta obra os fenômenos regidos pela lógica biológica. Só será tratada no presente capítulo esta fase primitiva da vida física: a atividade inconsciente do espírito. A sua importância é preponderante,

pois nesse terreno se acham as raízes das nossas opiniões e da nossa conduta.

2. A psicologia inconsciente e as fontes da intuição

Os sentimentos só entram na consciência após uma elaboração automática praticada nessa obscuríssima zona do inconsciente, qualificada hoje de subconsciente e cuja exploração apenas se acha iniciada.

Sendo os estados intelectuais os únicos facilmente acessíveis, a psicologia, ao começo, não conheceu outros. Por vias indiretas, porém bastante seguras, a ciência moderna provou que os fenômenos inconscientes desempenham na vida mental um papel muitas vezes mais importante que os fenômenos intelectuais. Os primeiros são o *substratum* dos segundos. Pode-se comparar a vida intelectual a essas ilhotas, vértices de imensas montanhas submarinas invisíveis. As imensas montanhas representam o inconsciente.

O inconsciente é em grande parte um resíduo ancestral. A sua força é devida à circunstância de ser o inconsciente a herança de uma longa série de gerações, a que cada uma juntou alguma coisa.

O seu papel, outrora ignorado, tornou-se tão preponderante hoje que certos filósofos, principalmente W. James e Bergson, nele procuraram a

explicação da maior parte dos fenômenos psicológicos.

Sob a influência desses filósofos, originou-se um movimento anti-intelectualista muito acentuado. Os adeptos da nova escola acabam mesmo por esquecer um pouco que só a lógica racional permite edificar os progressos científicos e industriais, geradores das nossas civilizações.

As pesquisas que chegaram a dotar de tal importância o subconsciente não derivam de especulações puras, porém de certas experiências, praticadas, aliás, num intuito alheio à ideia de sustentar argumentações filosóficas. Mencionarei, entre elas, os estudos atinentes ao hipnotismo, à desagregação mórbida das personalidades, ao sonambulismo, aos atos dos médiuns, etc. O mecanismo dos efeitos observados permanece, aliás, desconhecido. Em matéria de psicologia inconsciente, tanto como na de psicologia consciente, cumpre as mais das vezes limitar-se a simples comprovações.

O inconsciente nos guia na imensa maioria dos atos da vida quotidiana. É nosso soberano, mas um soberano que se pode tornar submisso quando é devidamente orientado. A prática de um ofício ou de uma arte facilmente se exerce, desde que os dirija o inconsciente, educado de um modo satisfatório. Uma moral sólida é o inconsciente bem educado.

O inconsciente representa um vasto depósito de estados afetivos e intelectuais, que constitui um capital físico suscetível de enfraquecer-se, mas que nunca inteiramente se dissipa.

Se mesmo levássemos em conta a observação de certos estados patológicos, poder-se-ia dizer que os elementos introduzidos no domínio do inconsciente aí se mantêm muito tempo, senão sempre. É, pelo menos, apenas desse modo que se explicam certos fenômenos observados em médiuns ou em doentes que se exprimem em línguas jamais aprendidas, mas que ouviram falar na sua mocidade.

A intuição, origem das inspirações que, num nível excepcional, constituem o gênio, surge de uma maneira integral de um inconsciente preparado pela hereditariedade e por uma cultura conveniente. As inspirações do grande capitão que alcança vitórias e domina o destino, as do pujante artista que nos revela o esplendor das cousas, do sábio ilustre que penetra os seus mistérios, aparecem sob a forma de manifestações espontâneas, mas o inconsciente de que elas nascem havia lentamente elaborado a sua florescência.

Conquanto eles possam ser provados por certas representações mentais de origem puramente intelectual, os sentimentos se formam no domínio do inconsciente. A sua lenta elaboração pode terminar por manifestações súbitas, que rebentam como um raio, como acontece, por exemplo, com as conversões religiosas ou políticas.

Os sentimentos elaborados no inconsciente não chegam sempre à consciência, ou aí chegam somente depois de diversas excitações; é por isso que, por vezes, ignoramos os nossos sentimentos reais no tocante a seres e coisas que nos cercam. Muitas vezes mesmo os sentimentos e, por conseguinte, as opiniões e as crenças que deles

resultam, diferem inteiramente daqueles que supúnhamos. O amor ou o ódio existem algumas vezes em nossa alma antes que sejam suspeitados. Revelam-se somente quando somos forçados a agir. A ação constitui, com efeito, o único critério indiscutível dos sentimentos. Agir é aprender a conhecer a si mesmo. As opiniões formuladas são palavras vãs desde que não sejam sancionadas pelo ato.

3. As formas do inconsciente. O inconsciente intelectual e o inconsciente afetivo

Pode-se, creio eu, estabelecer três categorias distintas no domínio da atividade inconsciente.

Em primeiro lugar, acha-se o inconsciente orgânico, que rege todos os fenômenos da vida: respiração, circulação, etc. Estabilizado desde muito tempo mediante acumulações hereditárias, ele funciona com uma regularidade admirável e completamente a despeito da nossa vontade, dirige a vida e faz-nos passar da infância à velhice e à morte, sem que possamos compreender a sua ação.

Acima do inconsciente orgânico vemos o inconsciente afetivo. É de formação mais recente, é um pouco menos estável, conquanto ainda o seja muito. Por isso, quando podemos mudar o assunto no qual se exercem os nossos sentimentos, a nossa ação nele influi de maneira muito fraca. No alto dessa escala acha-se o inconsciente intelectual,

que muito tarde surgiu na história do mundo e não possui profundas raízes ancestrais. Ao passo que o inconsciente orgânico e o afetivo acabaram por criar instintos transmitidos pela hereditariedade, o inconsciente intelectual só se manifesta ainda sob a forma de predisposições e de tendências, e a educação deve completá-lo em cada geração.

A educação influi grandemente no inconsciente intelectual, precisamente porque ele é menos fixo do que as outras formas do inconsciente. Ela exerce, ao contrário, uma influência diminuta nos sentimentos, que são os elementos fundamentais do nosso caráter, fixos desde muito tempo. O inconsciente afetivo é, frequentemente, um dominador imperioso, indiferente às decisões da razão. É por isso que tantos homens, muito sensatos nos seus escritos e nos seus discursos, tornam-se, na sua maneira de proceder, simples autômatos, dizendo o que não queriam dizer e fazendo o que não queriam fazer.

Resulta das precedentes explicações que a inteligência não é, como durante muito tempo se supôs, o mais importante fator da vida mental. O inconsciente elabora, e os resultados dessa elaboração chegam, inteiramente formados, à inteligência, como as palavras que se apresentam aos lábios do orador.

A grande força do inconsciente consiste em indicar com particular precisão tudo o que ele executa. Deve-se, assim, confiar-lhe o maior número possível de funções. A aprendizagem de um ofício ou de uma arte só é completa quando repetidos exercícios encarregaram o

inconsciente do trabalho que cumpre executar. A educação, já disse em outro livro, é a arte de fazer passar o consciente para o inconsciente.

Os nossos limites de ação no inconsciente não são, porém, muitos extensos. A biologia moderna banuiu, há muito tempo, e com razão, a finalidade do universo; os fatos ocorrem, no entanto, como se ela dominasse o seu encadeamento. Todas as nossas explicações racionais deixam a natureza repleta de manifestações impenetráveis. A julgar pelos seus resultados, poderia parecer que o inconsciente — forma moderna da finalidade — abriga gênios sutis, desejosos de cegar-nos, fazendo-nos sacrificar, incessantemente, os nossos interesses em favor da espécie. Os gênios da finalidade inconsciente são, sem dúvida, simples necessidades selecionadas, que o tempo fixou.

Qualquer que seja a razão, o inconsciente muitas vezes nos domina e sempre nos cega. Não o lamentemos demasiado, porquanto uma clara visão da sorte futura tornaria a existência muito triste. O boi não comeria tranquilamente a erva do caminho que o conduz ao matadouro, e os entes, na sua maioria, estremeçeriam de horror perante o seu destino.

Capítulo IV — o Eu Afetivo e o eu

Intelectual

1. O eu afetivo e o eu intelectual

Pesquisando os motivos determinantes das nossas opiniões e das nossas crenças, veremos que são regidas por formas de lógica muito distintas, conquanto confundidas até aqui.

Antes de encetar o seu exame, insistirei numa divisão fundamental dos elementos psíquicos que dominam todas as outras. Eles se apresentam, com efeito, sob duas formas muito diferentes: os elementos afetivos e os elementos intelectuais. Essa primeira classificação facilitará a compreensão dos capítulos que forem consagrados às diversas formas de lógica.

A distinção entre o sentimento e a razão só tarde se pôde estabelecer na História. Os nossos remotos antepassados sentiam vivamente, agiam muito, mas raciocinavam muito pouco. Quando, tendo chegado a uma fase mais adiantada da sua evolução, o homem tentou filosofar, a diferença entre os sentimentos e a razão se revelou nítida.

Mas só em época muito recente tornou-se manifesto que os sentimentos, que supúnhamos regidos pelos nossos caprichos, obedeciam a uma lógica racional.

A ignorância dessa distinção é uma das origens dos erros mais

frequentes nos nossos julgamentos. Legiões de políticos quiseram assentar em raciocínios o que só se pode basear em sentimentos.

Historiadores igualmente pouco esclarecidos supuseram que podiam ser explicados pela lógica intelectual fatos completamente alheios a sua influência. A gênese dos mais importantes fatores da História, tais como o nascimento e a propagação das crenças, permanece, por esse motivo, muito pouco conhecida.

Ilustres filósofos foram vítimas da mesma confusão entre a lógica afetiva e a lógica racional. Kant pretendia edificar a moral sobre a razão. Ora, entre as duas diversas origens, a razão quase nunca figura.

Na sua maioria, os psicólogos persistem ainda nos mesmos erros. Ribot justamente observa, quando fala “dos incuráveis preconceitos intelectualistas dos psicólogos, que querem submeter tudo à inteligência e tudo explicar por ela. Tese insustentável, porquanto se, fisiologicamente, a vida vegetativa precede a vida animal, que nela se apoia, a vida afetiva precede, psicologicamente, a vida intelectual, que se apoia nela”.

Era necessário, para conseguir o objetivo desta obra, insistir muito nessa diferença entre o afetivo e o racional. Negligencia-la seria condenar-se a ignorar sempre a gênese das opiniões e das crenças. É, entretanto, uma tarefa difícil delimitar nitidamente a separação do racional e do afetivo. As classificações indispensáveis no estudo das ciências forçosamente estabelecem, no encadeamento das coisas, lacunas que a natureza ignora, porém qualquer ciência seria impossível

se não tivéssemos aprendido a criar uma parte descontínua no contínuo.

A distinção entre o afetivo e o intelectual pertence a um período adiantado da evolução dos seres. Tendo os fenômenos afetivos precedido os fenômenos intelectuais, é provável que os segundos se tenham destacado em primeiro lugar.

Os animais possuem sentimentos muitas vezes tão desenvolvidos quanto os nossos, mas a sua inteligência é muito fraca. É sobretudo pelo desenvolvimento da inteligência que o homem se separa deles.

Os sentimentos pertencem a essa categoria de coisas conhecidas por todos, conquanto dificilmente definíveis. Só se pode, com efeito, interpretá-las em termos intelectuais. A inteligência serve para conhecer; os sentimentos, para sentir; ora, sentir e conhecer são manifestações que uma mesma linguagem não poderia exprimir bastante precisa, mas a dos sentimentos é ainda muito vaga.

O eu afetivo e o eu racional, conquanto atuem incessantemente um no outro, possuem uma existência independente. O eu afetivo, evoluindo a despeito da nossa vontade e muitas vezes contra nós, torna a vida cheia de contradições. É possível algumas vezes refrear os nossos sentimentos, mas não os podemos despertar ou eliminar.

Assim, não temos razão quando censuramos alguém por ter mudado. Essa censura subentende a ideia muito falsa de que a inteligência pode modificar um sentimento. Erro completo. Quando o amor, por exemplo,

se torna indiferença ou antipatia, a inteligência assiste a essa mudança, mas não é ela que a causa. As razões que são imaginadas para explicar tais transformações não têm relação alguma com os seus verdadeiros motivos. Nós os ignoramos.

Muitas vezes mesmo não conhecemos mais os verdadeiros sentimentos do que os móveis que os provocam. “Frequentemente”, diz Ribot, “imagina-se sentir por uma pessoa uma dedicação profunda e sólida (amor, amizade); a ausência ou a necessidade de uma ruptura demonstra a real fragilidade dessa dedicação. Inversamente, a ausência ou a ruptura nos revelam uma afeição profunda, que parecia tépida e próxima da indiferença”.

É, pois, impossível, como justamente observa o mesmo autor, julgar com o eu intelectual a maneira de agir do eu afetivo. Posto que a vida afetiva e a vida intelectual sejam demasiado heterogêneas para que uma se reduza à outra, procedemos sempre sem levar em conta a diferença que separa os sentimentos da inteligência.

Todo o nosso sistema de educação latina é uma prova dessa asserção. A persuasão de que o desenvolvimento da inteligência pela instrução desenvolve também os sentimentos, cuja associação constitui o caráter, é um dos mais perigosos preconceitos da nossa Universidade. Os educadores ingleses sabem há muito tempo que a educação do caráter não se faz por meio dos livros.

Sendo distintos o eu afetivo e o eu intelectual, não pode surpreender que uma inteligência muito elevada coexista com um caráter muito

baixo (1). Mostrando sem dúvida a inteligência e a instrução que certos atos desonestos custam mais do que rendem, raramente se verá um homem instruído praticar furtos vulgares; mas, se possui uma alma de larápio, ele a terá sempre, a despeito de todos os seus diplomas, e a utilizará em operações tão pouco morais, porém menos perigosas e que ofereçam mais seguro lucro.

Visível na maior parte dos indivíduos, a distinção entre o eu afetivo e o eu intelectual igualmente o é entre certos povos. Mme de Stael observava que entre os alemães o sentimento e a inteligência “não têm aparentemente relação alguma; uma não pode admitir limites, a outra se submete a todos os jugos”.

Nas coletividades transitórias, a mesma distinção entre o afetivo e o intelectual é ainda mais facilmente observável. Os elementos que elas põem em comum e que ditam os seus atos são os sentimentos e nunca a inteligência. Em outra obra dei as razões disso. Bastará lembrar aqui que a inteligência, variando consideravelmente de um assunto para outro e, não sendo contagiosa como os sentimentos, nunca pode revestir uma forma coletiva. Os indivíduos de uma mesma raça possuem, ao contrário, certos sentimentos comuns, que facilmente se fundem quando se acham grupados.

O eu afetivo constitui o elemento fundamental da personalidade. Mui lentamente elaborado por aquisições ancestrais, ele evolue nos indivíduos e nos povos muito menos depressa que a inteligência.

À primeira vista, essa tese parece contrariada pela história. Dir-se-ia

que, em certos momentos, surgem sentimentos novos, muito diferentes dos que foram anteriormente observados. Belicosa numa época, uma nação se revela pacífica mais tarde. A ânsia de igualdade sucede à aceitação da desigualdade. O ceticismo substitui a fé ardente. Numerosos são os exemplos do mesmo gênero.

A sua análise mostra que essas criações de sentimentos novos são simples aparências. Na realidade, existiam, sem se manifestar; as variações de meios ou as circunstâncias apenas modificaram o seu equilíbrio. Um sentimento primeiramente refreado torna-se preponderante numa época e domina de maneira mais ou menos durável os outros estados afetivos. O homem em sociedade vê-se certamente forçado a submeter os seus sentimentos às sucessivas necessidades que lhe são impostas pelas circunstâncias e, sobretudo, pelo ambiente social. Em próximo capítulo daremos exemplos dessas transformações aparentes.

Dir-se-ia que, por vezes, os sentimentos mudam ao passo que apenas se aplicaram a assuntos diferentes. A esperança mística, que leva o operário moderno às tavernas fumarentas onde apóstolos de um evangelho novo lhe prometem um paraíso próximo, é o mesmo sentimento que conduzia seus pais às catedrais antigas onde, atrás dos vapores do incenso, se abriam as portas de ouro de luminosas regiões repletas de eterna ventura.

2. As diversas manifestações da vida afetiva: emoções, sentimentos, paixões

As manifestações da vida afetiva são indiferentemente designadas pelos autores sob os nomes de emoções ou de sentimentos. Creio que é mais cômodo para a sua descrição dividi-las em três classes: emoções, sentimentos, paixões.

A emoção é um sentimento espontâneo, mais ou menos efêmero. Nasce de um fenômeno súbito: acidente, anúncio de uma catástrofe, ameaça, injúria, etc. A cólera, o medo, o terror são emoções.

O sentimento representa um estado afetivo durável, como a bondade, a benevolência, etc.

A paixão é constituída por sentimentos que adquirem grande intensidade e podem momentaneamente anular outros: ódio, amor, etc.

Todos esses estados afetivos correspondem a variações fisiológicas do nosso organismo. Nós conhecemos apenas certos efeitos gerais: rubor das faces, circulação alterada, etc.

Uma modificação física ou química das células nervosas e os sentimentos que ela provoca representam uma relação de que somente os últimos termos são conhecidos. A transformação em sentimento ou em pensamento de um processo químico orgânico é agora completamente inexplicável.

Os sentimentos e as emoções variam conforme o estado fisiológico da

pessoa ou segundo a influência de diversos excitantes: café, álcool, etc.

O sentimento mais simples é sempre muito complexo; desde, porém, que se torna irreduzível a outro pela análise, devemos, para facilidade da linguagem, tratá-lo como se fosse simples. Também o químico denomina corpos simples aqueles que ele não sabe decompor.

Os psicólogos referem-se, por vezes, a sentimentos intelectuais. “Esse termo”, diz Ribot, “designa estados afetivos agradáveis ou mistos, que acompanham o exercício das operações da inteligência”.

Eu não poderia admitir essa teoria, que confunde uma causa com o seu efeito. Um sentimento pode ser produzido por influências tão diversas quanto a ação de um alimento agradável ou a de uma descoberta científica, mas resta sempre um sentimento. Quando muito poder-se-ia dizer que as nossas ideias têm um equivalente emocional. Os próprios algarismos teriam um, como justamente observa Bergson: “Os negociantes” diz ele, “bem o sabem, ao invés de indicar o preço de um objeto por um número redondo de francos, marcarão o algarismo imediatamente inferior, ao qual ajuntarão, em seguida, um número suficiente de cêntimos”.

O sentimento que se tornou preponderante e persistente toma o nome de paixão, como já dissemos. Os psicólogos não conseguiram ainda definir nem classificar as paixões. Spinoza admitia três: o desejo, a alegria e a tristeza, das quais deduzia todas as outras. Descartes admitia seis primitivas: a admiração, o amor, o ódio, o desejo, a alegria e a tristeza. São, evidentemente, meras formas de linguagem que nada

podem explicar e que não resistem à discussão.

Uma paixão pode surgir subitamente como um raio ou por uma lenta incubação. Constituída, ela domina toda a vida afetiva e também a vida intelectual. A razão geralmente nenhuma influência exerce nela e coloca-se inteiramente ao seu serviço.

Sabe-se a que ponto as paixões transformam as nossas opiniões e as nossas crenças; em breve insistiremos nesse particular.

As grandes paixões são, aliás, raras. Efêmeras as mais das vezes, desaparecem logo que é obtido o objeto desejado. Na paixão amorosa, essa regra é assaz constante. Os amores célebres tiveram, em geral, por heróis seres cujo encontro as circunstâncias impediam.

As paixões que duravam muito tempo são paixões que se reavivam, como, por exemplo, os ódios políticos.

A paixão desaparece na maioria dos casos por simples extinção, mas, algumas vezes, por transformação; modificam-se, nesta hipótese, ao mesmo tempo, as opiniões que ela suscitou.

“O amor humano”, observa Ribot, “pode transformar-se em amor divino ou inversamente... O amor desiludido tem povoado os claustros... O fanatismo religioso pode-se mudar em fanatismo político e social. Inácio de Loyola era um paladino que se colocou ao serviço de Jesus Cristo”.

Quando a inteligência consegue exercer uma influência inibidora na

paixão, esta última, pode-se dizer, não era forte. A inteligência só influi numa paixão quando a representação mental de um sentimento é oposta a outro. A luta existe, então, não entre representações intelectuais e representações afetivas, mas unicamente entre representações afetivas postas em presença pela inteligência.

3. A memória afetiva

A memória dos sentimentos existe como a da inteligência, mas num grau muito menor. O tempo muito depressa a enfraquece.

A inferioridade habitual da memória afetiva relativamente à memória intelectual é geralmente considerável. A persistência desta última é tal, quando é exercida, que, durante séculos, obras volumosas como os vedas ou os cantos de Homero foram transmitidas de geração em geração somente com o auxílio da memória. Na época em que os livros eram raros e custosos, por exemplo, no século XIII, os estudantes sabiam reter os cursos que lhes eram ditados. Atkinson assegura “que se os clássicos chineses viessem a ser hoje destruídos, mais de um milhão de chineses poderiam reconstituí-los de memória”.

Se a memória dos sentimentos fosse tão tenaz quanto a memória intelectual, a persistente lembrança das nossas dores tornaria a vida insuportável.

À teoria da diminuta duração da memória afetiva poder-se-ia objetar a

persistência dos ódios de classes e de raças, perpetuadas durante longas gerações. Essa duração aparente não é mais do que a incessante renovação determinada por causas sempre repetidas. Um ódio que não se entretém, não subsiste. O ódio dos alemães contra os franceses teria desaparecido desde muito tempo se os jornais germânicos não o aticassem incessantemente. A aversão que os holandeses votam aos ingleses, que outrora lhes tomaram as colônias, persiste somente porque fatos numerosos, principalmente a guerra contra os colonos holandeses do Transvaál, vêm reavivá-la, e porque a Holanda se julga sempre ameaçada.

A aliança russa e o acordo franco-inglês mostram com que rapidez povos, outrora inimigos, esquecem os ódios que não são alimentados. Quando a Inglaterra se tornou a nossa amiga, nós não nos achávamos longe da terrível humilhação de Fachoda.

Essa noção essencial da pequena duração da memória afetiva explica muitos fenômenos da vida dos povos. Cumpre não contar com o seu reconhecimento, mas não se deve também rezear em demasia o seu ódio.

4. As associações afetivas e intelectuais

Estudaremos alguns elementos característicos da inteligência no capítulo desta obra consagrado ao exame da lógica racional. Nós os mencionamos aqui apenas para mostrar como se associam e

influenciam os elementos racionais e afetivos.

A inteligência é, sobretudo, caracterizada pela faculdade de refletir, da qual decorre a de raciocinar, isto é, de perceber, na obediência a certas regras, as relações visíveis ou ocultas das coisas.

Os encadeamentos da lógica afetiva têm, igualmente, as suas leis. Exercendo-se numa região inconsciente, elas só chegam ao consciente sob a forma de resultados.

Compondo-se a nossa vida física de uma parte afetiva e de uma parte intelectual, como atuam essas duas esferas uma na outra?

As nossas representações mentais podem ser de ordem afetiva ou de ordem intelectual. É, por vezes, possível imaginar sentimentos desaparecidos, porém muito menos do que as ideias intelectuais.

Sabe-se que, segundo a teoria associacionista, as ideias podem se associar de acordo com dois processos diferentes: 1º. associações por semelhança; 2º . associações por contiguidade.

Nas associações por semelhança, a impressão atual reaviva as impressões anteriores análogas. Nas associações por contiguidade, a impressão nova faz reviver outras, ressentidas ao mesmo tempo, mas sem analogia entre elas.

Os estados afetivos parecem associar-se entre eles como os estados intelectuais. Eles se associam, igualmente, a estes últimos, de modo que o aparecimento de um pode evocar o dos outros.

A diferença entre as associações afetivas e as associações intelectuais é caracterizada pela circunstância de que as associações afetivas, estabelecendo-se as mais das vezes de um modo inconsciente, escapam à nossa ação.

Veremos, dentro em pouco, como não obstante a sua distinção da natureza, o eu afetivo e o eu intelectual podem, graças às associações que acabam de ser indicadas, exercer uma ação recíproca.

Capítulo V — Os Elementos da Personalidade: Combinações de Sentimentos que Formam o Caráter

1. Os elementos do caráter

O caráter é constituído por um agregado de elementos afetivos aos quais se sobrepõem, mesclando-se muito pouco a eles, alguns elementos intelectuais. São sempre os primeiros que dão ao indivíduo a sua verdadeira personalidade.

Sendo numerosos os elementos afetivos, a sua associação formará os elementos variados: ativos, contemplativos apáticos, sensitivos, etc.

Cada um deles atuará diferentemente sob a ação dos mesmos excitantes.

Os agregados constitutivos do caráter podem ser fortemente ou, ao contrário, fracamente cimentados. Aos agregados sólidos correspondem às individualidades fortes, que se mantêm não obstante as variações de meio e de circunstâncias. Aos agregados mal cimentados correspondem às mentalidades moles, incertas e mutáveis. Elas se modificariam a cada instante sob as influências mais insignificantes se certas necessidades da vida quotidiana não as orientassem, como as margens de um rio canalizam seu curso.

Por mais estável que seja o caráter, permanece sempre ligado, no entanto, ao estado dos nossos órgãos. Uma nevralgia, um reumatismo, uma perturbação intestinal, transformam o júbilo em melancolia, a bondade em maldade, a vontade em indolência. Napoleão, doente em Warteloo, já não era Napoleão. César, dispéptico, não teria, sem dúvida, transposto o Rubicon.

As causas morais atuam assim no caráter ou, pelo menos, na sua orientação. Depois de uma conversão, o amor profano se tornará amor divino. O clerical fanático e perseguidor acabará, por vezes, como livre-pensador, igualmente fanático e não menos perseguidor.

Sendo as opiniões e as crenças moldadas no nosso caráter, seguem naturalmente as suas variações.

Não existe, como já mostrei, nenhum paralelismo entre o

desenvolvimento do caráter e o da inteligência. O primeiro parece, ao contrário, tender a enfraquecer-se, à medida que a última se desenvolve. Grandes civilizações foram destruídas por elementos intelectualmente inferiores, dotados de uma forte vontade.

Os espíritos ousados e decididos ignoram os obstáculos assinalados pela inteligência. A razão não funda as grandes religiões e os possantes impérios. Nas sociedades brilhantes pela inteligência, mas de caráter fraco, o poder acaba muitas vezes por cair entre as mãos de homens inferiores e audaciosos. Admito facilmente, com Faguet, que a Europa, ao tornar-se pacifista, será conquistada “pelo último povo que permaneceu militar e ficou relativamente feudal”. Esse povo reduzirá os outros à escravidão e fará trabalhar em seu proveito pacifistas muito inteligentes, mas destituídos da energia que a vontade proporciona.

2. Os caracteres coletivos dos povos

Cada povo possui caracteres coletivos, comuns à maioria dos seus membros, o que faz das diversas nações verdadeiras espécies psicológicas. Esses caracteres criam entre elas, como veremos adiante, opiniões semelhantes sobre certo número de assuntos essenciais.

Os caracteres fundamentais de um povo não têm necessidade de ser numerosos. Bem fixos, eles traçam o seu destino. Consideremos os ingleses, por exemplo. Os elementos que orientam a sua história podem ser resumidos em poucas linhas: culto do esforço persistente, que

impede de recuar diante do obstáculo e de considerar uma desgraça como irremediável; respeito religioso dos costumes e de tudo o que é validado pelo tempo; necessidade de ação e desdém das vãs especulações do pensamento; desprezo da fraqueza, muito intensa compreensão do dever, vigilância de si mesmo julgada como qualidade essencial e entretida cuidadosamente por especial educação.

Certos defeitos de caráter, insuportáveis nos indivíduos, tornam-se virtudes quando são coletivos; por exemplo, o orgulho. Esse sentimento é muito diferente da vaidade, simples necessidade de brilhar em público, que exige testemunhas, ao passo que o orgulho não reclama nenhum. O orgulho coletivo foi um dos grandes estimulantes da atividade dos povos. Graças a ele, o legionário romano achava uma recompensa suficiente em fazer parte de um povo que dominava o universo. A inquebrantável coragem dos japoneses, na sua última guerra, provinha de um orgulho idêntico.

Esse sentimento é, além disso, uma fonte de progresso. Desde que uma nação se convence da sua superioridade, ela leva ao máximo os esforços necessários para mantê-la.

O caráter, e não a inteligência, diferencia os povos e estabelece entre eles simpatias ou antipatias irredutíveis. A inteligência é da mesma espécie para todos. O caráter oferece, ao contrário, grandes dissemelhanças. Povos distintos diversamente impressionados pelas mesmas coisas procederão, naturalmente, de maneiras diferentes em circunstâncias que pareçam análogas. Quer se trate, aliás, de povos ou

de indivíduos, os homens são sempre mais divididos pelas oposições do caráter do que pelas divergências dos seus interesses ou da sua inteligência.

3. Evolução dos elementos do caráter

Os sentimentos fundamentais que formam a trama do caráter evoluem lentamente no decurso dos tempos, como prova a persistência dos caracteres nacionais. Os agregados psicológicos que os constituem são tão estáveis quanto os agregados anatômicos.

Mas, em torno dos caracteres fundamentais, acham-se, como para todas as espécies vivas, caracteres secundários, que podem variar conforme o momento, o meio, etc.

Mudam principalmente — observei-o no precedente capítulo — os assuntos nos quais os sentimentos se exercem. O amor da família, depois da tribo, da cidade e, enfim, da pátria são adaptações de um sentimento idêntico a agrupamentos diferentes, e não a criação de sentimentos novos. O internacionalismo e o pacifismo representam as últimas extensões desse mesmo sentimento.

Há apenas um século, o patriotismo alemão era desconhecido, a Alemanha se achava dividida em províncias rivais. Se o pangermanismo atual constitui uma virtude, essa virtude é unicamente a extensão de sentimentos antigos a categorias novas de indivíduos.

Os estados afetivos são coisas tão estáveis que a sua simples adaptação a novos assuntos exige imensos esforços. Para adquirir, por exemplo, um pouco — muito pouco — essa forma de altruísmo, qualificada de tolerância, foi preciso, disse justamente o Sr. Lavisse, “que morressem mártires por milhares em suplícios e o sangue corresse em ondas nos campos de batalha”.

É um grande perigo para um povo querer criar, por meio da razão, sentimentos contrários aos que a natureza lhe fixou na alma. Semelhante erro pesa sobre o povo desde a Revolução. Ele provocou o desenvolvimento do socialismo, que pretende mudar o curso natural das coisas e refazer a alma das nações.

Não oponhamos à fixidez dos sentimentos as súbitas transformações de personalidade observadas por vezes. Assim, a prodigalidade que se torna avareza, o amor transformado em ódio, o fanatismo religioso em fanatismo irreligioso, etc. Essas transformações constituem simplesmente a adaptação dos mesmos sentimentos a assuntos diferentes.

Muitas coisas diversas, por exemplo, as necessidades econômicas, podem também deslocar os sentimentos, sem que, por isso, eles mudem.

São poderosas essas influências econômicas. A difusão da propriedade, por exemplo, tem como consequência a diminuição da natalidade, pois surge o egoísmo familiar do proprietário, pouco desejoso de ver divididos os seus bens. Se todos os cidadãos de um país se tornassem

proprietários, a população diminuiria provavelmente em enormes proporções.

Os sentimentos que constituem o caráter não podem sofrer uma mudança de orientação sem que a vida social seja perturbada. Guerras de religião, cruzadas revoluções etc., resultam de transformações idênticas.

E se, atualmente, o futuro se apresenta muito sombrio, é porque os sentimentos das classes populares tendem a sofrer uma nova orientação. Sob o impulso das ilusões socialistas, cada qual, do operário ao professor, se tornou descontente da sua sorte e persuadido de que merece outro destino. Todo o trabalhador julga-se explorado pelas classes dirigentes e ambiciona apoderar-se das suas riquezas por meio de um golpe de força. No domínio do afetivo, as ilusões têm uma força que as torna muito perigosa, porque a razão não as influencia.

Capítulo VI — A Desagregação do Caráter e as Oscilações da Personalidade

1. Os equilíbrios dos elementos constitutivos do caráter

Acabamos de dizer que a estabilidade dos agregados que formam o caráter é tão grande quanto a dos agregados anatômicos. Os primeiros podem, contudo, como os segundos, sofrer diversas perturbações mórbidas e mesmo uma completa desagregação.

Esses fenômenos, que não pertencem exclusivamente ao domínio da patologia, exercem, na formação das opiniões e das crenças, uma influência considerável. A gênese de certos fatos históricos é mais ou menos incompreensível sem o conhecimento das transformações que o caráter pode acidentalmente sofrer.

Veremos, em outro capítulo, que os elementos criadores das nossas opiniões, das nossas crenças e dos nossos atos são comparáveis a pesos colocados nos dois pratos de uma balança. O mais carregado sempre desce.

Na realidade, as coisas não ocorrem com tanta simplicidade. Os pesos, representados pelos motivos, podem se alterar sob a influência de perturbações diversas, modificando as combinações que formam o caráter. A nossa sensibilidade então se altera, as nossas escalas de valores se deslocam, a orientação da vida torna-se diferente. É renovada a personalidade.

Tais variações se observam principalmente quando, intervindo uma mudança súbita no meio social, o equilíbrio estabelecido entre os

elementos afetivos e esse meio sofre uma perturbação considerável.

A noção de equilíbrio entre o meio em que vivemos e os elementos que nos compõem é capital. Sem que seja absolutamente especial à psicologia, ela domina a química, a física e a biologia. Um ente qualquer, matéria bruta ou matéria viva, resulta de certo estado de equilíbrio entre ele e o seu meio. O primeiro não poderia mudar sem que logo se transformasse o segundo. Uma barra de aço rígida pode, sob a influência de uma modificação conveniente de meio, tornar-se um leve vapor.

O grau de aptidão à dissolução dos agregados físicos, que formam o caráter, depende da estabilidade desses últimos, como também da importância das mudanças de meio às quais eles são submetidos. Essa importância variará, igualmente, de conformidade com as impressões anteriormente sofridas. As observações feitas nos agregados anatômicos também se aplicam aos agregados psicológicos. A diminuição de sensibilidade dos primeiros, no tocante à influência de certas ações exteriores por diversos processos, tem o nome, como se sabe, de imunização. O futuro estudo da patologia dos caracteres compreenderá também o da sua imunização.

O verdadeiro homem de Estado possui a arte, ainda misteriosa, de saber modificar, se for necessário, o equilíbrio dos elementos do caráter nacional, fazendo predominar os elementos úteis nas necessidades do momento.

2. As oscilações da personalidade

As considerações precedentes tendem a mostrar que a nossa personalidade se pode tornar bastante variada. Depende, com efeito, como acabamos de ver, de dois fatores inseparáveis: o próprio ser e o seu meio.

Pretender que a nossa personalidade seja móvel e suscetível de grandes mudanças é, por vezes, noção um pouco contrária às ideias tradicionais atinentes à estabilidade do “eu”. A sua unidade foi durante muito tempo um dogma indiscutível. Fatos numerosos vieram provar quanto era fictícia.

O nosso “eu” é um total. Compõe-se da adição de inumeráveis “eu” celulares. Cada célula concorre para a unidade de um exército. A homogeneidade dos milhares de indivíduos que o compõem resulta somente de uma comunidade de ação que numerosas coisas podem destruir.

É inútil objetar que a personalidade dos seres parece, em geral, bastante estável. Se ela nunca varia, com efeito, é porque o meio social permanece mais ou menos constante. Se subitamente esse meio se modifica, como em tempo de revolução, a personalidade de um mesmo indivíduo se poderá transformar inteiramente. Foi assim que se viram, durante o Terror, bons burgueses reputados pela sua brandura tornarem-se fanáticos sanguinários. Passada a tormenta e, por conseguinte, representando o antigo meio e o seu império, eles

readquiriram sua personalidade pacífica. Desenvolvi, há muito tempo, essa teoria e mostrei que a vida dos personagens da Revolução era incompreensível sem ela.

De que elementos se compõe o “eu”, cuja síntese constitui a nossa personalidade? A psicologia é muda nesse particular. Sem pretender precisar muito, diremos que os elementos do “eu” resultam de um resíduo de personalidades ancestrais, isto é, criadas pela série completa das nossas existências anteriores. O “eu”, repito, não é uma unidade, mas o total dos milhões de vidas celulares das quais o organismo está formado. Elas podem provocar numerosas combinações.

Excitações emocionais violentas, certos estados patológicos observáveis nos médiuns, nos extáticos, nos indivíduos hipnotizados, etc., fazem variar essas combinações e, por conseguinte, determinam, pelo menos momentaneamente, no mesmo ente, uma personalidade diversa(2), inferior ou superior à superioridade ordinária. Todos possuímos possibilidades de ação que ultrapassam a nossa capacidade habitual e que certas circunstâncias virão despertar.

3. Os elementos fixadores da personalidade

Os resíduos ancestrais formam a camada mais profunda e mais estável do caráter dos indivíduos e dos povos. É pelo seu “eu” ancestral que

um inglês, um francês, um chinês, diferem tão profundamente.

Mas a esses remotos atavismos sobrepõem-se elementos suscitados pelo meio social (casta, classe, profissão, etc.), pela educação e ainda por muitas outras influências. Eles imprimem à nossa personalidade uma orientação assaz constante. Será o “eu”, um pouco artificial, assim formado, que exteriorizaremos cada dia.

Entre todos os elementos formadores da personalidade, o mais ativo, depois da raça, é o que determina o agrupamento social ao qual pertencemos. Fundidas no mesmo molde pelas ideias, as opiniões e as condutas semelhantes que lhes são impostas, as individualidades de um grupo: militares, magistrados, padres, operários, marinheiros, etc., apresentam numerosos caracteres idênticos.

As suas opiniões e os seus julgamentos são, em geral, vizinhos, porquanto sendo cada grupo social muito nivelador, a originalidade não é nele tolerada. Aquele que se quer diferenciar do seu grupo tem-no inteiramente por inimigo.

Essa tirania dos grupos sociais, na qual insistiremos, não é inútil. Se os homens não tivessem por guia as opiniões e a maneira de proceder daqueles que os cercam, onde achariam a direção mental necessária à maior parte? Graças ao grupo que os enquadra, eles possuem um modo de agir e de reagir quase constante. Graças ainda a ele, naturezas um pouco amorfas são orientadas e sustentadas na vida.

Assim canalizados, os membros de um grupo social qualquer possuem,

com uma personalidade momentânea ou durável, porém bem definida, uma força de ação que jamais sonharia qualquer dos indivíduos que a compõem. As grandes matanças da Revolução não foram atos individuais. Os seus autores atuavam em grupos: girondinos, dantonistas, hebertistas, robespierristas, termidorianos, etc. Esses grupos, muito mais do que indivíduos, então se combatiam. Deviam, portanto, empregar nas suas lutas a ferocidade furiosa e o fanatismo estreito, característicos das manifestações coletivas violentas.

4. Dificuldade de prever a conduta resultante de um caráter determinado

Sendo variável o nosso “eu”, que é dependente das circunstâncias, um homem jamais deve supor que conhece outro. Pode somente afirmar que, não variando as circunstâncias, o procedimento do indivíduo observado não mudará. O chefe de escritório que já redige há vinte anos honestos relatórios, continuará sem dúvida a redigi-los com a mesma honestidade, mas cumpre não o afirmar em demasia. Se surgirem novas circunstâncias, se uma paixão forte lhe invadir a mente, se um perigo lhe ameaçar o lar, o insignificante burocrata poderá tornar-se um celerado ou um herói.

As grandes oscilações da personalidade observam-se quase exclusivamente na esfera dos sentimentos. Na da inteligência, elas são muito fracas. Um imbecil permanecerá sempre imbecil.

As possíveis variações da personalidade, que impedem de conhecer a fundo os nossos semelhantes, também obstam a que cada qual conheça a si próprio. O adágio “Nosce te ipsum” dos antigos filósofos constitui um conselho irrealizável. O “eu” exteriorizado representa habitualmente uma personalidade de empréstimo, mentirosa. Assim é, não só porque atribuímos a nós mesmos muitas qualidades e não reconhecemos absolutamente os nossos defeitos, como também porque o seu “eu” contém uma pequena porção de elementos conscientes, conhecíveis em rigor, e, em grande parte, elementos inconscientes, quase inacessíveis à observação

O único meio de descobrir o seu “eu” real é, já o dissemos, a ação. Cada qual só se conhece um pouco depois de ter observado a sua maneira de agir em circunstâncias determinadas. Pretender adivinhar como procederemos numa situação dada é muito quimérico. O marechal Ney, quando jurou a Luis XVIII que lhe traria Napoleão numa gaiola de ferro, estava de muito boa fé, mas não se conhecia; um simples olhar do Imperador bastou para mudar a sua resolução; o infelizmente marechal pagou com a vida a ignorância da sua própria personalidade. Se estivesse mais familiarizado com as leis da psicologia, Luiz XVIII lhe teria provavelmente perdoado.

As teorias expostas nesta obra relativamente ao carácter podem, por vezes, parecer contraditórias. De um lado, com efeito, insistimos na fixidez dos sentimentos que formam o carácter e, de outro mostramos as variações possíveis da personalidade.

Essas oposições se dissiparão se rememorarmos os pontos seguintes:

1º. Os caracteres se formam de um agregado de elementos afetivos fundamentais, mais ou menos invariáveis, às quais se juntam elementos acessórios, facilmente mutáveis. Estes últimos correspondem às modificações que a arte do criador aplica a uma espécie, sem modificar por isso os seus caracteres essenciais;

2º. As espécies psicológicas se acham, como as espécies anatômicas, sob a estreita dependência do meio. Devem adaptar-se a todas as mudanças desse meio e a ele, de fato, se adaptam, quando essas transformações não são consideráveis em extremo nem demasiadamente súbitas;

3º. Os mesmos sentimentos podem oferecer a aparência de uma mudança quando se aplicam a assuntos diferentes, sem que, entretanto, haja sofrido modificação a sua natureza real. Tornando-se amor divino em certas conversões, o amor humano é um sentimento que mudou de nome, mas não de natureza.

Todas essas averiguações têm um interesse muito prático, porquanto se acham na própria base de muitos problemas modernos importantes, principalmente o da educação.

Observando que a educação modifica a inteligência ou, pelo menos, a soma dos conhecimentos individuais, concluiu-se que ela podia modificar igualmente os sentimentos. Era esquecer por completo que os estados afetivos e intelectuais não apresentam uma evolução

paralela.

Quanto mais se aprofunda o assunto, tanto mais firmemente se reconhece que a educação e as instituições políticas desempenham um papel bastante fraco no destino dos indivíduos e dos povos.

Essa doutrina, contrária, aliás, às nossas crenças democráticas, parece, por vezes, contrariada também pelos fatos observados em certos povos modernos, e é isso que sempre a impedirá de ser facilmente admitida.

Na introdução que escreveu para a tradução japonesa(3) das minhas obras, um dos mais eminentes estadistas do Extremo-Oriente, o barão Motono, embaixador em São Petersburgo, me objeta com várias mudanças realizadas na mentalidade japonesa, sob a influência das ideias europeias. Não creio, entretanto, que isso prove uma modificação real dessa mentalidade. As ideias europeias simplesmente entram na armadura ancestral da alma japonesa, sem modificar as suas partes essenciais. A substituição do canhão pela funda mudaria completamente o destino de um povo, sem transformar por isso os seus caracteres nacionais.

Parece resultar deste capítulo que, sendo as opiniões e a conduta determinadas por causas alheias à vontade, a nossa liberdade seria muito restrita. Ela o é, efetivamente. Veremos, porém, que é possível lutar utilmente contra as fatalidades que pesam nos nossos sentimentos e nos nossos pensamentos.

Livro III

As Diversas Formas de Lógica que Regem as Opiniões e as Crenças

Capítulo I — Classificação das Diversas Formas de Lógica

1. Existem várias formas de lógica?

A lógica tem sido considerada até aqui como a arte de raciocinar e demonstrar. Mas viver é agir e, na maior parte das vezes, não é a demonstração que faz agir.

Mostraremos neste capítulo e nos seguintes que as diversas esferas de atividades, vital e psicológica, precedentemente enumeradas, são governadas por formas de lógicas diferentes.

Constituindo a ação, no nosso modo de ver, o único critério de uma

lógica, consideraremos como diversas as lógicas que conduzem a resultados dessemelhantes.

Num ato qualquer, o psicólogo não deve procurar isoladamente o objetivo visado, os meios empregados, o êxito ou o insucesso. Os únicos elementos que o interessam são os móveis gerais desse ato. Há ações virtuosas ou criminosas, hábeis ou inábeis, não as há ilógicas. Elas procedem, simplesmente, de lógicas distintas e nenhuma pode exclusivamente servir no julgamento das outras.

A lógica racional, por exemplo, é muito diferente das lógicas mística e afetiva para que possam ser interpretadas ou mesmo compreendidas. Determinando atos muitas vezes opostos, elas devem ser separadas. O mesmo se diria quanto à lógica coletiva e à lógica afetiva.

Considerar como diferentes as lógicas geradoras de resultados dessemelhantes é simplesmente aplicar a regra de classificação que faz colocar em categorias diversas fenômenos demasiado distintos para que possam ser confundidos.

2. As cinco formas de lógicas

Pode-se, julgamos, estabelecer cinco formas de lógica: 1º. lógica biológica; 2º. lógica afetiva; 3º. lógica coletiva; 4º. lógica mística; 5º. lógica racional. Nós nos limitamos agora a resumir em breves termos os seus caracteres, pois devemos consagrar a cada uma delas capítulos

especiais.

Lógica biológica

Os motivos que nos fizeram estabelecer esta forma de lógica seriam demasiado longos para que os pudéssemos enumerar aqui. Nós os daremos no capítulo consagrado ao seu estudo. Digamos simplesmente agora que a lógica biológica, que preside à substância dos seres e à criação das suas formas, não traz nenhum traço de influência das nossas influências, mas produz adaptações, dirigidas em determinado sentido, por forças que não conhecemos. Essas forças parecem agir como se possuíssem uma razão superior à nossa e nada têm de mecânicas, porquanto a sua ação varia a cada instante, conforme o objetivo a satisfazer.

A adjução às outras formas de lógica da lógica biológica, que domina grandemente a maioria das outras, preencherá uma lacuna dissimulada pelas velhas teorias metafísicas.

Lógica afetiva

Os psicólogos conheciam unicamente, outrora, a lógica racional. Começam a acrescentar a essa a lógica afetiva ou dos sentimentos, inteiramente distinta da lógica racional. Essas duas formas de lógicas diferem sobretudo em que as associações intelectuais podem ser

conscientes, ao passo que as dos estados afetivos permanecem inconscientes. A lógica dirige a maior parte das nossas ações.

Lógica coletiva

Esta forma de lógica não deve ser confundida com a precedente. Mostramos, há já muitos anos, que o homem em multidão procede diferentemente do homem isolado. Ele é, pois, guiado por uma lógica especial, porquanto ela implica a existência de elementos somente observáveis nas multidões.

Lógica mística

Esta forma de lógica é o resultado de um estado particular do espírito, chamado místico. Universal nos primeiros tempos da humanidade, parece ainda muito vulgar. Para as mentalidades místicas o encadeamento das coisas não oferece nenhuma regularidade, mas depende de seres ou de forças superiores, cujas vontades nos são simplesmente impostas. A lógica mística determinou e determina sempre grande número de atos da imensa maioria dos homens. Ela difere, como veremos, da lógica inconsciente dos sentimentos, não só porque é consciente e comporta uma deliberação, como, sobretudo, porque a sua influência pode determinar ações diametralmente contrárias às que seriam ditadas pela lógica afetiva.

Lógica racional

Esta lógica é a arte de associar voluntariamente representações mentais e de perceber as suas analogias e as suas diferenças, isto é, as suas relações. Ela é, mais ou menos, a única de que os psicólogos se tenham ocupado. Desde Aristóteles, inumeráveis livros lhe têm sido consagrados.

3. Coexistência das diversas formas de lógica

Todas as formas de lógicas que precedem podem se sobrepor, fundir ou contrair nos mesmos entes.

Conforme o tempo e as raças, uma delas chega, por vezes, a predominar, mas sem que nunca elimine inteiramente as outras.

A lógica afetiva levava um general, invejoso dos seus rivais, a declarar-lhes a guerra. A lógica mística fazia que ele consultasse os oráculos relativamente à data útil das operações a empreender. A lógica racional guiava a sua tática. Durante todos esses atos, a lógica biológica o fazia viver.

O estudo que se vai seguir, das diversas formas de lógica precedentemente enumeradas, fará melhor compreender os seus caracteres. O leitor não deverá esperar que se revele o mecanismo

dessas lógicas. É muito pouco conhecido, tanto para a lógica racional que é, entretanto, a mais estudada, quanto para as outras.

A existência das diversas formas de lógica só é demonstrada pelos seus resultados. Elas representam postulados que só se verificam pelas consequências decorrentes. As ciências mais exatas, a física, por exemplo, são igualmente obrigadas a colocar na sua base puras hipóteses, transformadas em verdades prováveis quando se demonstra a sua necessidade.

Todas as explicações da luz, do calor, da eletricidade, isto é, física quase integral, repousam na hipótese do éter. A essa substância totalmente desconhecida foi preciso atribuir propriedades incompreensíveis e mesmo inconciliáveis, como, por exemplo, uma rigidez superior à do aço, conquanto os corpos materiais nela se movam sem dificuldade. Um fenômeno novo obriga os físicos a darem ao éter propriedades novas contrárias às que já estão admitidas. Assim, depois de lhe haver atribuído uma densidade infinitamente mais fraca que a dos gases, agora se lhe concebe uma que é milhões de vezes superior à dos mais pesados metais.

Se o estudo de ciências tão precisas quanto a física necessita hipóteses, não poderia surpreender que procedêssemos analogamente numa ciência muito mais complicada, a psicologia.

O físico não afirma que o éter existe. Diz simplesmente que as coisas se passam como se o éter existisse e que todos os fenômenos ficariam incompreensíveis sem essa suposta existência.

Não afirmamos também a existência de formas de lógica que constituem entidades distintas; dizemos apenas que elas são necessárias e que os fatos se passam como se essas lógicas realmente existissem.

Capítulo II — A lógica Biológica

1. Papel da lógica biológica

Os mais simples, na aparência, dentre os fenômenos vitais, como sejam os que se observam nos seres vivos constituídos por uma única célula, são sempre extremamente complicados. As suas manifestações dependem de encadeamentos rigorosos, análogos àqueles aos quais se dá a denominação de lógica quando se aplicam a elementos intelectuais. Não há nenhum motivo para que não os designemos pelo mesmo termo.

A lógica biológica rege todos os fenômenos da vida orgânica. Os atos exercidos pelas várias células do corpo, alheios a qualquer participação consciente, não apresentam nenhum caráter de fatalidade mecânica e variam de acordo com as necessidades diárias. Parecem guiados por uma razão particular muito diferente da nossa e muitas vezes mais segura. Para mostrá-lo, bastará lembrar o que escrevi sobre esse

assunto no meu livro a Evolução da Matéria:

“Os edifícios atômicos que células microscópicas conseguem fabricar compreendem não só as mais sábias operações dos nossos laboratórios: eterificação, oxidação, redução, polimerização, etc., como também muitas outras mais difíceis, que não poderíamos imitar. Por meios insuspeitos, as células vitais constroem esses compostos complicados e variados albuminoides, celulose, gorduras, amido, etc., necessários para a conservação da vida. Elas sabem decompor os corpos mais estáveis, como o cloreto de sódio, extrair o azoto dos sais amoniacaes, o fósforo dos fosfatos, etc. Todas essas obras tão precisas, tão admiravelmente adaptadas a um objetivo, são dirigidas por forças de que não temos nenhuma ideia e que atuam exatamente como se elas possuíssem uma sagacidade muito superior à nossa razão. A obra que elas executam a cada momento da existência, paira muito acima do que pode realizar a ciência mais adiantada. O sábio capaz de resolver com a sua inteligência os problemas resolvidos a cada instante pelas humildes células de uma ínfima criatura seria de tal modo superior aos outros homens que se poderia considerá-lo como um deus.”

Os atos da vida biológica mostram a necessidade em que eles se acham de variar incessantemente. Se um corpo inútil ou perigoso for introduzido no organismo, será neutralizado ou rejeitado. O elemento útil é, ao contrário, expedido a órgãos diferentes e sofre transformações físicas muito sábias. Esses milhares de pequenas operações parciais se

emaranham sem se contrair, porque são orientadas com uma precisão perfeita. Desde que a rigorosa lógica diretriz dos centros nervosos se detém, é a morte.

Esses centros nervosos constituem, pois, o que se poderia chamar centros de raciocínio biológico. Eles dirigem a vida e a protegem, criando, segundo as circunstâncias, variados elementos de defesa. Como disse muito justamente o Dr. Bonnier: “Melhor do que qualquer fisiologista ou qualquer médico, eles sabem o que convém ao órgão doente. Despertar o seu torpor, quando ele se produz, é o único papel possível da ciência mais adiantada”.

Quando uma célula evolve para certa forma, quando o animal regenera inteiramente um órgão amputado, com nervos, músculos e vasos, verificamos que a lógica biológica funda, para esses acidentes imprevistos, uma série de fenômenos que nenhum esforço da lógica racional poderia imitar ou mesmo compreender.

É ainda a lógica que ensina ao pássaro o mecanismo do voo e como deve ele modificá-lo de conformidade com as circunstâncias. Longos séculos foram necessários ao homem para que a sua lógica racional lhe permitisse imitá-lo um pouco.

Essa precisão dos atos vitais, a sua adaptação quotidiana a condições incessantemente mutáveis, a sua aptidão em defender o organismo contra os imprevistos ataques do mundo exterior, fizeram considerar como necessária(4) a expressão “lógica biológica”.

A lógica biológica regula a duração do indivíduo e a da espécie à qual ele pertence. A vida individual é muito efêmera; a da espécie, muito mais longa, porém não eterna, porquanto nenhuma das espécies geológicas de que descobrimos os destroços subsistiu até aos nossos dias. Elas foram precedidas e seguidas por outras, de duração igualmente limitada.

As espécies parecem desaparecer quando, muito estabilizadas por uma pesada hereditariedade ancestral, já não se podem adaptar às variações do meio. Essa história do mundo vegetal e animal foi também a de muitos povos.

A infância de uma espécie, de um indivíduo ou de um povo caracteriza-se por uma plasticidade excessiva, que lhe permite adaptar-se a todas as variações de meio. A sua velhice vem acompanhada, ao contrário, de uma rigidez que impede a adaptação.

Compreende-se, pois, facilmente, que as transformações do meio, suscetíveis de fazer evoluir um ente no início da sua existência, o façam perecer no seu declínio. E isso nos explica porque os povos demasiados velhos desapareceram quando já não podem mudar.

Se a lógica biológica se limitasse a regular as funções da vida, poderíamos em rigor negligenciar o seu estudo. Ela mantém, igualmente, sob o seu domínio, importantes fatores das opiniões, das crenças e, por conseguinte, da maneira de agir.

Tendo os sentimentos por sustentáculo a vida, concebe-se que a lógica

biológica não somente influa na lógica afetiva, como também possa parecer confundir-se, por vezes, com ela. Não permanecem ambas, por isso, menos nitidamente separadas, pois a vida biológica é simplesmente o terreno no qual a vida afetiva vem germinar.

É, portanto, inexplicável que os psicólogos ignorem a lógica biológica. Ela é a mais importante de todas as formas de lógica, por ser a mais imperiosa. Quando comanda, as outras obedecem.

2. A lógica biológica e os instintos

As diferenças das lógicas biológica e afetiva são reveladas ainda pelo estudo dos fenômenos variados, habitualmente confundidos sob o nome de instinto. Bergson tem razão quando separa o instinto da inteligência, mas só parcialmente tem razão nesse ponto. Uma multidão de instintos constituem hábitos intelectuais ou afetivos acumulados pela hereditariedade. Para os fenômenos biológicos, não somente os mais simples, a fome ou o amor, como também os muito complicados, que se observam nos insetos, a separação entre eles e a inteligência parece completa.

O estudo de certas formas de instinto é extremamente difícil. Para lançar nele um pouco de luz, cumpre abandonar todas as ideias de psicologia clássica.

Deve-se, com efeito, admitir que, por processos desconhecidos, porém

inegáveis, já que os observamos, os seres da mais baixa categoria podem atuar em certos casos como faria o homem guiado por uma razão muito elevada.

E essa razão não se manifesta somente nos seres relativamente elevados, tais como os insetos, como também num organismo tão primitivo quanto o desses monocelulares, sem sexo e sem forma, que revelam a aurora da vida. Uma ameba, isto é, um simples glóbulo de protoplasma formado de granulações vivas, quando se quer apoderar de uma presa, executa atos adaptados ao fim que tem em mira, variando segundo as circunstâncias como se esse esboço de ser pudesse ter certos raciocínios. Observando os minuciosos cuidados de certos insetos na proteção dos ovos de que sairão larvas de uma forma muito diferente da sua e que, na maioria dos casos, eles jamais verão, Darwin declarava “que é infrutífero especular sobre esse assunto”.

As leis da lógica biológica permanecem, seguramente, incompreensíveis, mas devemos cuidadosamente notar os seus efeitos a fim de mostrar que não são, por forma alguma, submetidos a essa espécie de força cega a que se aplica a denominação de instinto.

Nada mais inteligente, ao contrário, do que os encadeamentos da lógica biológica. O seu mecanismo permanece ignorado, mas o sentido do seu esforço é acessível. Tem sempre por fim criar no indivíduo os meios necessários, seja a sua perpetuidade pela reprodução, seja a sua adaptação às condições exteriores.

Esses meios são de um engenho que nos ultrapassa. Numerosos

naturalistas, Blanchard, Fabre, etc., mostraram a perfeição dos atos dos insetos, como também o seu discernimento e a sua aptidão para mudar de proceder segundo as circunstâncias. Eles sabem, por exemplo, modificar a qualidade das matérias alimentares preparadas para as suas larvas, conforme devem ser machos ou fêmeas. Certos insetos que não são carnívoros, mas cujas larvas só se podem nutrir de presas vivas, paralisam-nas de modo que elas possam esperar, sem decomposição, o nascimento dos seres que as hão de devorar. Determinar uma paralisia semelhante seria uma operação difícil para um anatomista hábil. Ela não embaraça, entretanto, o inseto. Ele sabe atacar os únicos coleópteros cujos centros nervosos se aproximem até tocar-se, o que permite provocar a paralisia com um só golpe de agulhão. Na considerável quantidade de coleópteros, somente dois grupos, os charanções e os buprestes, satisfazem a essas condições. Fabre reconhece que ao instinto geral do inseto que o dirige nos atos imutáveis da sua espécie se sobrepõe alguma coisa de “consciente e de perceptível pela experiência. Não ousando chamar inteligência a essa aptidão rudimentar, pois aquela denominação seria muito elevada para ela. Eu a denominarei”, diz ele “discernimento”.

O que Fabre qualifica de “discernimento” produz resultados que o sábio mais hábil muito dificilmente conseguiria. Por isso, é ele obrigado a concluir que “o inseto nos maravilha e nos apavora pela sua alta lucidez”.

Numerosos fatos da mesma ordem, observados nas formigas e nas

abelhas por um sábio acadêmico, Gastão Bonnier, conduziram-no a atribuir aos insetos uma faculdade por ele denominada raciocínio coletivo.

Ele mostra que as abelhas obedecem rigorosamente as injunções decretadas pela “comissão diretora da colmeia” e variáveis segundo as informações trazidas pelas pesquisadoras, enviadas todas as manhãs aos arredores. Partindo da colmeia com tal ou tal ordem, o inseto pontualmente a executa. Se, por exemplo, a comissão manda buscar água a uma bacia, em vão se espalhariam ao lado gotas de xarope ou de mel, o inseto não tocará nisso. Aqueles que estão prepostos à colheita do néctar não se ocuparão de recolher o pólen, etc.

A organização social desses pequenos seres é rigorosamente estabelecida. Uma colmeia, diz o mesmo autor, “oferece um perfeito exemplo da constituição igualitária do socialismo de Estado. Nem amor, nem dedicação, nem compaixão, nem caridade; tudo é imolado à sociedade e à conservação por um trabalho incessante. Não há governo nem chefe; é uma disciplina sem subordinação. É o ideal do coletivismo realizado”.

Esses fatos, multiplicados pela observação, embaraçam cada vez mais os adeptos da velha psicologia racionalista. Tinha-se, outrora, para interpretá-los, um termo precioso, o instinto; mas é preciso reconhecer que, sob esse vocábulo gasto, se abriga uma ordem completa de fenômenos profundamente desconhecidos.

Outrora, o instinto era considerado como uma espécie de faculdade

imutável, concedida pela natureza aos animais no próprio momento da sua formação, para guiá-los através dos atos da vida, como o pastor conduz o seu rebanho. Descartes julgava que os animais eram simples autômatos e esse automatismo lhe parecia muito simples.

Tendo os animais sido mais bem estudados, foi preciso reconhecer a variabilidade desses pretensos instintos imutáveis. A abelha, por exemplo, sabe perfeitamente transformar a sua colmeia, desde que isso se torne necessário. Numa nota intitulada graduação e aperfeiçoamento do instinto nas vespas solitárias da África, inserta nas atas da Academia das Ciências, de 19 de outubro de 1908, o sr. Roubaud mostra entre as espécies do gênero *sinagris* “diferenças das mais notáveis, a tal ponto que se podem aí seguir as fases principais de uma insuspeita evolução do instinto dos solitários para o das vespas sociais”. Os ninhos, primeiramente solitários, antes de se aproximarem, representam sem dúvidas a forma primitiva das colônias de vespas sociais.

Os fatos observados nos insetos igualmente se observam em animais superiores. Eles são capazes de atos que implicariam uma ciência elevada, se a lógica racional os devesse ditar, como, por exemplo, a armazenagem de uma provisão de força viva para elevar-se no espaço sem trabalho. Esse resultado é obtido por muitos pássaros: andorinhas, falcões, etc. que, perseguindo as suas presas, descem de grande altura. Encolhem então as asas, deixam-se cair seguindo uma trajetória parabólica e utilizam, para galgar novamente o espaço, a força viva produzida pela sua queda, força considerável, porquanto é

representada pela metade do produto da massa pelo quadrado da velocidade. O pássaro sabe também captar a energia que encontra nas correntes de ar descendentes e adaptar-se imediatamente, por movimentos apropriados, às súbitas mudanças de direção do vento.

O termo de lógica biológica, que nós criamos, não poderia, seguramente, constituir uma explicação; tem, pelo menos, contudo, a vantagem de mostrar que todos os atos, supostamente inofensivos, dos animais, devem ser subtraídos a esse domínio das forças cegas ao qual se havia tentado limitá-los até aqui.

Renunciar às explicações puramente mecânicas como as de Descartes é compreender, ao mesmo tempo, que existe uma esfera imensa da vida física, completamente inexplorada, e de que apenas entrevemos a existência.

Os fatos que precedem são, aparentemente, um pouco alheios ao objetivo desta obra. Constituem, no entanto, uma parte essencial deste estudo.

Quando analisarmos os fatores das nossas opiniões e das nossas crenças, não nos deveremos esquecer de que, sob a superfície das coisas, se oculta um mundo de forças inacessíveis à nossa razão, mais pujantes do que essa razão, e que muitas vezes a conduzem.

Sem que abandonemos o domínio das verdades acessíveis, resumiremos este capítulo dizendo que a lógica biológica precedeu todas as outras e que a vida teria sido impossível sem ela. Se a sua

ação se interrompesse, o nosso planeta se tornaria um triste deserto, submetido às forças cegas da natureza, isto é, às forças ainda não organizadas.

Capítulo III — A Lógica Afetiva e a Lógica Coletiva

1. A lógica afetiva

Há muito tempo que se soube estabelecer a distinção na alma humana entre a esfera do sentimento e a da razão.

Mas é apenas recente a época em que se começou a falar da lógica dos sentimentos. Antes que se chegasse a diferenciar a lógica intelectual da lógica dos sentimentos, era preciso previamente reconhecer que a vida afetiva possui uma existência autônoma independente da vida intelectual.

Esta última surgiu muito tarde na história do mundo, ao passo que a existência afetiva e a lógica que ela implica têm guiado, desde os tempos geológicos, os seres vivos. Antes de conhecer, todos sentiram.

Conduzidos somente pela lógica biológica e a lógica afetiva, os animais têm perfeitamente vivido e cumprido o seu destino. Uma simples

galinha sabe criar os seus pintos, dirigi-los, ensiná-los a se nutrirem, protegê-los contra os seus inimigos. Essas operações são um pouco desdenhadas pelos psicólogos, que evitam assim o esforço que exige a compreensão desses fatos.

Quando só se conhecia a lógica racional, todos os nossos julgamentos tinham, na aparência, uma origem puramente intelectual. Assim acontece em todas as questões científicas; muito raramente, porém, nos assuntos usuais formados no decurso da vida quotidiana. Na maior parte das vezes é a lógica afetiva que lhes serve de base e se torna assim o nosso verdadeiro guia.

Reconhece-se cada vez mais a exatidão dessa preposição fundamental à medida que a influência dos elementos afetivos se torna mais compreendida. Nesse domínio, esclarecido por luzes alheias às da razão, as coisas se encadeiam, de nossa lógica racional.

Abandonada até aqui às fantasias dos romancistas e dos poetas, a lógica afetiva está destinada a representar um papel preponderante na psicologia do futuro. Como muito justamente diz Ribot, “as influências afetivas ocupam na vida física o primeiro lugar. O conhecimento surge não como senhor, mas como servidor”.

2. Comparação entre a lógica afetiva e a

lógica racional

Os caracteres respectivos da lógica racional e da lógica afetiva vão ser postos em evidência pelo seu confronto.

A lógica racional rege o ciclo da atividade mental consciente. A lógica afetiva domina o da atividade mental inconsciente.

Sendo inconscientes os encadeamentos da lógica afetiva, permanece pouco acessível a evolução dos nossos sentimentos. Somos senhores da nossa vida intelectual, mas não da nossa vida afetiva. Simpatia e antipatia são coisas que se refreia, mas não se governa. Há extrema distinção entre a lógica afetiva e a lógica racional para que tenham uma medida comum. É, portanto, impossível, como já disse, exprimir exatamente os elementos afetivos em termos intelectuais. A lógica racional não poderia compreender, traduzir, nem julgar os atos ditados pela lógica dos sentimentos.

As palavras, por meio das quais tentamos representar os sentimentos, muito mal os traduzem. Só o consentem um pouco por associação. O hábito de ligar os sentimentos ao som de certos vocábulos dá a estes últimos o poder de evocar representações mentais afetivas.

A música, verdadeira linguagem dos sentimentos, evoca-os melhor do que as palavras, mas, pela falta de precisão, só permite relações muito vagas entre os seres.

Ignorando a lógica racional, a lógica afetiva impõe, as mais das vezes,

uma resolução antes que a primeira tenha acabado de deliberar. A segunda não leva em conta razões, contradições ou princípios.

A lógica racional apoia-se em elementos objetivos tirados da experiência e da observação. Esses elementos são constituídos por fatos precisos, isolados, susceptíveis de medida. A lógica sentimental só tem como sustentáculos elementos subjetivos, formados em nós mesmos e cujo valor nenhuma medida permite apreciar de um modo exato. As representações mentais conscientes, criadas pela lógica afetiva, permanecem, por esse motivo, imprecisas.

Na lógica racional, as ideias se podem associar de conformidade com certas regras universalmente admitidas. Na lógica afetiva, os sentimentos se agrupam, em geral, fora do domínio da nossa vontade e segundo um mecanismo preciso, porém pouco conhecido. Podemos, quando muito, dizer que certos sentimentos fazem surgir outros, que com eles se combinam. A dor suscita a tristeza, o amor provoca o júbilo, a cólera origina o desejo da vingança, etc.

Em consequência do caráter objetivo que apresentam, as regras da lógica racional são aplicadas identicamente por todos os homens que chegaram a certo grau de cultura. É por isso que, relativamente aos assuntos científicos, eles acabam sempre por ficar de acordo. A lógica afetiva varia, ao contrário, de um assunto para outro, porque os sentimentos dos indivíduos são muito diferentes. Em todos os domínios que ela rege: crenças religiosas, morais, políticas, etc., o acordo é, por esse motivo, impossível.

Não podendo as regras da lógica afetiva serem universais como as da lógica racional, um tratado de lógica afetiva, verdadeiro para um indivíduo ou para certa categoria de indivíduos, não o seria para os outros. Um livro de lógica racional possui, ao contrário, um valor invariável para todos.

As precedentes considerações mostram que as mesmas coisas, consideradas no ponto de vista da lógica intelectual ou da lógica afetiva, necessariamente apresentam diferenças. O erro geral consiste em querer julgar com a razão fenômenos regidos pela lógica dos sentimentos.

Conquanto as leis da lógica afetiva sejam muito pouco conhecidas, a experiência tem ensinado certas regras empíricas, muitas vezes utilizadas pelos grandes oradores. Sem perder tempo em formular razões suscetíveis, quando muito, de convencer sem provocar a ação, eles despertarão progressivamente emoções, procurando variá-la, porquanto não ignoram que a sensibilidade provocada por um excitante determinado rapidamente se dissipa. Mediante hábeis gradações, palavras evocadoras, gestos, entonações, formam o ambiente sentimental em que as suas conclusões poderão ser aceitas.

Constituindo os sentimentos os verdadeiros móveis das nossas ações, é muito natural que a sua lógica nos conduza. Sublevando as paixões dos homens, muda-se a sua maneira de proceder; subjugando os corações, submete-se a vontade.

A única utilidade da lógica racional para um orador consiste em criar

cenários que lhe permitam ordenar os seus discursos.

Os elementos afetivos intervêm perpetuamente nas nossas concepções do mundo e se acham na base das nossas ideias morais, religiosas, políticas e sociais. As próprias verdades científicas estão impregnadas desses elementos nas suas teorias.

A lógica afetiva não nos governa, felizmente, sempre. Por um mecanismo que estudaremos mais adiante, a lógica intelectual consegue algumas vezes dominar as suas impulsões.

Dominação pouco fácil, aliás, porquanto, após acumulações de séculos, é ainda muito diminuta. Percebe-se, todavia, o caminho percorrido, quando se vê, pelo estudo dos selvagens, o que foram os primitivos dominados pela sentimentalidade pura.

Esses primitivos, inacessíveis à lógica intelectual, obedecem a todas as suas impulsões. Desde que a fome os impele precipitam-se contra a presa, inspirados pelo ódio, arremetem contra o inimigo. Tal era a existência dos primeiros homens que os filósofos da Revolução nos ofereciam como modelos.

3. A lógica coletiva

A lógica afetiva é um dos sustentáculos da lógica coletiva. Não estudaremos agora esta última, porquanto nos devemos ocupar dela no capítulo consagrado às opiniões e às crenças coletivas.

Recordaremos somente que a lógica afetiva e a lógica coletiva não podem ser confundidas: a última só se manifesta nas multidões e pode provocar atos contrários aos que são inspirados pela lógica afetiva.

Mais adiante se verá como a alma coletiva, momentaneamente criada por uma multidão, representa um agregado, muito especial, em que o impossível não existe, a previdência é ignorada, a sensibilidade sempre se manifesta hipertrofiada e a lógica racional é inteiramente desprovida de ação.

Acabamos de mostrar neste capítulo que a lógica afetiva constitui, com a lógica mística que vai ser estudada agora, o verdadeiro móvel dos nossos atos. Para agir, cumpre, primeiramente, sentir. Desde que sentimos, essa lógica intervém.

A sua influência dominou todos os tempos. Somente muito tarde o homem aprendeu a subtrair-se um pouco à sua força. Não chegou ainda o momento em que a lógica racional domine a lógica afetiva ao invés de ser dominada por ela.

Capítulo IV — A Lógica Mística

1. Os característicos da lógica mística

A lógica racional é uma lógica consciente, que ensina a raciocinar, deliberar, fazer demonstrações e descobertas.

A lógica dos sentimentos é uma lógica inconsciente, origem habitual do nosso modo de agir e cujos encadeamentos escapam, muitas vezes, à ação da inteligência.

A lógica mística, de que nos vamos ocupar agora, corresponde a uma fase superior da vida mental. Os animais não a conhecem, conquanto possuam grande número dos nossos sentimentos.

Inferior à lógica racional, fase de evolução ainda mais elevada, a lógica mística tem, contudo, desempenhado um papel preponderante na história dos povos, em virtude das crenças que suscita. Ela é a origem de interpretações, alheias, sem dúvida, à razão, mas que constituíram poderosos móveis de ação. Se a lógica racional houvesse substituído outrora a lógica mística, o curso da história teria mudado.

Semelhante à lógica afetiva, a lógica mística aceita as contradições; não é, porém, inconsciente como a primeira e traduz, frequentes vezes, uma deliberação.

O critério que nos guiou na classificação das diversas formas da lógica, a ação, nitidamente revela a distinção entre a lógica mística e a lógica afetiva. Esta última inspira, com efeito muitas vezes, atos contrários aos nossos mais evidentes interesses, que a lógica afetiva jamais

ditaria. A história política dos povos encerra numerosos exemplos disso, e a sua história religiosa ainda mais. Sem dúvida, em casos análogos àqueles a que faço referência e em que se assiste ao desaparecimento de estados afetivos tão fortes quanto o pudor e o amor materno, é possível objetar que esse desaparecimento pode resultar da simples substituição de um sentimento por outro. Mas qual é a causa dessa substituição?

Não se deve, seguramente, procurar essa causa na lógica racional, pois nenhuma razão aconselharia semelhantes atos. Cumpre, ainda menos, pesquisá-la na lógica afetiva. Deve-se, portanto, forçosamente, invocar um mecanismo psicológico diferente. É esse mecanismo que constitui a lógica mística.

Examinando o seu papel na história da civilização, veremos desenhar-se ainda mais nitidamente tudo quanto a separa da lógica afetiva.

Na lógica mística, as causas naturais — as únicas aceitas pela lógica racional — são substituídas pelas caprichosas vontades de seres ou de forças superiores que intervêm em todos os atos e que cumpre temer e atrair a si.

A lógica mística reinou exclusivamente na fase primitiva da humanidade e, não obstante os progressos da lógica racional, a sua influência está ainda muito viva.

O poder da lógica mística se observa, principalmente, em espíritos a que justamente se deu a designação de místicos, termo que nos serviu

para definir a sua lógica.

A mentalidade mística se revela pela atribuição a um ente, a um objeto determinado ou a uma potência ignorada, de um poder mágico independente a qualquer ação racional.

As consequências dessa mentalidade variarão conforme os espíritos. Para uns ela servirá de apoio a crenças religiosas definidas, de contornos determinados sob a forma de divindades. Para outros, as forças superiores permanecerão vagas, porém igualmente poderosas. O espírito místico se manifestará então mediante uma superstição qualquer. O ateu pode ser tão místico quanto um perfeito devoto; frequentemente ele o é ainda mais.

Dá-se uma prova de espírito místico quando se atribui a um amuleto, a um número, a uma água milagrosa, a uma peregrinação, a uma relíquia, certas propriedades sobrenaturais. Esse espírito se manifesta ainda quando se supõe que tal ou qual instituição política ou social tem o poder de transformar os homens.

O misticismo muda incessantemente de forma, porém conserva como fundo imutável o papel atribuído a poderes misteriosos. O tempo, que faz variar o objeto do misticismo, mantém a intangibilidade daquele elemento.

Indiferente a qualquer crítica, o misticismo suscita nos seus adeptos uma credulidade ilimitada. Muitos homens que se qualificam de livres-pensadores porque rejeitam os dogmas religiosos, firmemente creem

nos pressentimentos, nos presságios, na força mágica da corda do enforcado ou do número treze. Para eles, o mundo se acha povoado de coisas que dão felicidade ou provocam infortúnios. Não há jogador cuja convicção nesse ponto não esteja solidamente estabelecida.

Sendo ilimitada a fé do místico, nenhum absurdo racional o poderia molestar. Ele é impermeável à razão, à observação e à experiência. O insucesso das suas previsões não lhe prova nada, pois as potências sobrenaturais são, por definição, caprichosas e não se submetem a nenhuma lei.

À medida que o homem se civiliza, o espírito místico, universal em todos os selvagens, gradualmente se circunscreve e se localiza em certos assuntos. E, nesse ponto, a mentalidade do civilizado não se distingue absolutamente da do primitivo, pois nenhum argumento científico lhe abala a fé. Esse fato de observação contribuirá para que apreendamos a gênese das crenças ocultistas adotadas por certos sábios eminentes.

Os progressos da razão não hão de poder, sem dúvida, abalar o misticismo, porquanto ele terá sempre como refúgio o domínio do além-túmulo, inacessível à ciência. Os espíritos curiosos desse além-túmulo são, naturalmente, inumeráveis.

2. O misticismo como base das crenças

É no misticismo que germinam as crenças religiosas e todas aquelas que, sem trazerem esse nome, revestem as mesmas formas, principalmente certas crenças políticas.

As consequências da lógica mística se observam, sobretudo, entre os selvagens. Desprovidos de qualquer noção de leis naturais, vivem num mundo povoado de espíritos, que cumpre conjurar incessantemente.

Atrás de cada realidade visível, imaginam sempre uma potência invisível que a determina.

No homem civilizado, as crenças são menos rudimentares, porque a noção de leis necessárias lhe é imposta por toda a sua educação. Ele não as poderia negar, mas admite que as preces podem determinar as potências naturais a interromperem a ação dessas leis. A lógica mística e a lógica racional subsistem, assim, por vezes, simultaneamente, no mesmo espírito, sem que se possam fundir.

A credulidade do verdadeiro crente é geralmente ilimitada, e nenhum milagre o poderia surpreender, porquanto é infinito o poder do Deus que ele invoca. Vê-se na catedral de Orviedo um cofre que, diz a notícia distribuída aos visitantes, foi instantaneamente transportado de Jerusalém através dos ares. Encerra: “o leite da mão de Jesus Cristo, os cabelos com que Maria Madalena enxugou os pés do Salvador, a vara com que Moisés separou as águas do mar Vermelho, a carteira de S. Pedro, etc.”.

Esse documento, análogo a milhares de outros, mostra até que ponto o fetichismo místico permanece vivo. Se considerarmos que ele é independente da qualidade do seu objeto, incluiremos na mesma família o gri-gri do negro, a relíquia encerrada no cofre de ouro de uma majestosa catedral e a corda do enforcado. Devem esses documentos ser contemplados com indulgência, primeiramente porque são criadores de uma esperança de felicidade, depois porque correspondem a certas necessidades indestrutíveis do espírito.

Se acompanhássemos a ação da lógica mística através de todos os elementos da existência social, nós a veríamos exercer-se nas artes, na literatura, na política e até na arte de curar. A época literária chamada romântica é disso uma manifestação. Os artistas têm somente convicções místicas. Os métodos da análise racional são, geralmente, ignorados por eles.

Mas é principalmente em política que se observa a influência do espírito místico. Radicais, anticlericais, maçons e todos os sectários de partidos extremos vivem em pleno misticismo. A classe operária é, igualmente, dominada por um misticismo intenso.

Como as regiões em que a ciência pode penetrar permanecem muito limitadas, ao passo que não têm limites as nossas aspirações, a lógica mística dominará, sem dúvida, ainda muito tempo, a humanidade.

Criadora das leis, dos costumes, das religiões, ela fez surgir todas as ilusões que até aqui têm guiado a humanidade. O seu poder é bastante vasto para transformar o irreal em real. Sob a sua ação, milhões de

homens conheceram o júbilo, a dor ou a esperança. Todo o ideal saiu do seu seio.

Lógica mística, lógica sentimental e lógica racional representam três formas da atividade mental irredutíveis uma na outra. Seria, portanto, inútil pô-las em conflito.

Capítulo V — A Lógica Intelectual

1. Os elementos fundamentais da lógica intelectual

A lógica intelectual tem sido o assunto de inúmeros escritos de uma utilidade, aliás, medíocre. Se a ela aludimos aqui, é, primeiramente, porque representa certo papel na gênese das opiniões e, em seguida, para precisar os pontos em que ela difere das outras formas de lógica, estudadas nos capítulos precedentes.

Começemos por iniciar alguns dos elementos nos quais se funda o exercício da lógica racional: a vontade, a atenção e a reflexão.

A vontade

É a faculdade de resolver-se a praticar um ato; compreende, geralmente, três fases: deliberação, determinação, execução. Uma determinação chama-se volição, uma resolução tem também o nome de decisão.

A vontade é, ao mesmo tempo, de origem afetiva e racional. É de origem afetiva porque todos os móveis dos nossos atos têm um *substratum* afetivo. É de origem racional porque, graças à atenção e à reflexão, podemos combinar no espírito representações mentais suscetíveis de se anularem.

Contrariamente ao que ensina a psicologia, diremos que a vontade pode ser consciente ou inconsciente. As vontades conscientes são as mais fortes. Os animais não possuem outras, e o mesmo se diria da maior parte dos homens.

Se dificilmente se reconhecem as formas inconscientes da vontade, é porque a razão, intervindo depois dos atos para explicá-los, imaginamos que ela os ditou.

Descartes, imitado nisso por muitos filósofos modernos, fazia da vontade uma espécie de entidade aposta à inteligência, que constituía o princípio das nossas crenças.

No seu conceito, crer é dar ou recusar voluntariamente o seu assentimento a uma ideia proposta pela inteligência. Essa teoria, muito

defendida ainda, será combatida nesta obra, na qual espero mostrar que a crença quase nunca é voluntária.

Aristóteles se aproximava muito mais do que Descartes das ideias aqui expostas, quando fundava a sua psicologia na distinção entre as faculdades sensitivas e as faculdades intelectuais. Da combinação das duas resultava, no seu juízo, a vontade, que seria, assim, um efeito e não mais uma causa.

Aristóteles, como se vê, opunha a sensibilidade à inteligência, ao passo que Descartes erguia diante dela a vontade. Longe de representarem sutilezas vãs, essas distinções são, ao contrário, importantes. A teoria, sempre predominante, de que a crença é voluntária e racional repousa em conceitos análogos aos de Descartes.

A atenção

A atenção é o ato pelo qual, sob a ação de um excitante ou da vontade, o espírito se concentra num objeto, com exclusão dos outros, ou na representação mental desse objeto, ou ainda nas ideias que ele suscita.

A atenção permite eliminar estados de consciência alheios ao que nos interessa, como também isolar do caos das coisas o assunto que nos atrai.

Diversos autores consideram a atenção como uma forma da vontade. A atenção se acha, seguramente, sob a dependência da vontade, mas

não deve ser identificada com ela.

A atenção não poderia ser também confundida com a inteligência, pois é apenas um dos elementos de que esta última se utiliza.

Os objetos que nos cercam impressionam todos os nossos sentidos. Se nós os distinguíssemos igualmente, como sucede, por exemplo, à objetiva fotografica, o cérebro se acharia repleto de imagens inúteis.

Graças à atenção só distinguimos as coisas proporcionalmente às nossas necessidades e podemos concentrar num único objeto toda a nossa capacidade intelectual, sem a disseminarmos ao acaso.

Os animais são capazes de atenção, mas essa faculdade é neles involuntária, ao passo que no homem pode ser voluntária.

Do seu desenvolvimento resulta, em grande parte, a nossa força intelectual. A criança e o selvagem possuem muito diminuta atenção voluntária. Quanto mais suscetível de atenção e, por conseguinte, de reflexão, for o homem, tanto mais considerável será a sua força intelectual. Um Newton sem grande capacidade de atenção não é concebível. A intuição genial que subitamente surge foi sempre precedida de uma atenção paciente e de uma longa reflexão.

A reflexão

Quando surge a reflexão o homem adquire a faculdade de raciocinar,

que é constituída pela aptidão de trazer ao espírito e fixar mediante a atenção as representações mentais derivadas das sensações ou das palavras que são os seus sinais. Pode-se, então, combiná-las, compará-las e formar desse modo os julgamentos. Estes nos fazem conhecer não as coisas em si mesmas, porém as suas relações, único objetivo acessível da ciência. A aptidão para refletir implica sempre a aptidão para a atenção. A capacidade de atenção fácil comporta a faculdade de reflexão medíocre.

A reflexão permite raciocinar convenientemente sob condição de que não intervenham as lógicas afetiva e mística. Desde que os assuntos sobre os quais se quer raciocinar caem no campo da crença, a reflexão perde o seu poder crítico.

2. Papel da lógica racional

A lógica racional manifesta-se pela associação, mediante a reflexão e de acordo com o mecanismo precedentemente indicado de representações mentais ou de palavras que as traduzam.

Ela foi considerada durante muito tempo como base das nossas crenças. Admitimos, ao contrário, que a lógica racional não suscitou nenhuma crença. O seu único papel possível consiste em abalá-las.

Mas, se o papel da lógica racional é nulo na gênese da crença, é, ao contrário, capital na constituição do conhecimento. Todo o edifício das

ciências e o colossal desenvolvimento da indústria moderna, que é a sua consequência, repousam nela.

Não se poderia, pois, exagerar a sua força; cumpre, no entanto, saber reconhecer também os limites que ela ainda não ultrapassou. Os fenômenos da vida e do pensamento sempre se lhe mantêm fechados. O seu domínio é o da matéria bruta, isto é, momentaneamente estabilizada pela morte ou pelo tempo. Sobre os fenômenos que representam um movimento constante, como a vida, ela projetou luzes muito incertas.

Reinando a ciência, visivelmente sem rival no domínio do conhecimento, durante muito tempo se supôs que a lógica intelectual, de que ela deriva, serviria para explicar a gênese e a evolução das crenças.

Esse erro persistiu durante séculos, e a psicologia começa apenas a libertar-se dele.

A observação deveria ter, entretanto, mostrado que os seres atuam antes de raciocinar e compreender e são, por conseguinte, guiados nos seus atos por outras formas de lógica.

Compenetrado dessa evidência, na qual muitas vezes insisto porque é ainda muito nova, reconhece-se que a lógica racional desempenha um papel bastante secundário na vida dos indivíduos e dos povos.

Não é necessário raciocinar para agir, e menos ainda compreender. O mais modesto inseto atua como deve, sem se preocupar com a nossa

lógica.

A compreensão e a razão são formas da atividade dos seres inteiramente independentes da ação. Elas não fazem mais do que obstá-la, mostrando em demasia os seus perigos.

Graças às suas impulsões afetivas e místicas, os homens mais vulgares podem agir sem que tenham a menor suspeita quanto à origem dos seus atos. É inútil tentar com eles o emprego de argumentos de ordem intelectual. Em consequência da sua diminuta faculdade de compreensão, eles lotam um desprezo categórico a tudo quanto é superior à sua inteligência. Querer inculcar-lhes no espírito certas ideias racionais seria imitar a criança que procura introduzir uma laranja num dedal. Cumpre saber medir a capacidade, geralmente restrita, do cérebro dos indivíduos e dos povos, antes de tentar introduzir nele algumas verdades racionais.

O papel da lógica racional no governo dos povos foi sempre muito fraco e somente se manifesta nos discursos. Não é, repito, a razão, porém o sentimento que os comove e, por conseguinte, que os conduz. Para mover, cumpre comover.

Mostraremos adiante que, na luta entre a lógica racional e a lógica afetiva, a primeira é quase sempre vencida. Os psicólogos chegam a reconhecê-lo cada vez mais: “Supor”, escreve Ribot, “que uma ideia nua, seca, uma concepção abstrata sem acompanhamento afetivo, semelhante a uma noção geométrica, tenha a menor influência no procedimento humano é um absurdo psicológico”.

Está longe o momento em que o mundo será conquistado pelo raciocínio filosófico. Ele tem sido sempre, ao contrário, até aqui, perturbado por crenças que a lógica racional desdenha, mas que não pode absolutamente combater.

3. Tardio aparecimento da lógica racional. Ela não procede da natureza, mas foi criada contra a natureza

Já notei que a lógica racional foi a última que se manifestou. As outras formas de lógica bastaram para guiar todos os seres desde os tempos geológicos até aos nossos dias.

A lógica racional não é absolutamente originada pela natureza, é uma manifestação do homem contra a natureza. Graças a essa criação da sua inteligência, ele sofre cada vez menos a influência das forças que o envolvem e cada dia mais consegue submetê-las. Isso representou uma conquista capital.

Para reconhecer que a lógica racional não é um produto da natureza, porém uma criação do homem contra ela, cumpre observar que os seus esforços consistem, sobretudo, em lutar contra as ações naturais.

Totalmente indiferente ao destino do indivíduo, a natureza só se ocupa do destino da espécie. Perante ela todos os seres são iguais. A existência do mais pernicioso micróbio é cercada de tantos cuidados

quanto a do maior gênio.

Graças à aquisição da lógica racional, pudemos combater as leis ferozes do universo e conseguir por vezes vencê-las.

O verdadeiro objetivo da ciência é essa luta constante contra as iniquidades naturais. Nós só as sofremos agora até aos limites precisos a que chega o nosso conhecimento. No dia em que os mecanismos das lógicas biológica e afetiva forem conhecidos, saberemos dominá-los inteiramente. O homem terá então o poder atribuído aos seus antigos deuses.

A ciência não chegou ainda, evidentemente, a esse ponto. Acha-se mesmo muito longe dele. Conquanto cada dia circunscrevamos um pouco mais o poder fatal da natureza, somos obrigados a suportá-la, adaptando-nos a ela.

Esse imenso poder é talvez maior ainda do que a ciência o supõe. Nós estamos sujeitos à natureza, mas não se acha ela também submetida, segundo as palavras atribuídas por Ésquilo a Prometeu, acorrentada ao seu rochedo, às necessidades que regem o destino e às quais os próprios deuses devem obedecer? A filosofia não está bastante adiantada para responder a tais interrogações.

Livro IV

Os Conflitos das Diversas Formas de Lógica

Capítulo I — O Conflito dos Elementos Afetivos, Místicos e Intelectuais

1. Os conflitos das diversas lógicas na vida cotidiana

Os fatores das opiniões e das crenças são interpretados pelas diversas formas de lógica que descrevemos. Por serem diferentes, devem entrar muitas vezes em conflito. Como é ele resolvido?

De fato, ele só excepcionalmente se manifesta. Na vida diária, estabelece-se uma espécie de equilíbrio entre as impulsões contrárias das diversas lógicas e, conforme o tempo, o meio e o momento, a nossa mentalidade se deixa dominar por uma ou por outra.

O equilíbrio que acabamos de indicar não é uma fusão, porém uma superposição das diversas formas de lógica, cada uma das quais mantém independente a sua ação.

Essa superposição de lógicas dissemelhantes no mesmo indivíduo dá imediatamente a solução de um problema sempre embaraçoso. Como podem espíritos superiores, habituados a rigorosos métodos científicos, aceitar crenças religiosas, políticas, espíritas, ocultistas, etc., que, perante a lógica racional, libertada de qualquer elemento estranho, não suportam um exame?

A resposta é, na realidade, muito simples.

Nas suas concepções científicas, esses espíritos são guiados pela lógica racional. Nas suas crenças, obedecem às leis da lógica mística ou da lógica afetiva.

Um sábio passa da esfera do conhecimento à da crença, como mudaria de habitação. O erro de que é vítima muitas vezes consiste em querer aplicar às interpretações das lógicas místicas ou afetiva os métodos da lógica intelectual, a fim de basear cientificamente as suas crenças.

Destruído o equilíbrio entre as várias formas de lógicas, elas entram em luta. Raramente nesse conflito vence a lógica racional, que se deixa facilmente torturar, aliás, a fim de colocar-se ao serviço das concepções mais infantis. Por isso, em matéria de crença religiosa, política ou moral, toda a contestação é inútil. Discutir racionalmente com outrem uma opinião de origem afetiva ou mística só terá como resultado

exaltá-lo. Discuti-la consigo mesmo também não a abala, salvo quando ela chegou a um grau de enfraquecimento tal que a sua força inteiramente se dissipou.

Os resultados de uma luta entre a lógica mística e a lógica racional não poderiam ser postas mais em evidência do que pelo exemplo de Pascal, examinado minuciosamente em outro capítulo desta obra. Seria inútil insistir agora neste ponto.

Nós nos limitaremos, portanto, no que se vai seguir, a estudar o conflito entre a lógica afetiva e a lógica racional. A luta é menos desigual do que no caso precedente, porquanto a inteligência pode, mediante diversos artifícios, não lutar diretamente contra os sentimentos, porém opor sentimentos a sentimentos a fim de tentar submeter aqueles que ela quer dominar.

2. Conflito dos elementos afetivos e intelectuais: ação das ideias nos sentimentos

Os sentimentos que nos conduzem atuam muito nas ideias, ao passo que estas últimas atuam muito pouco neles. A ideia só é, geralmente, a conclusão de um sentimento, cuja evolução permanece inconsciente e, portanto, ignorada.

É precisamente porque essa vida dos sentimentos permanece

desconhecida que a inteligência exerce nela tão diminuta ação. Basta que nos observemos para nos convenceremos a que ponto as nossas faculdades efetivas evoluem fora da nossa vontade. Apresentam uma espécie de germinação lenta, análoga à que foi muito bem descrita pelo poeta filósofo Sully-Prudhomme no seu célebre soneto “O vaso quebrado”. Uma palavra, um gesto, quase insignificantes em determinado momento, podem, com o tempo, transformar a amizade em indiferença e, algumas vezes, mesmo em antipatia.

O verdadeiro papel da inteligência no agregado de sentimentos que formam o caráter consiste em isolar alguns, torná-los mais intensos por meio de uma contínua representação mental, dando-lhes a força necessária para dominar certas impulsões. Ela pode chegar, por esse predomínio de um estado afetivo relativamente a outro, a elevar o indivíduo acima de si mesmo, pelo menos momentaneamente.

Graças ao seu poder de associar as representações mentais afetivas e intelectuais, a inteligência pode, pois, por vezes, utilizar esses sentimentos, como um arquiteto saberá, com as mesmas pedras, construir edifícios diferentes.

Essa ação de inteligência nos sentimentos não é ilimitada e parece mesmo assaz restrita. Mostra, com efeito, a observação que, se os sentimentos são muito intensos, a inteligência perde todo o poder. A força de certos sentimentos pode tornar-se tal que, não só a inteligência, como também os interesses mais evidentes do indivíduo perdem a influência. Daremos vários exemplos disso no capítulo das

crenças.

Se os sentimentos não se transformam diretamente em ideias, são, contudo, criadores de ideias, evocadoras, por seu turno, de outros sentimentos. Mantendo assim a sua independência, essas duas esferas da atividade mental atuam constantemente uma na outra.

As ideias exercem, pois, embora indiferentemente, uma ação inegável na nossa vida individual e coletiva; mas, repito, o seu papel só é possível sob a condição de apoiar-se num *substratum* afetivo.

Como as ideias surgem dos sentimentos, as lutas entre ideias não são, na realidade, mais do que lutas entre sentimentos. Os povos que combatem aparentemente por ideias, lutam por sentimentos dos quais essas ideias se derivam.

Os estados afetivos que não têm ensejo de manifestar-se perdem, não a existência, mas a força, como todos os órgãos sem emprego. Assim, as funções outrora exercidas pelas nobrezas inglesa e francesa apresentavam qualidades de caráter que desapareceram com a cessação das funções. Tendo essas classes sociais perdido as suas qualidades de ordem moral, sem adquirir a inteligência, que elas não tinham tido ensejo de exercer, tornaram-se inferiores às classes outrora dominadas. Era, pois, inevitável que a influência da nobreza, depois de haver sido destruída em França pela Revolução, ficasse hoje muito abalada na Inglaterra.

Essa lei, ignorada pelos nossos educadores, de que um sentimento não

praticado se atrofia, parece ter uma aplicação geral. A história dos povos fornece, nesse particular, numerosos exemplos. Os nossos instintos guerreiros, tão desenvolvidos na época da Revolução e do Império, acabaram por dar lugar a um pacifismo e a um antimilitarismo cada dia mais divulgados, não somente nas massas, como também entre os intelectuais. Daí resulta este estranho contraste: à medida que as nações se tornam mais pacíficas, os seus governos não cessam de aumentar os armamentos.

A razão dessa aparente anomalia é simples. Os indivíduos obedecem ao seu egoísmo pessoal, ao passo que os governantes são obrigados a preocupar-se do interesse coletivo. Mais esclarecidos do que as multidões e os retóricos, eles sabem, por experiências seculares, que toda a nação que se enfraquece é logo invadida e saqueada pelos vizinhos. (5)

As nações modernas não escaparam mais a essa lei do que as suas predecessoras das civilizações antigas. Polacos, turcos, egípcios, sérvios, etc., só evitaram as invasões destruidoras deixando-se despojar do todo ou de parte dos seus territórios.

A evolução ou, melhor, a transposição dos sentimentos, de que acabamos de mostrar algumas consequências, opera-se sob influências diversas. O meio social é uma das mais importantes. Para adaptar-se a ele, o indivíduo é forçado a deixar adormecidos certos estados afetivos e a utilizar outros, que o exercício constantemente fortalece. Tal deveria ser o papel de uma educação bem entendida, isto é, desejosa

de desenvolver as qualidades fundamentais do caráter e principalmente a iniciativa, a coragem e a vontade, que outros sentimentos naturais podem contrabalançar. Opondo-se à iniciativa, o receio das responsabilidades a anula; contrariada pelo egoísmo individual, a dedicação ao interesse coletivo rapidamente se dissipa, etc.

3. Luta dos sentimentos contra os sentimentos: as ações inibidoras

Todos os primitivos: selvagens, animais, etc., tendem constantemente a deixar agir os seus instintos. Desde, porém, que os primeiros vivem em tribos e os segundos são domesticados, a necessidade os ensina a refrearem alguns instintos.

Eles só o conseguem opondo um sentimento muito forte — receio do castigo, esperança da recompensa, por exemplo — a outro sentimento, cujas impulsões se teria a tentação de seguir.

A aptidão em dominar os impulsos afetivos representa um formidável elemento da civilização. Nenhuma vida social é possível sem essa base essencial de toda a moral.

As ações inibidoras mantidas pelo costume, pela moral e pelos códigos representam, não uma luta contra os sentimentos e a razão, mas, como mostrei, entre os sentimentos diversos que a razão põe em presença.

Os códigos civis ou religiosos sempre tiveram por objetivo principal

exercer uma ação inibidora nas manifestações de certos sentimentos.

Toda a civilização traduz constrangimento e sujeição. Aprendendo, sob a rigorosa lei das primeiras obrigações sociais, a dominar um pouco as suas impulsões, o primitivo desprende-se da animalidade pura e chegou à barbárie. Forçado a refrear-se mais, ele se elevou até à civilização. Esta só se mantém enquanto persiste o domínio do homem sobre si mesmo.

Semelhante sujeição exige um esforço de todos os instantes. Seria quase impossível se hábitos, que a educação pode fixar, não acabassem por facilitá-lo, tornando-o inconsciente.

Suficientemente desenvolvida, a disciplina interna pode chegar assim a substituir a disciplina externa; mas, quando não se soube criar uma, cumpre resignar-se a suportar a outra. Recusar uma e outra é retroceder aos tempos de barbárie. Os sentimentos nos conduzirão sempre, mas nenhuma sociedade pode subsistir sem que os membros aprendessem a mantê-los nos limites abaixo dos quais começam a anarquia e a decadência.

Os sentimentos refreados pelas necessidades sociais, que codificam as leis, não são por isso destruídos. Libertadas das suas peias, as impulsões naturais primitivas sempre reaparecem. Explicam-se assim as violências que acompanham as revoluções. O civilizado retrocede à barbárie.

Capítulo II — O Conflito das Diversas Formas de Lógica na Vida dos Povos

1. Consequências da destruição das ações inibidoras dos sentimentos na vida social

A necessidade de refrear os sentimentos nocivos à sociedade por meio de outros sentimentos fixados pela educação, a moral e os códigos, constitui, acabamos de dizer, o princípio fundamental da vida coletiva, e nunca em vão os povos o desconhecem.

Ninguém se liberta dos sentimentos que o meio social tinha penosamente conseguido conter, sem criar anarquia. O seu primeiro sintoma é um rápido acréscimo da criminalidade, tal como o que hoje se observa em França. É favorecido, aliás, pelo desenvolvimento do humanitarismo, que paralisa a repressão e tende, por conseguinte, a destruir todos os freios.

A nossa democracia atual sofre cada vez mais as consequências da supressão dessas ações inibidoras, as únicas que podiam contrabalançar os sentimentos antissociais.

O ódio das superioridades e a inveja, que se tornaram os flagelos da democracia e ameaçam a sua existência, derivam de sentimentos

muito naturais para que não tivessem subsistido sempre. Mas, nas sociedades hierarquizadas do passado, a sua manifestação era difícil.

Tendo adquirido hoje livre impulso, incessantemente alentados por políticos ávidos de popularidade e universitários descontentes da sua sorte, esses sentimentos exercem constantemente a sua desastrosa tirania.

Foi necessária uma grande dissociação das ações inibidoras, mais ou menos firmadas pela hereditariedade, para que se tivesse podido assistir a atos como a revolta dos empregados postais, a dos empregados dos caminhos de ferro e, finalmente, de muitas cidades de um grande departamento.

Essas desagregações sociais só se tornaram, aliás, possíveis pelas repetidas capitulações de governantes, dominadas pela fraqueza que o medo inevitavelmente determina. Diante da fraqueza dos códigos, progressivamente se criou a noção de que empregar a ameaça e a ação direta era um meio seguro de alterar leis outrora consideradas como invioláveis.

E se os governantes têm chegado a fazer tão covardes concessões, tem sido isso devido a uma ignorância profunda de certas noções psicológicas, que nenhum estadista devia desconhecer e que, outrora, eles não ignoravam.

Dentre essas noções, uma das mais fundamentais é a seguinte:

Uma sociedade subsiste graças ao fator de manter a convicção

hereditária de que cumpre respeitar religiosamente as leis em que se funda o organismo social.

A força que os códigos possuem para impor a obediência é, sobretudo, moral. Nenhuma potência material conseguiria tornar respeitada uma lei que toda a gente violasse.

Se um gênio malfazejo quisesse destruir uma sociedade em poucos dias, bastar-lhe-ia sugerir a todos os seus membros a recusa de obedecer às leis. O desastre seria muito maior do que uma invasão a que se seguisse a conquista. Um conquistador limita-se geralmente, com efeito, a mudar o nome dos senhores que dispõem do poder, mas é seu interesse conservar cuidadosamente os quadros sociais cuja ação é sempre mais eficaz do que a dos exércitos.

Destruir a crença na necessidade do respeito aos freios sociais, representados pelas leis, é preparar uma revolução moral infinitamente mais perigosa do que uma revolução material. Os monumentos saqueados rapidamente se reconstróem, mas para refazer a alma de um povo, são necessários, em muitos casos, alguns séculos.

Já tivemos de suportar, em várias épocas da nossa história, essas desagregações mentais, e no seu livro sobre Joana d'Arc Hanotaux indicou uma delas em termos preciosos:

“Quando foi abolida toda a hierarquia, quando o próprio comando dissipou a sua autoridade, quando, pelos seus erros, ele deixou de ser respeitado, quando o organismo social está derrotado, fica livre

o campo para as iniciativas individuais. Elas surgem e, segundo as leis naturais, procuram o crescimento e a florescência na deliquescência das instituições destruídas”.

Combatendo a tradição em nome do progresso e sonhando destruir a sociedade para apoderar-se das suas riquezas, como Átila sonhava saquear Roma, os sectários não veem que a sua vida é um estreito tecido de aquisições ancestrais, sem as quais não viveriam um só dia.

Sabe-se como finalizam sempre semelhantes tentativas. Será, entretanto, preciso suportá-las ainda sem dúvida, pois só a experiência repetida instrui. As verdades formuladas nos livros são palavras vãs. Só penetram profundamente na alma dos povos ao clarão dos incêndios e ao troar dos canhões.

2. Os elementos místicos e afetivos na vida dos povos

O papel da lógica racional, tão preponderante na evolução das ciências e, por vezes, na vida dos indivíduos, é extremamente fraco na existência dos povos.

Sem dúvida, se o exame se limitar à superfície das coisas, sem que se tente descobrir os seus elementos ocultos, a narração dos fatos parece infirmar a tese precedente. Os historiadores fazem perpetuamente intervir a razão nas suas explicações. Se só tratarmos dos tempos

modernos, não ouvimos repetir, por toda parte, que a Revolução teve por origem as dissertações dos filósofos e que o seu principal objetivo foi obter que triunfassem as ideias racionais?

Em nenhuma época, com efeito, a razão foi tão invocada. Chegou-se mesmo a deificá-la e a construir-lhe um templo. Na realidade, não existe período em que ela haja representado um papel menos importante. Isso se verificará seguramente quando, dissipados os atavismos que nos cegam, for possível escrever uma psicologia da Revolução Francesa.

Mesmo no seu início, a Revolução só teve por sustentáculos elementos afetivos. Os burgueses, que foram os seus primeiros instigadores, eram, sobretudo, guiados por um sentimento de intensa inveja contra uma classe que eles supunham ter igualado. O povo não pensava, a princípio, em invejar certas situações, tão longe dele que jamais esperaria alcançá-la; acolheu, todavia, com entusiasmo o movimento revolucionário. Sentimento muito natural, pois a destruição legal das peias sociais e as promessas que se fazia luzir aos seus olhos lhe desvendavam a perspectiva de ser igual aos seus antigos senhores e de apoderar-se das suas riquezas. Na divisa revolucionária, recordada nas nossas moedas e nas nossas muralhas, um único vocábulo, igualdade, apaixonou os espíritos, como ainda os apaixona. De fraternidade não se fala mais hoje, pois a luta das classes se tornou a divisa dos novos tempos. Quanto à liberdade, as multidões jamais perceberam seu sentido e sempre a recusaram.

Se as revoluções tanto seduzem os povos, é sobretudo porque libertam sentimentos que as necessidades sociais obrigam a refrear, mas que só o são de um modo penoso e incompleto.

Mostrei num precedente capítulo o papel fundamental das ações inibidoras nos sentimentos e a sua importância. Elas se revelam especialmente necessárias nos povos dotados de impulsões vivas e móveis.

Se a educação, a tradição, os códigos não conseguirem canalizar esses impulsos e os atos que deles resultam, tal povo será vítima, não só dos agitadores, como também de todos os inimigos exteriores, que saberão explorar a sua sensibilidade. A história fornece, nesse particular, numerosos casos. A guerra de 1870, por exemplo, é repleta de ensinamentos desse gênero. O imperador, doente, e o rei da Prússia, idoso, queriam, a todo o custo, evitar o conflito. Nesse intuito, o rei da Prússia tinha, finalmente, renunciado à candidatura de seu parente ao trono da Espanha, e a paz parecia firme.

Atrás, porém, desses espíritos incertos e de vontade fraca, um cérebro possante, dotado de uma vontade enérgica, tinha nas mãos os fios do destino. Suprimindo habilmente algumas palavras de um telegrama, soube exasperar até ao furor a sentimentalidade de um povo demasiado sensível e obrigou-o a declarar, sem preparo militar, a guerra a inimigos preparados desde muito tempo. Utilizando, em seguida, os sentimentos de cada nação, conseguiu manter a neutralidade que convinha aos seus desígnios. Cega pelos sentimentos

que esse profundo psicólogo fizera vibrar, a Inglaterra recusou associar-se a um projeto de congresso, sem prever o que, mais tarde, lhe custaria a formação de uma potência militar preponderante, seu pesadelo atual. Obedecer às impulsões afetivas é a condenação de ser dominado por aqueles que as sabem despertar. Conhecer a arte de manejar os sentimentos dos homens é saber dominá-los.

3. Os equilíbrios e as rupturas das várias formas de lógica na vida dos povos

Vimos que no estado normal dos indivíduos se estabelecia uma espécie de equilíbrio entre as impulsões diversas procedentes das lógicas que os guiam. O mesmo sucede, em geral, na vida dos povos.

Quando, sob certas influências, esse equilíbrio vem a ser destruído, manifestam-se perturbações profundas e pode-se apreender uma revolução. Esta última constitui, as mais das vezes, uma verdadeira moléstia mental, resultante da falta de equilíbrio entre as impulsões de diversas lógicas, uma das quais se tornou dominante em demasia.

É sobretudo a preponderância da lógica mística que produz os grandes abalos da humanidade. As Cruzadas, as guerras de religião, a Revolução francesa fornecem exemplos disso. Tais movimentos representam crises desse misticismo sempre poderoso, aos quais os povos, como os indivíduos, não se poderiam subtrair.

Do conflito das várias formas da lógica resulta a maior parte das oscilações da história. Quando predomina o elemento místico, são as lutas religiosas com a sua imperiosa violência. Quando sobressai o elemento afetivo, notam-se, conforme o fator sentimental mais evidente, ou os grandes empreendimentos guerreiros ou, ao contrário, a florescência do humanitarismo e do pacifismo, cujas consequências finais não são menos mortíferas. As guerras civis e religiosas são lutas entre lógicas diferentes, uma das quais se torna, momentaneamente, preponderante em extremo.

Quando a lógica racional pretende intervir exclusivamente na vida de um povo, as perturbações não são menos profundas. A razão não é, então, mais do que uma roupagem de empréstimo, que dissimula impulsões afetivas ou místicas.

Nos nossos dias, as multidões e os seus agitadores mostram-se, como já dissemos, tão saturados de misticismo quanto os seus mais remotos antepassados. Palavras e fórmulas dotadas de um poder mágico herdaram a força atribuída às divindades que nossos pais adoravam. Não parece a alucinante esperança de encantadores paraísos.

Com um fundo invariável, o misticismo modifica frequentemente o seu aspecto. Atualmente, apresenta uma forma racionalista. É em nome da razão pura que os apóstolos da nova fé pretendem reconstituir as sociedades e os homens.

O poder de transformação social atribuído hoje à razão facilmente se explica. Sendo consideráveis os progressos que ela tem realizado nas

ciências, tomou-se natural supor que métodos suscetíveis de produzir tais resultados podiam transformar as sociedades e criar a felicidade universal.

Uma psicologia mais esclarecida mostra, infelizmente, que as sociedades não evoluem mediante razões, porém sob a influência de impulsos afetivos e místicos que a razão não atinge.

A difícil tarefa dos condutores dos povos atuais consiste em conciliar as impulsões das várias lógicas, que na realidade os guiam, com as da lógica racional, que aspira a dirigi-los de um modo exclusivo. A própria Inglaterra, tradicional, começa a assistir a esse conflito. As instituições políticas que fizeram a sua grandeza estão agora em luta com os ataques racionalistas de partidos adiantados, os quais pretendem reconstruir o edifício em nome da razão, isto é, da sua razão.

O papel dos grandes estadistas consiste em saber orientar o destino dos povos utilizando os impulsos afetivos e místicos que os conduzem e não procurando destruir esses impulsos em nome da razão.

Os conflitos das diversas formas de lógicas não duram sempre. Tendem, como vimos, para o equilíbrio. As contradições subsistem, mas chega-se a não as distinguir mais. O elemento intelectual se resigna, na maioria dos casos, a sofrer as influências afetivas e místicas, sem consentir, entretanto, em confessar a sua derrota. É mesmo por isso que renunciamos geralmente a discutir as nossas afeições e as nossas crenças. A sua análise seria, aliás, muito penosa; nem sempre acreditamos na mentira alheia, mas facilmente damos crédito às nossas

próprias. O antigo adágio: “conhece-te, a ti mesmo” é, felizmente, de uma realização impossível, porquanto, se nos conhecêssemos a nós mesmos e descobríssemos as lutas perpétuas das quais o nosso entendimento é a sede, a nossa existência resvalaria num caos de incertezas. Ignorar a própria personalidade é, por vezes, melhor do que a conhecer.

As precedentes considerações indicam, em suma, que elementos místicos e afetivos, com as suas leis especiais, persistem sempre no espírito e servem de base ao procedimento dos indivíduos e dos povos.

Conquanto frequentemente contrários, todos os nossos impulsos finalmente se equilibram e atuam, cada qual no seu domínio, se não são perturbados e, sobretudo, se não se tenta estabelecer entre eles impossíveis conciliações. Verdades afetivas, verdades místicas e verdades racionais procedem de lógicas muito diferentes para que se possam fundir.

Capítulo III — A Balança dos Motivos

1. A balança mental: a ação

Os impulsos contrários das diversas lógicas que nos conduzem, fazem hesitar, muitas vezes, sobre o procedimento a seguir. Os casos mais simples comportam uma escolha entre várias soluções. Cumpre estabelecer uma escolha acertada, porquanto as necessidades da vida obrigam a agir. Como se efetua a nossa determinação?

Um exemplo explicará facilmente o seu mecanismo.

Coloquemos ao acaso objetos quaisquer nos pratos de uma balança. Terminada a operação, a agulha, traduzindo os seus movimentos, inclina-se para um lado se os pratos estão desigualmente carregados e fica vertical se eles o são igualmente.

Além das balanças materiais, há balanças mentais, cujo mecanismo é análogo. Os pesos são os nossos motivos de ação. A agulha representa o ato que a fixação do prato, na sua posição de equilíbrio, faz executar.

Esses móveis de ação podem, algumas vezes, ser razões, mas aos móveis conscientes de ordem intelectual juntam-se, as mais das vezes, os móveis inconscientes já descritos, que pesam grandemente em um dos pratos.

Em última análise, os motivos são energias em luta. Vencem os mais fortes.

Quando as energias contrárias têm, mais ou menos, a mesma intensidade, os pratos oscilam muito tempo antes de fixar-se numa

posição definitiva. Caracteres incertos, hesitantes. Quando as energias em conflito são muito desiguais, um dos pratos adquire imediatamente o equilíbrio. Caracteres resolutos, que passam rapidamente à decisão e à ação.

2. Papel da vontade na balança dos motivos

Os pesos da balança mental estão, muitas vezes, à nossa disposição, isto é, podemos acrescentá-los ou diminuí-los. Os intrépidos heróis que, pela primeira vez, transpuseram os Alpes e a Mancha através dos ares, certamente eliminaram pratos da balança, os numerosos motivos racionais capazes de detê-los no perigoso empreendimento que nenhum ser humano havia tentado antes deles.

A nossa vontade não se encarrega, porém, sempre, de colocar os pesos na balança dos motivos. Os elementos da vida afetiva ou mística aí se introduzem. É o que acontece em certos atos instantâneos, resultantes de uma emoção intensa: lançar-se à água, por exemplo, no inverno, para daí retirar um desconhecido. Se a reflexão se houvesse exercido, a sua ação teria certamente contrabalançado a dos elementos afetivos e a inclinação da agulha teria mudado de lado. Eis porque, se os grandes heroísmos espontâneos são frequentes, muito mais raramente se observam pequenos atos de heroísmo diários, tais como privar-se dos gozos da vida para cuidar de um parente enfermo. É com justiça que as

academias encarregadas de distribuir prêmios de virtude, de preferência os concedem aos pequenos heroísmos contínuos.

A vontade consciente pode, pois, atuar nos pratos da balança dos motivos, mas quando essa vontade é inconsciente, como nas crenças, o seu papel é, pouco mais ou menos, nulo. A lógica mística opera, então, independente de nós e, se for preciso, a despeito de nós e contra nós.

Ficamos menos desarmados quando a lógica afetiva intervém só, porquanto, se os sentimentos não forem muito fortes, a inteligência poderá dispor de alguns dos pesos que representam os motivos.

O nosso fraco poder contra os impulsos da lógica afetiva não deve ser muito lamentado. Sem dúvida, eles têm, frequentemente, desastrosas consequências, mas, por vezes, também se tornam geradores de atos muito úteis à humanidade.

Quando o homem sabe associar os seus impulsos afetivos e místicos às descobertas que só a lógica racional pode fazer, ele consegue, como no caso dos valorosos aviadores citados acima, recuar os limites do possível.

Na balança dos motivos em que se estabelece a gênese das opiniões, das crenças e dos atos, acham-se como se vê, muitos elementos independentes da nossa vontade. Se eles o fossem sempre, poder-se-ia dizer, e muitas escolas de filosofia ainda o ensinam, que um fatalismo rígido nos governa.

O fatalismo dominou, com efeito, durante um longo período da história

romana. Não se podendo guiar por si mesmos, os homens obedeciam às leis fatais de lógicas alheias à razão.

3. Como a lógica racional pode atuar na balança dos motivos

Com a lenta aparição da lógica racional, surgiu no mundo uma força nova, que permite ao homem atuar, muitas vezes, nos pratos da balança dos motivos, outrora inacessíveis para ele.

Estudando, em obra precedente, a dissociação das fatalidades, mostramos como, guiada por uma vontade forte, a lógica racional se torna o grande fator dessa dissociação. Graças ao seu poder, o homem pode influir no curso das coisas. Cessando de ser dominado exclusivamente pelas forças inconscientes que outrora o guiavam, cada dia mais aprende a subjugar-las e a reger-lhes o império.

E se a lógica racional, sustentada pela vontade, não sabe ainda fixar o destino, é porque a maior parte dos fatores dos acontecimentos são ignorados por nós, e muitos dos nossos atos trazem consequências somente realizáveis num futuro sempre imprevisto.

Esse imprevisto é arriscado, o que corresponde a dizer que introduz na balança dos motivos pesos de um valor desconhecido. Os verdadeiros senhores do destino dos povos, os homens de gênio, que em tão pequeno número aparecem em cada século, souberam acumular o

maior número possível de probabilidades num dos pratos da balança, e arriscaram, entretanto, muito. Bismarck, que temos citado várias vezes, porquanto a sua psicologia é muito instrutiva, ilustra claramente essa necessidade do risco. Uma ideia dominante, a unidade da sua pátria, o guiava, mas na sua vida, quantos riscos, probabilidades contrárias, obstáculos acumulados, cujo choque a sua vontade teve de suportar! Era preciso, primeiramente, destruir a potência militar da Áustria, à qual um passado prestigioso conferia tanta força. A vitória de Sadowa, em 1866, foi ganha mui penosamente, e somente graças à extrema incapacidade do general inimigo obtido esse difícil triunfo, foi necessário correr o risco de combater Napoleão III, cujos exércitos passavam por invencíveis, e que o teriam sido, talvez, se a aliança provável da França e da Áustria se houvesse realizado. Um grande homem podia preparar todas essas combinações, mas não afirmaria o seu êxito. Só um caráter audacioso, uma vasta inteligência esclarecida pelas intuições superiores do gênio, permitiam afrontar tais riscos. Cumpria afrontá-los, entretanto, pois os inúmeros fatores que nos cercam, e cujo conjunto constitui o que se chama acaso, permanecem inacessíveis.

É sobretudo a lógica afetiva que dá coragem para o risco. Ela é o primeiro sustentáculo de um empreendimento que a lógica racional deve também guiar. Grandes riscos apresentava a travessia da Mancha e dos Alpes em aeroplano, mas a lógica racional apoiava-se numa vontade inspirada pela esperança da glória, o prazer de lutar contra dificuldades e outros elementos de origem exclusivamente afetiva.

Ícaro que, no dizer da lenda, tentou um empreendimento análogo, tendo a seu favor apenas a vontade, pereceu vítima do seu esforço. Cumpre estar solidamente preparado para desafiar a natureza e os deuses.

Os dominadores da história, visível ou invisível, eminentes sábios, profundos pensadores, ilustres capitães, devem a grandeza à circunstância de terem sabido utilizar, sem desdém de nenhuma, as formas diversas de lógicas que governam o homem, e manejar, graças a elas, a balança dos motivos em que o futuro se fixa.

Não é com as multidões, cegos joguetes dos seus instintos, que as civilizações progridem, mas com a pequena elite que sabe pensar por elas e orientá-las. Procurando pôr a lógica intelectual ao serviço da lógica coletiva para justificar todos os seus impulsos, a terrível legião dos políticos não fez mais do que criar uma profunda anarquia.

Resumindo este capítulo e os que o precedem, diremos que os acontecimentos da história resultam do equilíbrio e do conflito das diversas lógicas. Na balança dos motivos, em que se pesam os nossos destinos, todas têm o seu papel. Basta que uma delas venha a predominar para que se altere o destino dos homens.

Uma lógica afetiva demasiada leva a ceder sem reflexão a impulsos frequentemente funestos. Uma lógica mística excessiva suscita as exigências religiosas, dominadas pela preocupação egoísta da sua salvação, e sem utilidade social. Uma lógica coletiva exagerada promove a predominância dos elementos inferiores de um povo e o

conduz à barbárie. Uma lógica racional em demasia provoca a dúvida e a inação.

Livro V

As Opiniões e as Crenças Individuais

Capítulo I — Os Fatores Internos das Opiniões e das Crenças

(o caráter, o ideal, as necessidades, o interesse, as paixões, etc.)

1. Influência dos vários fatores das opiniões e das crenças

O jornal inglês Comentador escrevia recentemente, a propósito da psicologia política: “Nascerá, talvez, um dia, um livro maravilhoso sobre a arte de persuadir. Se supusermos que a psicologia chega a ser uma ciência tão adiantada quanto a geometria e a mecânica, será possível predizer os efeitos de um argumento sobre o espírito do homem tão seguramente quanto podemos agora predizer um eclipse de lua. Uma psicologia desenvolvida até esse ponto possuirá uma série de regras que permitem converter um indivíduo a uma opinião qualquer. O mecanismo de um espírito será, então, comparável a máquina de escrever, em que basta apoiar numa alavanca para ver sair imediatamente a letra desejada. Uma ciência tão pujante e, por conseguinte, tão perigosa, tornar-se-á necessariamente um monopólio do governo”.

Pode-se admitir teoricamente a existência dessa ciência futura, de que os grandes estadistas e os agitadores já conhecem alguns fragmentos, mas o poder de criá-los completamente pertencerá, é certo, a uma humanidade dotada de inteligência muito superior à nossa.

A razão é evidente. Um dos problemas mais difíceis da astronomia, e de que apenas se pode dar, até agora, uma solução parcial, é o denominado dos três corpos, que implica a determinação das trajetórias de três móveis, os quais simultaneamente atuam uns nos outros. Ora, os elementos psicológicos que podem entrar numa determinação são,

não só em número muito mais considerável, como a sua ação varia segundo a sensibilidade de cada um.

Se as previsões da conduta dos seres não são, entretanto, sempre impossíveis, é que no agregado complexo dos sentimentos componentes do caráter, muitas vezes se acham elementos preponderantes que orientam os outros, como sejam a avareza, o egoísmo, o amor próprio, o orgulho, etc. Os homens assim dominados são os mais facilmente manejáveis, porquanto se sabe em que tecla afetiva cumpre bater. Um indivíduo bem equilibrado, que não oferece nenhuma nota dominante, pelo contrário, não é facilmente compreendido nem se deixa facilmente guiar.

Nem todos os fatos que enumeraremos entram na gênese de uma opinião. Se uma atua num indivíduo, nenhuma ação exerce em outro. Aquilo que apaixona um povo deixará indiferente o povo vizinho.

De fato, a formação da maior parte das opiniões compreende poucos fatores. A raça, o meio e o contágio para as grandes crenças, as impressões e o interesse pessoal para as opiniões diárias são elementos bastantes. Somos, entretanto, obrigados a estudar outros e a colocá-los quase no mesmo plano, porque, se todos não atuam sempre, nenhum existe que não possa intervir em determinado momento.

2. O caráter

No fundo comum dos caracteres de raças sobrepõem-se os caracteres variáveis dos indivíduos. É considerável o seu papel na gênese das opiniões e das crenças. O mais refletido dos filósofos não escapa à sua influência. As suas doutrinas otimistas ou pessimistas resultam muito mais do seu caráter que da sua inteligência. W. James assegura, pois, com razão, que “a história da filosofia é, em grande parte, a do conflito dos temperamentos humanos. Essa diferença particular dos temperamentos”, acrescenta ele, “sempre entrou em linha de conta no domínio da literatura, da arte, do governo e dos costumes, tanto quanto no da filosofia. Se se trata dos costumes: nós aí vemos, de um lado, as pessoas que não são naturais e outras que o são. Se se trata do governo: há os autoritários e há os anarquistas. Em literatura, há os puristas, ou as pessoas que apreciam o estilo acadêmico, e há os realistas”.

Compenetrados dessa influência do caráter individual nas opiniões, facilmente conceberemos por que certos homens são conservadores e outros revolucionários.

Estes últimos tendem sempre a revoltar-se, unicamente por temperamento, contra o que os cerca, qualquer que seja a ordem das coisas estabelecidas. Encontram-se, geralmente, entre caracteres cuja estabilidade ancestral foi dissociada por influências diversas. Eles já não se acham, por conseguinte, adaptados ao seu meio. Muitos dentre eles pertencem à grande família dos degenerados, que estão sobretudo no

domínio da patologia. Tendo-se tornado inadaptáveis ao estado social, eles lhe são necessariamente tão hostis quanto o selvagem obrigado a submeter-se à civilização.

O exército dos revolucionários se recruta, principalmente hoje, nessa multidão de degenerados, com que o alcoolismo, a sífilis, o paludismo, o saturnismo, etc., povoam as grandes cidades. É um resíduo cujo número os progressos da civilização diariamente aumentam. Um dos mais temíveis problemas do futuro será subtrair as sociedades aos furiosos ataques desse exército de inadaptados.

O seu papel na história foi, por vezes, considerável, porquanto a sua faculdade de persuasão poderosamente se exerce na alma dos povos. Semi-alienados como Pedro o Ermitão e Lutero subverteram o mundo.

3. O ideal

O ideal de um povo determina grande número das suas opiniões e crenças. Representa a síntese das suas aspirações comuns, das suas necessidades e dos seus desejos. Essa síntese é determinada pela sua raça, pelo seu passado e por muitos outros fatores de que não tenho de ocupar-me agora. Mostrei, em outro livro, a sua força e fiz ver que não pode ser abalado sem que o sejam também os alicerces do edifício social sustentado por ele. Se tantos homens se mostram hoje hesitantes nas suas opiniões, nas suas crenças e obedecem às impulsões mais contrárias é porque, com uma inteligência por vezes

muito elevada, possuem um ideal muito fraco.

A força dos fanáticos reside precisamente na rigorosa obediência ao seu ideal perigoso. É o que se pode observar hoje no tocante ao ideal socialista, o único que ainda seduz as multidões. Ele pesa inteiramente na nossa vida nacional e suscita numerosas leis destruidoras da sua prosperidade.

Um ideal não é, absolutamente, portanto, uma concepção teórica, cuja ação possa ser negligenciada. Quando se generaliza, exerce uma influência preponderante nas minúcias mais insignificantes da vida. Mesmo aqueles que ignoram a sua influência, a elas se submetem.

Crenças religiosas morais ou políticas só adquirem poder depois de concretizadas num ideal universalmente aceito. Quando este último se adapta às necessidades e às possibilidades do momento, determina a grandeza de um país. Quando é contrário ao curso natural das coisas, provoca a decadência dessa nação.

4. As necessidades

As necessidades figuram entre os grandes elementos geradores das nossas opiniões, do nosso proceder e de toda a evolução social. A fome é a mais forte delas. Conduziu os nossos remotos antepassados das primeiras cavernas à aurora da civilização e a imensa maioria dos homens só trabalha para satisfazê-las. Foi ela que, expelindo os

bárbaros das suas estepes, provocou a invasão de Roma e mudou o curso da história. Nos nossos dias, o seu papel não é menor. Já disse, com razão, que o socialismo é uma questão de estômago.

Os progressos da civilização juntam incessantemente novas necessidades à lista já longa das antigas. Necessidade de nutrir-se, reproduzir-se e vestir-se, necessidades religiosas, necessidades morais, necessidades estéticas e muitas outras, são, todas, expressões das necessidades biológicas e afetivas que nos conduzem, mantidas pelos dois grandes fatores irredutíveis da atividade dos seres, o prazer e a dor.

Criar nas multidões novas necessidades é suscitar opiniões novas. Os estadistas eminentes sabem provocar necessidades úteis ao seu país. A unidade da Alemanha e, mais tarde, uma possante marinha de guerra foram necessidades artificialmente impostas.

A evolução científica da indústria promoveu necessidades novas, que se tornaram logo, como os caminhos de ferro e o telefone, necessidades indispensáveis. Infelizmente, essas necessidades aumentaram mais depressa do que os meios de satisfazê-las. Representam uma das fontes do descontentamento que desenvolve o socialismo.

São também o verdadeiro motivo dos armamentos cada vez mais ruinosos da Europa. Tendo crescido consideravelmente as necessidades dos povos e tornando-se cada dia mais rude a luta pela existência, cada qual alimenta a secreta esperança de enriquecer em detrimento dos vizinhos. O germano de há cinquenta anos, modesto comedor de

“choucroute”, era pacífico, porque não tinha desejos. Tendo subitamente crescido as suas necessidades, tornou-se guerreiro e ameaçador. Aumentando, além disso, rapidamente, a sua população e ultrapassando logo o número de indivíduos que o país pode nutrir, aproxima-se o momento em que, sob um pretexto qualquer, e mesmo sem outro pretexto a não ser o direito do mais forte, a Alemanha invadirá, para viver, as nações vizinhas. Só essa razão podia decidi-la a fazer as esmagadoras despesas exigidas pelo aumento da sua marinha e do seu exército.

5. O interesse

Não será necessário insistir no papel do interesse na formação das nossas opiniões. É um assunto relativamente ao qual todos têm uma opinião formada.

A maior parte das coisas pode ser considerada sob pontos de vista muito diferentes: interesse geral ou interesse particular, principalmente. A nossa atenção, naturalmente concentrada sob o aspecto que nos é proveitoso, impede que vejamos os outros.

O interesse possui, como a paixão, o poder de transformar em verdade aquilo em que lhe é útil acreditar. Ele é, pois, frequentemente, mais útil do que a razão, mesmo em questões em que esta deveria ser, aparentemente, o guia único. Em economia política, por exemplo, as convicções são de tal modo inspiradas pelo interesse pessoal que se

pode, em geral, previamente saber, conforme a profissão de um indivíduo, se ele é partidário ou não do livre câmbio.

As variações de opinião obedecem, naturalmente, às variações do interesse. Em matéria política, o interesse pessoal constitui o principal fator. Um indivíduo que, em certo momento, energicamente combateu o imposto sobre a renda, com a mesma energia o defenderá mais, se conta ser ministro. Os socialistas enriquecidos acabam, em geral, conservadores, e os descontentes de um partido qualquer se transformam facilmente em socialistas.

O interesse, sob todas as suas formas, não é somente gerador de opiniões. Aguçado por necessidades muito intensas, ele enfraquece logo a moralidade. O magistrado ávido de promoção, o cirurgião em presença de uma operação inútil porém frutuosa, o advogado que enriquecerá com complicações de processo que ele poderia evitar, terão rapidamente a moral muito abalada se imperiosas necessidades de luxo lhes estimularem o interesse. Essas necessidades podem constituir, nas naturezas superiores, um elemento de atividade e de progresso, mas nas naturezas medíocres determinam, ao contrário, uma acentuada degenerescência moral.

O interesse moral é frequentemente um fator de opiniões tão poderoso quanto o interesse material. O amor próprio ferido, por exemplo, provoca ódios intensos e todas as opiniões que daí decorrem. O ódio dos burgueses da Revolução contra a nobreza e as suas sanguinárias vinganças provinham sobretudo de humilhações outrora sofridas. Marat

vingava-se da sua antiga situação social; Hébert, libelista do Père Duchesne, que causou tantas mortes, foi, ao começo, um realista ardente. Se tivessem vivido bastante de modo a ocupar lugares ou a ter títulos na época do Império, eles se teriam, sem dúvida, tornado, como tantos dos seus êmulos, conservadores fervorosos.

6. As paixões

Os sentimentos fixos e de forma constante qualificados de paixões constituem, também, possantes fatores de opiniões, de crenças e, por conseguinte, de conduta. Certas paixões contagiosas tornam-se, por esse motivo, facilmente coletivas. A sua ação é, então, irresistível. Elas precipitaram muitos povos uns contra os outros nas diversas fases da história.

As paixões podem excitar a nossa atividade, porém, alteram, as mais das vezes, a justeza das opiniões, impedindo de ver as coisas como realmente são e de compreender a sua gênese. Se nos livros de história são abundantes os erros, é porque, na maior parte dos casos, as paixões ditam a sua narrativa. Não se citaria, penso eu, um historiador que haja relatado imparcialmente a Revolução.

O papel das paixões é, como vemos, muito considerável nas nossas opiniões e, por conseguinte, na gênese dos acontecimentos. Não são, infelizmente, as mais recomendáveis que têm exercido maior ação. Kant reconheceu a grande força social das piores paixões. A maldade é,

no seu juízo, um poderoso elemento do progresso humano. Parece, infelizmente, muito certo que, se os homens tivessem seguido o preceito do Evangelho “Amái-vos uns aos outros”, ao invés de obedecerem ao da Natureza, que os incita a se destruírem mutuamente, a humanidade vegetariana ainda no fundo das primitivas cavernas.

Capítulo II — Os Fatores Externos das Opiniões e das Crenças

(a sugestão, as primeiras impressões, a necessidade de explicações, as palavras e as imagens, as ilusões, a necessidade, etc.)

1. A sugestão

A grande maioria das nossas opiniões e das nossas crenças políticas, religiosas e sociais, é o resultado de sugestões.

“Esse termo sugestão”, escreve James, “designa o poder que as ideias exercem nas crenças e na maneira de agir”.

Essa definição parece pouco correta. A sugestão é, na realidade, o poder de persuasão exercido não somente pelas ideias, como também por uma causa qualquer: afirmação, prestígio, etc. Só as ideias e, sobretudo, o raciocínio, têm, ao contrário, uma virtude sugestiva muito diminuta.

Convencer não é absolutamente sugerir. Uma sugestão faz obedecer. Um raciocínio pode persuadir, mas não obriga a ceder.

Os modos de sugestão são muito variados: meio, livros, jornais, discursos, ação individual, etc. A palavra representa um dos mais ativos. Faltar já é sugerir; afirmar é sugerir mais, repetir a afirmação com ardor é levar ao seu máximo a ação sugestiva.

Os efeitos da sugestão são de uma intensidade muito variável. Ela se estende desde a ação diminuta do vendedor que se procura desfazer de uma mercadoria, até a que é exercida pelo hipnotizador no espírito do neuropata, o qual cegamente obedece a todas as suas vontades. Na política, o hipnotizador se chama agitador; sua influência é considerável.

Os efeitos de uma sugestão dependem do estado mental do indivíduo que a recebe. Sob uma influência pessoal intensa: ódio, amor, etc., que limita o campo da sua consciência, ele será muito sugestionável e as suas opiniões facilmente se transformarão.

O espírito mais eminente não se liberta da sua sugestão. Júlio Lemaitre, nas suas conferências sobre Fénelon, mostrou-nos o ilustre prelado sob

a dominação de uma neuropata, Mme. Guyon, a qual, tendo-o escolhido para seu diretor, logo se tornou a sua diretora. Conseguiu que ele admitisse a exatidão das suas utopias no tocante ao absurdo dogma do quietismo, que professava a indiferença pela salvação e pelos atos. Fénelon foi tão completamente sugestionado que não hesitou em submeter essa doutrina a um congresso de bispos presidido por Bossuet. Este último logo descobriu a sugestão exercida no espírito do ilustre prelado. “Retirei-me”, disse ele, “surpreso, ao ver tão belo espírito em admiração por uma mulher cujas luzes eram tão curtas, de tão leve mérito, de tão palpáveis ilusões, e que se apresentava como profetiza”. As pessoas a par da história contemporânea não terão a mesma surpresa. Questões escandalosas, tais como a de Mme. Humbert e de Dupray de la Mahérie, provaram que banqueiros hábeis, advogados e homens de negócios experientes podiam ser sugestionados, a ponto de abandonar a fortuna a vulgares velhacos, que só tinham ao seu favor a força fascinadora.

Essa fascinação é uma irresistível forma de sugestão. O homem a ela se submete como o pássaro diante da cobra. É incontestável que certos entes, aliás, muito raros, possuem um poder de fascinação que se exerce até nos animais, como têm podido observar todas as pessoas que se ocupam de domar. Muitos crimes tiveram como origem essa ação fascinadora. A formosa condessa Tarnowska sugeria sem dificuldade assassinatos aos seus adoradores. A sua força era tal que se tornou preciso mudar muitas vezes os carabineiros que a acompanhavam, assim como os guardas da sua prisão.

Exemplos análogos podem ser comparados a fatos que certos médiuns ou faquires apresentam, os quais sugerem às pessoas que os cercam, a crença em fenômenos inexistentes. Sábios ilustres foram, assim, vítimas das sugestões exercidas pelo célebre médium Eusápia, como mostrarei em outra parte desta obra.

Tornando-se cada vez mais preponderante o papel das multidões e sendo estas unicamente influenciadas pela sugestão, a influência dos agitadores cresce dia a dia. Um governo supostamente popular é, na realidade, uma oligarquia de agitadores, cuja influência tirânica se manifesta a cada instante. Eles ordenam as paredes, obrigam os ministros a obedecer-lhes e impõem leis absurdas.

Seu poder de sugestão é bastante considerável para forçar as multidões a uma obediência servil. Na última festa anual do pessoal da Cia. d'Orléans, o seu diretor lembrou que os seus empregados se tinham declarado em parede no momento preciso em que ele acedia a todos os pedidos dos seus subalternos. "Contudo", ajuntou ele, "a parede teve necessariamente uma causa. Sim, teve uma causa: foi provocada por um pequeno grupo de agitadores, cujo processo, sempre o mesmo, consiste em substituir o argumento pela ameaça, pela injúria e pelo ultraje".

A ação desses agitadores não fora absolutamente dissimulada, porquanto nesse mesmo discurso são reproduzidos trechos dos seus artigos. Uma psicologia mais certa teria feito compreender ao diretor a ação sugestiva desses agitadores e a teria paralisado, expulsando-os da

sua Companhia. O exemplo é não só um freio enérgico, como também um poderoso meio de sugestão. Sendo de ordem afetiva, a sugestão só pela sugestão pode ser combatida. Ceder aos agitadores, como sem cessar se procede, é fortalecer a sua influência.

2. As primeiras impressões

As primeiras impressões são as que logo se ressentem, em presença de um ente, de um acontecimento, de um objeto desconhecido.

Sendo lenta e penosa a elaboração de um julgamento, o homem se contenta, em geral, com as primeiras impressões, isto é, com as sugestões da simples intuição.

As mulheres, as crianças, os primitivos e homens muito civilizados inteiramente confiam nas suas primeiras impressões.

Em certos elementos da vida social, as impressões se associam, algumas vezes, a raciocínios. Mas há outros, principalmente os assuntos artísticos e literários, em que as nossas primeiras impressões constituem, mais ou menos, os nossos guias únicos. E como dependem de uma sensibilidade sempre variável, os conceitos que delas se derivam facilmente se transformam. Eles diferem, com efeito, com as épocas, os indivíduos e as raças. As primeiras impressões produzidas pelas mesmas coisas no espírito de um varão feudal, de pastor calvinista, de um letrado, de um homem do povo, de um sábio, etc.,

não podem, evidentemente, apresentar caracteres comuns.

Nas questões de ciência pura que, em geral, escapam ao domínio do afetivo, essas divergências se observam sob a influência das primeiras impressões. Canalizada por indiscutíveis evidências, a nossa sensibilidade é então obrigada a aceitar o que, por vezes, mais desagradavelmente a impressiona.

As nossas primeiras impressões são, em certos casos, subitamente destruídas por impressões contrárias; mas sucede também que sejam bastante fortes para que só lentamente se dissipem. Os julgamentos que neles se apoiaram, persistem, então, durante muito tempo.

As primeiras impressões deveriam ser consideradas como indicações vagas, sempre verificáveis. Abandonar-se a elas sem exame, como muitas vezes se procede, é atravessar a vida na persuasão de um erro. Elas só têm, efetivamente, por sustentáculo simpatias e antipatias instintivas que nenhuma razão ilumina.

É, entretanto, sobre bases tão frágeis que, às mais das vezes, se edificam as nossas concepções do justo e do injusto, do bem e do mal, da verdade e do erro.

3. A necessidade de explicações

Tão irreduzível quanto a necessidade de crer, a necessidade de explicações acompanha o homem desde o berço até ao túmulo. Ela

contribuiu para criar os seus deuses e diariamente determina a gênese de numerosas opiniões.

Essa necessidade intensa facilmente se satisfaz. As respostas mais rudimentares são suficientes. A facilidade com que é contentada foi a origem de grande número de erros.

Sempre ávido de certezas definitivas, o espírito humano guarda muito tempo as opiniões falsas fundadas na necessidade de explicações e considera como inimigos do seu repouso aqueles que as combatem.

O principal inconveniente das opiniões baseadas em explicações errôneas é que, admitindo-as como definitivas, o homem não procura outras. Supor que se conhece a razão das coisas é um meio seguro de não a descobrir. A ignorância da nossa ignorância tem retardado de longos séculos os progressos das ciências e ainda, aliás, os restringe.

A sede de explicações é tal que sempre foi achada alguma para os fenômenos menos compreensíveis. O espírito tem mais satisfação em admitir que Júpiter lança o raio do que em se confessar ignorante em relação às causas que o fazem rebentar. Para não confessar a sua ignorância em certos assuntos, a própria ciência muitas vezes se contenta com explicações análogas.

4. Os vocábulos, as fórmulas e as imagens

Os vocábulos e as fórmulas são grandes geradores de opiniões e de

crenças. Potências terríveis, fazem perecer mais homens do que os canhões.

A força dos vocábulos se explica pela circunstância de evocarem os grupos de sentimentos que lhes estiveram associados durante muito tempo. Mostrei, em outras obras, o seu papel fundamental na política.(6)

A força evocadora de certas fórmulas é considerável numa assembleia. É com vocábulos que os políticos despertam sentimentos. Presidente do Conselho e parecendo, então, onipotente, o Sr. Clemenceau foi instantaneamente derrubado por um vocábulo que despertou, entre os membros do Parlamento, os sentimentos de humilhação sofridos na época de Fachoada. O seu sucessor quase caiu pelo mesmo motivo. Uma frase muito justa, porém inoportuna, pois era a evocação de imagens inquietadoras, provocou no auditório gritos de indignação, diante dos quais ele escapou de ser derrubado.

Certas palavras, como precisamente observou a propósito o sr. Barres, são dotadas de uma sonoridade mística. Gozam dessa propriedade as expressões favoritas dos políticos: capitalismo, proletariado, etc.

Os vocábulos são tais soberanos das coisas que o seu império se exerce por vezes nos homens mais refletidos. Em presença de um fenómeno incompreensível, o espírito se satisfaz com a invenção de uma fórmula. Ignorando tudo quanto é referente ao mistério da vida, incapazes de dizerem por que a bolota se transmuda em carvalho, como os seres se transformam, os sábios aceitam fórmulas que substituem as

explicações. Os progressos das ciências obrigam frequentemente a mudá-las. A adaptação ocupa o lugar do princípio vital. O inacessível elétron sucedeu ao não menos inacessível átomo. Essas expressões baseadas no desconhecido concedem suficiente satisfação à nossa necessidade de explicações.

Os vocábulos evocam imagens mentais, mas as imagens figuradas são ainda mais poderosas. Mostrei, na minha Psicologia Política, a ação considerável que tiveram os cartazes ilustrados nas últimas eleições inglesas. Eles precisam os sentimentos, limitando-lhes o alcance. Os industriais e os editores empregam diariamente esse processo para atrair especialmente a atenção.

Os próprios governantes acabam por utilizar o papel psicológico das imagens na gênese das opiniões. Diante da rápida diminuição dos alistamentos voluntários na cavalaria, um sensato psicólogo militar teve, há alguns anos, a ideia de mandar colar, por toda parte, cartazes ilustrados coloridos que representavam elegantes cavaleiros, fazendo várias sortes de exercícios. Na parte inferior figurava a enumeração das vantagens outorgadas aos que se alistavam pela primeira e pela segunda vez. Os resultados foram tais que, em muitos regimentos, os coronéis recusaram os candidatos por falta de lugar.

5. As ilusões

Traçar o papel das ilusões na gênese das opiniões e das crenças seria

refazer a história da humanidade.

Da infância à morte, a ilusão nos envolve. Só vivemos por ela e só ela desejamos. Ilusões do amor, do ódio, da ambição, da glória, todas essas várias formas de uma felicidade incessantemente esperada, mantêm a nossa atividade. Elas nos iludem sobre os nossos sentimentos tanto quanto sobre os sentimentos alheios e nos velam a dureza do destino.

As ilusões intelectuais são relativamente raras; as ilusões afetivas são quotidianas. Crescem sempre porque persistimos em querer interpretar racionalmente sentimentos muitas vezes ainda envoltos nas trevas do inconsciente. A ilusão afetiva persuade, por vezes, que entes e coisas nos aprazem, quando, na realidade, nos são indiferentes. Faz também acreditar na perpetuidade de sentimentos que a evolução da nossa personalidade condena a desaparecer com a maior brevidade.

Todas essas ilusões fazem viver e aformoseiam a estrada que conduz ao eterno abismo. Não lamentemos que tão raramente sejam submetidas à análise. A razão só consegue dissolvê-las paralisando, ao mesmo tempo, importantes móveis de ação. Para agir, cumpre não saber demasiado. A vida é repleta de ilusões necessárias.

Os motivos para não querer multiplicam-se com as discussões das coisas do querer. Flutua-se então na incoerência e na hesitação. “Tudo ver e tudo compreender”, escrevia Mme. de Stael, “é uma grande razão de incerteza”. Uma inteligência que possui o poder atribuído aos deuses de abranger, num golpe de vista, o presente e o futuro, a nada mais se interessaria e os seus móveis de ação ficariam paralisados para

sempre.

Assim considerada, a ilusão aparece como o verdadeiro sustentáculo da existência dos indivíduos e dos povos, o único com que se possa sempre contar. Os livros de filosofia por vezes o esquecem um pouco.

6. A necessidade

Acima das fantasias dos déspotas ou dos legisladores, que legislam sem tréguas a fim de reformar a sociedade, reina um senhor soberano: a necessidade, indiferente às nossas deliberações — ela representa o destino antigo ao qual os próprios deuses se deviam submeter.

O desacordo entre as prescrições de legisladores cegos e as necessidades, que governam as coisas, cada dia mais se acentua. A atual sociedade francesa vive a despeito das suas leis e não pelas suas leis.

A ilusão do poder absoluto, que eles imaginam possuir, retira aos legisladores a sensação das possibilidades. Basta-lhes que uma coisa pareça justa para se tornar possível.

Mas, cedo ou tarde, a necessidade afasta com o seu braço de ferro todas as quimeras. Desde que a sua ação se faz sentir, dissipam-se as mais sólidas teorias humanitárias. Disso se achará um eloquente exemplo nas medidas ferozes editadas na Austrália contra as paredes que ameaçam a existência desse país e o levam à ruína. Seu governo

era, entretanto, composto de socialistas adiantados.(7)

A necessidade representa, sem dúvida, a síntese das forças ignoradas que nos conduzem e de que começamos somente a saber combater algumas.

Conquanto muito breve, a enumeração dos fatores de opiniões e de crenças precedentemente exposta basta para provar como são pesadas as fatalidades de que está carregada a alma humana.

A natureza parece ter querido canalizar estreitamente os nossos sentimentos, os nossos pensamentos e, por conseguinte, a nossa conduta. O escol dos pensadores que, no decurso dos tempos, conseguiram conquistar alguma liberdade, submetendo um pouco as forças invisíveis que nos regem, foi sempre muito limitado. A julgar pela sua história, não se deve lamentar, talvez, que a humanidade tenha possuído tão diminuta independência.

Capítulo III — Por que diferem as Opiniões e por que a Razão não as Consegue Retificar

1. Diferenças de mentalidade originando diferenças de opiniões

Em todos os assuntos nos quais é impossível uma rigorosa demonstração científica, as divergências de opiniões surgem em número avultado. Baseadas, principalmente, em elementos afetivos ou místicos, elas dependem unicamente de reações individuais que o meio, o caráter, a educação, o interesse, etc., incessantemente modificam.

Mas essas variações deixam, entretanto, subsistir orientações de ordem geral, que impelem sempre os mesmos indivíduos para certos grupos de opiniões. Donde derivam esses diversos pólos de orientação?

A essa interrogação se responde quando se observa que um povo não é somente formado de indivíduos, diferenciados pela educação, pelo caráter, etc., mas, sobretudo, por heranças ancestrais dissemelhantes.

No seu início, uma sociedade compõe-se de seres que entre eles pouco se distinguem. Possuem a mentalidade da tribo.

Atuando logo os fatores de evolução e seleção, os indivíduos gradualmente se separam. Enquanto uns rapidamente progredem, outros se adiantam de um modo desigual e permanecem em pontos diferentes da mesma estrada.

Daí resulta que em certo período da sua evolução uma sociedade contém representantes de todas as fases que ela sucessivamente

transpôs. Não excedendo a mentalidade da época, que eles sintetizam, a mentalidade de cada um deles não se poderia adaptar a outro período.

Aperfeiçoando os homens, a civilização não os transformou, portanto, igualmente. Longe de caminharem para a igualdade, como as nossas ilusões democráticas procuram persuadir, eles tendem, ao contrário, para uma desigualdade crescente. A igualdade, que foi a lei dos primeiros tempos, não poderia ser a do presente e ainda menos a do futuro.

Assim, só pelo fato da sua ascensão progressiva, a civilização realizou a façanha de um mágico que ressuscitasse, no mesmo momento, no mesmo solo, homens das cavernas, senhores feudais, artistas da Renascença, operários e sábios modernos.

Que podem ter de comum os elementos do povo formado de uma mescla tão heterogênea? Chegam rapidamente, sem dúvida, a falar, na aparência, a mesma língua, mas as palavras despertam neles ideias, sentimentos e, por conseguinte, opiniões inteiramente dissemelhantes.

A árdua tarefa dos governos modernos é fazer viver, sem excessivo desacordo, todos esses herdeiros de mentalidades tão desigualmente adaptadas ao seu meio. Inútil seria pensar em nivelá-las. Isso não é possível pelas instituições, pelas leis nem pela educação.

Um dos maiores erros do nosso tempo é supor que a educação iguala os homens. Ela os utiliza, mas não os nivela nunca. Numerosos políticos

ou universitários, carregados de diplomas, possuem mentalidade de bárbaros e somente podem, portanto, ter por guia na vida uma alma de bárbaro.

Nessas mentalidades, mui diferentes, atuam de uma maneira desigual os retificadores de opiniões, de que vamos agora examinar o valor.

2. Os elementos de retificação das opiniões

As opiniões não têm, geralmente, a fixidez das crenças. Elas são mesmo, frequentemente, tão móveis que a sua retificação pareceria fácil: observa-se, entretanto, o contrário.

Os dois métodos de retificação das opiniões que se apresentam, primeiramente, ao espírito, são a razão e a experiência.

Na crença solidamente constituída, o papel da razão, nós o sabemos, é nulo. Vamos ver agora que, se ela por vezes exerce a sua ação nas opiniões ordinárias, a sua ação, salvo naturalmente em matéria científica, é muito fraca. Veremos, igualmente, que o implícito reconhecimento da insuficiência da razão no intuito de esclarecer os nossos juízos originou os dois regimes políticos nos quais se resumem todos os governos dos povos desde o início da história.

Mas se a razão é insuficiente para retificar as nossas opiniões, que resta então para discernir a verdade numa multidão de questões morais,

políticas e sociais?

Mostrarei no próximo capítulo que só possuímos um meio eficaz: a experiência. Examinemos, primeiramente, o papel atribuído à razão.

3. Papel da razão na formação das opiniões e das decisões importantes

Em todas as opiniões científicas ou técnicas é preponderante a ação que a razão exerce. O erro da maioria dos psicólogos e dos filósofos consiste em supor que o seu papel é o mesmo no domínio das opiniões ordinárias.

Os ideólogos dos diversos partidos sempre pretenderam basear os seus juízos em razões. Os convencionais elevavam estátuas à Razão e os retóricos modernos pretendem legislar em seu nome.

Mostra, infelizmente, a observação — e cumpre sempre repeti-lo — que a razão exerce tão diminuta influência na vida dos povos quanto na nossa quotidiana maneira de proceder. Tame justamente observa que “se tivéssemos necessidades de crer que os crocodilos são deuses, amanhã se lhes ergueria um templo na praça do Carrossel”.

Não somente esse templo seria erguido, como também no mesmo dia surgiria uma legião de professores e de advogados sutis que justificariam essa deificação mediante argumentos racionais. A razão se tem colocado constantemente, com obediência, ao serviço dos nossos

menos defensáveis impulsos afetivos e místicos.

As opiniões diárias são, de fato, baseadas, nem sempre contra a razão, porém independentemente de toda a razão. Fiando-nos nos impulsos místicos e afetivos que as promoveram, a sua exatidão se nos afigura certa e não toleramos que isso se nos conteste. E, entretanto, visível que, se uma razão segura fosse o verdadeiro fator das nossas opiniões, nunca existiria mais de uma sobre cada assunto.

Nas matérias científicas, cujos dados são todos conhecidos, assim sucede sempre. Impossível seria diferir no tocante à fórmula de uma parábola, à lei da gravitação, à trajetória de um planeta. As divergências manifestam-se apenas nas teorias, porque elas são simples interpretações e a lógica racional se deixa influenciar, às vezes, por elementos afetivos ou místicos.

Desde que se afasta da ciência pura, isto é, que se passa do domínio do conhecimento para o da crença, a divergência das opiniões sobre todos os assuntos torna-se, ao contrário, uma lei constante. Manifesta-se mesmo naqueles em que só a razão, ao que parece, deveria intervir, como, por exemplo, nas decisões jurídicas.

Vamos utilizar esses casos típicos a fim de mostrar quanto é difícil para a lógica racional subtrair-se às influências afetivas e místicas.

Estabeleçamos, primeiramente, uma classificação entre os homens aos quais compete julgar os outros.

Na parte inferior da escala acham-se os espíritos cujo juízo se forma

unicamente sob a ação da lógica afetiva. Os graus mais elevados serão compostos de mentalidade quase exclusivamente influenciáveis pelos argumentos da lógica racional.

À primeira das categorias precedentes pertencem os membros do júri. Pelo seu número, constituem multidões, de que possuem os caracteres.

Os argumentos racionais exercem neles, portanto, uma ação diminuta. As suas convicções se orientam quando se atua nos seus sentimentos. Uma mulher culpada de grave crime, porém cercada de filhos lacrimosos que a reclamem, está certa da indulgência do júri. A mulher formosa que, num acesso de ciúme, matou o amante, pode estar ainda certa disso. Um júri inglês a condenaria à forca; um júri francês a absolve quase sempre. É mesmo um dos casos em que a influência da raça na gênese das opiniões nitidamente se manifesta.

Um pouco acima dessa categoria, dominada por mera sentimentalidade, acham-se os juizes dos tribunais de primeira instância. São ainda bastante jovens para que os argumentos de ordem afetiva os possam comover. O prestígio de um advogado célebre sempre os impressiona. Pode-se, entretanto, exercer influência nos seus espíritos por meio de provas racionais, unicamente, porém, se elas não tiverem de lutar contra interesses pessoais. A esperança de promoção, as pressões políticas, exercem, por vezes, uma influência preponderante nas suas opiniões. Eles formulam julgamentos bastante incertos, porquanto os magistrados do Tribunal de Apelação reformam cerca de um terço desses julgamentos. Eles se iludem, portanto, mais

ou menos uma vez em três.

Os magistrados de Tribunais de Apelação formam um grau superior ao da classificação precedente. Mais idosos e mais instruídos, são menos subordinados à lógica afetiva do que à lógica racional.

No vértice, finalmente, surgem os juizes do Tribunal Supremo. Envelhecidos, um pouco decrépitos, nada mais tendo a esperar, desprovidos de toda sentimentalidade, tão indiferentes ao interesse individual quando à compaixão, ignoram os casos particulares e permanecem confinados no direito estrito. Nenhum advogado procuraria invocar um ar sentimental diante deles. Só a prova racional os pode impressionar. As meticulosas precauções da lei inteiramente os dominam. Ela tornou-se para eles uma espécie de entidade mística, isolada dos homens. Esse excesso de racionalismo não é destituído de perigo, pois o direito, equitável no momento em que acaba de ser fixo, cessa logo de o ser em virtude de evolução social, que rapidamente o excede. É então que se deve interpretá-lo, a fim de preparar a sua transformação, como fazem alguns magistrados cujas sentenças formam uma jurisprudência, filha de novos costumes e mãe de novas leis. O duelo passou, assim, do estado de crime ao de delito não condenável; o adultério, acarretando outrora anos de prisão para os culpados e julgado pelo código como um crime tão grave que ao marido se desculpava matar a mulher, acabou por ser incluído entre os delitos de tal modo secundários que um novo projeto de lei propôs, como única punição para o adultério, uma insignificante multa.

Acabamos de mostrar que, mesmo entre homens instruídos, geralmente imparciais e alheios às paixões, o juízo sobre assuntos bem definidos era, muitas vezes, errôneo. A razão foi, portanto, insuficiente para esclarecê-los.

Se, ao invés desses homens escolhidos, considerássemos reuniões, tais como as assembleias parlamentares, cujos membros são, na maioria dos casos, dominados por interesse individuais, teorias preconcebidas e paixões políticas, reconheceríamos que o papel da razão nas suas decisões é, mais ou menos, nulo. Os argumentos racionais propostos algumas vezes não são mesmo compreendidos por eles. Os votos são unicamente sugeridos pelos interesses do partido ou pelos dos eleitores, aos quais devem agradar.

Sem dúvida, a razão é constantemente invocada nas assembleias parlamentares, mas, na realidade, é o menos importante dentre os fatores suscetíveis de influenciá-la. Os raros agitadores que conseguem, por vezes, modificar a votação de uma reunião política, sabem perfeitamente que a razão não é um meio persuasivo, mas que cumpre fazer vibrar sentimentos fortes. Certas fórmulas místicas habilmente manejadas têm um efeito certo.

4. Papel da razão na formação das opiniões quotidianas

Acabamos de ver o papel diminuto da razão nas importantes decisões

adotadas por diversas categorias de homens escolhidos. Nas opiniões diárias, a sua ação é ainda muito menos eficaz. Observam-se, com efeito, incessantemente opiniões divergentes sobre assuntos em que a razão parecia dever determinar conclusões idênticas.

Concebe-se perfeitamente essas divergências quando se conhece o papel dos elementos místicos e afetivos na formação dos nossos conceitos.

As divergências de opinião não resultam, como por vezes supomos, das desigualdades de instrução daqueles que as manifestam. Elas se notam, com efeito, em indivíduos dotados de inteligência e de instrução equivalentes. Disso se convencerá quem percorrer as respostas aos grandes inquéritos coletivos destinados a elucidar certas questões bem definidas.

Entre os inúmeros exemplos fornecidos pela leitura das suas atas, mencionarei apenas um, muito típico, publicado nos Anais de Psicologia do sr. Binet.

Querendo informar-se quanto aos efeitos da redução do programa de história da filosofia nos liceus, enviou um questionário a todos os professores incumbidos desse ensino. As respostas foram nitidamente contraditórias, pois uns declaravam desastroso o que os outros julgavam excelente. “Não se compreende”, conclui o Sr. Binet com melancolia, “que uma reforma que consterna um professor, pareça excelente a um dos seus colegas. Que lição para eles sobre a relatividade das opiniões humanas, mesmo entre pessoas

competentes!”.

Contradições da mesma espécie invariavelmente se manifestaram em todos os assuntos e em todos os tempos. Para chegar à ação, o homem teve, entretanto, de escolher entre essas opiniões contrárias. Como operar tal escolha, sendo a razão muito fraca para determiná-la?

Somente dois métodos foram descobertos até hoje: aceitar a opinião da maioria ou a de um único, escolhido como mestre. Desses dois métodos decorrem todos os regimes políticos.

Poucos votos de maioria, ou mesmo uma maioria considerável, obtida por uma opinião, não a tornará, certamente, superior à opinião contrária. Um juízo isolado, imposto obrigatoriamente, não será também sempre o melhor. A escolha de um ou outro método é, contudo, necessária para sairmos das indecisões que são contrárias à verdade de agir. Os próprios filósofos não têm podido descobrir outro processo.

As opiniões de um espírito eminente são, em geral, muito superiores ao juízo de uma coletividade, mas, se o espírito não for eminente, as suas decisões poderão ser muito perigosas. A história da Alemanha e a da França nestes últimos cinquenta anos fornece numerosas provas das vantagens inconvenientes destes dois métodos: a tirania individual e a tirania coletiva.

Capítulo IV — A Retificação das Opiniões pela Experiência

1. A experiência na vida dos povos

Acabamos de ver como, relativamente à maior parte dos assuntos, alheios às questões científicas, dando a lógica racional apenas indicações incertas, foi necessário que o homem se resignasse a tomar por guia a opinião da maioria ou a de um só indivíduo escolhido por mestre. Não sendo suficiente a aceitação de um conceito para que ele se transforme em verdade, como se consegue descobrir o seu valor exato?

A opinião só se torna evidente pela experiência, método de verificação lento e custoso, que não se aplica, aliás, a todos os assuntos. Nas crenças solidamente constituídas, a sua fraqueza é, especialmente, tão considerável quanto a da razão.

Nas opiniões coletivas, certas opiniões políticas, por exemplo, ela acaba de agir, mas sob a condição de ser muito nítida e muito repetida.

A vida dos povos prova a necessidade de repetições que impressionem. Acumulações de ruínas e torrentes de sangue são, por vezes, necessárias para que a alma de uma raça assimile certas verdades experimentais.

Muitas vezes ela não se aproveita disso durante muito tempo porquanto, em virtude da diminuta duração da memória afetiva, as aquisições experimentais de uma geração servem pouco para outra.

Todas as nações verificam, desde as origens do mundo, que a anarquia termina pela ditadura. Mas dessa eterna lição elas não tiram nenhum proveito. Repetidos fatos mostram que as precauções são o melhor meio de favorecer a extensão de uma crença religiosa, e isso não impede que, sem tréguas, essas perseguições continuem. A experiência ensina ainda que ceder perpetuamente a ameaças populares é condenar-se a tornar impossível qualquer governo. Vemos, no entanto, que os políticos diariamente olvidam essa evidência. A experiência mostra, igualmente, que, por seguros motivos de ordem psicológica, todo o produto fabricado pelo Estado ultrapassa sempre os preços da indústria particular, não obstante essa prova, os socialistas obrigam o Estado a monopolizar constantemente alguma fabricação nova.

As experiências só atuam rapidamente, como já disse, quando impressionam de uma maneira profunda. E eis um exemplo recente e notável.

Todos os psicólogos, todos os economistas, todos os comerciantes tinham predito que o resgate da E.F. do Oeste e a sua gerência pelo Estado constituíam uma operação muito custosa. Se fosse simplesmente custosa, o público mal o teria percebido; mas a administração estatística dessa linha determinou, em poucos meses, tal acúmulo de terríveis catástrofes e de mortes horríveis que a lição da

experiência foi imediatamente compreendida. Ninguém ousaria hoje reclamar o resgate de novas linhas.

2. Dificuldade de perceber os fatores gerais da experiência

Mas, se experiências tão visíveis quanto a precedente podem transformar a opinião, não se conclui daí que os elementos geradores dessas experiências sejam facilmente compreendidos. No que diz respeito, por exemplo, aos acidentes a que acabo de referir-me, o ministro das Obras Públicas não percebeu absolutamente as causas secretas de uma anarquia impossível de negar. Obrigado a reconhecer que as numerosas catástrofes devidas a colisões de trens provinham, sobretudo, da indisciplina de um pessoal que não observa mais os regulamentos, ele julgou remediar a isso com a demissão do diretor da rede do caminho de ferro. O seu sucessor teve, como único recurso para diminuir os acidentes, reduzir consideravelmente o número dos trens e a sua velocidade, meio seguramente pouco glorioso, porém seguro.

“Que teria ele, aliás, podido fazer contra efeitos provocados por causas alheias à sua ação? Nem conceder à administração do Estado uma capacidade industrial que ela não possui, nem tão pouco criar, entre os empregados, excitados por ambiciosos agitadores, a disciplina, o zelo, o respeito dos regulamentos

indispensáveis à sua profissão.”

“Como”, escrevia o Temps, “ter um pessoal de escolha numa rede férrea cujo resgate os políticos de distrito só voltaram para nele empregar os seus protegidos e aí ter uma clientela? Como obter uma estrita submissão desses empregados, cujos atos de indisciplina são imediatamente desculpados e patrocinados por um grupo de deputados demagogos.”

“Enquanto isso”, concluía o mesmo jornal o Estado, “que tão miseravelmente administra a sua própria rede, procederia sensatamente, se deixasse que as companhias explorassem livremente as suas, sem lhes impor abusos, cujas desastrosas consequências ele tem visto na sua empresa.”

Esperança vã! O Estado (isto é, os políticos que nele influem), não cessa de perseguir as companhias, esmagando-as sob pesados encargos, animando a indisciplina e as reclamações dos seus agentes.

Mas, dominando os discursos, a fatalidade das coisas formulou implicitamente uma nova lição experimental que acabará, certamente, por ser compreendida.

Há alguns anos, eu havia predito, num artigo de revista, que o resultado das despóticas intervenções estadistas seria a queda rápida do valor das ações das companhias, isto é, um dos elementos mais estáveis da riqueza pública, porque se acha repartido por maior número de mãos. Essa predição rapidamente se realizou. As ações, na sua maioria, sofreram uma baixa enorme; nas da companhia de Lion, essa baixa foi

de cerca de 17 por 100. As ações dessa empresa, cotadas, em fevereiro de 1909, na Bolsa, à razão de 1.383 francos, valiam, em fevereiro de 1911, 1150 francos. Será preciso que a queda se torne ainda mais profunda e, sobretudo, que as suas repercussões nitidamente se manifestem, para que essa lição experimental seja proveitosa.

As mesmas causas produzem, geralmente, os mesmos efeitos. Não nos devemos surpreender de que se observe na nossa marinha militar uma anarquia idêntica à que vimos acima, no tocante à rede de caminhos de ferro do Estado.

O recente trabalho do relator do orçamento da marinha fornece, nesse particular, uma prova irrefutável.

“De 1891 a 1906”, diz ele, “a Alemanha despendeu com a sua marinha 2.508 milhões, ao passo que a França despendia 3.809. A despeito, porém, dessa diferença de 1.300 milhões, a Alemanha tinha chegado a formar uma frota sensivelmente superior à da França. Esses algarismos condenavam a nossa administração.”

“A opinião pública permanecia indiferente. Para comovê-la e, como repercussão, para agitar a Câmara, era preciso mais algumas coisas do que palavras: acidentes, catástrofes, sangue! Depois do Sully Chanzly, Nive, Vienne, afundaram o Farfadet e o Lutin. No Couronne, rebentaram canhões, serventes foram estripados; em Toulon, uma das nossas belas unidades, o Léna, entra em erupção como um vulcão. Depois deste último e terrível revés, já não era possível acusar unicamente o acaso: um inquérito se impunha.”

“Estupefata e comovida, a opinião pública soube que, não obstante as centenas de milhões que lhe tinham sido consagradas à marinha, não só faltavam pujantes navios de guerra, como também canhões, munições, abastecimentos e diques. Ela soube que, após um único combate, muito curto, em nenhum lugar, em nenhum porto uma esquadra poderia abastecer-se de carvão ou de projéteis.”

“Não foi o dinheiro que nos faltou. Tivemos mais do que era preciso para igualar-nos à Alemanha!”

“Essas comprovações”, conclui o relator, “são esmagadoras**(8)**”.

Esmagadoras, com efeito. Infelizmente, não há nenhuma esperança de que possam desaparecer as múltiplas causas determinantes desses resultados, tais como: a crescente indisciplina dos operários dos arsenais sob a influência de diárias excitações; a completa desorganização dos serviços, provocada pelas intervenções políticas e rivalidades de funcionários que se invejam; as influências socialistas que obrigam o Estado a encarregar-se de construções confiadas pela Alemanha a indústrias particulares, etc.

Nos casos precedentes, os resultados das experiências rapidamente se manifestaram. Acontece, contudo, por vezes, que eles se mostram de uma maneira lenta.

A destruição quase instantânea da frota russa pelos grandes couraçados japoneses e a fraqueza dos torpedeiros foram necessários para fazer compreender o enorme erro cometido, há alguns anos,

quando se abandonou a construção dos couraçados, substituídos por uma frota de pequenos cruzadores e de torpedeiros que agora são reconhecidos como inúteis. Centenas de milhões foram esbanjados desse modo. O nosso país ficou indefeso até ao dia em que, tendo sido experimentalmente demonstrado, foi preciso que se resolvesse a empreender a construção de uma nova frota.

Se a experiência é, muitas vezes, indispensável para verificar o valor das opiniões, é porque na maioria estas últimas se formam levando-se em conta apenas os elementos superficiais das coisas. No caso que acaba de ser citado, podia-se, mediante raciocínios sutis, baseados em algumas aparências, provar que os torpedeiros econômicos facilmente destruiriam os grandes couraçados ruinosos. Parecia, portanto, racional o abandono destes últimos.

As remotas consequências de medidas aparentemente racionais são apenas visíveis a espíritos penetrantes, e não são muitas vezes eles que governam. Mostrei na minha Psicologia Política quanto foram, finalmente, prejudiciais numerosas leis que pareciam ditadas por excelentes razões. A experiência provou mesmo que, na maioria, essas leis draconianas atuavam, em geral, de um modo precisamente contrário aos interesses daqueles que elas queriam proteger.

Como tipo dos resultados assim obtidos, um dos mais curiosos foi recentemente fornecido pela cidade de Dijon. Tendo os acasos da cegueira popular feito eleger uma municipalidade socialista, essas honradas pessoas imaginaram favorecer os operários substituindo o

direito de entrada na cidade por pesadas taxas, que se aplicavam somente aos supostos possuidores da riqueza. Inevitáveis repercussões manifestaram-se em muito pouco tempo e, longe de diminuir, o preço da vida consideravelmente aumentou para os trabalhadores. Os socialistas aprenderam, assim, experimentalmente, porém à custa dos seus administradores, que as leis econômicas desdenhadas, quando não são compreendidas, tornarão sempre impossível o estabelecimento de uma taxa qualquer numa classe única de cidadãos. Por incidência, ela se reparte logo entre todas as outras classes, e quem paga não é aquele contra o qual o imposto foi votado.

Sendo, as mais das vezes, muito nítidas as lições da experiência, por que são elas tão pouco compreendidas por tantos homens políticos, aos quais nem sempre falta a inteligência?

É porque, já o disse, a experiência não exerce uma ação sensível na crença. Ora, já não tendo as concepções políticas dos partidos adiantados o caráter de opiniões, porém o de crenças, têm como sustentáculo esses elementos místicos e afetivos cuja irresistível força indicamos.

A razão, incessantemente invocada pelos políticos, não exerce neles mais influência que nos devotos de qualquer fé. Certezas exclusivamente místicas ou sentimentais ditam o seu modo de proceder. Eles sabem coordenar os seus discursos, mas são dominados pelas invisíveis sugestões que os originam.

Conhecendo assim a gênese secreta de opiniões que só têm a

aparência de racionais, não se deveria ter indignações contra a compreensão dos seus autores. Verdades luminosas para espíritos guiados por uma lógica racional, desprendida de todo o elemento estranho, permanecerão sempre inacessíveis aos homens conduzidos pela simples crença. Eles são inacessíveis à razão, à observação e à experiência.

Livro VI

As Opiniões e as Crenças Coletivas

Capítulo I — As Opiniões Formadas sob Influências Coletivas

(a raça, o meio, o costume, os grupos sociais, etc.)

1. Influências da raça nas crenças

As influências das coletividades têm uma parte preponderante na gênese de grande número de opiniões e constituem os seus verdadeiros reguladores.

Os homens, na sua imensa maioria, somente possuem opiniões coletivas. Os mais independentes professam, em geral, as opiniões dos grupos sociais a que pertencem. Já o dissemos, e mais claramente ainda o mostraremos pelo sucessivo exame do papel das influências coletivas na gênese das nossas opiniões e das nossas crenças: raça, meio, costume, grupo social, etc.

Examinemos, primeiramente, a influência da raça.

Observações muitas vezes seculares provam que os povos dotados de um longo passado apresentam grande comunidade de opiniões e de crenças sobre certos assuntos fundamentais. Isso resulta da formação de uma alma nacional. Sendo essa alma variável de um povo para outro, os mesmos acontecimentos despertarão em cada um deles reações diferentes.

Já não existem hoje raças puras, no sentido antropológico da expressão; mas, quando povos da mesma origem ou origens diversas, sem que

sejam muito afastadas, estiveram submetidos durante muitos séculos às mesmas crenças, às mesmas instituições, às mesmas leis, e falam a mesma língua, constituem o que já denominei, em outra obra, uma raça histórica. Essa raça possui então em moral, em religião, em política e numa multidão de assuntos, um conjunto de ideias, de sentimentos comuns, de tal modo fixos nas almas que toda gente os aceita sem discutir.

A alma de um povo não é, portanto, uma concepção metafísica, mas uma realidade palpante. É formada de uma estratificação atávica, de tradições, modos de pensar e mesmo preconceitos. Da sua solidez depende a força de uma nação.

Homens simplesmente reunidos por uma conquista violenta constituem um agregado transitório, não cimentado e facilmente dissociável, porque não possuem ainda uma alma racional.

Enquanto ela não for adquirida, eles permanecerão um agrupamento de bárbaros. Destruir as influências do passado na alma de um povo teve sempre como invariável resultado conduzi-lo à barbárie.

As divergências de opiniões num povo que possui uma alma nacional muito forte dizem respeito apenas a questões de diminuta importância. Perante um grande interesse em discussão, o acordo se torna unânime. Os ingleses deram, nesse ponto, um eloquente exemplo, por ocasião da guerra do Transvaal. As humilhantes e repetidas derrotas das tropas britânicas, vencidas por simples camponeses boers, forneciam aos jornais da oposição um excelente ensejo para atacar o ministério.

Nenhum o fez. A alma nacional não o teria permitido.

Essa alma coletiva da raça só se manifesta, aliás, quando se trata de interesses gerais consideráveis. Ela não contraria absolutamente a existência de almas individuais muito vivazes, do mesmo modo que na história natural os caracteres distintos não impedem a posse, igualmente, dos caracteres do gênero a que eles pertencem.

Veremos que os elementos constituintes das raças primitivas, por não se acharem ainda diferenciados, têm apenas uma alma coletiva. É somente nas raças que já sofreram muitas evoluções que os caracteres individuais se sobrepõem aos caracteres coletivos.

Vimos acima que a formação de uma alma comum era unicamente possível em povos de origens pouco dissemelhantes. Se essa diferença fosse considerável, nenhuma fusão se poderia operar. Não possuindo a mesma alma, cada indivíduo recebe das coisas exteriores uma impressão diferente, não podendo, portanto, existir uma opinião comum sobre um assunto de qualquer espécie. Os tchecos e os húngaros na Áustria, os irlandeses na Inglaterra, etc., confirmaram a exatidão dessa lei. A pretensão de impor os nossos códigos aos indígenas das nossas colônias prova que ela é mal compreendida.

Os cruzamentos de raças muito diferentes modificam as influências ancestrais, mas retiram, ao mesmo tempo, aos indivíduos toda a estabilidade mental. Um povo de mestiços é ingovernável. A anarquia em que vivem as repúblicas latinas da América é uma prova dessa asserção.

A herança mental do passado, estabilizando-se à medida que um povo envelhece, o que era uma força para ele, acaba, finalmente, por constituir uma fraqueza. Tornando-se a sua adaptação a novos progressos cada vez mais difícil, o seu pensamento e as suas opiniões cada dia são menos livres. Há diária luta entre o consciente, governado pela razão, e as impulsões ancestrais, que não lhe são submetidas. As violentas revoluções por meio das quais os povos procuram então, por vezes, subtrair-se ao jugo opressor de um passado demasiadamente penoso, não têm uma ação durável. Podem destruir as coisas, porém modificam muito pouco as almas. Assim, as opiniões e as crenças da velha França pesam sobre a nova de um modo irresistível. Só as fachadas mudaram.

2. Influências do meio social e dos grupos sociais

O meio social exerce nas nossas opiniões e na nossa maneira de proceder uma ação intensa. A despeito da nossa vontade, ele determina inconscientes inferências, que sempre nos dominam. Os livros, os jornais, as discussões, os acontecimentos de uma época criam um ambiente que, embora invisível, nos orienta. Esse ambiente encerra os germes de concepções artísticas, literárias, científicas ou filosóficas, que o gênio, por vezes, condensa em luminosas sínteses.

As opiniões suscitadas pelo meio social são de tal modo fortes que o

indivíduo obrigado a deixar esse meio é igualmente forçado a mudar de opinião. Um perfeito socialista revolucionário facilmente se torna um conservador intransigente, desde que chegue ao poder. Sabe-se com que facilidade Napoleão transformou em duques, camaristas e barões, os terríveis convencionais que ainda não tinham tido tempo de matar-se uns aos outros.

O meio social atua de maneira geral, mas o que principalmente atua é o grupo ao qual pertencemos.

Em matéria de opiniões e de crenças individuais, deduzidas das nossas próprias observações e dos nossos raciocínios, temos geralmente muito pouco. Os homens só possuem, na maioria, as opiniões e as crenças do grupo: casta, seita, partido, profissão, a que pertencem, e em massa as adotam.

Cada classe de um povo: operários, magistrados, políticos professam, pois, as opiniões fundamentais do seu grupo profissional. Elas são o critério dos seus julgamentos. Eles consideram as coisas verdadeiras ou falsas conforme se adaptam ou não às opiniões desse grupo. Cada grupo forma uma espécie de tribo fechada, que possui opiniões comuns tão aceitas que nenhuma discussão se trava sobre elas. Quem não adota as ideias do seu grupo não poderia viver nele.

A atual evolução para o socialismo e o sindicalismo aumenta todos esses grupos, notavelmente aqueles pelos quais o Estado administra os seus monopólios. Eles se invejam ferozmente, e nada existe de comum entre eles a não ser as inimizades e o desprezo. Nenhuma solidariedade

os liga; daí resulta uma desorganização progressiva nos serviços, cada dia mais numerosos, assumidos pelo Estado. É isso uma das causas profundas, conquanto menos assinaladas, da decadência dos monopólios estadistas e, notavelmente, da nossa marinha de guerra. Disso forneci provas, numa obra precedente, e mostrei que a simples transferência de um monopólio para as mãos do Estado é um desastre financeiro.

Os dissentimentos de opiniões entre os grupos que se tornam funcionários e que, beneficiados pelo anonimato, são os verdadeiros donos do país, pouco a pouco se revelam ao público. As opiniões dos agrupamentos operários são, ao contrário, muito ruidosas para que passem despercebidas. Os seus ódios relativamente às outras classes tendem a tornar-se possantes fatores da atual evolução política.

Imaginando, segundo a afirmação dos seus agitadores, que eles são os criadores únicos da riqueza, não suspeitam absolutamente o papel que o capital e a inteligência representam. Considerando-se muito mais compatriotas dos operários estrangeiros do que dos burgueses franceses, eles se tornaram internacionalistas e antimilitaristas. A sua verdadeira pátria é o grupo de homens do seu ofício, a qualquer nação que pertençam.

3. Influência do costume

O costume, forma do hábito, faz a força da sociedade e dos indivíduos.

Ele os dispensa de refletir em cada caso que se apresenta, para que se forme uma opinião.

O meio, o contágio e a educação mantêm em nós o costume. As leis não fazem mais do que o sancionar e são pujantes apenas quando fixam um costume já existente.

O papel do costume, a que já fiz referência em outro capítulo, a propósito do hábito, tem sido muito bem estudado desde certo tempo, principalmente por Montaigne; bastará reproduzir o que escrevia esse filósofo:

“É na verdade o costume um violento e traiçoeiro mestre-escola. Pouco a pouco, estabelece em nós, sorratamente, o pé da sua autoridade; mais, nesse manso e humilde começo, tendo-o assente e fixado com o auxílio do tempo, ele nos desvenda logo um rosto furioso e tirânico, contra o qual não temos a liberdade de erguer somente os olhos.”

“Mas, descubrem-se muito melhor os seus efeitos pelas estranhas impressões que causa nas nossas almas, em que não acha tanta resistência... As leis da consciência, que dizemos nascidas da natureza, nascem do costume; cada qual, venerando intimamente as opiniões e os costumes aprovados e acolhidos em torno de si, não se pode desprender deles sem remorso nem a eles se aplicar sem aplauso. Quando os habitantes de Creta queriam, outrora, amaldiçoar alguém, pediam aos deuses que lhe incutissem um costume... As imaginações comuns que são bem aceitas ao redor

de nós e infundidas na nossa alma por nossos pais, parecem que são gerais e naturais. Por isso, sucede que as coisas fora do domínio do costume nós as supomos fora do domínio da razão e Deus sabe como na maior parte dos casos são desarrazoadas! ... É por intermédio do costume que cada qual se acha contente com o lugar em que a natureza o fixou; e os selvagens da Escócia não cuidam da Turena, nem os citas, da Thessália... O uso nos oculta a verdadeira face das coisas..."

Vamos agora examinar os característicos especiais, o valor e a influência das opiniões coletivas cuja gênese acabamos de indicar.

Capítulo II — Os Progressos da Influência das Opiniões Coletivas e as suas Consequências

1. Os característicos das opiniões populares

A ação cada vez mais considerável das multidões na vida política imprime especial importância ao estudo das opiniões populares. Interpretadas por uma legião de advogados e professores, que as transpõem e lhe dissimulam a mobilidade, a incoerência e o simplismo,

elas permanecem pouco conhecidas. Hoje, o povo soberano é tão adulado quanto foram, outrora, os piores déspotas. As suas paixões baixas, os seus ruidosos apetites, as suas ininteligentes aspirações suscitam admiradores. Para os políticos, servidores da plebe, os fatos não existem, as realidades não têm nenhum valor, a natureza se deve submeter a todas as fantasias do número.

A alma popular, já estudada por nós em outras obras, tem, como principal característico, a circunstância de ser inteiramente dominada por elementos afetivos e místicos. Não podendo nenhum argumento racional refrear nela as impulsões criadas por esses elementos, ela lhes obedece imediatamente.

O lado místico da alma das multidões é, muitas vezes, mais desenvolvido ainda do que o seu lado afetivo. Daí resulta uma intensa necessidade de adorar alguma coisa: deus, feitiço, personagem ou doutrina.

Essa necessidade se expande hoje em favor da fé socialista, religião nova, cujo poder sobrenatural deve regenerar os homens.

O misticismo popular foi, aliás, observado em todos os tempos. Quando se manifestou nas crenças religiosas, reinou nas concepções políticas. A história da Revolução mostra-o em cada página.

O ponto mais essencial, talvez, da psicologia das multidões é a nula influência que a razão exerceu nelas. As ideias suscetíveis de influenciar as multidões não são ideias racionais, porém sentimentos

expressos sob forma de ideias.

Tais verdades deveriam ser banais desde muito tempo, mas a maneira de agir dos políticos de raça latina indica que eles não as compreendem ainda. Eles só se libertarão da anarquia depois de a terem compreendido.

2. Como, sob a mobilidade das opiniões populares, persiste certa fixidez

Entre os característicos das opiniões populares, há dois, a mobilidade e a estabilidade, de aspecto contraditório.

A mobilidade parece ser a sua lei, e ela o é de fato; semelhante, porém, às vagas do oceano que cobrem águas tranquilas, essa mobilidade de superfície oculta elementos muito estáveis. Eles se observam em todas as variações de que a nossa história tem dado o exemplo nestes últimos cem anos.

Atrás da constante mobilidade da multidão, dos seus furores e entusiasmos, das suas violências e animosidades geradoras de tantas perturbações, persistem tenazes instintos conservadores. As mais revolucionárias multidões latinas mantêm um espírito muito conservador, muito tradicionalista. E isso explica por que os regimes que ela destrói são logo restaurados sob novas designações.

Essa dupla tendência, revolucionária nos atos, conservadora nos

sentimentos, não é, em geral, percebida pelos condutores de multidões. Por isso, eles não as acarretam jamais muito tempo no mesmo sentido.

No tocante às opiniões políticas quotidianas, e sobretudo aos sentimentos para com as pessoas, facilmente se faz oscilar a alma popular. Mas na sua mentalidade fundamental, só o tempo pode agir.

Um dos exemplos que melhor traduzem, ao mesmo tempo, a incompreensão geral da alma popular e a fixidez que a sua mobilidade oculta, é fornecido por uma recente experiência do governo inglês. Como o Parlamento, eleito depois da dissolução, não lhe houvesse dado, a propósito da reforma da Câmara dos Lords, uma maioria suficiente, ele julgou que poderia obter das multidões britânicas, mediante uma campanha enérgica, os deputados de que precisava, e a Câmara foi novamente dissolvida. Não obstante a mais violenta pressão, os mesmos deputados foram reeleitos. Antes da dissolução, a maioria governamental era de 124 votos; depois das novas eleições, era de 126. Todo esse enorme esforço determinava apenas uma insignificante alteração de votos.

Não é necessária uma psicologia muito complicada para predizer esse resultado. Como supor que, tendo atuado uma primeira vez na opinião popular por todos os meios à disposição do governo, poderiam, em poucos meses, obter-se resultados diferentes? Os ministros sem dúvida o supunham, baseando-se na mobilidade bem conhecida das multidões, mas esqueciam a sua fixidez no tocante a certas questões fundamentais. Ora, era justamente sobre esses pontos essenciais que

os eleitores deviam votar. Eles correspondiam a tendências tradicionais irreduzíveis das diversas frações do povo inglês.

A alma coletiva só pode ser dirigida quando se lhe percebem os arcanos. Varias vezes mostrei a que pontos os nossos estadistas, na maioria, ignoram o mecanismo dessa alma. A recente lei atinente às aposentadorias operárias ainda uma vez confirmou essa asserção. Eles compreendem ainda menos a alma coletiva de outros povos, como provam as ideias de assimilação imposta às nossas colônias.

3. A força da opinião popular antes da idade moderna

A ação das opiniões populares, que hoje se tornou preponderante, igualmente se exerceu nas diversas épocas da História. Ela não é sempre percebida, porque a crônica das nações não foi, durante muito tempo, mais do que a dos soberanos. Todos os atos dos reinados pareciam resultar meramente da vontade dos reis.

Conquanto desdenhadas pelos livros, as influências populares foram muito consideráveis. Quando, depois de haver terminado a história dos soberanos, o cronista se ocupar da história dos povos, claramente se verá que as multidões foram as verdadeiras criadoras de acontecimentos memoráveis: cruzadas guerra de religião, matança de S. Bartolomeu, revogação do edito de Nantes, restauração monárquica e napoleônica, etc. Nenhum déspota teria jamais tido a força de

ordenar a matança de São Bartolomeu e, a despeito do seu poder absoluto, Luiz XIV não haveria podido revogar o edito de Nantes.

Sem querer entrar aqui em pormenores e limitando-me, como exemplo, ao último dos acontecimentos aludidos, lembrarei que Luiz XIV só o ordenou impelido pela vontade geral.

“Nada houve mais popular”, escreve justamente Faguet, “do que a revogação do edito de Nantes; foi uma medida de soberania nacional, uma medida de opressão de minoria pela maioria, uma medida eminentemente democrática”.

Os acontecimentos provocados pelas multidões são, na maioria, os que têm na História o papel mais funesto. As catástrofes de origem popular foram, felizmente, pouco numerosas, graças à ação das elites que, tão fracas hoje, conseguiam, então, na maior parte das vezes, limitar os caprichos e os furores do número.

4. Os progressos atuais das influências coletivas na gênese das opiniões e suas consequências

Sendo a crescente ação do poder das multidões, um dos inevitáveis fatores da vida moderna, cumpre saber suportá-la. Pascal já a isso se resignava. “Por que se segue a pluralidade? É porque têm eles mais razão? Não, porém mais força”.

E pela única circunstância de ter sido a força conferida ao número, ou pelo menos àqueles que conduzem o número, e de estar o número persuadido de que, sendo tudo, pode tudo, multiplicam-se cada dia, para servi-lo, os aduladores desse novo poder, legisladores e ministros tornaram-se seus escravos.

Os homens políticos são hoje muito pequenos diante dos rugidos populares. Os mais ponderados cedem, trêmulos. Não hesitarão nunca, como se viu, com estupefação, em Brest, em assinar manifestos em favor de um anarquista antipatriota, candidato ao Parlamento, se baixos “comitês” eleitorais lho ordenaram.

Esse servilismo foi, aliás, a lei de todos os tempos. Se um povo aspira à liberdade, o que raramente lhe acontece, ou se ele se arremessa à servidão, tendência muito mais frequente, sempre achará professores e advogados que deem uma forma intelectual às suas impulsões, por mais perigosas que possam ser.

As opiniões da multidão ditam sempre hoje aos legisladores leis que eles devem votar e, como essas leis correspondem a efêmeras fantasias e não a necessidades, o seu resultado final é a desorganização da vida industrial, social e econômica do país. Quanto aos governantes, limitam-se a acompanhar os movimentos da opinião, sentindo-se incapazes de dirigi-los, e deixam assim que as ruínas se acumulem.

Isso se observa diariamente agora. A última parede dos inscritos marítimos, que quase aniquilou o comércio da Argélia, forneceu nesse

particular um lamentável exemplo.

Desde que uma parede marítima se manifesta, sendo a navegação reservada à marinha francesa, a Argélia se acha em estado de bloqueio, e as suas mercadorias apodrecem nos portos. Em 1904, as comunicações estiveram assim interrompidas durante três meses; em 1907, um mês; em 1909, dois meses. Para remediar esse bloqueio, bastava suspender momentaneamente o monopólio dos pavilhões, de modo a permitir aos navios estrangeiros um comércio pelo menos provisório entre a França e a Argélia. A fim de conservar a clientela eleitoral dos inscritos marítimos, preferiu-se que a Argélia perdesse milhões.

Perante essa resignada passividade, essa obediência às suas ordens, as multidões cada dia se tornam mais imperiosas. Destruídos os freios que as mantinham, elas obrigam, por vezes, os seus representantes a legislar em detrimento de toda a equidade, como teriam feito os barões feudais.

Seria preciso entrar em demasiados pormenores para mostrar como gradualmente se desagregaram as ações inibidoras que outrora moderavam os caprichos e os furores das turbas, e como se veio estabelecer o seu estado de permanente revolta. Esse espírito de rebelião resulta, antes de tudo, da noção de que basta ameaçar e, se for preciso, saquear, como em Narbona e na Champagne, para ser obedecido.

Numerosos são os fatos que põem em evidência as fases dessa lenta

evolução da alma popular e mostram as mudanças de mentalidade que conseguem abalar princípios de direito secular, considerados como indestrutíveis. Limitar-me-ei a citar, a título de exemplo, a gênese de uma lei, de aspecto inofensivo e humanitário no seu início, mas cujo resultado final foi a suspensão momentânea da vida do país, em consequência das paredes dos empregados das vias férreas.

Desde muito tempo, as companhias lhes pagavam aposentadorias muitas vezes superiores às dos funcionários. Segundo os algarismos dados a Câmara, ao passo que os operários mineiros têm a pensão máxima de 360 francos, os mestres-escolas 1.200 francos, os professores de colégio 1.385 francos, as pensões dos chefes de estação e dos maquinistas podem chegar a 3.500 francos e mesmo ultrapassar essa quantia. O orador que apresentava esses algarismos na tribuna, acrescentava que não era a situação dos empregados das companhias que devia ser melhorada.

Nada é mais evidente; como, porém, os empregados das vias férreas podem tornar-se bons agentes eleitorais e como, nos jornais por eles inspirados, formulavam violentas ameaças, os legisladores julgaram mais simples usar da sua absoluta soberania para satisfazer a todas as reclamações. Apressaram-se, pois, a votar um enorme aumento de aposentadorias, pagáveis, naturalmente, pelos acionistas das empresas. Poucos déspotas teriam ousado empregar esse processo e declarar assim aos acionistas: apraz-me reduzir os vossos diminutos dividendos para estabelecer pensões em favor de uma categoria de

agentes de que preciso. Obedecei e pagai.

Sendo os caminhos de ferro empresas particulares, são ligados por contratos que um só dos contratantes não tem o direito de anular. Essa verdade teria feito refletir legisladores menos perturbados pela teoria da soberania do Estado, representante das multidões. Só houve, entretanto, no senado um senador, o Sr. Raymond Poincaré, que mostrou o caráter odioso de uma intervenção cujo fim consistia em despojar uma classe de cidadãos em proveito de outra. É, disse ele, o ato de um príncipe no que ele tem de mais arbitrário. Legislamos para o futuro; amanhã, pedir-se-á que legislemos, senão para o passado, ao menos para o presente... Aonde iremos, senhores? É o que pergunto a mim mesmo. Resistiremos, sem nenhuma dúvida; mas, quantos, no momento oportuno, resistiremos?

Poucos, certamente, pois o eminente estadista, depois de haver mostrado os terríveis perigos do projeto do governo, não deixou de votar por ele, contribuindo assim para violar fundamentais princípios de direito.

Animados pelo êxito das suas ameaças, os empregados dos caminhos de ferro exigiram imediatamente considerável aumento de honorários. Como as empresas tentassem resistir resultou daí a desastrosa parede que desorganizou todas as nossas redes férreas.

Isso é apenas, cumpre notar, um começo. Os operários, aos quais são propostas pensões de duzentos ou trezentos francos já não se contentarão com isso, desde que se certificarem de que, mediante

violência, os seus colegas das estradas de ferro obtêm dois ou três mil. Depois do voto do Senado, os pedidos de aposentadorias proporcionais principiaram a aparecer, naturalmente, em avultado número: cantoneiros, operários dos arsenais, das minas, da manufatura do fumo reclamaram energicamente. Mas tudo isso é o futuro, um temível futuro, que só as preocupações eleitorais impedem de ver. Que sinistra cegueira!

A recente revolta de muitas cidades de um departamento, revolta acompanhada de saques e incêndios, mostrou os progressos que faz a violência das classes populares quando não se lhes obedece pressurosamente.

O objetivo visado cada dia mais nitidamente se delinea. Consiste em despojar aqueles que possuem alguma coisa. Esse ideal, constantemente pregado pelos agitadores, é a base de todas as reivindicações.

Enquanto não é inteiramente alcançado, os legisladores sancionam servilmente as medidas que a multidão exige. Perderam a compreensão das possibilidades e das realidades. As mais duras experiências não lhes esclarecem a razão. Imaginam caminhar assim para o progresso e para a liberdade, ao passo que os seus votos nos conduzem à servidão, à decadência e a todos os despotismos que daí procedem.

5. Influência das coletividades na estabilização de certos elementos sociais

O papel destruidor das opiniões populares é apenas um dos aspectos da sua influência. Sob a aparente mobilidade das multidões existe, como dissemos, um espírito tradicionalista dificilmente destrutível e graças ao qual as coletividades facilmente retrogradam.

O lado conservador da alma popular observa-se, principalmente, nos grupos sociais: classes, congressos, corporações, sindicatos, academias, etc.

A ação desses grupos homogêneos é, frequentemente, muito diversa da que é exercida pelas multidões. Sem ser destrutiva nem criadora, ela estabiliza, em virtude da autoridade do número, opiniões novas, criadas por elites, e fixa assim, por algum tempo, certos elementos importantes das civilizações: línguas, artes, modas, crenças e mesmo teorias científicas.

A ação do indivíduo é certamente capital, e o gênio, a sua mais bela manifestação, é sempre pessoal, mas as suas criações só se podem plenamente expandir depois de se tornarem coletivas. Sem os pesquisadores solitários, jamais haveria civilização ou progresso; mas a obra individual somente adquire toda a força pela sua absorção na alma coletiva.

Capítulo III — A Dissolução da Alma Individual na Alma Coletiva

1. Desagregação atual das grandes coletividades em pequenos grupos

Depois de se ter desprendido da coletividade, por um lento trabalho secular, a alma individual tende a aí voltar atualmente, sob uma forma imprevista, que difere muito da que é imaginada por certos teóricos políticos, os quais aspiram a um nivelamento geral das condições e das fortunas, sob a direção do Estado.

Ao lado das teorias socialistas, e logo contra elas, desenvolviam-se a pequenos grupos nitidamente separados uns dos outros pelas suas opiniões e seus interesses. Essa desagregação de uma sociedade em fragmentos sem elos comuns constitui o que se denominou movimento sindicalista.

Longe de permanecer, como o socialismo, um produto de puros teóricos, alheios às realidades, ele representa uma criação espontânea, devida a necessidades econômicas, que por toda a parte se impuseram, como prova a sua generalização, sob formas diversas, em povos de mentalidades distintas. As únicas diferenças são que o sindicalismo, revolucionário em alguns países, é pacífico em outros.

A evolução industrial, que provocou esse movimento, conduz as grandes pátrias modernas a se subdividirem em pequenas pátrias, que só respeitam as próprias leis e desdenham as da coletividade geral que as contém.

A união provisória desses diversos grupos, não obstante interesses distintos, dotou-os de uma força bastante poderosa para que as suas vontades frequentemente prevaleçam.

Cada qual facilmente reconhece os resultados dessa força, mas, em geral, percebe-se muito menos que a união momentânea de todos esses grupos não poderia durar. Desde que o antigo bloco social tiver sido inteiramente dissolvido em pequenos fragmentos solidamente constituídos, as suas divergências de interesses fatalmente os conduzirão a incessantes lutas. Se cada grupo for, com efeito, composto de elementos homogêneos, dotados de interesse e opiniões semelhantes, ele se achará em conflito com outros grupos, tão pujantes, mas que encerrem interesses nitidamente opostos.

É possível pressentir desde já essas futuras lutas entre interesses contrários, pois assim nos revela a história das antigas repúblicas italianas, principalmente a de Siena e a de Florença. Governadas por sindicatos operários, estes ensanguentaram com as suas dissensões intestinas, durante séculos, todas as cidades em que se exerceu o seu domínio.

Não objetemos que se trata de tempos muito remotos. As grandes leis sociais não são numerosas e sempre se repetem.

As lutas de grupos apenas começam porque o poder central, ainda forte, refreia as suas rivalidades, mas esse poder perde cada vez mais a sua ação. Desde que ele a tiver perdido inteiramente contra ele, como em Narbona, depois entre eles, como na Champagne, onde os sindicatos rivais de dois departamentos de interesses contrários encarniadamente lutaram um contra o outro.

Saques, incêndios, matanças serão, então, como sempre foram, as inevitáveis manifestações das cóleras populares perante a menor resistência às suas vontades, quando já nenhum freio as retém.

Não nos afastamos tanto do problema da gênese das opiniões e das crenças, como se poderia supor após a precedente exposição. Não se compreenderia a unidade de opiniões de um grupo sem haver previamente determinado as influências sob as quais ele se constituiu.

Nos capítulos consagrados ao estudo das opiniões individuais, tivemos, muitas vezes, dificuldade em precisar, entre os fatores que podiam agir, aqueles que desempenham um papel preponderante. Nada é, porém, mais fácil quando se trata de grupos muito homogêneos, muito circunscritos, tais como aqueles cuja formação acabamos de indicar.

Eles são, efetivamente, compostos de indivíduos que possuem unicamente as opiniões do seu pequeno meio. Para conservar a sua força, o grupo é obrigado a não tolerar nenhuma dissidência. Pela opinião de um dos seus membros, conhece-se a de todos os outros.

O problema da gênese das opiniões e das crenças ficará

consideravelmente simplificado quando só for tolerada a opinião do grupo no qual um indivíduo se achar confinado. A independência das ideias tornar-se-á, então, cada vez menos possível.

Caem as sociedades futuras sob o jugo do socialismo, do sindicalismo ou dos déspotas, suscitados pelas anarquias precedentes dessas doutrinas, elas serão, de qualquer modo, mentalmente escravizadas.

2. Como a alma individual proveio da alma coletiva e como volta para ela

A evolução moderna tende, como acabamos de ver, a desagregar as sociedades em pequenos grupos distintos, que possuem sentimentos, ideias e opiniões idênticas, isto é, uma alma comum. É inútil discutir o valor dessa evolução, porquanto a razão não altera os fatos.

Mas, sem que os julguemos, é possível, pelo menos, tentar interpretá-los. Ora, é fácil mostrar que essa fusão das almas individuais em almas coletivas constitui um retrocesso a fases extremamente remotas da história, observadas ainda no estado de sobrevivência entre os povos primitivos inferiores.

Esses povos primitivos sempre se compõem, com efeito, de pequenos grupos chamados tribos momentaneamente aliados, muitas vezes em guerra. O papel do indivíduo neles se revela diminuto, porque a alma individual ainda não se desprende do conjunto. Eles possuem apenas

uma alma coletiva, e é por isso que todos os membros de uma mesma tribo são considerados como responsáveis pelos atos de um só.

O conhecimento dessa noção característica é indispensável para compreender o direito usual de todos os primitivos ou mesmo dos meios civilizados, os anamitas, por exemplo. Um administrador da Indo-China, o Sr. Paul Giran, observa justamente que “o direito coletivo desse país parece incompreensível aos magistrados europeus que aí são enviados, porquanto eles consideram como indiscutível evidência que somente o autor de um delito tem a responsabilidade do ato cometido. A ideia de que uma pessoa alheia a um crime possa, pelo fato desse crime, sofrer uma pena qualquer, parece-lhes monstruosa”.

Ela não o é, entretanto, para o anamita. Em numerosos casos, os parentes, que pertencem ao grupo familiar do culpado, são executados. E por quê? Pela razão psicológica acima indicada, isto é, que não estando diferenciados os elementos de cada grupo social, são considerados como tendo apenas uma alma coletiva. Esse princípio é geral, porquanto rege o comunismo político, religioso ou social de todos os povos no seu início.

Não distinguindo o direito primitivo, a personalidade individual ainda não diferenciada do seu grupo pune o grupo inteiro ou um fragmento qualquer desse grupo. Traduzindo os códigos unicamente: o costume, poderiam eles decidir de outro modo?

O condenado absolutamente não protesta, aliás, contra tal direito, iníquo para o civilizado, porém equitativo para o homem que tem a

nítida compreensão da sua estreita solidariedade com um grupo do qual não se julga separável.

Os próprios europeus empregam esse direito primitivo em tempo de guerra, quando fuzilam os reféns, apoiando-se no princípio da responsabilidade coletiva, parecem destinados a empregá-lo de um modo ainda mais geral, se as sociedades continuarem a desagregar-se em grupos, como os que foram estudados acima.

A não diferenciação psicológica dos diversos membros de uma tribo, entre os primitivos, é também acompanhada de uma não diferenciação anatômica. Provei, outrora, por investigações feitas em milhares de crânios, que a homogeneidade anatômica de um povo é tanto maior quanto mais alto se remonta às suas origens, e os crânios dos seus diversos membros se diferenciam gradualmente, à medida que esse povo progride. Esse fato deve ser confrontado com as observações de viajantes que mostram a semelhança extrema de todos os membros de uma tribo selvagem, a tal ponto que os próprios sexos pouco se distinguem.

Os povos civilizados possuíam também a alma coletiva dos primitivos. Almas individuais limitam, porém, a sua influência. A primeira constitui o que denominamos a alma da raça, a qual se manifesta, principalmente, nas grandes circunstâncias em que o destino de todo o povo se acha interessado. A alma individual manifesta-se, ao contrário, nas menores circunstâncias habituais da vida quotidiana. Essa superposição das almas individuais à alma coletiva é, já o disse, um

fenômeno análogo que se observa em todos os seres cujas espécies possuem, com os caracteres gerais do gênero a que pertencem, os que são peculiares a cada espécie.

Não procuraremos pesquisar aqui os esforços seculares que a alma individual empregou para se desprender lentamente da alma coletiva, em que o interesse social tendia a mantê-la pela pujante ação das crenças religiosas do meio, dos costumes, das tradições e das leis.

Expor essa sucessão de esforços seria refazer a História. Semelhante estudo mostraria que, na sequência dos tempos, foi sempre bastante diminuto o número de homens que conseguiram desprender-se do peso enorme da alma coletiva. Esse estudo nos mostraria também que a humanidade lhes deve todos os progressos alcançados durante o seu demorado desenvolvimento. Esse estudo nos diria, enfim, que as sociedades por eles protegidas sempre se ergueram contra eles. Se foram tolerados algumas vezes, nos períodos de transição, nunca o foram por muito tempo. Os movimentos socialistas e sindicalistas atuais representam novas fases da perpétua tentativa das sociedades no intuito de unificar os homens e mantê-los nas mesmas opiniões, nas mesmas crenças e na mesma conduta.

O mais importante dos fatos expostos neste capítulo é o começo de desagregação das sociedades atuais em pequenos grupos independentes, reciprocamente hostis, que procuram isolar-se cada vez mais e prejudicam assim a unidade das nações. A alma individual, que só em séculos conseguiu desprender-se um pouco da alma coletiva,

atualmente se volta para ela.

Assistimos, pois, a esse fenômeno singular de povos civilizados que tendem a retroceder a uma mentalidade inferior, tal como foi a das primeiras idades. As grandes lutas do futuro se travarão muito menos entre povos diferentes do que entre os grupos constituídos no grêmio de cada um deles.

A dissolução da alma individual na alma coletiva de um grupo é, sem dúvida, uma força para esse grupo, mas não constitui, certamente, um progresso, nem para a sociedade nem para os indivíduos. Uma personalidade pujante só se manifesta quando o homem se desprende da alma coletiva.

Livro VII

A Propagação das Opiniões e das Crenças

Capítulo I — A Afirmação, a Repetição, o Exemplo e o Prestígio

1. A afirmação e a repetição

Tendo sido estudado em várias obras minhas o papel dos fatores enumerados neste capítulo, limitar-me-ei a resumir a sua ação.

A afirmação e a repetição são os agentes muito poderosos pelos quais são criadas e propagadas as opiniões. A educação é, em parte, baseada neles. Os políticos e os agitadores de toda a natureza disso fazem um uso quotidiano. Afirmer, depois repetir, representa mesmo o fundo principal dos seus discursos.

A afirmação não precisa apoiar-se numa prova racional qualquer: deve, simplesmente, ser curta e enérgica, e cumpre que impressione. Pode-se considerar como tipo dessas três qualidades o manifesto seguinte, recentemente reproduzido em vários jornais:

“Quem produziu o trigo, isto é, o pão para todos? O camponês!
Quem faz brotar a aveia, a cevada, todos os cereais? O camponês!
Quem cria o gado para dar a carne? O camponês! Quem cria o carneiro para proporcionar a lã? O camponês! Quem produz o vinho, a cidra, etc.? O camponês! Quem nutre a caça? O

camponês!

E, entretanto, quem come o melhor pão, a melhor carne? Quem usa as mais belas roupas? Quem bebe o bordeaux e o champagne? Quem se aproveita da caça? O burguês!

Quem se diverte e repousa à vontade? Quem tem todos os prazeres? Quem faz viagens de recreio? Quem se coloca à sombra no estio e no inverno junto a um bom fogo? O burguês!

Quem se nutre mal? Quem raramente bebe vinho? Quem trabalha sem cessar? Quem se queima no verão e gela no inverno? Quem padece muitas misérias e tem pesados trabalhos? O camponês!"

Suficientemente repetida, a afirmação acaba por criar, primeiramente, uma opinião e, mais tarde, uma crença.

A repetição é o complemento necessário da afirmação. Repetir muitas vezes uma palavra, uma ideia, uma fórmula, é transformá-las fatalmente em crença. Do fundador da religião ao negociante, todos os homens que procuram persuadir a outros têm empregado esse processo.

O seu poder é tal que se acaba por crer nas próprias palavras assim repetidas e por aceitar as opiniões que habitualmente se exprime. Ao Senado que lhe pedia adotasse medidas destinadas à defesa da Republica, o grande Pompeu não cessava de repetir que César não atacaria Roma e, nota Montesquieu, "porque ele tantas vezes o tinha dito, ele o dizia sempre". A convicção formada no seu espírito por essas

repetições impediu-o de recorrer aos meios que lhe teriam permitido proteger Roma e conservar a vida, ao menos durante algum tempo.

A historia política está repleta de convicções formadas assim, pela repetição. Antes de 1870, os nossos generais e os nossos estadistas não cessavam de repetir que os exércitos alemães eram muito inferiores aos nossos. A força de repeti-lo, nisso firmemente acreditaram. Sabe-se o que nos custou essa convicção.

Tendo adotado opiniões simplesmente porque lhes são úteis, o político, à força de sustentá-las, acaba por nelas acreditar bastante; e muito dificilmente se liberta delas, mesmo quando se torna vantajoso mudá-las. O hábito de louvar a virtude teria acabado, talvez, por tornar virtuoso o próprio Tartufo.

As convicções fortes podem, assim, provir de convicções fracas ou mesmo, simplesmente, simuladas. “Fazei tudo como se acreditásseis”, disse Pascal, “isso vos fará crer”.

O papel da afirmação e da repetição na gênese das opiniões e das crenças não poderia ser exagerado. Acha-se na base da própria existência. Se os resultados obtidos pelos nossos oradores políticos atuais são, por vezes, muito medíocres, é porque lhes falta um pouco um elemento, cuja força mostraremos mais adiante: o prestígio

“A eloquência parlamentar”, escreveu um antigo deputado, o Sr. Gérard Varet, “não é uma crítica de testemunho, como no Tribunal, nem uma dissertação como na Sorbonne. À multidão não agrada o

esforço da reflexão, o trabalho de demonstrar e provar; ela quer a afirmação definitiva do dogma imperioso e decisivo. E quer esse dogma de acordo com os seus desejos, porquanto não dá ouvidos aos críticos; tem a avidez da lisonja e se inebria com a impressão da sua irresponsabilidade. O orador, que a conhece, faz um apelo direto aos sentimentos elementares, aos instintos primitivos: orgulho, cólera, inveja, esperança. Proclama as misérias imerecidas: as iniquidades, as reparações, invoca as ambições messiânicas, os sonhos paradisíacos. Uma arenga de tribunos é uma torrente de lirismo; é uma imprecação ou um hino.”

2. O exemplo

O exemplo é uma forma poderosa da sugestão, mas, para agir realmente, cumpre que ele cause impressão. Na educação, um único exemplo que impressione é mais eficaz do que fracos exemplos muito tempo repetidos.

Tive ensejo de verificar esse princípio ao domar cavalos indóceis. Uma impressão forte, embora única, tal como certa aplicação muito dolorosa da espora, atua muito mais rapidamente do que fracas ações frequentemente repetidas.

Essa influência dos exemplos que ferem vivamente a imaginação, claramente se manifestou nas últimas grandes manobras militares de 1910.

Os aeroplanos aí empreenderam as suas operações habituais, sem outro novo exercício além do transporte de um telegrama, mas esse exemplo da utilidade suposta do aeroplano em tempo de guerra determinou logo o governo a criar solenemente um corpo de aviadores e o ministro da guerra a declarar que a aviação constituía uma nova arma a acrescentar às três outras: infantaria, artilharia e cavalaria.

Em política, é decisiva a sugestão do exemplo na formação e na propagação das opiniões. O êxito de certos candidatos socialistas encaminhou uma multidão de jovens professores para as piores formas da doutrina.

O Sr. Bourdeau muito bem mostrou esse fato nas linhas seguintes:

“Enquanto na Alemanha a mocidade universitária, a mocidade burguesa, inteligente e letrada, outrora atraídas pelo socialismo, hoje se afastam dele e voltam a sentimentos de patriotismo exclusivo e exaltado, a tal ponto que a social-democracia alemã já não obtém, por assim dizer, adeptos entre eles; em França, ao contrário, é moda alistar-se entre os estudantes coletivistas e internacionalistas. O exemplo vem de cima, dos professores de filosofia, dos normalistas. A Escola Normal se transforma numa escola do socialismo”.

3. O prestígio

Os tratados de lógica descrevem minuciosamente os diversos elementos de formação de um julgamento. Esqueceram, contudo, o contágio e o prestígio. Ora, são precisamente os que determinam a imensa maioria das nossas opiniões.

Devendo consagrar um capítulo ao contágio mental, só estudarei agora o prestígio. Esse estudo será sumário, porquanto em outras obras tratei desse assunto.

Ensinam-nos, sem dúvida, no colégio que o princípio de autoridade, parte fundamental do prestígio, foi substituído pela experiência e a observação; mas a falsidade dessa asserção é facilmente demonstrável.

Mesmo deixando de lado as opiniões religiosas, políticas ou morais, em que não intervém absolutamente o raciocínio, para só levar em conta as opiniões científicas, observa-se que elas têm, muitas vezes, como única base, a autoridade de quem as enuncia, e se propagam por simples contágio.

Não poderia suceder o contrário sendo, na sua maioria, demasiado complicadas para que pudessem ser repetidas as experiências e as observações científicas, é forçado crer na palavra do sábio que as enuncia. A autoridade do mestre é hoje soberana, inteiramente como no tempo em que reinava Aristóteles. Ela se torna mesmo cada vez mais onipotente à medida que a ciência mais se especializa.

Tendo a generalidade das opiniões que a educação nos inculca, unicamente a educação por base, facilmente nos habituamos a admitir, com prontidão, um conceito defendido por um personagem aureolado de prestígio.

Sobre os assuntos técnicos da nossa profissão, somos capazes de formular conceitos muito seguros; mas, no tocante ao resto, não procuramos sequer raciocinar, preferindo admitir, com os olhos fechados, as opiniões que nos são impostas por um personagem ou um grupo dotado de prestígio.

De fato, quer se seja estadista, artista, escritor ou sábio, o destino depende, sobretudo, da quantidade de prestígio que se possui e, por conseguinte, do grau de sugestão inconsciente que se pode criar. O que determina o êxito de um homem é a dominação mental que ele exerce. O completo imbecil, entretanto, alcança êxito, algumas vezes, porquanto, não tendo consciência da sua imbecilidade, jamais hesita em afirmar com autoridade. Ora, a afirmação enérgica e repetida possui prestígio. O mais vulgar dos “camelos”, quando energicamente afirma a imaginária superioridade de um produto, exerce prestígio na multidão que o circunda.

Voltando a esse assunto na parte desta obra consagrada ao estudo experimental das crenças, mostraremos mediante eloquentes exemplos que, mesmo entre sábios eminentes, o prestígio é, muitas vezes, um dos fatores mais certos de uma convicção. Para os espíritos ordinários, ele o é sempre.

Criador de opiniões e dominador das vontades, o prestígio é uma potência moral superior às potências materiais. As sociedades nele se fundam muito mais do que na força. Ao voltar quase só da ilha de Elba, Napoleão, graças ao seu prestígio, reconquistou a França em poucos dias. Perante a sua auréola, os canhões do rei permaneceram silenciosos e os seus exércitos se dissiparam.

Essa influência foi tão grande que se exercia mesmo nos seus inimigos. Maria Carolina, filha de Maria Teresa e esposa de um Bourbon, que deveria execrar esse inimigo terrível para ela, admirava-o como a um Deus. Eis o que escrevia numa carta:

“É o maior homem que os séculos têm produzido. A sua força, a sua energia, o seu espírito de coerência, a sua atividade, o seu talento, conquistaram a minha admiração. Venturoso país o que tivesse semelhante soberano! Nele, tudo é grande... Eu desejaria a queda da República, mas que Bonaparte fosse mantido... Se ele morresse, dever-se-ia reduzi-lo a pó e dar uma dose desse pó a cada soberano e duas a cada um dos seus ministros!”

A parte do prestígio na força dos soberanos foi sempre imensa. “Seria preciso”, diz justamente Pascal, “ter uma razão muito elevada para não considerar como um homem diferente dos outros o soberano cercado, no seu soberbo serralho, de quarenta mil janízaros...”

Mesmo na nossa época de nivelamento democrático, o prestígio tem conservado a sua força, e os reis modernos atuam prudentemente não permitindo que ele seja melindrado.

“Todos quantos assistiram aos funerais do rei da Inglaterra”, escrevia o correspondente de um importante jornal, o Sr. Noizière, “observaram a grande impressão que exerceu no povo o imperador da Alemanha. Ele caminhava no meio dos soberanos e impunha-se à atenção de todos. Guilherme tem a sensação de ser na terra o representante de Deus. Quando exprime essa ideia ninguém pode deixar de sorrir; mas essa convicção lhe atribui uma majestade singular, de que a multidão se surpreende. É atualmente o monarca mais dramático.”

A necessidade de adoração das multidões torna-as logo escravas dos indivíduos que nelas exercem prestígio. Elas adoram freneticamente todos os seus adoradores.

Não é lisonjeando as multidões que se pode manter o próprio prestígio. Elas procuram lisonjeadores, mas logo os desprezam. Durante muito tempo ainda será verdadeiro o velho adágio: “Poignez vilain, il vous oindra, dignez vilain, il vous poindra”.

Toda a disciplina militar funda-se no prestígio dos chefes. Tendo uma incrível ignorância da psicologia das multidões feito esquecer completamente hoje esse princípio, imagina-se substituir a disciplina pela persuasão. Recomenda-se aos oficiais que sejam para os soldados apenas irmãos mais velhos e procurem obter a obediência por meio dos raciocínios. O inferior aceita de bom grado essas teorias, porém despreza os chefes que as praticam, e estes perdem gradualmente toda a autoridade. Que será o exército quando eles a tiverem perdido

inteiramente?

A anarquia atual resulta em parte de terem perdido o prestígio, pela sua fraqueza, as classes dirigentes. Os reis, os povos, os indivíduos, as instituições, todos os elementos da vida social, em uma palavra, estão condenados a perecer desde que não exercerem mais prestígio.

Pode-se facilmente resumir em algumas linhas a ação dos diversos fatores de propagação das opiniões e das crenças enumeradas neste capítulo. Sem o prestígio, nenhuma teria podido nascer; sem a afirmação, nenhuma se teria podido impor; sem o exemplo e a repetição, nenhuma teria subsistido.

Capítulo II — O Contágio Mental

1. As formas do contágio mental

O contágio mental constitui um fenômeno psicológico cujo resultado é a aceitação involuntária de certas opiniões e crenças.

Sendo inconsciente a sua origem, ela se opera sem que nisso intervenha o raciocínio ou a reflexão. Isso é observado em todos os entes, do animal ao homem, principalmente quando se acham em multidão.

A sua ação é imensa; ela domina a história.

O contágio mental representa, com efeito, o elemento essencial da propagação das opiniões e das crenças. A sua força é, muitas vezes, bastante considerável para fazer agir o indivíduo contra os seus interesses mais evidentes. As inumeráveis narrações de martírios, de suicídios, de mutilações, etc., determinados por contágio mental fornecem uma prova disso.

Todas as manifestações da vida psíquica podem ser contagiosas, mas são, especialmente, as emoções que se propagam desse modo. As ideias contagiosas são sínteses de elementos afetivos.

Na vida ordinária, o contágio pode ser limitado pela ação inibidora da vontade, mas, se uma causa qualquer — violenta mudança de meio em tempo de revolução, excitações populares, etc. — vêm paralisá-la, o contágio exercerá facilmente a sua influência e poderá transformar seres pacíficos em ousados guerreiros, plácidos burgueses ou terríveis sectários. Sob a sua influência, os mesmos indivíduos passarão de um partido para outro e empregarão tanta energia em reprimir uma revolução quanto em fomentá-la.

O contágio mental não se exerce somente pelo contato direto dos indivíduos. Os livros, os jornais, as notícias telegráficas, mesmo simples rumores, podem produzi-lo.

Quanto mais se multiplicam os meios de comunicação tanto mais se penetram e se contagiam. A cada dia estamos mais ligados àqueles que

nos cercam. A mentalidade individual facilmente reveste uma forma coletiva.

Entre todas as variedades de contágio mental que nos constringem, uma das mais pujantes é, como já mostrei, a do grupo social de que fazemos parte. Nenhuma vontade procura subtrair-se à sua ação. Ele dita mesmo, às mais das vezes, as nossas opiniões e os nossos julgamentos, sem que o percebamos.

2. Diversos exemplos de contágio mental

Os sentimentos, bons ou maus, são contagiosos, e é por isso que têm tanta importância na educação o papel das pessoas que nos cercam. “Dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és” é um provérbio justíssimo.

Ao contágio mental, por exemplo, é devida a formação de inúmeros e jovens criminosos, expelidos da oficina por leis supostamente humanitárias. Sem outra ocupação que não seja vagar nas ruas, eles entram em relações com camaradas que furtam nos mostradores pequenos objetos e logo os imitam. A importância desses furtos gradualmente aumenta e formam-se associações destinadas a imitar os bandos famosos. O larápio ocasional torna-se pouco depois um ladrão profissional, cuja vida decorrerá nas prisões. Aceitará tanto mais facilmente o seu destino quanto nenhuma ação inibidora virá limitar os efeitos do contágio. Os magistrados são, com efeito, indulgentes em

demasia para com todos os criminosos, e bons filantropos, um pouco imbecis, constroem para eles elegantes prisões bem aquecidas e providas de todo o conforto moderno.

O contágio criminal produz-se, muitas vezes, assim, graças às narrações de assassinatos profissionais, referidos pelos jornais. O celebre Jack Estripador teve numerosos imitadores em muitas cidades da Inglaterra.

Os fatos que demonstram o contágio mental são tão manifestos que pareceria inútil insistir nesse ponto. Mas a famosa resolução, adotada em Conselho de Estado de introduzir os apaches no exército, prova a que ponto os governos o ignoram. O mais modesto dos psicólogos teria ensinado a esses medíocres estadistas como seria desastrosa essa resolução, a que conviria renunciar sem demora. Foi o que, efetivamente, aconteceu.

Entre as diversas emoções, a mais contagiosa é, talvez, o medo.

É conhecido o seu papel capital na vida dos habitantes e dos povos. Se ele não bastou para criar os deuses, como sustentava Lucrécio, a sua influência foi manifesta nessa gênese.

Tão poderoso quanto no início da história, ele suscita os pânicoes que fazem perder as batalhas e pode mesmo conduzir as suas vítimas ao suicídio. O terror do último cometa, que devia, segundo se afirmava, encontrar a Terra, provocou a morte voluntária de muitas pessoas.

O medo não dirige unicamente os indivíduos e as multidões; atua

também no espírito dos políticos que os conduzem. Na minha Psicologia Política, mostrei que o medo foi a origem de numerosas leis, votadas nestes últimos vinte anos, e cujos funestos efeitos cada dia se verificam.

Pode-se dizer que nas épocas de perturbação o fantasma do medo reina soberanamente nas assembleias políticas e determina as suas opiniões e os seus votos. Ele provocou as mais ferozes resoluções da Convenção. Era por medo que Carrier fazia perecer as suas vítimas em atrozes suplícios e Fouquier-Tinville as enviava por centenas ao cadafalso.

As emoções são, na maioria, tão contagiosas quanto o medo. Os verdadeiros oradores muito bem o sabem. A votação da Câmara que derrubou o ministério Clemenceau, em poucos minutos, foi, como já o lembrei, o resultado de uma força contagiosa, que um orador da oposição soube provocar.

As expressões, os gestos e os movimentos da fisionomia que traduzem os sentimentos: cólera, benevolência, maldade, júbilo, etc., são igualmente contagiosos. É prudente, quando se solicita um favor, adotar uma expressão risonha, ao invés de um ar contrariado. Tem-se assim a probabilidade de dispor favoravelmente, por contágio, quem nos escuta.

3. Força do contágio mental

O contágio mental é um fenômeno inteiramente geral, observável tanto entre os animais quanto no homem. Se um cavalo tem um sestro, todos os outros na mesma estrebaria logo o adquirem. Se um dos cães ladra, os outros imediatamente o imitam. Quando um carneiro foge, todo o rebanho o segue.

O contágio mental pode ser bastante forte, eu o dizia acima, para dominar o instinto de conservação e levar o indivíduo a sacrificar a própria vida. Tem-se muitas vezes repetido a história dos quinze inválidos que se enforcaram no mesmo gancho de um corredor e a dos soldados que se suicidaram na mesma guarita.

Os fatos desse gênero são inúmeros. O Dr. Nasa me fornece alguns:

“Se um suicídio sensacional é relatado pela imprensa com todos os pormenores, será logo repetido, com a mesma arte, por alguns desequilibrados. Logo após a questão Syveton, houve várias asfixias voluntárias pelo gás.”

“...É sobretudo na Rússia, país de misticismo, que as epidemias de autohomicídio têm causado imensas perdas... No tempo das perseguições religiosas, os profetas pregavam o suicídio pelo fogo. Em uma só vez, 600 pessoas pereceram ao mesmo tempo nas chamas. Um historiador das religiões russas calcula em 20.000 o número das vítimas de 1675 a 1691. O Sr. Stohoukine cita um caso de uma fogueira que devorou 2.500 indivíduos que se sacrificavam na esperança de uma

vida melhor.”

Exemplos da mesma espécie notam-se nos nossos dias. É pelo contágio mental que se propagam na Rússia os skopsys, os quais se submetem a uma castração voluntária, e outra seita cujos membros são enterrados vivos.

O contágio mental é bastante forte para criar no espírito uma representação qualquer. Ele tomará, pois, facilmente, a aparência de uma moléstia, que, com o tempo, se poderá tornar uma doença real. Um sábio cirurgião dos hospitais, o Dr. Picqué, referiu, ultimamente, que, após um caso de morte por apendicite, 15 oficiais, em 25 de um destacamento, apresentaram todos os sintomas clássicos da apendicite. Foram curados por sugestão.

4. Influência do contágio na propagação das crenças religiosas e políticas

As reflexões precedentes fazem facilmente pressentir o papel do contágio mental na propagação das opiniões e das crenças.

De um modo geral e sem que se tenha de citar muitas exceções, as crenças religiosas e políticas se espalham, sobretudo, por meio de contágio, principalmente nas multidões. Ele se exerce tanto mais energicamente quanto mais numerosa for a multidão. Uma crença fraca será muito depressa reforçada pela reunião dos indivíduos que a

adotam.

Graças à força do contágio, o valor racional da crença propagada e destituído de importância. Exercendo-se o contágio no inconsciente, a razão aí não intervém por forma alguma.

Da multidão, ela se eleva, muitas vezes, àqueles que estão colocados acima, não pode, portanto, surpreender que as crenças mais absurdas e mais funestas possam achar defensores entre as pessoas esclarecidas. Numerosos são os exemplos análogos ao desse magistrado que, no Conselho de Estado, defendia as paredes dos funcionários, no momento em que a dos empregados postais ameaçava a França de um desastre.

Pelo contágio, burgueses, letrados, professores e outros acabaram sempre por sofrer, mais ou menos, a influência das opiniões populares. O contágio mental pode, portanto, escravizar todas as inteligências. À semelhança do contágio pelos micróbios, ele poupa apenas naturezas muito resistentes e pouco numerosas.

Os grandes movimentos religiosos da história foram sempre o resultado do contágio mental. A sua ação jamais se exerceu tanto quanto na nossa época, primeiramente porque, com o progresso das ideias democráticas, o poder cai, cada vez mais, entre as mãos das multidões, e depois porque a difusão rápida dos meios de comunicações permite que os movimentos populares se espalhem quase instantaneamente. Sabe-se com que rapidez se propagaram as paredes dos empregados postais e dos empregados das vias férreas, as revoluções da Rússia, da Turquia e de Portugal.

Os governos enfraquecidos nada podem fazer contra o contágio. Não somente eles tomaram o hábito de ceder a todas as injunções populares, como também essas injunções são imediatamente apoiadas por legiões de intelectuais que o contágio mental, reforçando as impulsões dos seus interesses, leva a considerar como equitáveis as mais iníquas reivindicações. As extravagantes fantasias das multidões tornam-se, para eles, dogmas tão respeitáveis quanto o eram outrora, para os cortesãos das monarquias absolutas, as vontades dos soberanos.

As opiniões propagadas por contágio só se destroem por meio de opiniões contrárias propagadas do mesmo modo. Aplicada por estadistas, essa regra de ordem psicológica lhes permitiria, graças aos meios de que dispõem, combaterem o contágio pelo contágio.

Como este último ponto nos afasta um pouco do nosso assunto, nele não insistiremos mais aqui. Se este capítulo foi bem compreendido, possui o leitor uma das principais chaves do mecanismo da propagação das opiniões e das crenças, isto é, dos fatores fundamentais da história.

Capítulo III — A Moda

1. Influência da moda em todos os elementos da vida social

As variações da sensibilidade sob a influência das modificações do meio, das necessidades, das preocupações, etc., criam um espírito público que varia de uma geração para outra e mesmo muitas vezes no espaço de uma geração. Esse espírito público, rapidamente dilatado por contato mental, determina o que se chama a moda. Ela é um poderoso fator de propagação da maior parte dos elementos da vida social, das nossas opiniões e das nossas crenças.

Não é só o vestuário que se submete às suas vontades. O teatro, a literatura, a política, a arte, as próprias ideias científicas lhe obedecem, e é por isso que certas obras apresentam um fundo de semelhança que permite falar do estilo de uma época.

Em virtude de sua ação inconsciente, submetemo-nos à moda sem que o percebamos. Os espíritos mais independentes a ela não se podem subtrair. São muito raros os artistas, os escritores que ousam produzir uma obra muito diferente das ideias do dia.

A influência da moda é tão pujante que ela nos obriga, por vezes, a admirar coisas sem interesse e que parecerão mesmo de uma fealdade extrema, alguns anos mais tarde. O que nos impressiona numa obra de arte é muito raramente a obra em si mesma, porém a ideia que os outros formam dela, e isso explica por que o seu valor comercial sofre enormes mudanças.

Vê-se, muitas vezes, a moda impor coisas inverossímeis e manifestar-se em coisas tão abstratas e, aliás, tão ilusórias, como a criação de uma língua, a reforma da ortografia, etc.

Quando o volapuk apareceu, em 1880, a moda lhe concedeu tão grande êxito que, em menos de dez anos, se contavam 280 clubes e 25 jornais volapukistas. Só em Paris havia 14 cursos desse idioma universal. As grandes casas de negócios organizavam cursos para os seus empregados.

Depois, a moda cessou, e tão subitamente que não se acharia, talvez, hoje um só indivíduo familiarizado com o volapuk, que foi substituído pelo esperanto, o qual, depois de um êxito idêntico, começa a ceder o lugar a outra língua: o ido. Essas criações continuarão, sem dúvida, até ao dia em que se descobrirá que a constituição de uma língua é um labor coletivo muito lento e nunca uma improvisação pessoal.

Exercendo-se as variações da moda em todos os assuntos e modificando-se incessantemente a nossa sensibilidade sob influências diversas, pode-se dizer que o nosso modo de pensar e, sobretudo, de traduzir as nossas impressões, rapidamente se modifica.

Há grande diferença, por exemplo, entre escritores e artistas de 1830 e os de hoje. Um recente artigo do Gaulois indicava muito bem uma das fases dessas frequentes variações:

“Forma-se, atualmente”, dizia o autor, “um novo público, muito curioso a observar nos seus gostos e nas suas manifestações, ao

qual já não contentam os romances puramente romanescos, nem as obras de vulgarização histórica, nem as ficções mais ou menos hábeis, entremeadas de aventuras e hipóteses. A esse novo público convém a realidade e a precisão, como lhe é também necessário um pouco de ideal. Se eu desenhasse os seus limites, diria que estes vão daqueles que leem os poemas documentados de Maurício Moeterlinck àqueles que estudam ou percorrem os curiosos trabalhos de Gustavo Le Bon, Dastre, etc... Há uma tendência nitidamente indicada no sentido das pesquisas originais, do agrupamento e da síntese dos conhecimentos acumulados pelo século passado. Aí observo também a palpitação de um neo-espiritualismo muito moderno, um esforço no intuito de evadir-se do materialismo e mesmo da fatalidade.”

“Que livros assaz árduos sobre o valor da ciência e da constituição do universo obtenham, em pouco tempo, dez e doze edições, eis o que não se teria suposto há vinte anos; é o que faz crer que existem novas camadas ávidas de curiosidade e de filosofia. Não se trata de manuais, trata-se de tomos bastante compactos, que exigem um esforço constante e um começo de cultura geral. Pela imprensa, pela frequência, pelo ambiente, pela difusão das ideias, cada um de nós se tornou, sem perceber, um pequeno enciclopedista.”

A moda tem, certamente, uma origem afetiva, mas não desprendida de elementos racionais; e, para mostrá-lo, vou escolher precisamente uma das suas manifestações mais caprichosas na aparência: o vestuário feminino. Veremos que os seus caprichos são rigorosamente

circunscritos.

2. As regras da moda: como nela intervêm elementos afetivos e elementos racionais

Pode parecer singular que se fale em regra no tocante a uma coisa tão móvel quanto a moda; mas, se ela comporta, como expressão de elementos afetivos, a fantasia, esta se acha submetida a elementos racionais que a orientam.

Essa dupla origem da moda é geral, quer se trate de literatura, de arte, de arquitetura, de mobiliário, de costume, etc. As transformações de um assunto submetido a tantas flutuações como é o vestuário feminino tornarão ainda mais demonstrativa essa dupla origem.

Os elementos racionais que se encontram na moda feminina são determinados pelas condições econômicas, as descobertas, as novas necessidades, as preocupações do momento, etc.

Observam-se, especialmente, essas influências nas mudanças de vestuários impostas pelo uso do automóvel. Com a vida mais rápida, a mulher teve de se masculinizar exteriormente para seguir o homem nas suas vertiginosas corridas pelas grandes estradas. O vestido “tailleur”, primeiramente reservado a certos esportes, generalizou-se em tudo quanto tinha de cômodo e de adequado. Quanto aos outros vestidos, as mangas largas dos corpetes tornaram-se estreitas para deslizarem

facilmente nos paletós. Mas, então, a vista sentiu-se impressionada desagradavelmente pelo busto assim estreito. Para corrigir esse defeito e porque uma transformação determina outra, diminuiu-se a amplitude das saias, para que ficassem mais largas as espáduas e se afinasse a silhueta, modificação que suscitou a supressão dos bolsos e, depois, as saias inferiores. A mulher, na sua necessidade de sentir em torno de si uma atmosfera de desejo, sublinhou essa simplicidade por uma estreiteza excessiva. Ela mostrou tudo quanto era possível e deixou adivinhar o resto. Saias, rendas e roupa branca cederam o lugar às peças inferiores, chamadas “combinaisons”, que preservam do pó e do frio.

Racional também, essa moda, tão singular à primeira vista, de fazer de musselina de seda as “toilettes” de passeio, destinadas ao inverno. Isso resultou do aquecimento central, que mantém nos aposentos uma temperatura elevada; e foi possível, mesmo fora, graças aos longos mantos de peles.

Descendo a moda, como sempre, das classes elevadas às camadas inferiores, a pequena burguesia, utilizando-se de automóveis em locação para os seus passeios, adotou todas essas transformações. Envolveu-se em mantos de peles econômicas e, no seu lar, graças aos fogões de combustão lenta, pode também vestir-se de roupas leves.

Acabamos de mostrar os elementos racionais que entram na gênese da moda. Indiquemos agora os seus elementos afetivos.

Lembremos, primeiramente, que a moda, como a linguagem e as

religiões, é uma criação coletiva e não individual. Ninguém a pode, portanto, impor. Julga-se, geralmente, e de um modo muito errôneo, que são as costureiras, as atrizes, os manequins nos campos de corridas que a criam. Certos grandes costureiros tentaram, há alguns anos, reeditar a crinolina, e não o conseguiram, como não puderam impor, recentemente, a saia-calça.

Os supostos criadores de modas não fazem, na realidade, mais do que traduzir tendências que se tornaram um desejo geral, consequência de certas necessidades, certas ideias, certas preocupações do momento.

As modas são, evidentemente, muito variáveis de uma estação para outra, mas as fantasias dos seus criadores só se podem expandir dentro de limites bastante estreitos.

A moda agrada quando impressiona, mas o que causa impressão só tem êxito sob a condição de não se afastar demasiado da moda precedente. As fases de transformação são sempre sucessivas, pois a vista lentamente se adapta às novidades, como rapidamente se fatiga das coisas vistas durante muito tempo.

As precedentes razões explicam por que uma moda demasiado original tem sempre uma duração efêmera. Ela se deve impor gradualmente. Os vestidos amplos, usados há trinta anos, só muito lentamente se tornaram os vestidos ajustados de hoje.

A moda é tão poderosa entre as mulheres que elas suportam, em obediência aos seus ditames, os mais terríveis enfados, como as

obrigações, há alguns anos, de manter constantemente erguida, por uma das mãos, um vestido de cauda, sendo a outra mão ocupada em carregar a bolsa, destinada a encerrar o conteúdo dos bolsos; é análogo o suplício no andar, determinado pelos vestidos chamados “entraves” e aceito há longos meses. Nesse ponto, as civilizadas rivalizam com as selvagens, que suportam a tortura de um anel espetado no nariz, em obediência à moda.

Essa obediência é uma das provas categóricas da enorme força do contágio mental.

A mulher mais independente, mais enérgica, mais ardente em reclamar todos os direitos, jamais ousará trajar um vestido curto quando a moda impõe uma saia longa, nem colocar um bolso na saia quando a moda a isso se opõe, nem ainda abotoar o corpete pela frente, quando as outras mulheres a abotoam por trás. A moda não conhece revoltadas; só a extrema pobreza lhe recusa escravas. Nenhum dos deuses do passado foi mais respeitosamente obedecido.

Capítulo IV — Os Jornais e os Livros

1. Influência dos livros e dos jornais

Os jornais e os livros exercem no nascimento e na propagação das opiniões uma influência imensa, conquanto inferior à dos discursos.

Os livros atuam muito menos que os jornais, pois a multidão não os lê. Alguns foram, contudo, bastante poderosos pela sua influência sugestiva para provocar a morte de milhares de homens. Tais são as obras de Rousseau, verdadeira bíblia dos chefes do Terror, ou A Cabana do Pai Tomás, que contribuiu muito para a sanguinolenta guerra de secessão na América do Norte.

Outras obras como Robinson Crusóe e os romances de Júlio Verne exerceram grande influência nas opiniões da mocidade e determinaram muitas carreiras.

Essa força dos livros era, sobretudo, considerável quando se lia pouco. A leitura da Bíblia no tempo de Cromwel criou na Inglaterra um número avultado de fanáticos. Sabe-se que na época em que foi escrito Dom Quixote, os romances de cavalaria exerciam uma ação tão perniciosa em todos os cérebros que os soberanos espanhóis vedaram, finalmente, a venda desses livros.

Hoje, a influência dos jornais é muito superior à força dos livros. São em número incalculável as pessoas que têm unicamente a opinião do jornal que elas leem.

A sugestão das folhas quotidianas manifesta-se mesmo em muitos

dentre os grandes acontecimentos modernos. Está geralmente reconhecido agora que a guerra dos Estados Unidos com a Espanha foi provocada por alguns jornalistas. Se, por uma hipótese cuja realização não é, talvez, impossível, um banqueiro bastante rico comprasse todos os jornais de um país, ele seria o verdadeiro senhor desse país e promoveria à vontade a paz e a guerra. Já vemos financeiros que compram a totalidade dos boletins da Bolsa de todos os jornais no intuito de lançar negócios destinados a atraírem os capitais em seu proveito.

Como nenhum governo ignora essa pujança soberana da imprensa, o sonho de todo o político é possuir um jornal muito lido. Os chanceleres do Império alemão popularizaram a maior parte das suas empresas com jornais sustentados por eles e destinados a influenciar a opinião.

A credulidade dos leitores no tocante às asserções do seu jornal é prodigiosa. Todo o anúncio prometededor acha um público que lhe dê crédito. Os mesmos embustes se podem repetir indefinidamente com o mesmo êxito, tão firmemente subsiste, em muitas almas, uma fé mística no inesperado. Há certo tempo, foi preso um velhaco que oferecia, nos seus anúncios, emprestar dinheiro a qualquer pessoa, sem garantia. Cumprir tal promessa teria sido, evidentemente, para ele, ruína completa. Contudo, em poucos meses, com simples quantias destinadas às despesas de investigação, ele ganhou mais de cinquenta mil francos, sem ter, bem entendido, emprestado um cêntimo. Semelhante fato seria demasiado banal para ser interessante, se as

perquirições do juiz de instrução não tivessem desvendado, entre as pessoas iludidas, numerosos homens cuja cultura superior, ou profissão, os deveria ter colocado ao abrigo dessa credulidade. Aí figuravam, com efeito, professores, oficiais superiores, comissários de polícia, advogados, notários, juizes de paz, conselheiros de prefeitura e até um juiz de instrução! Nada demonstra melhor a força sugestiva dos jornais.

2. A persuasão pela publicidade

Para determinar com mais precisão e por meio de exemplos concretos a influência enorme dos jornais no tocante à gênese das opiniões, não será inútil entrar em alguns pormenores relativos ao emprego dos anúncios.

Este estudo, que começa apenas a tentar os psicólogos, põe em evidência processos destinados a atuar na opinião. Veremos, aliás, de novo, os grandes fatores já descritos nesta obra.

A publicidade, sob forma de anúncios, é um dos principais meios de persuasão coletiva da idade moderna. Sua ação nas vendas comerciais ilumina o mecanismo que determina a opinião do comprador.

Tendo os americanos conseguido estabelecer nitidamente algumas das regras psicológicas da publicidade, tornaram-se mestres nessa matéria. Avaliam-se em cerca de 500 milhões por ano as somas ganhas pelos grandes jornais dos Estados-Unidos com a sua publicidade. Um dos

mais lidos recebe, por ano, 15 milhões.

Os industriais americanos consagram muito dinheiro aos anúncios, porque experimentalmente reconheceram a sua influência. O sr. Arren, autor de um livro sobre essa matéria, cita um simples negociante de estilógrafos que despendia anualmente 500,000 francos com a publicidade, e afirma que o fabricante de certo sabão sacrificou aos anúncios, em quarenta anos, 60 milhões de francos.

Todas essas despesas têm por fim, naturalmente, criar no espírito do leitor uma convicção capaz de transformá-lo em comprador. A afirmação e a repetição são os principais fatores da gênese dessa convicção. A afirmação unicamente não basta, e é por isso que uma marca nova só é adotada ao cabo de certo tempo. Cumpre que o anúncio seja muitas vezes repetido. Só então o nome do produto espontaneamente se oferece ao espírito no dia em que se tem necessidade desse produto.

É também indispensável variar o aspecto do anúncio; de outro modo a sua ação ficaria embotada pelo uso. As projeções luminosas, primeiramente muito eficazes, acabaram por não dar resultado.

A simples repetição de uma fórmula breve só é útil para um produto já conhecido. Ela atua, então, por uma espécie de obsessão, mas, para um produto novo, será necessariamente preciso enumerar todas as suas qualidades.

Se se tratar de uma inovação completa, que force o leitor a mudar os

seus hábitos, a simples repetição do anúncio é por si mesma insuficiente, pois o mecanismo da repetição é menos forte que o do hábito. Tornar-se-á útil, então, distribuir amostras do produto. Tal é o caso da publicidade médica, que se faz, sobretudo, pela remessa de amostras aos doutores.

A esse processo da vista direta do objeto, aliam-se as exposições das lojas e a colaboração de “manequins” enviados pelos grandes costureiros aos campos de corridas, revestidos dos mais ricos modelos da estação.

A dificuldade de lutar contra o hábito, que combate a influência psicológica do anúncio, ficou muito bem provada pela história da adaptação dos pneumáticos aos carros. Tendo os alugadores recusado a compra desse artigo, o inventor o distribuiu gratuitamente a uma pequena companhia. O êxito foi tão rápido que, não somente essa empresa fez fortuna, como, diante das reclamações dos que tomavam carro, todas as outras companhias se viram obrigadas, com grandes despesas, a munir da borracha, primeiramente desdenhada, os seus veículos.

O sonho dos anunciantes é obter que os fregueses retenham o seu nome e o seu endereço. Para o conseguirem, imprimem essas indicações em objetos usuais: papel mata-borrão, caixas de fósforos, capas de livros, jornais, revistas, etc. Os americanos pensam que um dos melhores meios de chegar a esse resultado consiste em enviar aos compradores eventuais catálogos artisticamente ilustrados, que

contêm, por vezes, um romance assinado por um nome conhecido. Esse processo, excelente, porém muito custoso, começa agora a ser empregado em França.

Uma das regras constantes da publicidade é que um produto, por mais antigo e conhecido que possa ser, é vendido em menor quantidade desde que cessa a publicidade que lhe diz respeito. A fraqueza da memória afetiva, já assinalada nesta obra, é, sem dúvida, a causa desse fato.

A ilustração desempenha um grande papel na publicidade. Fizemos referência à ação exercida pelos cartazes ilustrados por ocasião das últimas eleições inglesas e ao recrutamento dos voluntários para a nossa cavalaria.

O método comparativo pela imagem é ainda mais eficaz. Se se trata, por exemplo, de uma água destinada a despertar o vigor do cabelo, ver-se-á, de um lado, um homem calvo e, do outro, munido de abundante cabeleira depois do emprego do produto.

Os financeiros que lançam negócios utilizam os mesmos processos de publicidade que os industriais, porém, frequentemente, em muito maior escala. Por vezes mesmo é comprada a benevolência da totalidade dos jornais. Para o diminuto número daqueles cujos elogios seria impossível obter, procura-se, ao menos, conseguir o seu silêncio. Essa dupla operação foi sempre praticada nas numerosas emissões dos empréstimos russos.

Destacando das observações precedentes os elementos psicológicos que as determinam, nós os acharemos resumidos nos fatores já estudados, que desempenham um papel fundamental na gênese das opiniões: afirmação, repetição, prestígio, sugestão e contágio.

As minudências que formulamos no tocante à psicologia do anúncio podem parecer um pouco especiosas. Encerram, na realidade, os elementos essenciais dessa grande arte de persuadir, da qual procedem o domínio dos indivíduos e dos povos e a fundação das crenças.

Capítulo V — As Correntes e a Explosão de Opiniões

1. As correntes de opiniões e a sua criação

Além das opiniões peculiares a cada grupo social, existem, em certos momentos, tendências gerais comuns à maior parte dos grupos. Provocadas por livros, jornais, discursos, ensino, etc., elas constituem o que se denomina correntes de opiniões.

Só se manifestam com intensidade em casos excepcionais e tornam-se então muito pujantes.

Essas correntes, raramente sustentadas por elementos racionais, são quase sempre de origem afetiva ou mística. Nascem e propagam-se sob as mesmas influências: sugestão determinada por uma impressão forte ou uma acumulação rápida de pequenas impressões, depois por contágio mental.

À medida que se desagregam os esteios do passado e, por conseguinte, a nossa estabilidade mental hereditária, aumenta cada dia a força das correntes de opiniões. Nos últimos cem anos temos conhecido várias: bonapartismo, boulangismo, dreyfusismo, nacionalismo, e muitas outras.

São, frequentemente, necessários grandes acontecimentos para determiná-las. A batalha de Iena para os alemães, a guerra de 1870 para os franceses, foram necessárias para que criassem correntes de opiniões suscetíveis de impor o serviço militar obrigatório universal. Só uma corrente de opiniões análoga, resultante de decisivos sucessos marítimos, podia permitir ao governo japonês aumentar de mais de um bilhão por ano as despesas da sua marinha de guerra.

O homem de Estado superior sabe provocar ou orientar as correntes de opiniões necessárias. O homem do Estado medíocre limita-se a segui-las.

Os mais temíveis tiranos nunca foram bastante fortes para lutar muito tempo contra correntes de opiniões. Observa Juvenal que Domiciano pode matar impunemente personagens ilustres, porém “pereceu quando os sapateiros começaram a ter medo dele”.

O próprio Napoleão temia as correntes de opiniões. “A opinião publica”, dizia ele, em Santa-Helena, “é uma força invencível misteriosa, à qual nada resiste; nada é mais móvel, mais vago nem mais forte; e embora seja caprichosa, é justa, muitas vezes mais do que se pensa”.

Os grandes homens de Estado tiveram sempre muito cuidado em criar ou desviar as correntes de opiniões. Bismarck empregou longos anos em constituir o movimento popular suscetível de preparar a guerra de que devia provir a unidade alemã, já que a unidade de língua não bastará para o estabelecer. Observei, em outra obra, que foi por uma ação contínua exercida na opinião, mediante jornais(9), brochuras e discursos que os estadistas alemães conseguiram que fossem aceitos os sacrifícios enormes, exigidos pela criação de uma grande marinha de guerra. As primeiras reformas inglesas, nos últimos cem anos, foram obtidas pelo desencadeamento das correntes de opiniões.

Entre os fatores que geram essas correntes, cumpre citar, sobretudo, os jornais quotidianos, as brochuras, os discursos, as conferências, os congressos. A extensão do socialismo em França e na Alemanha foi provocada por semelhantes meios, que atuam, principalmente, quando têm por sustentáculos novas necessidades, novos sentimentos, novas aspirações.

As correntes de opiniões políticas, mais importantes do que todas as outras, em virtude da sua repercussão nos acontecimentos, não são as únicas que devemos levar em conta.

Os movimentos de opiniões determinam também o pensamento de

uma época. As artes, a literatura, as próprias ciências sofrem a sua ação. Na base desses movimentos acham-se invariavelmente o prestígio de certas teorias ou de certos homens, e esse elemento fundamental da propagação das crenças, ao qual cumpre sempre atender: o contágio mental.

Os escritores, os pensadores, os filósofos e, infelizmente, também os políticos, contribuem, cada qual na sua esfera, para criar as correntes de opiniões que orientam a civilização de uma época.

O papel de criador e diretor de movimentos de opiniões pertence aos homens de Estado em todas as questões que interessam a vida exterior de um país. A sua tarefa é extremamente penosa. Eles devem possuir, com efeito, uma mentalidade bastante desenvolvida para que a lógica racional lhes sirva de guia, devendo, no entanto, atuar nos homens por influências afetivas e místicas, estranhas à razão únicas, porém, capazes de acarretá-los.

Esses grandes elementos morais, que cumpre saber manejar, serão durante muito tempo ainda os mais possantes fatores aptos a dirigir os povos. Eles não criam os navios e os canhões, mas, como se exprimiu o almirante Togo, “são a alma dos navios e dos canhões”.

As influências irracionais, que provocam os movimentos de opiniões, incessantemente mudam, conforme a luz variável que banha as coisas. Deve-se saber adivinhá-las, quando se as quer dominar e não esquecer que uma opinião qualquer universalmente aceita constituirá sempre, para a multidão, uma verdade.

2. A explosão de opiniões

Uma explosão de opiniões é uma orientação instantânea e violenta de emoções no mesmo sentido.

Acontecimentos espaçados durante um longo período de tempo raramente suscitam tais explosões. É necessária, para determiná-los, a influência de acontecimentos sensacionais súbitos ou a ação de certas palavras, emitidas por personagens influentes, capazes de provocar grupos inteiros de sentimentos.

Os grandes heróis da história, Pedro o Ermitão, Joana d'Arc, Maomé, Lutero, Napoleão, etc., não foram os únicos promotores dessas explosões, algumas das quais abalaram o mundo. Em menor escala, cada dia surge uma: a execução de Ferrer, que sublevou Paris, por exemplo, ou um fenômeno imprevisto como a primeira travessia da Mancha por um avião, acontecimento que impressionou em extremo a Europa inteira.

As assembleias políticas são muito sujeitas às explosões de opiniões. “Não se pode compreender”, escreve Emile Olivier, “quando não se teve assento nas assembleias esses movimentos instantâneos que, nos dias de crise, deslocam a maioria e a fazem passar da opinião que ela parecia haver adotado com ardor à opinião diametralmente oposta: todas as assembleias são povo”.

Já lembrei como, retirando certas palavras no famoso telegrama de Ems, Bismarck provocou em França uma explosão de opiniões que

determinou a guerra. Mostrei, igualmente, como uma súbita explosão de opiniões derrubou o ministério Clemenceau.

As explosões de opiniões podem ficar localizadas num grupo social; elas só têm, então, influência se esse grupo é bastante forte. Todos se recordam da recente revolta de uma parte de Champagne, o que determinou o incêndio de muitas grandes casas de fabricantes, aos quais os vinhateiros exprobravam terem comprado fora da região os seus produtos. Ela só foi possível porque os revoltados se sentiam muito numerosos e conheciam a fraqueza do governo.

As revoluções modernas rebentam, na maioria das vezes, sob a forma de explosão. Sem nos referirmos à de 4 de setembro, manifestação facilmente explicável pela notícia dos nossos desastres, há outras, como a queda da monarquia portuguesa, os motins de Berlim, a insurreição de Barcelona, a revolução turca, etc., que se desencadearam subitamente sob muito leves influências. Sem dúvida, causas por vezes profundas as prepararam; mas a centelha que as acendeu e determinou um incêndio rapidamente propagado não teve motivos imediatos importantes.

É notável esse caráter instantâneo de todas as revoluções populares. A imensa maioria das multidões que nelas tomam parte atua por contágio mental, sem que tenham nenhuma ideia dos motivos determinantes da sua insurreição. A história de muitas revoluções pode ser escrita numa só página, sempre a mesma. Ela se resume nas breves linhas com que o sr. Georges Cain relatou a revolução de 1830, provocada pelos

decretos de Carlos X.

“A explosão de cólera que sublevou Paris foi terrível e instantânea. Em poucas horas, as barricadas surgiam do solo, formaram-se os agrupamentos dos protestatários armados, os tambores soaram o apelo à guarda nacional, os operários e os estudantes desceram à rua, os alunos da Escola Politécnica forçaram as portas e tomaram o comando dos bandos insurretos; todo o parisiense se transformava em militante. Todos se batiam ao grito de: ‘Abaixo Carlos X! Abaixo Polignac! Fora os decretos! Viva a Carta!’ Os combatentes ignoravam absolutamente, aliás, na quase totalidade, o que comportava a Carta e o que continham os decretos!”

Cumprir notar que os movimentos revolucionários mui rapidamente se estendem por contágio, muito além das classes que eles possam interessar. Os marinheiros dos couraçados que se revoltaram durante a revolução russa, por exemplo, só o fizeram, evidentemente, por contágio. Era-lhes, com efeito, muito indiferente que a Rússia possuísse um Parlamento ou que os camponeses obtivessem o direito de adquirir terras.

Um traço característico de todas as revoluções é, pois, propagarem-se rapidamente a classes que, longe de ter interesse nisso, muitas vezes só têm a perder. Os burgueses que se tornaram revolucionários socialistas por simples contágio poderiam estar certos de sua completa ruína se o movimento de que se fazem apóstolos viesse a triunfar.

Essas explosões de opiniões populares, muito perigosas porque a razão

não exerce nelas nenhuma influência, são felizmente pouco duráveis. Resistir-lhes diretamente é excitá-las ainda mais. Entre os diversos fatores das explosões de furor provocadas pela questão Dreyfus, um dos mais ativos foi a obstinação do estado-major em afrontar a opinião, contestando a evidência de certos documentos. Um simples erro judiciário não teria produzido mais efeito do que tantos outros, quotidianamente cometidos, e logo se teria cessado de pensar nisso.

Ao lado de acontecimentos tão célebres como esses a que acabo de fazer alusão, nota-se facilmente na vida diária numerosas e pequenas explosões de opiniões, sem maior importância, porquanto se aplicam a fatos minúsculos mas cujo mecanismo de propagação é sempre o mesmo. Basta, para promovê-las, achar certas palavras suscetíveis de dar expansão a grupos de sentimentos. Fiz eu próprio a experiência, numa circunstância muito simples, porém típica.

Por motivos de economia, a direção dos Domínios havia decidido, de conformidade com o seu estrito direito, pôr à venda a parte do parque de Saint-Cloud conhecida, administrativamente, sob o nome de bosque de Villeneuve-l'Etang. Verdadeiro desastre para a população do subúrbio, cujos passeios cada dia mais se reduzem. Como impedir esse fato?

Os cartazes oficiais que anunciam a venda estavam colados nas paredes, o publico, ignorando o nome administrativo dessa parte do parque de Saint-Cloud, não dava importância ao anúncio.

Conhecendo, nessa época, os relatores da comissão do orçamento,

tentei que eles se interessassem pela questão. Fizeram-me promessas, mas os eleitores exigiam deles muita coisa para que aqueles deputados tivessem tempo de preocupar-se de um assunto de interesse geral. Os dias passavam e apenas uma semana faltava para a venda referida. Tendo então sabido que o comprador, o único sério, era um judeu alemão, fiz que, num grande jornal, se dissessem algumas palavras, subordinadas a esta epígrafe: “Venda do parque de Saint-Cloud aos alemães”. Formidável explosão! Repórteres numerosos correram à comuna e os jornais publicaram fulgurantes artigos. Violentamente interpelado na Câmara, o ministro competente que, aliás, ignorava a questão, declarou que renunciaria à venda no presente e no futuro. Para alcançar esse resultado, três palavras tinham sido suficientes. Faziam parte dessas fórmulas evocadoras, suscetíveis de orientar na mesma direção sentimentos individuais e de transformá-los numa vontade coletiva unânime.

Livro VIII

A Vida das Crenças

Capítulo I — Caracteres Fundamentais de uma Crença

1. A crença como irredutível necessidade da vida mental

No primeiro capítulo desta obra, definimos a crença, mostramos que ela é um simples ato de fé, explicamos em que ela difere do conhecimento e sumariamente esboçamos o seu papel. Essas indicações, cujo fim era determinar a natureza dos problemas a resolver, tornaram-se precisas pelo exame das diversas formas de lógicas e dos fatores das nossas opiniões. Vamos agora completá-las, estudando a vida das crenças.

Os elementos constitutivos da nossa existência pertencem, como sabemos, a três grupos: vida orgânica, vida afetiva, vida intelectual.

A necessidade de crer alia-se à vida afetiva. Tão irredutível quanto a fome ou o amor ela é, frequentemente, tão imperiosa.

Constituindo uma invencível necessidade da nossa natureza afetiva, a crença não pode, e nisso é como um sentimento qualquer, ser voluntária e racional. A inteligência não a forma nem a governa.

Quaisquer que sejam a raça, o tempo considerado, o grau de inteligência ou de cultura, o homem sempre manifestou o mesmo anseio de crer. A crença parece ser um alimento mental, tão necessário à vida do espírito quanto os alimentos materiais à nutrição do corpo. O civilizado não a poderia dispensar, nem tão pouco o selvagem.

A dúvida universal de Descartes é uma ficção do espírito. Atravessa-se, algumas vezes, o ceticismo, mas aí não se demora. O filósofo não crê nas mesmas coisas que um ignorante, mas admite outras igualmente pouco demonstradas.

A diferença entre a crença e o conhecimento foi nitidamente indicada logo no começo desta obra. Viu-se que a primeira é um ato de fé, elaborado no inconsciente, e não exige nenhuma prova, ao passo que a segunda representa uma criação da vida consciente edificada na experiência e na observação.

O conhecimento instrui, e não há civilização sem ele; mas é sobretudo a crença que faz agir. Se cumprisse esperar conhecer, antes de agir, seria longa a inação.

Durante séculos, as crenças foram os guias únicos que teve a humanidade. Elas lhe forneceram, com explicações fáceis para todos os problemas, um guia diário da conduta. Provisórias ou efêmeras, as crenças constituíram sempre os grandes moveis de ação dos homens.

As crenças religiosas formam apenas uma parte. A necessidade de fé não foi absolutamente provocada pelas religiões; foi ela, ao contrário,

que as suscitou As divindades não fazem mais do que fornecer um objeto ao nosso desejo de crer. Desde que ele se desvia das divindades, o homem se entrega a uma fé qualquer, quimeras políticas, sortilégios ou feitiços.

2. A intolerância das crenças

Um dos mais constantes caracteres gerais das crenças é a sua intolerância. Ela é tanto mais intransigente quanto mais forte é a crença. Os homens dominados por uma certeza não podem tolerar aqueles que não a aceitam.

Verificada em todos os tempos, essa lei continua a manifestar-se. Sabe-se a que grau de furor religioso chegam os crentes, ateus ou devotos. As guerra de religião, a Inquisição, a matança de S. Bartolomeu, a revogação do edito de Nantes, o Terror, as atuais perseguições contra o clero, etc., são exemplos disso.

As raras exceções a essa lei são facilmente interpretáveis. Se os romanos aceitaram as divindades de todos os povos estrangeiros, foi porque elas constituíam para eles uma hierarquia de seres poderosos, que cada qual devia atrair em seu favor pela adoração.

Conquanto animado de princípios diferentes, o budismo triunfante não foi mais perseguidor. Ensinando a indiferença ao desejo e considerando os deuses e os entes como vãs ilusões sem importância, ele não tinha

nenhuma razão para ser intolerante.

Essas exceções explicam-se, portanto, por si mesmas e por forma alguma contradizem a regra geral, isto é, que uma crença é necessariamente intolerante.

As crenças políticas o são, pelo menos, tanto quanto as crenças religiosas. Sabe-se com que ardor os homens da Convenção: hebertistas, dantonistas, robespierristas, etc., convencidos cada qual de possuir a verdade pura, suprimiam os supostos inimigos da fé.

Os sectários modernos da deusa Razão são tão violentos, tão intolerantes, tão sequiosos de sacrifícios quanto os seus predecessores. A regra de todo o verdadeiro crente será sempre a que foi ensinada na Suma de S. Tomaz: “A heresia é um pecado pelo qual se merece ser excluído do mundo pela morte”.

O sr. Georges Sorel predisse, pois, justamente que a primeira medida do socialismo triunfante seria massacrar sem compaixão todos os seus adversários. Ele não teria, aliás, outros meios de manter-se durante algum tempo.

Em matéria de crença, a intolerância e as violências que a acompanham, são sentimentos exclusivamente populares. Manifestam-se tão desenvolvidos, senão mais, entre as pessoas instruídas e, além disso, são pouco duráveis. “Por vezes admirei”, escreveu Michelet, “a ferocidade dos letrados; chegaram a excessos de furor nervosos a que os homens menos cultivados não atingem”.

3. A independência das opiniões: papel social da intolerância

Examinando unicamente no ponto de vista da razão, a intolerância das crenças parece insuportável. Praticamente, ele o é pouco, pois a necessidade de independência, que permite ao homem subtrair-se a uma crença comum, é inteiramente excepcional. As exigências do meio social circunscrevem estreitamente os limites da independência, sem que alguém se queixe. Na maior parte dos casos, não se percebe mesmo essa circunstância. Para que seja verdadeiramente livre, cumpre, primeiramente, que o homem se liberte das influências do meio vivendo isolado.

O nosso máximo esforço de independência consiste em opor, por vezes, um pouco de resistência às sugestões ambientes. A grande massa nenhuma resistência opõe e segue as crenças, as opiniões e os preconceitos do seu grupo. Ela lhe obedece sem ter mais consciência do que a folha seca arrastada pelo vento.

Só numa elite muito restrita se observa a faculdade de possuir, algumas vezes, opiniões pessoais. Todos os progressos da civilização procedem, evidentemente, desses espíritos superiores, mas não se pode desejar a sua multiplicação sucessiva. Inapta a adaptar-se imediatamente a progressos rápidos e profundos em demasia, uma sociedade se tornaria logo anárquica. A estabilidade necessária à sua existência é precisamente estabelecida graças ao grupo compacto dos espíritos lentos e medíocres, governados por influências de tradições e de meio.

É, portanto, útil para uma sociedade que ela se componha de uma maioria de homens médios, desejosos de agir como toda a gente, que têm por guias as opiniões e as crenças gerais. É muito útil também que as opiniões gerais sejam pouco tolerantes, pois o medo do juízo alheio constitui uma das bases mais seguras da nossa moral.

A mediocridade de espírito pode, pois, ser benéfica para um povo, sobretudo associada a certas qualidades de caráter. Instintivamente, a Inglaterra o compreendeu, e é por isso que nesse país, embora seja um dos mais liberais do universo, o livre-pensamento sempre foi bastante mal visto.

4. O paroxismo da crença: os mártires

Entre a opinião transitória, simples esboço da crença, e a crença completa, que domina o entendimento, há fases que muito raramente são transpostas.

Elas o são, entretanto, em certas épocas. As impulsões místicas e os sentimentos que elas despertam tornam-se, então, poderosos e a tal ponto que todos os freios sociais, todas as repressões das leis não os conseguem deter. É Polyeucte quebrando os ídolos, é o mártir desafiando os algozes, o nihilista, lançando a bomba a uma multidão, com a quimérica esperança de matar um princípio.

Quando a crença chega a essa fase de intensidade, nenhum dique se

Ihe pode opor. Ela domina os interesses mais evidentes, os sentimentos mais caros e transforma em verdades manifestas os erros mais transparentes. Nenhum sacrifício é demasiado, então, para o crente, que quer defender ou propagar a sua fé. Semelhante aos suggestionados que a ciência moderna estuda, este vive no domínio da pura alucinação.

Tais exaltações são geralmente preparadas por períodos de anarquia, durante os quais se desagregam as velhas crenças e, por conseguinte, os sentimentos que nelas se apoiam.

A mentalidade dos mártires de toda a espécie, política, religiosa ou social, é idêntica. Hipnotizados pela fixidez do seu sonho, sacrificam-se alegremente a fim de estabelecer a vitória da sua ideia, sem mesmo nenhuma esperança de recompensa neste mundo ou no outro. A história dos niilistas e dos terroristas russos é abundante em ensinamentos que demonstram este último ponto. Não é sempre a esperança do céu que faz os mártires.

O número de tais alucinados não é, felizmente, muito considerável em cada época. Quando eles se tornam muito numerosos, perturbam o mundo. As perseguições nada podem contra eles; apenas fazem que o seu exemplo seja contagioso.

O estudo dos mártires pertence, sobretudo, ao domínio da patologia mental. Os alucinados das crenças mais variadas apresentam tal analogia que, depois de examinados dois ou três, todos os outros ficam conhecidos.

Os exemplos que vou citar têm simplesmente por fim mostrar que, perante a autossugestão da fé, não só todas as opiniões se transformam, como também se dissipam sentimentos pujantes: o temor, o pudor e o amor da pátria.

A história dos mártires está repleta de fatos que justificam essas asserções. Eles podem ter como tipo o exemplo de Vivia Perpétua, venerada pelos cristãos sob o nome de santa Perpétua, e que vivia no reinado do Sétimo Severo.

Filha de um senador três vezes cônsul, presidente do Senado de Cartago, a bela e rica patrícia, secretamente convertida ao Cristianismo, preferiu ser exposta nua diante do povo e devorada viva pelos animais ferozes a fazer o simulacro de queimar um pouco de incenso no altar do gênio do Imperador.

Os crentes consideraram tais atos como provas do poder dos seus Deuses. É, evidentemente, uma pura ilusão, porquanto os mártires foram igualmente numerosos em todas as religiões e em todas as seitas políticas.

Como exemplos, entre milhares de outros, podem-se citar os da religião babista, que floresceu na Pérsia há sessenta anos, mais ou menos.

O soberano então reinante imaginou que lhe seria possível extinguir essa fé nova, mediante suplícios. Eis o que aconteceu:

“Viu-se caminharem ao encontro dos carrascos”, relata Bobineau,

“crianças e mulheres, com chagas abertas em todo o corpo, com mechas acesas, flamejantes, fincadas nas feridas... Crianças e mulheres caminhavam cantando um versete que diz: ‘Na verdade, viemos de Deus e para ele voltamos!’ As suas vozes erguiam-se vibrantes acima do profundo silêncio da multidão. Quando um dos supliciados caía, era obrigado a levantar-se a chicotadas ou a golpes de baioneta. Levantava-se, punha-se a dançar e gritava com mais entusiasmo: ‘Na verdade, viemos de Deus e para ele voltamos.’ Quando se chegou ao lugar da execução, propôs-se ainda às vítimas a vida, em troca da sua abjuração. Um carrasco imaginou dizer a um pai que, se ele não cedesse, cortaria o pescoço aos dois filhos, sobre o seu peito. Eram dois meninos, o mais velho dos quais tinha quatorze anos, e que, enrubescidos com o próprio sangue, com as carnes calcinadas, escutavam friamente o diálogo. O pai respondeu, deitando-se no chão, que estava pronto, e o mais velho dos filhos, reclamando com entusiasmo o seu direito de primogenitura, pediu que o degolassem em primeiro lugar. Viram-se, então, criancinhas, que se vinham denunciar; um discípulo do Bali, suspenso ao seu lado das muralhas de Tebriz, só tinha nos lábios estas palavras: ‘Mestre, estás contente comigo?’”

Os skopsys na Rússia, os mormons na América sofreram, nos nossos dias, perseguições análogas, sem querer renunciar à sua fé.

Esses fatos e todos os da mesma ordem são muito instrutivos. Provam a força do espírito místico, capaz de triunfar da dor e dominar sentimentos considerados como a própria base de existência. Que

poderia contra ele a razão?

Assim, não é com argumentos racionais que se sublevam as multidões. Por meio de crenças, elas serão sempre dominadas. Bastante poderosa para lutar contra a natureza e escravizá-las algumas vezes, a razão não possui a força suficiente para edificar crenças ou triunfar delas.

Destruidoras algumas vezes, frequentemente criadoras, irresistíveis sempre, as crenças constituem as mais formidáveis forças da história, os verdadeiros sustentáculos das civilizações. Os povos jamais sobreviveram muito tempo à morte dos seus deuses.

Capítulo II — As Certezas Derivadas das Crenças: a Natureza das Provas com que se Contentam os Crentes

1. As certezaas derivadas das crenças

Uma crença forte inspira certezaas que nada abala. De tais certezaas derivam-se a maior parte dos grandes acontecimentos históricos.

Maomé tinha certeza de que Deus lhe ordenava fundasse uma religião

nova destinada a regenerar o mundo, e conseguiu perturbá-lo. Pedro o Eremita tinha certeza de que Deus queria retomar aos infiéis o túmulo de Cristo e, para reconquistá-lo, milhões de homens miseravelmente pereceram. Lutero tinha certeza de que o papa era o Anti-Cristo, que não existia purgatório e, em nome de verdades dessa ordem, a Europa foi posta a fogo e sangue, durante muitos séculos. Os padres da Inquisição tinham certeza de que Deus queria ver queimados os hereges, e eles despovoaram a Espanha com as suas fogueiras. Carlos IX e Luiz XIV tinham certeza de que o Criador dos mundos não podia tolerar a existência dos protestantes, e para os exterminar, o primeiro recorreu à matança de S. Bartolomeu e o segundo às dragonadas.

A Convenção tinha certeza de que era preciso cortar numerosas cabeças para estabelecer a felicidade do gênero humano, e, com consequência, provocou guerras e uma ditadura, que fizeram perecer, na Europa, três milhões de homens.

Nos nossos dias, milhares de burgueses compenetrados da certeza de que o socialismo regeneraria o mundo, derrubam furiosamente as últimas colunas que sustentam a sociedade de que vivem.

Um dos mais seguros efeitos da certeza derivada de uma crença é criar certos princípios de moral mais ou menos provisórios, porém muito pujantes, em torno dos quais se constitui uma consciência nova, geradora de uma nova conduta.

A história da Revolução está repleta de atos sanguinários cometidos por indivíduos outrora pacíficos, mas que se julgavam obrigados a obedecer

às impulsões da sua fé recente. Tais foram os matadores de setembro que, findas as matanças, reclamaram uma recompensa nacional. Tais foram ainda os bandos que devastaram a Vendéa (10).

As certezas físicas e sentimentais são sempre acompanhadas da necessidade de impô-las. O homem suporta dificilmente, e desde que é o mais forte jamais admite que outros não tenham também as suas certezas. Para impô-las, não recuara diante da mais furiosa tirania e de sanguinolentas hecatombes.

Os possuidores de certezas têm sempre devastado o mundo. É um grande mal para uma nação ser conduzida por eles e, entretanto, como disse justamente Ribot: “O governo de um povo, em certos momentos da sua história, está nas mãos de meio-loucos”.

Se um homem poderoso tem a certeza, como manifestava o imperador de Alemanha num discurso célebre, de haver recebido da divindade o seu poder, facilmente se entrevê até aonde tal certeza o pode conduzir. Se ele imaginar que Deus lhe ordena que faça a guerra aos incrédulos para castigá-los, a Europa poderá ser grandemente perturbada. Ela o foi mais de uma vez sob a influência de convicções análogas.

2. Natureza das provas com que se contenta o espírito no campo da crença

Uma crença é um ato de fé que não exige provas e, aliás, não é, as

mais das vezes, verificável por nenhuma. Se a fé se impusesse somente por argumentos racionais, poucas crenças se teriam podido formar no decurso dos séculos.

Os argumentos invocados pelos crentes se afiguram, muitas vezes, infantis para a razão. Esta não tem, entretanto, a faculdade de julgá-los, porquanto eles derivam de elementos místicos ou afetivos que escapam à sua ação. A sugestão e o contágio mental pelos quais se propagam as crenças são independentes da razão.

Não entrando na gênese das crenças nenhum elemento racional, é infinita a credulidade do crente. Ele não imagina admitir as causas sem provas, porquanto sempre, ao contrário, as invoca; é pela natureza das provas com as quais ele se contenta, que a sua credulidade se revela profunda.

A leitura das obras relativas aos meios de descobrir os feiticeiros, descritos por doutos magistrados outrora qualificados de eminentes, é, nesse ponto de vista, extremamente instrutiva.

Os documentos dessa natureza, tanto quanto os livros dos teólogos, mostram o abismo que separa a prova exigida pelo sábio da que satisfaz o espírito encerrado no ciclo da crença.

É inútil dar aqui exemplos. Todos seriam análogos aos que foram revelados no processo que se intentou contra o escritor italiano d'Albano. Provou-se claramente que havia aprendido "as sete artes liberais" com o auxílio de sete demônios, por se ter descoberto em sua

casa uma garrafa que continha sete drogas diferentes, cada uma das quais representava um demônio. A despeito dos seus oitenta anos, ia ser queimado vivo, quando, protegido sem dúvida pelos sete demônios captados, morreu subitamente. Os juizes tiveram de limitar-se a desenterrá-lo e a queimar o cadáver numa praça pública.

No reinado de Luiz XIV, só excepcionalmente os feiticeiros foram queimados, mas ninguém duvidava do poder que eles possuíam. O processo da feiticeira Voisin revelou que as maiores personalidades da época, o marechal de Luxembourg, o bispo de Langres, primeiro capelão da rainha e outros, tinham recorrido à força mágica que lhe atribuíam. O bispo Simiane de Gorges se dirigira a ela, a fim de obter, por influência do diabo, a fita azul do Espírito-Santo!

Se as cartomantes e as pitonizas modernas referissem as visitas que recebem, ver-se-ia que a credulidade humana não tem diminuído. Eu poderia citar um ex-ministro, conhecido pelo seu rígido anticlericalismo, que nunca sai sem ter no bolso o pedaço de uma corda de enforcado. Um dos nossos mais eminentes embaixadores imediatamente se levanta de uma mesa em que se acham treze convivas. É o fetichismo desses ilustres homens de Estado verdadeiramente superior às crenças religiosas que eles proscrevem com tanto vigor? Duvido um pouco.

Os crentes, por mais convencidos que sejam, têm sempre sentido a necessidade, pelo menos para converter os incrédulos, de achar na sua fé razões justificativas. As numerosas elucubrações dos teólogos provam com que perseverança essa tarefa é empregada.

O argumento de que eles mais se servem, afora os milagres e as asserções dos seus livros sacros, é o assentimento universal.

Homens como Bossuet não hesitaram em utilizar-se dessa prova. Considerando desdenháveis e perigosas as opiniões particulares, o ilustre prelado lhes opunha a consciência geral como sendo muito mais segura. Uma doutrina deve ser julgada verdadeira, dizia ele, desde que todos os homens assim pensam. No juízo de Bossuet, um único ente não poderia ter razão contra a totalidade dos outros. Foram necessários os progressos das ciências modernas para provar que muitas descobertas se realizaram, precisamente porque um único homem teve razão contra todos os outros.

Os teólogos tiveram, de fato, um trabalho muito inútil para combater uma incredulidade aplicada, em geral, a pontos acessórios de doutrina. A credulidade intensa é, ao contrário, um sentimento universal.

3. O ponto irredutível do conflito entre a ciência e a crença

Mostramos que os domínios regidos pelas várias formas de lógicas eram muito diferentes para que se mesclassem e, por conseguinte, entrassem utilmente em luta.

Há, entretanto, como vamos ver, um ponto sobre o qual a ciência e a crença parecem destinadas a achar-se frequentemente em irredutível

conflito, porque se refere a um princípio fundamental.

Entre todas as revoluções efetuadas no pensamento humano, a mais considerável, talvez, foi realizada quando, após longas tentativas, a ciência conseguiu provar que todos os fenômenos são determinados por leis rigorosas e não pela caprichosa vontade de seres superiores. As nossas concepções do universo mudaram ao mesmo tempo.

Essa descoberta capital, que pela primeira vez saía do ciclo da crença para penetrar no domínio dos conhecimentos, ainda está longe de se achar generalizada. Muitos homens admitem sempre que forças sobrenaturais conduzem os acontecimentos e podem, solicitadas com ardor, modificar o curso das coisas.

Sendo tal conceito a expressão de esperanças, que nunca se dissipam, a ciência e a crença serão sempre antagônicas nesse terreno.

O conflito parece que será eterno, porquanto, se os deuses se retiram das regiões percorridas pela ciência, não se pode demonstrar aos crentes que nada existe nos vastos domínios ainda inexplorados. E nessas regiões impenetradas, sempre se hão de manter os fantasmas criados pela fé.

Abandonar a noção de necessidade no encadeamento de um só fenômeno é voltar a ideia, tão penosamente destruída, de acontecimentos que dependem das vontades particulares de seres caprichosos. Pouco importa que os seus caprichos sejam acidentais. Basta que se produzam uma única vez, para que se possam repetir

sempre.

Se os fenômenos anunciados pelos taumaturgos modernos fossem possíveis, a ciência deveria docilmente retroceder às épocas em que os deuses decidiam do destino das batalhas, e em que legiões de espíritos, de fadas e de demônios incessantemente intervinham na vida quotidiana. As conjurações, as preces, os sacrifícios, as formulas mágicas constituíram, então, hoje como outrora, os únicos meios de obter o favor dessas potências caprichosas.

Não se pode recluir muito essa regressão. Uma mentalidade religiosa indestrutível nos fará voltar sempre os olhos para o sobrenatural, mas o estudo atento dos fatos milagrosos sempre mostrará também que eles são apenas alucinações criadas pelo nosso espírito.

É o que explicaremos em outra parte desta obra, procurando elucidar, por meio da experiência, a gênese de algumas novas crenças.

Capítulo III — Papel Atribuído à Razão e à Vontade na Gênese de uma Crença

1. Independência da razão e da crença

Os raros estudos publicados sobre a formação das crenças proclamaram geralmente que elas são voluntárias e racionais. Esse erro persistente provém da velha ilusão atinente ao papel da inteligência em psicologia.

Nitidamente separamos, nesta obra; o “eu” afetivo do “eu” intelectual, e mostramos que eles são governados por formas de lógicas muito diferentes. Daí se deduzia, naturalmente, que a razão, expressão da inteligência, era independente da crença, expressão dos sentimentos e do misticismo que daí deriva. A prova dessa independência acentuou-se ainda quando reconhecemos que a crença e o conhecimento se estabeleciam mediante processo inteiramente dissemelhantes.

A maior parte das nossas lutas políticas e religiosas procede da pretensão ilusória de querer que uma coisa atue noutra, embora sejam tão inaptas a mesclar-se quanto a crença e o conhecimento.

Compreende-se bem a força das crenças, quando se observa que elas escapam a qualquer influência de ordem racional.

Poderia parecer inútil insistir neste assunto, mas para combater preconceitos tenazes, os argumentos nunca seriam demasiadamente numerosos.

Se as crenças fossem acessíveis à influência da razão, teríamos visto desaparecer, há muito tempo, todas as que são absurdas. Ora, a

observação demonstra a sua persistência.

Vemo-nos, pois, forçados a admitir que não há absurdos para um crente e que o homem não tem a liberdade de crer ou de descrever.

As influências afetivas e místicas que determinam a crença são, já várias vezes o dissemos, muito diferentes dos encadeamentos racionais que suscitam o conhecimento. Em matéria de conhecimento, a possibilidade de uma verificação ao contrário a regra e destrói, então, todas as objeções. Ninguém pensou jamais em contestar as propriedades de um triângulo ou de uma seção cônica. Para o sábio, a verdade é a mesma, aquém ou além dos Pirineus. Para os crentes, ela muda, ao contrário, quando se transpõem as fronteiras ou o tempo.

As crenças possuem a faculdade maravilhosa de criar quimeras e, depois, de lhes submeter os espíritos. Pode, às vezes, o homem subtrair-se ao domínio dos tiranos, porém nunca ao das crenças. Milhares de indivíduos estão sempre prontos a sacrificar a vida na defesa delas, mas nenhum exporia a existência para que triunfasse uma verdade racional.

A idade da razão em que os progressos das ciências têm feito entrar a humanidade, não diminuiu por forma alguma a força das crenças nem a faculdade de forjar novas outras. Nenhuma época, talvez, viu surgir tão numerosas crenças: políticas, religiosas ou sociais. A América e a Rússia, principalmente, vêm nascer cada dia novas crenças.

2. A nula influência da razão sobre a crença

Quando, obedecendo à evolução natural das coisas, a crença chega ao grau de depreciação que precede o seu declínio, a razão pode, algumas vezes, influir nela. No seu período de triunfo, a crença não tenta sequer lutar contra a razão, porquanto esta última não a contesta.

Nada mais raro, com efeito, do que ver, nos séculos de fé, espíritos bastante independentes para discutir racionalmente a sua crença. O exemplo de Pascal mostra o que podem ser os resultados dessa luta entre a lógica afetiva e mística de um lado e a lógica racional do outro.

O ilustre pensador escrevia numa época em que as verdades religiosas eram aceitas sem contestação, e só um gênio como o seu podia ousar submeter as suas certezas a uma discussão racional. O completo insucesso da sua tentativa demonstra, ainda uma vez, a fraqueza da razão perante a crença.

Pascal era dotado de muita sagacidade para não perceber o ilogismo racional de uma lenda que supõe um Deus a vingar em seu filho uma injúria cometida na origem do mundo por uma das suas criaturas, e não hesita em qualificá-la de “tolice”.

Mas a sua lógica racional é logo obrigada a inclinar-se diante das impulsões da sua lógica mística. Impressionado pelo receio do inferno que essa última lógica lhe sugere, e querendo, contudo, defender a sua crença mediante razões aceitáveis, ele chega a considerar a vida futura

como o objeto de uma temível aposta. Temível, com efeito, porquanto se trata de castigos eternos, se realmente existe o inferno. “Nesta certeza”, declara ele, “cumpra apostar por uma vida futura e proceder, por conseguinte, como se ela existisse”.

Moderadamente satisfeito, entretanto, com esse argumento, Pascal tenta utilizar ainda a sua lógica racional para apoiar a sua crença, mas não o consegue.

Entre as provas com as quais o grande pensador procura racionalizar um pouco a sua fé, ele cita, naturalmente, as profecias e os milagres. Como esses argumentos se aplicam a todas as religiões, que também encerram numerosos milagres, ele se acha na contingência de rejeitar, simplesmente, os argumentos das outras crenças:

“Todo o homem”, assegura, “pode fazer o que fez Maomé, porquanto este não fez milagres e não foi predito. Nenhum homem pode fazer o que fez Jesus-Cristo”.

Pascal não procura saber — e a sua lógica mística não lho teria sem dúvida permitido — por que o islamismo, o budismo, acabaram por contar tantos sectários quanto o cristianismo.

Não obstante todas as sutilezas da sua dialética, o ilustre filósofo compreendia que nenhuma razão séria permitia apoiar a sua fé. Por outro lado, essa fé era necessária, a fim de evitar o inferno, se ele existe. Como consegui-lo? Eis os seus conselhos:

“Quereis alcançar a fé e não conheceis os meios, aprendei com aqueles

que estiveram nas mesmas condições... segui a maneira pela qual eles começaram; e fazendo tudo como se eles acreditassem, tomando água benta, mandando rezar missas, etc... isso vos fará crer e vos tornará estúpido. Mas é o que eu receio. E por que? Que perderíeis com isso?"

A discussão de Pascal mostra, ainda uma vez, que a razão não pode lutar contra a crença, sobretudo quando esta última se tornou coletiva.

Essa impossibilidade elucida certos acontecimentos históricos, aparentemente inexplicáveis, tais como a aventura de Port-Royal, que perturbou de um modo tão profundo uma parte do reinado de Luiz XIV. Na sua origem, veem-se apenas alguns religiosos de grande virtude, que aceitam uma teoria especial da predestinação que, pela sua repelente iniquidade, parecia condenada a não exercer a menor influência. Julgadas unicamente no ponto de vista racional, as dissertações sobre a graça eficiente, a frequência da comunhão, as cinco proposições dos Jansenius, etc. parecem vulgares divagações. Exerciam, no entanto, tão furiosas paixões que Port-Royal foi arrasado, os seus monges dispersos, conquanto todos reconhecessem neles modelos de virtude. Semelhantes fatos seriam, repito, inexplicáveis, se a razão interviesse de qualquer modo na sua gênese.

Sendo todas essas crenças elaboradas no inconsciente, escapam, não somente à nossa razão, como também, necessariamente, à vontade. Elas são o resultado de sugestões análogas às que todos os hipnotisadores sabem agora suscitar.

Sem dúvida, a razão pode provocar o desejo de crer; nunca terá,

porém, a força de fazer crer. Não conseguiria melhor resultado quem seguisse o conselho de Pascal isto é, de agir como se acreditasse. Por mais possante que seja a vontade, ela não poderia criar a fé; pode, quando muito, apresentar um simulacro.

Sendo a crença independente da razão, é permitida a surpresa, como observa Ribot, “ao ver um espírito superior, habituado aos severos processos das ciências, admitir em religião, em política, em moral, opiniões infantis, que ele não se dignaria discutir um só instante, se não fossem suas”.

Assim, na maior parte das vezes, o homem se limita a submeter-se às crenças, sem as discutir. Procedimento muito sensato. O mundo envelhecerá, sem dúvida, muito tempo antes que razão e a fé se equilibrem.

Capítulo IV — Como as Crenças se mantêm e se Transformam

1. Como as crenças se mantêm

Uma verdade racional é impessoal e os fatos que a sustentam, ficam estabelecidos para sempre.

Sendo, ao contrário, pessoais e baseadas em concepções sentimentais ou místicas, as crenças são submetidas a todos os fatores suscetíveis de impressionar a sensibilidade. Deveriam, portanto, ao que parece, modificar-se incessantemente.

As suas partes essenciais se mantêm, contudo, mas cumpre que sejam constantemente alentadas. Qualquer que seja a sua força no momento do seu triunfo, uma crença que não é continuamente defendida logo se desagrega. A história está repleta de destroços de crenças que, por essa razão, tiveram apenas uma existência efêmera.

A codificação das crenças em dogmas constitui um elemento de duração que não poderia bastar. A escrita unicamente modera a ação destruidora do tempo.

Uma crença qualquer, religiosa, política, moral ou social mantém-se sobretudo pelo contágio mental e por sugestões repetidas. Imagens, estátuas, relíquias, peregrinações, cerimônias, cantos, música, prédicas, etc., são os elementos necessários desse contágio e dessas sugestões.

Confinado num deserto, privado de qualquer símbolo, o crente mais convicto veria rapidamente declinar a sua fé. Se, entretanto, anacoretas e missionários a conservam, é porque incessantemente releem os seus livros religiosos e, sobretudo, se sujeitam a uma multidão de ritos e de preces. A obrigação para o padre de recitar diariamente o seu breviário foi imaginada pelos psicólogos que conheciam bem a virtude sugestiva da repetição.

Nenhuma fé é durável se dela se eliminam os elementos fixos que lhe servem de apoio. Um Deus sem tempestades, sem imagens, sem estátuas, perderia logo os seus adoradores. Os iconoclastas eram guiados por um instinto seguro, quando quebravam as estátuas e os templos das divindades, que eles queriam destruir.

Os homens da Revolução, procurando anular a influência do passado, tinham igualmente razão, no seu ponto de vista, quando saqueavam as igrejas, as estátuas e os castelos. Mas essa destruição não foi bastante prolongada para atuar nos sentimentos fixados por uma hereditariedade secular. A sua duração é mais longa do que a das pedras que as simbolizam.

2. Como as crenças evoluem

Uma crença qualquer, política, religiosa, artística ou moral, não permanece definitivamente imobilizada. Ela evolve, ao contrário, conquanto os seus sectários a suponham invariável. A sua ilusão é devida ao fato de serem respeitosamente conservados os livros que pretendem fixar os contornos de um dogma, ao passo que a prática deles se afasta cada vez mais.

Uma crença qualquer, política, religiosa, artística ou moral, só tem realmente fixo o seu nome. Ela é um organismo em via de incessante evolução. Já expliquei, nas “Leis psicológicas da evolução dos povos”, como se transformam as instituições, as línguas, as crenças e as artes.

Mostrei também que esses elementos jamais passam de um povo a outro, sem que sofram consideráveis modificações.

Assim, não obstante a aparente estabilidade das crenças formuladas em dogmas, elas são obrigadas a evolver, de modo que se adaptem às variações de mentalidade dos seus sectários e dos meios em que se movem.

Essas transformações são lentas, mas, depois de terem sido por muito tempo acumuladas, observa-se que já não existe nenhum parentesco entre os livros escritos na época da fundação de uma crença e a sua pátria atual. O bramanismo, por exemplo, só tem muito vaga relação com os livros védicos que o inspiraram. O mesmo se diria do budismo.

As leis que regem a evolução das crenças estão longe de ser nitidamente determinadas. Podem-se, entretanto, formular, creio eu, as indicações seguintes:

1o. Muitas crenças conciliáveis postas em presença umas das outras tendem a fundir-se ou, pelo menos, a sobrepor-se. Assim sucedeu no tocante aos deuses e às crenças do mundo pagão.

2o. Se as crenças forem muito diferentes, a mais forte, o que significa, muitas vezes, a mais simples tende a eliminar as outras. O islamismo converteu, por esse motivo, não só as tribos selvagens da África, como também povos muito civilizados da Índia.

3o. Uma crença triunfante acaba sempre por fragmentar-se em seitas, cada uma das quais mantém apenas os elementos fundamentais da

crença primitiva.

Só nesta última lei é útil insistir agora. Ela basta, com efeito, para mostrar o mecanismo da evolução das crenças.

A sua divisão em seitas é um fato observado sempre, logo depois do triunfo alcançado pelas grandes religiões, tais como o cristianismo e o islamismo. Sendo a primeira mais complicada, produziu o maior número de seitas e de cismas: maniqueus, arianos, nestorianos, pelagianos, etc., não cessaram de se disputar durante séculos. Essas lutas recomeçaram, mais violentamente ainda, com a Reforma. Apenas formulado, o protestantismo logo se ramificou, também, em seitas numerosas; anglicanos, luteranos, calvinistas, liberais, etc.

Cada uma dessas seitas, precedentes de uma grande crença, tinha, naturalmente, a ambição de dominar por seu turno, tornando-se, por isso, tão intolerante quanto a religião de que se originavam. Considerar a Reforma, como frequentemente se faz, como uma vitória da liberdade do pensamento é não compreender absolutamente a natureza de uma crença. O protestantismo foi, primeiramente, mais rígido do que o catolicismo, e se ele evoluiu, em seguida, para formas por vezes um pouco liberais, não ficou, por isso, menos intolerante. Lutero e os seus sucessores professavam doutrinas muito decisivas, destituídas de todo o espírito filosófico e impregnadas de uma intransigência absoluta. Tendo dividido os homens em eleitos e réprobos, Calvino julgava que os primeiros não devem ter nenhuma consideração para os segundos. Tendo-se tornado senhor de Genebra, impôs à cidade a mais terrível

tiranía e organizou um tribunal tão sanguinário quanto o Santo-Ofício. O seu contraditor, Michel Servet, foi queimado a fogo lento.

Na época da matança de S. Bartolomeu, resultado de todas essas querelas em França, os protestantes foram os massacrados; mas, em todos os países em que eles eram os mais fortes, tornaram-se massacradores. A intolerância era a mesma dos dois lados.

A perpétua subdivisão das crenças é devida à circunstância de que cada qual adota os elementos que o impressionam com mais força e não é influenciado pelos outros. Certos fiéis que possuem o temperamento de apóstolos procuram logo formar uma pequena igreja. Se o conseguem, funda-se um cisma ou uma heresia e o contágio mental logo intervém para propagá-la.

A divisão de uma crença em seitas foi sempre favorecida pela extrema imprecisão dos livros sacros. Cada teólogo pode, se desde então, interpretá-los ao seu modo.

É útil percorrer obras como as que foram consagradas às discussões sobre a graça, entre tomistas e congruistas, jansenistas e jesuítas, etc., a fim de ver a que grau de aberração podem descer mentalidades influenciadas pela fé.

Os próprios espíritos mais eminentes parecem estar tomados de vertigem, desde que penetram no domínio da crença. Como exemplo, citaríamos as “Meditações” do célebre Malebranche. O êxito desse livro foi tal que, ao ser publicado em 1684, 4.000 exemplares foram

vendidos em uma semana.

Aprendem-se, aliás, aí, coisas surpreendentes. Segundo o autor, “Deus sente, pensa e atua em nós, move mesmo o nosso braço quando nós nos utilizamos deste contra as suas ordens. Não é a minha vontade que ergue o meu braço, porém Deus que o move, por ocasião da minha vontade. O homem não se pode desprender de Deus, que lhe permite, contudo, um pouco de bondade. Quando praticamos o bem, é Deus que o pratica em nós. O homem não tem a responsabilidade das suas boas ações, porém das que são más. Se há mal no mundo, é porque Deus negligenciou um pouco a sua obra; assim era, aliás, preciso, porquanto o mundo é a morada dos pecadores”.

Tais afirmações se afiguram, hoje, infantis. Não esqueçamos, entretanto, que análogas concepções abalaram o mundo.

Essas aberrações teológicas não pertencem exclusivamente a um passado desaparecido, porém ainda ao presente e muito provavelmente também ao futuro. As atuais crenças políticas que nos corroem são de ordem igualmente inferior e serão colocadas pelos nossos descendentes no mesmo nível que as precedentes. As vistas muito curtas dos seus defensores são, muitas vezes, sustentadas por uma fé idêntica à dos teólogos, dos quais eles são continuadores. Só os guiam impulsões sentimentais e místicas, e isso os torna temíveis. Um país pode viver independentemente deles, mas não graças a eles.

Os crentes de todos os tempos têm procurado racionalizar a sua fé, sem compreender que a sua força era devida justamente à circunstância de

não ser influenciada pelo raciocínio. A única ação possível que a razão exerce na crença religiosa é fazer-lhe considerar como simples símbolos as narrações dos livros sacros, em contradição demasiado flagrante com a ciência moderna. Menos adstritos que os católicos a dogmas rígidos, muitos protestantes conseguiram assaz facilmente esse resultado. Conhece-se, ao contrário, que a tentativa, chamada modernista, de certos teólogos católicos não teve o menor êxito. Os verdadeiros crentes não o devem lamentar. Nada é absurdo para a fé, e quando um conjunto de crenças forma um bloco, cumpre não o tocar em demasia.

A desagregação de uma crença em seitas rivais perpetuamente em luta não se poderia produzir nas religiões politeístas. Elas também evolveram, mas por simples anexação, depois por fusão de deuses novos, todos considerados como muito poderosos e, conseqüentemente, muito respeitados. Eis porque as guerras de religião que devastaram a Europa ficaram mais ou menos ignoradas na antiguidade pagã.

Foi, pois, um grande benefício para os povos terem começado pelo politeísmo. Considero, contrariamente a uma opinião muito generalizada, que eles lucrariam muito se permanecessem nesse terreno. Longe de favorecer o progresso, o monoteísmo os atrasou, pelas lutas sanguinolentas com que encheu o mundo. Moderou durante séculos a evolução das artes, da filosofia e das letras, desenvolvidas pelos gregos politeístas a um ponto tal que eles são tidos como nossos mestres.

Não se pode tão pouco contar como um elemento favorável ao monoteísmo a unidade de sentimentos que ele, finalmente, criou à força de guerras, fogueiras e proscricões. O culto da pátria tinha bastado para dotar os romanos politeístas, na época da sua grandeza, de uma identidade de sentimentos que nunca foi ultrapassada.

Se, conforme o juízo de tantos historiadores e de meio-filósofos como Renan, o monoteísmo houvesse constituído uma superioridade, seria preciso colocar acima de todas as outras religiões o islamismo, a única mais ou menos monoteísta.

Digo “mais ou menos” porquanto as religiões realmente monoteístas só existiram nos livros. O cristianismo, por exemplo, logo anexou legiões de anjos, santos e demônios, que correspondem exatamente às divindades secundárias do mundo antigo e são venerados ou temidos como aquelas.

Essa multiplicidade de deuses secundários nas crenças monoteístas e a divisão rápida destas últimas em seitas mostram claramente que o monoteísmo é um conceito teórico, que não satisfaz às nossas necessidades afetivas e místicas.

As mudanças e crenças indicadas neste capítulo apresentam grande importância histórica em virtude do papel que têm representado; mas, no ponto de vista filosófico, a sua narração é destituída de interesse. A crença constitui o alimento reclamado pela nossa necessidade de crer. O alimento mudou e mudará ainda, mas a necessidade permanecerá indestrutível enquanto a natureza humana não tiver sido transformada.

Capítulo V — Como Morrem as Crenças

1. A fase crítica das crenças e a sua dissolução

Exato no sentido histórico, o título deste capítulo é muito menos preciso no sentido filosófico. Semelhantes à energia física moderna, as crenças se transformam algumas vezes, mas nunca perecem. Mudam, contudo, de nome, e é esse fenômeno que pode ser considerado como a sua morte.

Assim, depois de terem lentamente envelhecido, os dogmas se vêm submetidos à lei comum. Eles se esvaecem e se extinguem. O seu desaparecimento ou, antes, na realidade, a sua transformação, manifesta-se primeiramente por uma fase crítica, muitas vezes geradora de perturbações.

Mostram os físicos que, quando um corpo se acha nas proximidades do seu ponto crítico, uma insignificante variação de temperatura subitamente o faz passar do estado gasoso ao estado líquido, ou inversamente.

Esse ponto crítico se observa, igualmente, em muitos fenômenos sociais. Um país importador de ouro ou de certas mercadorias pode, por

exemplo, tornar-se subitamente exportador, sob muito ligeiras influências.

Esse fenômeno, tão geral em física e em economia política, manifesta-se também na vida dos crentes. Depois de oscilações diversas e de um uso prolongado, elas chegam, por vezes, a um ponto crítico e podem ser então subitamente transformadas.

Essa fase, na qual o ceticismo e a fé se aproximam, produz-se quando o tempo ou outros motivos abalaram as crenças antes que estejam ainda nitidamente formuladas aquelas que as devem substituir.

Os últimos defensores dos dogmas desfeitos a eles se prendem desesperadamente, sem que neles acreditem muito. Parece recearem “esse incurável tédio”, segundo Bossuet, “que constitui o fundo da vida dos homens, desde que perderam o gosto de Deus”.

De fato, eles jamais o perderam, pois novos deuses vêm sempre substituir os que morreram ou vão morrer.

Mas essa passagem de uma divindade a outra não se opera sem muitas dificuldades. Isso pode ser observado, por exemplo, no declínio do Paganismo.

Atravessamos precisamente um desses períodos de instabilidade em que os povos se sentem vacilantes entre as influências das divindades antigas e as que se acham em via de formação. A nossa época constitui um dos pontos críticos da história das crenças.

Enquanto se espera a adoção de uma grande fé nova, a alma popular flutua entre pequenos dogmas momentâneos, sem duração, mas não sem força. Defendidos por grupos, comissões ou partidos, eles exercem, muitas vezes, um poder considerável.

A ação dos clubes na época da Revolução, das ligas maçônicas na burguesia, dos sindicatos na classe operária, das comissões eleitorais nas cidades, fornecem exemplos decisivos.

Conquanto, por vezes, bastante efêmeras, essas pequenas crenças determinam, na sua curta duração, uma fé robusta. Nelas se acha concentrada a irresistível necessidade de crer, cuja força mostramos precedentemente.

Elas não podem substituir, contudo, definitivamente, as crenças gerais. Enquanto as capelas de grupos vivem em incessante rivalidade, os grandes dogmas têm o poder de dissipar o interesse individual perante o interesse coletivo.

É visível que não são essas as condições atuais. Os imperativos categóricos gerais de outrora tornaram-se pequenos imperativos de seitas, tendo de comum apenas um ódio intenso contra a ordem de coisas estabelecidas. As tábuas da lei já não são as mesmas para todas as tribos de Israel.

2. Transformação das crenças religiosas em crenças políticas

Examinada sumariamente, a idade moderna parece ter transposto todas as escalas de valor. Na realidade, modificou principalmente os seus nomes. Os fiéis dos velhos cultos lamentam a diminuta fé das novas gerações. Nunca, entretanto, as multidões tenham manifestado uma necessidade de crer mais profunda do que em nossa época. Tornando-se fé política, a fé religiosa mudou muito pouco. A crença no milagre, a mística adoração de forças sobrenaturais permaneceu idêntica. A providência estadista herdou da antiga providência divina.

Uma crença ordinária é um ato de fé. Aplicado a um ente superior ou a uma divindade, ele se complica com a necessidade de submissão e de adoração. Crer e adorar são, muitas vezes, sinônimos.

O crente tende sempre a divinizar o objeto da sua adoração. Marat, cujo cadáver devia ser lançado pouco tempo depois ao esgoto, foi deificado logo após a sua morte e litanias piedosas foram compostas em sua honra. Napoleão representava para os seus soldados um deus invencível. As relíquias das vítimas das repressões anarquistas são adoradas pelos seus fiéis.

Uma crença só se torna verdadeiramente popular quando é concretizada sob a forma de seres ou objetos que se devem venerar. Foi o que claramente se observou durante a Revolução. Uma das suas primeiras preocupações constituiu em achar uma divindade que

substituísse as antigas. A deusa Razão, primeiramente escolhida, teve o seu culto em Notre-Dame, com cerimônias muito semelhantes às que desde séculos aí se celebravam.

Essa época — nunca o repetiríamos demasiado — só será compreendida se percebermos bem o papel desempenhado, então, pelo misticismo do povo e dos seus agitadores. Robespierre, encarnação típica da estreita mentalidade religiosa do seu tempo, julgava-se um apóstolo que recebera do céu a missão de estabelecer o reino da virtude. Muito deísta, muito conservador e grão-sacerdote infalível de uma nova teocracia, supunha um dever sagrado imolar implacavelmente “os inimigos da virtude” e, como outrora os pontífices da Inquisição, não excluía ninguém. Os seus discursos faziam incessantemente apelo ao Ente Supremo. O seu agente Couthon invocava também a cada instante o Altíssimo.

Os tribunais revolucionários apresentaram estreita semelhança com os da Inquisição. Não adoravam inteiramente os mesmos deuses, mas nutriam os mesmos ódios e visavam o mesmo objetivo: a supressão dos infieis.

Mostrei suficientemente em precedentes obras a evolução do socialismo para uma forma religiosa; é inútil insistir aqui nesse ponto. Se o socialismo possuísse alguma divindade precisa que cumprisse adorar, o seu êxito seria muito mais rápido.

Os seus apóstolos reconhecem instintivamente essa necessidade, mas, não ousando oferecer à adoração popular a cabeça do principal teórico

da doutrina, o judeu Karl Marx, eles se voltaram para a deusa Razão. Reproduzi, na minha Psicologia Política, um trecho do jornal socialista l'Humanité, a qual nos oferece que, na sessão com que se inaugurou uma escola socialista, o jovem professor da Sorbonne encarregado da primeira lição "dirigiu", como convinha, "uma invocação à deusa Razão".

Infelizmente, as divindades abstratas nunca seduziram as multidões, e é por isso que a religião socialista possui dogmas, mas ainda espera o seu deus.

Ele não se fará esperar muito tempo. Os deuses surgem quando se tornam necessários.

A força da nova crença é sobretudo devida, já o disse várias vezes, à circunstância de ser herdeira das concepções cristãs. Os dogmas socialistas receberam dos primeiros cristãos, com o seu misticismo, a necessidade de igualdade, o altruísmo e o ódio das riquezas. O parentesco entre as duas doutrinas é tal que, na Bélgica, o catolicismo se tornou o resolutivo aliado do socialismo. Ele favorece abertamente as paredes operárias e anima a luta das classes.

Os apóstolos da fé socialista têm, igualmente, o tom ardente e profético dos primeiros defensores do cristianismo. Não me refiro apenas às publicações de vulgares sectários, mas às de homens instruídos. Tive ensejo de citar, no meu último livro, fragmentos característicos de um escrito dessa natureza, publicado por um professor do Colégio de França, convertido, como outrora Polyeucte, à fé nova e desejo de

destruir os falsos deuses. A sua leitura mostra bem o que o próprio sábio não pode penetrar no ciclo da crença sem que veja dissipar-se a sua moderação e o seu espírito crítico. Tendo descido de muitos graus na escala mental, ele perde a justa impressão das realidades. Absurdos, violências, impossibilidade não o poderiam impressionar, penosamente, porque ele cessa de vê-los.

É inútil recriminar. A crença é uma dominadora irresistível e sua atração se exerce desde que o homem se aproxima da sua esfera de ação.

Tenazes ou transitórias, as crenças representaram sempre, repito-o ainda, os grandes fatores da vida das nações. Não se governa um povo com ideias verdadeiras, mas com crenças tidas como verdadeiras. Pilatos, hoje, já não formularia sem dúvida a pergunta, à qual nenhum filósofo jamais respondeu definitivamente. Ele diria que, sendo a verdade o que se crê, toda a crença estabelecida constitui uma verdade. Verdade provisória, sem dúvida, mas é com verdades dessa ordem que o mundo tem sido sempre conduzido.

Livro IX

Pesquisas Experimentais sobre a Formação das Crenças e sobre os Fenômenos Inconscientes de que elas Derivam

Capítulo I — Intervenção da Crença no Ciclo do Conhecimento. Gênese das Ilusões Científicas

1. Porque o conhecimento permanece sempre mesclado de crenças

Nenhum sábio se pode vangloriar de ter saído para sempre do ciclo da crença. Nos fenômenos incompletamente conhecidos, ele é obrigado a formular teorias e hipóteses, isto é, crenças que só a autoridade dos seus autores fez aceitar.

Mesmo para os fenômenos muito estudados, somos forçados, não os

podendo verificar todos, a admiti-los como crenças. A nossa educação clássica é apenas um ato de fé relativamente a doutrinas impostas pelo prestígio de um dominador. Ela deve, por essa razão, tornar-se experimental algumas vezes, a fim de mostrar ao aluno a possibilidade de verificar as afirmações que se lhe impõem e ensinar-lhe que a observação e a experiência são as únicas armaduras da verdadeira certeza.

A impossibilidade de verificar o conjunto dos nossos conhecimentos torna muito quimérico o conselho dado por Descartes no seu Discurso do Método: “Jamais aceitar qualquer coisa como verdadeira sem que ela seja evidentemente conhecida como tal e rejeitar como falsas, todas aquelas em que podemos imaginar a menor dúvida.”

Se Descartes houvesse tentado aplicar os seus preceitos, não teria admitido como evidentes coisas que hoje nos fazem sorrir. Como todos os seus contemporâneos e a generalidade dos seus sucessores, ele era dominado pela crença. O ceticismo mais extenso é, na realidade, sempre parcial: “Aquele que”, diz Locke, “nas questões ordinárias da vida nada quisesse admitir que não fosse fundado em demonstrações claras e diretas, só poderia ter a certeza de perecer em muito pouco tempo. Ele não poderia achar nenhum alimento, nem nenhuma bebida com que se pudesse nutrir”.

Pode-se acrescentar, igualmente, que a análise crítica das nossas opiniões e das nossas certezas tornaria impossível a existência de uma sociedade. O papel da crença é justamente evitar-nos tais análises.

E já que o sábio é obrigado a aceitar como crenças uma grande parte das verdades da ciência, não nos surpreendamos de que, por vezes, ele manifeste tanta credulidade quanto os ignorantes. Nos assuntos estranhos à sua especialidade, ele os ultrapassa pouco.

Essas considerações explicam por que eminentes sábios são, por vezes, vítimas das maiores ilusões. Depois de o termos observado no tocante a fatos científicos ordinários, desprendidos de toda paixão, estaremos preparados para compreender como certas crenças ocultistas, análogas às praticas da antiga feitiçaria, puderam ser aceitas por ilustres especialistas.

2. Gênese das ilusões científicas

Não podendo ser reproduzidas todas as experiências, o princípio da autoridade permanece, como disse acima, o nosso principal guia. Acredita-se no autor ao qual a posição confere prestígio, porquanto se supõe, aliás, mui justamente, que ele não se exporia a ser desmentido por emitir asserções errôneas.

Na maior parte das vezes assim sucede. Um sábio jamais anuncia uma coisa que ele julga ser inexata. Mas a influência da sugestão é tal que, mesmo sobre fatos muito precisos, um espírito eminente se pode iludir e considerar como realidades as visões da sua imaginação. Constitui um notável exemplo disso a curiosa história dos raios N, cujo índice de refração era medido por ilustres físicos, ao passo que, mais tarde, foi

reconhecida como imaginária a existência de tais raios.

Vamos insistir nesses fatos, porquanto, revelando os erros possíveis no estudo de fenômenos físicos, submetidos a rigorosas medidas, eles fazem compreender como se torna fácil a ilusão em presença de fenômenos suscetíveis apenas de insuficientes verificações.

Para mostrar que o papel do prestígio, da sugestão e do contágio podem determinar em todos os espíritos, inclusive os mais elevados, crenças e opiniões errôneas, escolheremos os nossos exemplos unicamente entre vivos.

Um dos mais flagrantes é a aventura de que foram vítimas, há mais ou menos quarenta anos, a quase totalidade dos membros da Academia das Ciências, e que inspirou a Daudet o seu célebre romance “O imortal”. Acreditando num eminente geômetra, aureolado de grande prestígio, a ilustre assembleia inseriu, como autênticas, nas suas atas, uma centena de cartas atribuídas a Newton, Pascal, Galileu, Cassini, etc. Fabricadas, inteiramente, por um falsário pouco letrado, encerravam numerosos erros e vulgaridades, mas os nomes dos supostos autores e do sábio que as apresentava fizeram aceitar tudo. Os acadêmicos, na sua maioria, e principalmente o secretário perpétuo, não conceberam nenhuma dúvida no tocante à autenticidade desses documentos, até ao dia em que o falsário confessou a fraude. Dissipado o prestígio, declarou-se que era miserável o estilo das cartas, que, ao princípio, se afirmara ser maravilhoso e digno dos escritores de gênio considerados como os seus autores.

As verificações, no exemplo precedente, eram difíceis para sábios não especialistas, que naturalmente confiavam na autoridade de um confrade. Na realidade, os especialistas do Instituto foram tão facilmente iludidos quanto os ignorantes. Essa objeção desaparece, aliás, diante de outros fatos mais recentes, em que os erros cometidos unicamente o foram por especialistas.

Uma das mais curiosas ilusões coletivas suscitadas pelo prestígio e pelo contágio foi a ilusão imposta, há uns quinze anos, por um célebre físico, o sr. Becquerel, professor de física na Escola Politécnica. Ele expôs, longamente, e por várias vezes, nas atas da Academia de Ciências, experiências minuciosas, as quais provavam, categoricamente, no seu juízo, que o urânio emite radiações capazes de se polarizar, refratar, refletir e, por conseguinte, idênticas à luz que provém dos corpos fosforescentes. Durante três anos — e a despeito das afirmações contrárias de um físico francês, que os leitores desta obra conhecem — o célebre acadêmico persistiu no seu erro e fez que a sua opinião fosse aceita por todos os sábios da Europa. Esse erro só foi reconhecido quando um observador americano, que a distância punha ao abrigo do prestígio, provou — por uma verificação das mais fáceis — que esses raios não se refratam, não se refletem e eram muito diferentes da luz. No ponto de vista das suas consequências científicas, o erro era enorme, e a circunstância de haver sido aceito durante três anos pela totalidade dos físicos pareceria incompreensível sem as explicações da psicologia.

A história dos raios N, à qual já aludi, é ainda mais típica. Revela não só o papel do prestígio, como também o da sugestão e do contágio mental.

Já não se trata aqui, como no caso precedente, de experiências admitidas confiantemente por todos, sem verificação; trata-se de observações que numerosos físicos, supondo tê-las verificado, declararam exatas. Conquanto seja muito conhecida essa aventura, nós a recordaremos de um modo sumário.

Um distinto correspondente da Academia de Ciências, reputado professor de física, o Sr Blondlot, havia julgado reconhecer que numerosos corpos emitem raios particulares, por ele qualificados sob o nome de raios N. Eram reveláveis pela ação que exerciam na fosforescência e a extensão das suas ondas podia ser exatamente medida. Gozando o autor de grande autoridade, a sua asserção foi aceita sem protestos pela maioria dos sábios franceses, que repetiram as suas experiências, vendo nelas exatamente o que lhes fora sugerido que vissem.

Durante dois anos, as atas da Academia de Ciências publicaram inúmeras notas de vários físicos profissionais: Broca, J. Becquerel, Bichot, etc., sobre as propriedades, cada dia mais maravilhosas, desses raios. O Sr. Jean Becquerel anunciava mesmo tê-los cloroformizado. Sábios distintos, notavelmente o sr. D'Arsonval, faziam a respeito deles entusiásticas conferências.

A Academia de Ciências, julgando necessário recompensar tão

importante descoberta, encarregou vários dos seus membros, entre os quais o físico Marcart, de verificarem na residência do autor a exatidão das suas pesquisas. De lá voltaram maravilhados, e um prêmio de 50 000 francos(11) foi concedido ao inventor.

Durante esse tempo, sábios estrangeiros, para os quais os físicos franceses são destituídos de prestígio, repetiam em vão as experiências, sem o menor resultado. Muitos se decidiram, então, a ir observá-las na residência do inventor rapidamente se certificaram de que este era vítima das mais completas ilusões e continuaram a medir, por exemplo, os desvios dos raios N sob a influência de um prisma, conquanto se houvesse retirado sorrateiramente esse prisma na escuridão, etc.

A “Revue Scientifique” encetou, então, um vasto inquérito junto a todos os físicos do universo. Os seus resultados foram desastrosos para os raios N. Foi preciso reconhecer que eles constituíam um mero produto da sugestão mental e do contágio, e nunca tinham tido existência.

Dissipada a sugestão, nenhum dos físicos franceses persuadidos de terem visto os raios N conseguiu uma só vez vê-los de novo. As comunicações sobre esse assunto, outrora tão abundantes nas atas da Academia de Ciências, subitamente e totalmente cessaram.

Assim, durante dois anos, físicos profissionais tinham acreditado, a ponto de medi-los minuciosamente, em raios que apenas existiam na sua imaginação e que só a sugestão havia criado.

Essa maravilhosa história mostra, ao mesmo tempo, a força do prestígio, da sugestão e do contágio. Claramente revela a gênese das crenças, a de muitos acontecimentos históricos, e todos os fenômenos ocultistas. Nesta última matéria pode-se dizer que os observadores vivem de sugestões, e quando se vê o que elas podem produzir em assuntos científicos, concebe-se a preponderância do seu papel na gênese dos fenômenos maravilhosos.

Quis examinar aqui apenas as ilusões científicas célebres, relativas a fatos de capital importância. Se tivesse de relatar os erros científicos atinentes a pormenores e devidos à influência do prestígio, um volume inteiro não bastaria. Limitar-me-ei a citar ainda um.

Há alguns anos, um discípulo do sr Lippmann julgou ter descoberto — observação de considerável alcance — que um corpo eletrizado em movimento não desviava uma agulha imantada. O autor era totalmente desconhecido; mas, tendo empreendido as suas experiências sob as vistas e com o concurso do sr. Lippmann, beneficiou-se da grande autoridade do mestre e foi atendido por todos os físicos, até ao dia em que um sábio estrangeiro provou que tanto o discípulo quanto o professor se tinham grandemente iludido e por que.

Salvo no caso das cartas do falsário, só fiz alusão, cumpre notar, a fatos científicos, suscetíveis de medidas precisas e submetidos a uma observação rigorosa. Por esse motivo, aliás, os erros científicos acabam sempre, tarde ou cedo, por ser reconhecidos.

Nas ciências em via de formação, como é a medicina na qual são

extremamente difíceis as verificações — porquanto jamais se sabe que resultados cumpre atribuir à sugestão e ao remédio —, os erros se perpetuam muito mais. Enumerá-los seria relatar a história da medicina e mostrar que teorias, remédios e raciocínios mudam todos os quartos de século. Citarei apenas um exemplo entre tantos outros.

Há cinquenta anos, mais ou menos, o tratamento da pneumonia pela sangria era considerado como uma das belas conquistas da arte médica. O seu valor parecia fartamente provado por estatísticas, as quais indicavam que, graças a esse tratamento, só morriam 30 doentes em 100.

O emprego desse precioso sistema continuou até ao dia em que um médico sagaz, visitando um hospital homeopático de Londres, observou que a mortalidade dos pneumônicos não era superior a 5 por 100, em vez de 30 por 100 em França. Foi uma revelação. Já que, disse ele, os medicamentos homeopáticos são demasiadamente diluídos para agir, o verdadeiro tratamento consiste em nada fazer. Esse regimen aplicado em França fez logo descer a mortalidade ao mesmo algarismo que na Inglaterra. Os médicos matavam, pois, pela sangria, 25 por 100 dos seus doentes. Hoje longe de enfraquecê-los por semelhante operação, sustenta-se com álcool a força dos enfermos.

A multiplicação desses exemplos não daria mais força ao que eu quis demonstrar. O leitor está convencido, espero, de que as nossas opiniões científicas devem, na maioria, ser qualificadas não como conhecimento, porém como crenças. Quando são crenças, formam-se

sob a ação de certas influências prestígio, afirmação, sugestão, contágio, etc., muito alheias à razão, porém muito mais pujantes do que ela.

Encontraremos em breve esses mesmos móveis geradores na formação moderna das crenças ocultistas, entre alguns sábios.

Capítulo II — A Formação Moderna de uma Crença: o Ocultismo

1. Utilidade de estudar experimentalmente a formação de uma crença

Desde o início desta obra, temos mostrado que constitui ainda um problema difícil explicar a gênese e a propagação das grandes crenças que têm guiado a humanidade durante longos séculos e ainda a guiam.

Depois de haver procurado resolver teoricamente esse problema, por vias diversas, vamos tentar a aplicação dos princípios expostos ao estudo de crenças novas, tomando como exemplo uma religião moderna, o ocultismo, tão repleta de milagres quanto aquelas que a

precederam. Se observarmos que fatos inverossímeis, mais tarde reconhecidos como quiméricos, foram admitidos, primeiramente, sem dificuldade, por sábios eminentes, teremos provado, experimentalmente, que a inteligência não desempenha nenhum papel na formação das crenças e estas se acham bem colocadas sob a influência dos elementos afetivos e místicos, descritos quando examinamos as diversas formas de lógicas.

Os meus argumentos serão, aliás, independentes do suposto valor das crenças ocultistas, porquanto tratarei, principalmente, dos fatos mais tarde reconhecidos como ilusórios pelos seus próprios adeptos e que, entretanto, foram admitidos como exatos por vários sábios. Ver-se-á assim que, uma vez no ciclo da crença, o experimentador aceita facilmente as mais inverossímeis enormidades e revela uma credulidade por vezes tão completa quanto a dos selvagens.

Esta demonstração estabelecida fornecerá seguras provas em apoio dos princípios expostos nesta obra e elucidará, experimentalmente, o mecanismo do nascimento e da propagação das crenças.

Como nenhuma delas surge integralmente, como mostramos, é necessário procurar, primeiramente, as crenças anteriores donde se deriva o ocultismo moderno.

2. A magia na antiguidade e na idade-média

O homem sempre teve a ambição de conhecer o seu destino e obter a proteção das potências sobrenaturais, de que se julgava cercado. Dessas necessidades provieram as diversas formas da magia.

Essa arte foi praticada entre todos os povos, em todos os períodos da sua história. A necromancia, a astrologia, a adivinhação, que são os seus ramos, foram de uso constante na antiguidade.

A adivinhação, por meios diversos e especialmente pelos oráculos interpretados por personagens muito análogos aos médiuns modernos, representa a forma mais geral da antiga magia.

A confiança nas indicações assim obtidas era universal. Em Roma, a magia constituía uma religião de Estado, cujos sacerdotes, encarregados de comentar os fenômenos sobrenaturais, se chamavam áugures. O seu papel era considerável; os generais os consultavam antes de dar batalha, e as suas sentenças faziam algumas vezes anular as leis.

O colégio dos augures só foi suprimido no quarto século da nossa era pelo imperador Teodósio, em consequência da crescente influência do cristianismo.

A fé dos Antigos nas predicções atribuídas a seres superiores, análogos aos espíritos dos espíritas modernos, era geral. Certos

oráculos, por exemplo o de Delfos, gozavam de uma autoridade tal que se vinha consultá-los de todos os pontos do mundo antigo.

Os oráculos se calaram, e a magia pagã desapareceu, graças ao cristianismo triunfante. Devia renascer na idade-média sob o nome de feitiçaria. Não se ignora o seu papel e a sua força. Queimados por milhares, os feiticeiros reapareciam sempre. Essa potência rival da Igreja foi vencida pelo tempo muito mais do que pelos suplícios.

A feitiçaria se pratica sempre com a assistência do diabo. Se inúmeros testemunhos, afirmações obstinadamente repetidas, mesmo à custa da vida, bastassem para estabelecer a existência de um fato, nada seria mais incontestavelmente provado do que a existência do sabbat. Incalculável é, com efeito, o número de indivíduos que confessaram tê-lo visitado através dos ares, montados numa vassoura, e haver tido aí relações sexuais com os demônios.

Os fatos de feitiçaria de que está cheia a idade-média figuram certamente entre os fenômenos mais curiosos e, outrora, menos explicados da psicologia.

O papel da sugestão e do contágio mental aí se manifesta em grande escala. Os testemunhos ouvidos no decurso dos processos de feitiçaria em vários países são concordes, as descrições de satã idênticas, o modo de ir ao sabbat é o mesmo em toda parte.

Nenhum interesse pessoal parece ter influenciado a alma desses alucinados. O diabo lhes dava, verdadeiramente, muito pouco em troca

da sua salvação eterna, e acusados como feiticeiros, eles sabiam que os esperavam os mais terríveis suplícios.

Raramente havia, aliás, necessidade de recorrer às torturas para obter a confissão dos seus supostos crimes. Os inculpados descreviam, sem resistência alguma, as cenas do sabbat. O diabo aí os esperava sob formas variadas: sapo, gato, cão preto, bode, etc. Oferecia aos seus fieis refeições geralmente compostas de fragmentos de cadáveres e distrações mui pouco numerosas. Afora as danças e as relações sexuais com feios demônios ou velhas feiticeiras, as mais frequentes ocupações consistiam em fustigar vigorosamente grandes sapos para que segregassem um líquido esverdeado e pegajoso, destinado a fabricar unguentos e pós mágicos.

A feitiçaria persistiu durante séculos e, nesse longo período, nenhuma dúvida surgiu no espírito dos magistrados quanto à existência das cerimônias diabólicas que lhes eram relatadas. Não houve um único que perguntasse a si mesmo que motivo arrastava tantas pessoas a venderem a alma ao diabo, em troca de tão medíocres prazeres como o de comer cadáveres à noite numa planície deserta. Como teria podido haver dúvida, se os culpados confessavam o seu crime? Eram, por isso, queimados sem remorsos. Só no ducado de Lorena, 400 feiticeiros pereceram pelo fogo no espaço de vinte anos.

Não se deveria atribuir a todas essas vítimas da feitiçaria e de crenças análogas uma mentalidade muito diferente da que revelam os homens de hoje. A credulidade moderna não é menor; mudou somente de

natureza. Feiticeiros da idade-média, feiticeiros políticos modernos, prometedores de quimeras, evocadores de espíritos materializados, cartomantes, sonâmbulas lúcidas e adivinhas de toda a espécie pertencem à inumerável família de espíritos confinados no ciclo da crença, sem que jamais tivessem podido daí sair. Neste mundo de enganos, alucinações que aí se formam, têm a aparente realidade dos sonhos fantásticos, que nos perseguem por vezes à noite.

Desse domínio terrível, em que ela se viu encerrada tanto tempo, a humanidade finalmente se libertou um pouco, mas essa libertação é tão recente e tão incompleta que um atavismo muito pesado para aí incessantemente a impele.

Quando, após grandes esforços, o homem consegue evadir-se do terreno da crença, cumpre recordar-se de que dele não se aproximará nunca sem sofrer sua perigosa atração.

Numerosos sábios fizeram essa experiência. Mediante os seus instrumentos e métodos, julgaram que podiam escapar às influências suscetíveis de alucinar simplesmente, segundo pensavam, espíritos muito estreitos. Na realidade, foram tão facilmente iludidos quanto os mais humildes crentes. Toda a sua bagagem científica apenas serviu para dar a certas ilusões, das quais os próprios fieis não estavam muito convencidos, uma aparência de certeza que elas jamais teriam adquirido de outro modo.

3. A magia nos tempos modernos e os fenômenos de materialização

Perante os progressos das ideias científicas, a crença na magia se afigurava destruída. Os feiticeiros, despojados do seu prestígio, só achavam crédito em algumas aldeias obscuras.

Mas o amor do mistério, as necessidades religiosas que uma fé muito antiga alimentava mal, a esperança de sobreviver ao túmulo, são sentimentos tão vivos que não poderiam morrer. A magia antiga devia, ainda uma vez, reaparecer, mudando de nome sem sofrer notável modificação. Chama-se hoje ocultismo de espiritismo, os augures se denominam médiuns, os deuses inspiradores de oráculos se intitulam espíritos, as evocações dos mortos têm o nome de materialização.

Durante muito tempo a nova crença foi desdenhada pelos sábios; mas, há uns vinte anos que assistimos a este fenômeno muito imprevisto: eminentes professores tornam-se convencidos adeptos de todas as formas de magia. Assim, reputados antropologistas, como Lombroso, afirmam que evocaram as sombras dos mortos e com elas conversaram; ilustres químicos, tais como Crookes, dizem ter vivido meses com um espírito que diariamente se materializava e desmaterializava, professores de filosofia célebres, como Richet, declaram ter visto um guerreiro de capacete surgir espontaneamente do corpo de uma menina, físicos distintos, como d'Arsonval, referem que um "médium pode fazer variar, à vontade e de um modo considerável, o peso de um objeto". Vemos, enfim, ilustres filósofos,

como o sr. Boutroux, dissertarem em brilhantes conferências sobre os espíritos, as comunicações sobrenaturais, e afirmarem que “a porta subliminal é a abertura pela qual o divino pode penetrar na alma humana”.

É certo que outros sábios, igualmente ilustres, rejeitam essas observações, atribuíveis, no seu conceito, a simples alucinações, e eles se indignam contra o que chamam retorno às formas mais baixas da feitiçaria e da superstição.

Perante afirmações de tal maneira contraditórias, o público instruído fica perplexo e pergunta se é verdadeiramente possível que observadores hábeis se possam iludir tanto, e por que fatos que diversos observadores admitiam como certos jamais foram vistos por outros que operavam com as mesmas personalidades e em condições aparentemente idênticas.

Isso só se poderia, de fato, compreender, depois de um estudo profundo do mecanismo das crenças, assim como do papel que a sugestão coletiva e o contágio representam. Cumpre, enfim, saber que a ilusão se torna, em certas circunstâncias determinadas, bastante intensa para confundir-se com a realidade.

A fim de mostrar a ilimitada credulidade de certos sábios eminentes, desde que penetram no domínio da crença, vou escolher o fenômeno ocultista mais estudado por eles, o que é denominado das materializações. Veremos reputados fisiologistas admitir, sem hesitação, que um ser vivo se pode constituir instantaneamente com os

seus ossos, as suas artérias, os seus nervos, em uma palavra, com todos os seus órgãos.

Definamos, primeiramente, segundo os espíritas, em que consiste uma materialização.

“A palavra materialização”, escreve o Dr. Maxwell, “significa que um espírito, o de um morto ou mesmo o de uma pessoa viva, pode subtrair ao organismo do médium, o ‘fluido’, isto é, uma substância imponderável, suscetível, entretanto, de condensar-se e tornar-se matéria. Essa substância se agrega em matéria e se apresenta sob formas diversas, conforme a vontade da inteligência que a manipula. Ordinariamente é um corpo análogo a um corpo vivo que essa inteligência fabrica; lembra a forma que tinha, quando vivo, o defunto, se se trata de um morto. Tais corpos têm a denominação de materializados.”

Para os ocultistas, todos os órgãos são cercados de uma espécie de envoltório formado dessa substância sutil. Além do nosso corpo material, possuímos em duplicata, um “corpo astral”, por vezes separável do primeiro depois da morte. Ele se pode materializar, servindo-se dos elementos materiais de um corpo vivo, o do médium, por exemplo.

Naturalmente, as explicações dos espíritas sobre tal assunto são bastante confusas e variam com a imaginação de cada autor. Cumpre unicamente reter que do corpo de um ente vivo poderia instantaneamente surgir outro ser, possuindo os mesmos órgãos e não

o seu simples aspecto.

A famosa Katy King, de Williams Crookes, tinha, com efeito, um coração muito regular, e os pulmões do fantasma de capacete, materializado em presença do professor Richet, segregavam ácido carbônico como os de um ente ordinário, como se pode verificar, mediante a insuflação de ar num tubo banhado em água de barita. Se esses sábios, e aqueles de que falaremos mais adiante, não eram vítimas de fraudes — na verdade enormes — eles se podem glorificar de ter assistido a milagres análogos ao de Deus, no Gênese, ao fazer sair Eva do corpo de Adão.

Depois da demonstração de semelhantes prodígios não seria possível negar os da Bíblia. Infelizmente, cada vez que eles puderam ser examinados de mais perto, esses fantasmas revelaram a presença de fraudes de tal modo grosseiras que desdenháriamos, certamente, este assunto, se eminentes espíritos não tivessem sido iludidos.

As ilusões dos sábios acima referidos ou daqueles que, como Lombroso, afirmam haver evocado mortos e conversado com eles, invariavelmente se originam da sugestão e das fraudes.

Pode-se avaliar a influência das fraudes — sempre efetuadas na escuridão — pelo caso recente do célebre Miller, o qual fazia aparecer, sucessivamente, vários fantasmas, que conversavam com os assistentes e permitiam que os tocassem. Confiante em demasia na credulidade, aliás imensa, dos assistentes, ele negligenciou, finalmente, certas precauções e foi surpreendido em plena fraude. Os jornais espíritas que mais ardentemente o tinham sustentado foram obrigados

a confessar o seu erro.

Igualmente típico o caso de Ana Mothe, que entusiasmou Berlim, até ao dia em que hábeis agentes de polícia, tendo descoberto os seus estratagemas, a levaram ao tribunal, que a condenou a dezoito meses de prisão.

A sua história foi longamente referida pelo Dr. Maxwell, de quem transcrevo os seguintes pormenores. Aquele médium dava sessões públicas, durante as quais materializava as flores no espaço.

“Esses fenômenos estranhos se realizam, aliás, nos lugares mais diferentes e fora das sessões. Num café ela materializou um pedaço de bolo; nos jantares, a que assistia, caíam flores ao seu lado, outras lhe nasciam nas mãos, surgiam subitamente nas espáduas dos seus vizinhos.”

“Os fatos se passaram assim durante meses e anos. Aumentava o número de pessoas que Mme Rothe convertia, o espiritismo fazia progressos que inquietaram a corte e provocaram certas polémicas... Uma noite, por ordem do Prefeito de polícia, vários agentes surpreenderam o médium durante uma sessão e verificaram que as flores provindas, supostamente, de uma materialização, eram simplesmente flores naturais ocultas sob o vestido do médium.”

No decurso das numerosas sessões efetuadas no Instituto Psicológico de Paris, o médium Eusápia, percebendo a vigilância dos assistentes,

tentou muito poucas materializações. Conseguiu, entretanto, uma vez, desprender as mãos das dos seus observadores e contornou a cabeça de um dos homens com um braço que seria o de um fantasma, mas cuja origem logo se reconheceu.

Em Nápoles, sabendo que era menos observada e operando diante de uma assistência muito confiante, o mesmo médium realizou inconcebíveis prodígios.

Os fenômenos que vou citar passavam-se em presença do professor Bottazi, um dos mais eminentes sábios da Itália, que era auxiliado por distintos observadores. O relatório oficial que vamos resumir, foi publicado em extenso nos Anais das ciências físicas (agosto, setembro e outubro de 1907).

O sr. Bottazi e os seus auxiliares estavam persuadidos de que do corpo de Eusápia podiam sair um braço e uma mão invisíveis, que lhe permitiam levantar uma mesa de 22 quilos e deslocar numerosos objetos. O sábio fisiologista admitia, portanto, como se vê, a formação instantânea de membros invisíveis capazes de atuar como membros ordinários.

Além desses braços e dessas mãos invisíveis, o sr. Bottazi e os seus ajudantes garantiam ter visto surgir do corpo do médium materializações muito visíveis, principalmente uma cabeça. “Toda a gente”, disse ele, “viu a aparição; eu tive um frêmito em todo o corpo. Apareceram também dedos e mãos”.

Todas essas mãos visíveis ou invisíveis tinham tocado os assistentes e deslocado os elementos dos aparelhos registradores. Trouxeram à mesa vários objetos próximos ao médium, entre os quais um bandolim. Graças aos seus dedos invisíveis, Eusápia pode tirar sons do instrumento colocado a 60 centímetros dela, apoiar as mãos numa argila., mover o botão de uma lâmpada elétrica, etc. Eusápia, acrescenta o autor, “explora e apalpa tudo quanto se acha no gabinete, com as suas mãos mediúnicas”.

Na mesma sessão, o autor contempla “duas aparições de rostos humanos de cor natural, muito pálidos, quase diáfanos”.

Outros sábios conhecidos, o Dr. Venzano, o professor Morselli, etc., anunciam ter observado com o mesmo médium fenômenos análogos, principalmente “um vulto de mulher que tinha nos braços uma criança de cabelos muito curtos. O olhar da mulher estava voltado para cima, numa atitude de amor ao filho”. Interrogado, o médium declarou que a “forma da mulher era mãe de Mlle. Avellino, sendo seu neto a criança que ela trazia nos braços”. Durante essa materialização, a sala estava iluminada por uma luz de gás muito intensa.(12) Esta última particularidade mostra que a luz não impede o aparecimento dos fantasmas, como pretendem os espíritas. Basta que os assistentes possuam uma fé bastante forte. Creio, entretanto, com os médiuns, que a obscuridade é muito favorável ao desenvolvimento da crença.

O sr. professor Morselli, numa volumosa memória relativa aos fenômenos mediúnicos(13), transformada depois num grande livro,

afirma ter reconhecido a exatidão de todos os fenômenos precedentes e ainda de alguns outros. Fala-nos, sobretudo, do frio intenso emitido, algumas vezes, pelo médium. “E talvez”, diz ele, “um símbolo do frio dos túmulos, que se abrem para dar passagem aos defuntos?” “Ele” assistiu à “materialização de uma desencarnada que lhe era muito cara”, etc.

Numa entrevista publicada pelo jornal Le Matin, o sábio professor Lombroso assevera ter visto, materializada, sua mãe defunta, que com ele conversou.

Já disse acima que nas experiências efetuadas com o médium Eusápia, os resultados variaram conforme os países e os observadores. Na Itália, como acabamos de ver, foram maravilhosos, e jamais realizaram maiores milagres os mágicos das lendas. Na Inglaterra, os resultados foram nulos, porquanto a comissão nomeada para o exame desses fenômenos declarou que houvera fraude. Em França, o êxito oscilou segundo o meio e a mentalidade dos assistentes. Considerável nos meios mundanos, muito diminuto, ao contrário, nos meios científicos.

No decurso de uma entrevista publicada por vários jornais, o sr. d'Arsonval declarou considerar todos os fenômenos de materialização como “fraudes ou acrobacias”, e o Instituto Psicológico, depois de numerosas sessões, não pode observar nenhum em que a fraude deixasse de intervir.

A essa mesma conclusão chegou o sr. Dastre, membro da Academia de Ciências e professor de filosofia na Sorbonne. Examinamos juntos o

médium que tomara parte nas experiências do Instituto Psicológico. As sessões se realizaram no meu domicílio. Vimos, por várias vezes, quase em pleno dia, aparecer uma mão sobre a cabeça do médium, mas, fazendo observar as suas espáduas pelo meu preparador, que, mediante uma luz lateral podia seguir todos os movimentos, sem que o médium o suspeitasse, adquirimos logo a prova de que essas mãos materializadas eram, simplesmente, as mãos naturais do médium, libertadas da vigilância dos observadores. Desde que Eusápia percebeu que era suspeitada, a aparição de mãos cessou inteiramente e só recomeçou quando, cedendo ao desejo de alguns amigos crédulos, eu consenti em que eles assistissem a uma sessão, na qual, em virtude do número de pessoas, não pude exercer vigilância.

As conclusões deste capítulo se impõem muito facilmente para que precisem ser desenvolvidas. Tarefa, aliás, muito inútil. Os convencidos permanecerão convencidos, e os céticos continuarão a ser céticos. No domínio da fé, a razão não intervém.

4. Razões psicológicas da formação das crenças ocultistas

Observa-se o papel da sugestão e do contágio mental nos maravilhosos fenômenos que se prendem à magia e na sua influência sobre os espíritos mais eminentes.

Mas essa interpretação não poderia bastar. Para compreender a gênese

de práticas que persistiram em tantos povos através das idades e ainda subsistem, cumpre elevar-se a uma concepção mais geral e não tentar explicar com a razão o que absolutamente não depende dela.

A magia, sob todas as suas formas, deve ser considerada como uma manifestação desse espírito místico inseparável da nossa natureza e de que mostramos a força.

Fundadores de religiões, feiticeiros, magos, adivinhos, propagadores de tantas ilusões que têm encantado ou aterrado nossos país e sempre reaparecem, são os sacerdotes de uma deusa poderosa que domina todas as outras e cujo culto parece eterno.

Consideremos pelo pensamento, através do tempo e do espaço, os milhares de edifícios sacros erguidos em 8000 anos nas grandes cidades e procuremos discernir que forças misteriosas fizeram edificar sem tréguas esses templos, esses pagodes, essas mesquitas, essas catedrais, em que se acumulam as maravilhas da arte.

Descobre a explicação disso quem pesquisa o que pediam os homens aos deuses, de aspectos tão diversos, que eles aí invocaram. Um sentimento idêntico visivelmente sempre os animou. Os povos de todas as raças adoraram, sob nomes diversos, uma única divindade: a Esperança. Todos os seus deuses eram, pois, um só Deus.

Capítulo III — Métodos de Exame Aplicáveis ao Estudo Experimental de Certas Crenças e de Diversos Fenômenos Supostamente Maravilhosos

1. Insuficiência dos métodos habituais de observação

As ilusões de que foram vítimas os sábios dedicados ao estudo dos fenômenos espíritos mostram que os métodos de investigação, utilizáveis no domínio do conhecimento, já não o são no terreno da crença.

São impraticáveis porque o sábio se acha, então, em condições inteiramente excepcionais. Cumpre-lhe, com efeito, combater incessantes fraudes, alheias às suas experiências ordinárias e lutar contra as ilusões que lhe são sugeridas.

O método de estudo dos fenômenos que servem de base a certas crenças deve, portanto, ser inteiramente renovado, a fim de permitir que se obtenham alguns resultados. Como o assunto sai um pouco dos limites desta obra, limitar-me-ei a indicar, em breves termos, por que os métodos até aqui empregados são destituídos de valor e a que

assuntos se aplica de um modo útil a experiência.

Observar-se-á, primeiramente, que os crentes nos fenômenos ocultistas afirmam que eles não se podem reproduzir à vontade, não se achando, por conseguinte, submetidos a nenhum determinismo. As potências superiores criadoras de tais fenômenos não obedecem aos nossos caprichos. Júpiter lança o raio quando lhe apraz, Netuno desencadeia as tempestades sem atender ao desejo dos navegantes.

A impossibilidade de prever um fenômeno não impede, de maneira alguma, o seu estudo científico, quando ele se manifesta. Essa primeira dificuldade não é, portanto, considerável. Outras, muito mais graves, se vão apresentar.

2. Valor do testemunho e da observação no estudo das crenças

Em história, o método de estudo é o testemunho. Em matéria científica, a experiência e a observação servem de guia.

Ora, para os fenômenos ocultistas, o primeiro método consiste em rejeitar inteiramente o testemunho e lembrar que a observação assim como a experiência são unicamente utilizáveis em circunstâncias excepcionais.

Por que se elimina o testemunho, mesmo quando as observações são numerosas e concordes?

Simplesmente porque a história da maior parte dos fenômenos maravilhosos prova que milhares de observadores afirmam a existência de fatos, mais tarde considerados como alucinações individuais ou coletivas. As cenas do sabbat, às quais, através dos ares, foram assistir legiões de feiticeiros, são, como já disse, atestadas por unânimes testemunhos consignados em inúmeros processos. Muitos poucos fatos históricos se apoiam em semelhante documentação; ninguém, entretanto, ousaria sustentar, nos nossos dias, a existência real dos fenômenos de feitiçaria. As aparições sobrenaturais atestadas por centenas de espectadores não são hoje consideradas como dotadas de uma existência mais certa.

O testemunho, como método de estudo dos fenômenos maravilhosos, deve, portanto, ser completamente rejeitado, e pelo mesmo motivo a observação individual permanece sem valor. Em semelhante assunto, a sugestão parece ser uma lei constante. Ela atua, sobretudo, quando, sob a influência da atenção expectante, o observador julga ter reconhecido um esboço de fenômeno.

Desencadeia-se, então, uma série de alucinações, que facilmente se aceitam como realidades. Ouçamos sempre, benevolmente, os crentes, para não os molestar, mas não acreditemos nas suas narrações milagrosas.

Concebe-se a extrema dificuldade do estudo dos fenômenos maravilhosos, quando se sabe a que ponto é difícil a exata observação dos fatos mais simples.

“Não é tão fácil quanto se supõe”, escreve o professor Beaunis, “limitar-se a verificar um fenômeno. Temos todos, a despeito da nossa vontade, uma tendência em deformar os fatos que observamos, a submetê-los às nossas ideias, aos nossos hábitos mentais, à nossa maneira de ver. A observação perfeita é coisa raríssima. O médico que interroga um doente sabe quanto é difícil obter que ele diga o que sente e só o que sente. Tomai dez testemunhas do mesmo fato, cada qual, e de muito boa fé, o referirá de um modo diferente”.

3. Valor da experiência individual e coletiva

Eliminados o testemunho e a observação como meio de estudo, resta a experiência.

Em assuntos vulgares, o seu emprego seria fácil; mas, aplicada a fenômenos vistos através do prisma da crença, longe de esclarecer, ela só contribui, as mais das vezes, para fixar erros. A experiência pode ser bem executada; mas que utilidade apresenta quando aplicada a fatos simulados ou invisíveis para o observador colocado na obscuridade? Não se obtém nenhuma verificação eficaz quando se dispõem, habilmente, aparelhos registradores destinados a indicar o deslocamento de um objeto, que o médium, oculto por uma cortina, manipula à sua vontade.

Em matéria de ocultismo, as condições de experimentação apresentam tal dificuldade que os sábios, desejosos de tratar dessa questão, se reúnem na esperança de que as suas luzes individuais se adicionarão, o que é, aliás, uma suposição muito inexata.

As pessoas um pouco familiarizadas com a psicologia das multidões sabem como é diminuta a utilidade dos inquéritos coletivos. Os observadores transmitem sugestão uns aos outros e perdem inteiramente o espírito crítico; o nível de sua credulidade aumenta e eles chegam apenas a conclusões incertas. Não creio que uma só grande descoberta haja sido feita por uma coletividade. Se alguma se realizar no domínio do ocultismo, ela será certamente devida a um sábio isolado, que só terá, em seguida, o trabalho de mandar verificá-la.

Todos os inquéritos relativos ao ocultismo empreendidos na Inglaterra, em França e na Itália, nada adiantaram e amplamente justificaram as reflexões precedentes. Conforme a mentalidade dos assistentes e o seu grau de sugestibilidade, o mesmo médium foi considerado como um vulgar embusteiro ou, ao contrário, como possuidor de poderes tão maravilhosos quanto os que foram outrora atribuídos ao diabo pela feitiçaria.

O mais importante desses inquéritos, tanto pelo tempo e pelo dinheiro despendido quanto pela qualidade dos observadores, foi o que organizou o Instituto Psicológico de Paris. Os resultados não foram brilhantes, apesar dos 25.000 francos sacrificados e das 43 sessões consagradas às experiências.

Sobre quase nenhum dos fenômenos os observadores conseguiram um completo acordo. Somente, e no tocante à levitação, o relator se mostrou um pouco afirmativo, mas as experiências revelaram que as convicções se apoiavam em bases extremamente frágeis. Os membros da comissão de exame viram-se obrigados, não obstante a sua evidente benevolência, a reconhecer inúmeras fraudes.

Conquanto longo e custoso, esse inquérito não esclareceu, por forma alguma, o assunto. Depois de haver assistido à maior parte das sessões do Instituto Psicológico, o eminente físico Branly me escrevia: "O que vi, não me convenceu".

4. Necessidade de dissociar os fenômenos e praticar apenas o exame de um elemento isolado. Aplicação ao estudo da levitação

O completo insucesso do dispendioso inquérito do Instituto Psicológico demonstra claramente, como eu dizia, ao começar, o medíocre valor dos atuais métodos de estudo. Considero que ao invés de dispersar a sua atenção por uma multidão de fenômenos acessórios, o observador se deve consagrar um deles, isto é, tomar um fato bem circunscrito, bem isolado, e incansavelmente estudá-lo com aparelhos registradores, independentes da sua ação, até que tudo se demonstre de modo completo.

Como ninguém houvesse, aparentemente, percebido a utilidade desse princípio, resolvi aplicá-lo a um caso isolado, nitidamente definido: a suspensão de um corpo sem contato. Depois do exame do médium Eusápia, com o auxílio do professor Dastre, restavam-nos no espírito algumas dúvidas sobre esse ponto.

Os fenômenos de levitação nada têm, aliás, que seja contrário à razão. Um médium poderia possuir uma força particular suscetível de atrair os objetos, como o ímã atrai o ferro. Mas, antes de dissertar sobre essa força, parecia útil demonstrar a sua existência.

Para fixar as minhas dúvidas quanto à possibilidade das levitações, resolvi apelar para todos os médiuns que pretendiam possuir essa faculdade. Com o concurso do príncipe Roland Bonaparte, membro da Academia de Ciências, e do Anais das Ciências Psíquicas, instituí um prêmio de 2.000 francos, destinados ao médium que deslocasse um objeto sem contato. Para que a ideia desse prêmio chegasse ao conhecimento de todos os interessados, recorri à publicidade de um jornal importante, Le Matin. O meu artigo foi, aliás, reproduzido pela maior parte dos grandes jornais do universo.

Se a experiência que eu propunha se houvesse realizado teria constituído uma prova definitiva, ao abrigo de toda a discussão. Devia efetuar-se em pleno dia, no laboratório do professor Dastre, na Sorbonne, em presença de dois prestidigitadores, de um fotógrafo encarregado de cinematografar os pormenores do acontecimento, e enfim de quatro membros da Academia de Ciências, simplesmente

incumbidos de verificar em que condições os fenômenos se tinham realizado.

Não se podia objetar às condições precedentes que os fenômenos de levitação somente se produzem na obscuridade, tinham renunciado a essa exigência. O sr. Maxwell não cessa de insistir, no seu livro, na possibilidade de obter os fenômenos de levitação em plena luz. O sr. Boirac, reitor da Academia de Dijon, afirma também ter, por várias vezes, à luz, atraído uma mesa, sem tocar. Porque, gozando de tão curiosa propriedade, não quis obter o prêmio de 2.000 francos?

O anúncio desse prêmio valeu-me, naturalmente, a recepção de muitas centenas de cartas, porém somente cinco médiuns se apresentaram para ganhá-lo. Referi-lhes as condições acima indicadas prometendo, aliás, o número de sessões que quisessem. Disseram-me que voltariam. Não os tornei a ver.

Conquanto o médium Eusápia tenha cessado de obter, desde que uma vigilância séria foi exercida, o deslocamento do prato de um pesa-cartas, que exige uma força muito inferior a um grama, os espíritos não hesitaram em afirmar que os médiuns conseguem deslocar sem contato pesos de cerca de 200 quilogramas.

“O fenômeno da levitação das mesas representa o ‘a, b, e’ de espiritismo”, diz o professor Morseff, “Nesse particular, já não há dúvida possível! A mesa se levanta inteiramente só, sem estratégias nem embustes e fica suspensa até 78 segundos... Aqui em Gênova um jovem poeta, excelente médium, imprimiu movimento a uma caixa que

pesava 180 quilos.”

É lamentável que esse jovem poeta, capaz de deslocar 180 quilogramas sem os tocar, não tenha tentado alcançar o prêmio de 2.000 francos, erguendo somente alguns gramas.

Creio ter prestado um grande serviço demonstrando quanto é raro o fenômeno da levitação, que os espíritas julgam tão simples, admitida a hipótese de que ele se possa produzir, do que não temos absolutamente prova alguma.

O Instituto Psicológico quis também verificar os fenômenos de levitação. Nesse intuito, teve imenso trabalho, mas, infelizmente, nenhuma das experiências executadas e, sobretudo, as fotografias apresentadas em apoio dessas experiências puderam convencer.

Mais felizes, os sábios italianos contemplaram Eusápia suspensa no ar “por mãos espíritas”.

Lombroso, depois de haver obtido favor especial de conversar com a sombra de sua mãe, mostra-se muito categórico nesse ponto. Eis como se exprime numa entrevista publicada pelo *Matin*:

“Um fenômeno extraordinário foi observado quando Eusápia, tendo-se sentado, com as mãos e os pés atados, começou muito lentamente a elevar-se até chegar ao plano da mesa e sentar-se. Sob as suas axilas, apenas se viam duas mãos espíritas que a ajudavam. Essa experiência foi seriamente fiscalizada”. É permitido duvidar da fiscalização, mas não da robusta fé dos observadores.

Os espíritos, cujas “mãos espíritas” ajudam Eusápia a levantar tão facilmente o seu próprio peso ou mesas muito pesadas, obstinadamente lhe recusam auxílio, logo que desagradáveis céticos examinam as coisas de muito perto. No Instituto Psicológico, ela havia feito descer, à distância, um pesa-cartas, e as convicções começavam a formar-se, conquanto ela houvesse sido surpreendida várias vezes a abaixar o prato da balança com um tênue fio de cabelo entre os dedos. Continuando a suspeitar a fraude, um assistente tomou a precaução de revestir de negro de fumo o prato da balança, assim como o fiel e o índice do pesa-cartas. Qualquer contato de fio ou de cabelo devia revelar-se imediatamente por um traço deixado na fuligem. A contar desse momento, e em todas as experiências subsequentes, Eusápia não pôde atuar uma só vez, à distância, sobre o pesa-cartas.

Ela tentou variar o seu peso em presença do Instituto Psicológico e, efetivamente, diz o relator, a balança indicou uma diminuição de peso, mas o gráfico dado pelo aparelho registrador parece ser muito incerto, porquanto o relator acrescenta: “Devemos nós concluir daí que Eusápia exercia naquele momento pressão com as mãos sobre a mesa?”

É pena que, tendo estudado tanto tempo esse médium, os observadores jamais tenham a ideia de repetir essa importante experiência a fim de formar uma convicção positiva ou negativa.

As tentativas dos membros da comissão do Instituto Psicológico para fixar, pela fotografia, a levitação de uma mesa, não tiveram êxito, o que prova, ainda uma vez, o diminuto valor das experiências coletivas.

“Não obtivemos”, diz o relator, “fotografias de completa levitação, em que os quatro pés da mesa sejam inteiramente visíveis. Uma única fotografia foi tomada, de súbito, em plena obscuridade. A mesa tinha-se erguido apenas em dois pés. Parece manifesto, aliás, pelo exame da posição das mãos do médium, que essa levitação é inteiramente normal. A palma da mão esquerda de Eusápia toca o ângulo da mesa, que ela parece erguer; quatro dedos da sua mão direita são fortemente apoiados perto do ângulo oposto. A sinergia das mãos para produzir ou manter essa levitação é visível.”

É em todo o caso certo, hoje, que o mais simples dos fenômenos invocados pelos espíritas, a levitação de um objeto, não pode ser nitidamente obtido. Eis algumas passagens do artigo pelo qual fiz conhecer as consequências do concurso que eu tinha fundado.

“Os leitores do *Matin* sabem que, como o concurso do príncipe Roland Bonaparte e do Dr. Daviex, propôs um prêmio de 2.000 francos ao médium capaz de levantar, em pleno dia, sem o tocar, um objeto colocado sobre uma mesa. Tendo tido uma repercussão considerável, em França e no estrangeiro, o artigo que continha essa proposta, não se pode supor que um só espírito o haja ignorado.”

“Recebi, aliás, muitas centenas de cartas que me relatavam maravilhosas histórias, porém apenas cinco candidatos se ofereceram para realizar a experiência. Depois de terem discutido

as condições expostas, que aceitaram, eles prometeram voltar. Nenhum reapareceu. A experiência pareceu-lhes, pois, evidentemente, irrealizável.”

“Os espíritas se consolam desse insucesso manifesto assegurando que os fenômenos de levitação foram observados muitas vezes. Um deles afirmava neste jornal que, há quarenta anos, se viram espírito erguer uma mesa carregada de 75 quilogramas de pedras. Essa operação indica, evidentemente, nos espíritos, um grande vigor que consola um pouco da lamentável pobreza das suas revelações. Resta a saber, entretanto, por que os médiuns, capazes, há quarenta anos, de erguer 75 quilogramas, já não podem levantar hoje alguns gramas? Ganhar dois mil francos em dois minutos e estabelecer um ponto importante da ciência era, contudo, bastante tentador.”

“O único argumento ainda utilizável pelos espíritas é o testemunho de eminentes sábios, que afirmam ter observado fenômenos de levitação e numerosos outros muito mais maravilhosos. Acrescentam que não se tem o direito de declarar previamente que uma coisa é impossível.”

“Concedo de bom grado este último ponto. É possível que Minerva tenha saído inteiramente armada do cérebro de Júpiter e a lâmpada maravilhosa de Aladim tenha existido. Admitir-se-á, contudo, penso eu, que parecendo esses fenômenos pouco prováveis, seriam necessárias provas decisivas antes de admiti-los.”

“Assim, quando um sábio como Lombroso afirma ter visto materializar-se, diante dele, a sombra de sua mãe e conversado com ela; quando um fisiologista célebre assegura que um guerreiro armado de capacete saiu do corpo de uma menina; quando um magistrado eminente pretende ter visto materializar-se, sob os seus olhos, uma mulher ‘de maravilhosa beleza’, que lhe declarou ser simplesmente uma fada; quando, digo eu, todos esses fenômenos e muitos outros são anunciados, temos o direito de ficar um pouco céticos, por maior que seja a autoridade dos sábios que os afirmam. Esse direito é mesmo um dever, pois os referidos milagres são tão extraordinários quanto os da feitiçaria da idade-média. É um tanto vergonhoso voltar agora a esse assunto. Para que aí nos resignemos, cumpre que haja provas mais convincentes do que aquelas com que se contentam os modernos adeptos da magia.”

“O nosso inquérito sobre o espiritismo não terá sido inútil. Mostrou a prodigiosa extensão de uma religião nova, à qual se consagram alguns eminentes sábios, incapazes de viver sem crenças. Os deuses morrem algumas vezes, mas a mentalidade religiosa sempre lhes sobrevive.”

5. Quais são os observadores mais aptos a estudarem os fenômenos espíritas?

Chego agora a um ponto inteiramente capital e em que me cumpre

insistir. Refiro-me à qualidade das pessoas em condições de verificar os fenômenos espíritas.

Um erro muito generalizado é o que consiste em imaginar que um sábio, distinto na sua especialidade, possui por essa única razão uma aptidão particular na observação dos fatos alheios a essa especialidade, principalmente aqueles em que a ilusão e a fraude desempenham um papel preponderante.

Vivendo na sinceridade, habituados a crer no testemunho dos seus sentidos, completados pela precisão dos instrumentos, os sábios são, na realidade, os homens mais facilmente iludíveis. Acho um exemplo muito curioso dessa facilidade na relação seguinte, publicada pelos Anais das Ciências Psíquicas.

“Tendo convocado uma reunião de distintos observadores, entre os quais um dos primeiros sábios da Inglaterra, o ar. Wallale, o sr. Davey executa, diante deles, e depois de ter permitido o exame dos objetos e a aplicação voluntária de carimbos, todos os fenômenos clássicos dos espíritos: materialização dos espíritos, escrita em ardósias, etc. Tendo, em seguida, obtido desses distintos observadores relatórios escritos, nos quais afirmavam que os fenômenos observados não se tinham podido realizar por meios sobrenaturais, o sr. Davey lhes revelou que esses fenômenos eram o resultado de embustes muito simples. Os métodos inventados pelo sr. Davey eram tão elementares que causa estupefação a sua audácia em empregá-los; ele possuía, porém, tal poder sobre o

espírito da multidão que a podia persuadir de que ela via o que não via.”

É sempre o efeito da sugestão. E o fato de influenciar espíritos superiores, previamente prevenidos, mostra a sua força prodigiosa.

Os fenômenos do espiritismo não poderiam, portanto, ser eficazmente observados por sábios. Os únicos observadores competentes são os homens habituados a criar ilusões e por conseguinte, a desvendá-las, isto é, os prestidigitadores. E muito lamentável que o Instituto Psicológico não o tenha compreendido. Com o seu auxílio, uma grande parte dos 25.000 francos, inutilmente despendidos em insignificantes experiências, teria sido, certamente, economizada.

Não se ignora, aliás, como é extrema a desconfiança professada pelos crentes com relação aos prestidigitadores. Dir-se-ia que eles receiam perder as ilusões. O Sr. professor Binet tinha proposto ao Instituto Psicológico apresentar, gratuitamente, hábeis prestidigitadores. A contar desse dia, evitou-se cuidadosamente convocá-lo, como ele próprio me escreveu. (14)

Deve-se, lamentar, repito, que o Instituto Psicológico haja manifestado tão má vontade relativamente aos prestidigitadores. Que razão podiam motivar uma recusa tão persistente do concurso dos únicos observadores capazes de desvendar as fraudes? Como não reconheceu a comissão a utilidade da colaboração de homens habituados a provocar as ilusões. Os ingleses se tinham mostrado mais judiciosos. Nas memoráveis sessões da Society of Psychological Researches, foi um

prestidigitador, o Sr. Maskeline, quem descobriu as fraudes do médium que tinha tomado parte nas experiências do Instituto Psicológico.

Não sendo os verdadeiros crentes influenciáveis por um raciocínio, seria inútil discutir com eles. Mas, ao lado desses agita-se a imensa legião dos simples curiosos, dos meio-convencidos. Foram-lhes referidos fatos que os surpreendem. Eles creem um pouco, mas com a vaga consciência de que admitem coisas duvidosas, afirmadas por pessoas que só têm a fé em seu favor.

Tais espíritos desejam ardentemente que sejam estudados, mediante processos indiscutíveis, fenômenos que poderiam, talvez, revelar um pouco o desconhecido. Desse estado de espírito tenho a prova num juicioso artigo publicado por uma revista teosofista, Os Novos Horizontes, e de que extraímos um trecho:

“Prepara-se, agora, um acontecimento de primordial importância na história da evolução humana. Ele nos é anunciado pelo sr. Gustave le Bon.”

“Trata-se nada menos que da pesquisa de um método experimental particular, destinado ao estudo da gênese das crenças; o que equivale ao reconhecimento, pelo espírito científico, do indestrutível espírito de religiosidade na mentalidade humana. Isso acarreta a sua admissão, pela ciência, como fato positivo e como objeto de ciência, para o qual, contudo, é necessário um método experimental particular; porquanto as leis da sua manifestação são diferentes daquelas que regem os fatos físicos.”

“Quaisquer que sejam os móveis que determinam a ciência a adotar essa nova atitude com relação ao sentimento religioso e à crença, não é peculiar afirmar que ela marca o começo de uma nova fase na história da era de liberdade.”

“Desde que o estudo da gênese das crenças está admitido como objeto de ciência e fato positivo e que se acha iniciada a pesquisa de um método experimental particular para a observação dos fenômenos que lhe são relativos, já não se pode tratar, relativamente a eles, de opinião pessoal ou de ideia preconcebida. E de um modo científico, imparcial, impessoal e objetivo que cumpre, doravante, tratar desse assunto.” (L. Martial)

Os métodos de estudo dos fenômenos supostamente sobrenaturais implicam, como acabo de mostrar, condições particulares. Por tê-las ignorado, numerosos observadores eminentes foram vítimas dos mais pesados erros.

Não dispondo eles de nenhum meio suscetível de verificar experimentalmente os antigos milagres, era muito interessante estudar cientificamente aqueles que nos são oferecidos por uma religião nova. Depois de haver mostrado com que facilidade eles se dissipam, desde que é exercida uma vigilância um pouco cuidadosa, vamos pesquisar o que uma experimentação bem orientada poderia ensinar relativamente a certos fenômenos que merecem um estudo atento.

Capítulo IV — Estudo Experimental de Alguns Fenômenos Inconscientes Geradores de Crenças

1. Experiências a efetuar para o estudo da formação das opiniões e das crenças

Os capítulos precedentes desvendaram o papel que, na formação das crenças, têm a sugestão, o contágio mental e diversos fatores da mesma ordem, alheios à inteligência. A adoção de crenças quiméricas por muitos sábios modernos elucida a gênese das grandes religiões, que se têm sucedido na história.

Mas, se os métodos experimentais, que indicamos, determinassem somente os resultados negativos, precedentemente formulados, a sua utilidade seria mínima. Vamos mostrar agora que do conjunto de erros acumulados pelos modernos sectários da magia, seguros métodos permitem extrair; e depois completar certas informações suscetíveis de esclarecer um pouco essa obscura região do inconsciente em que se elaboram as nossas crenças.

Sendo o assunto ainda muito novo, nós nos deveremos limitar a breves indicações, cujo principal objetivo será traçar o caminho a seguir.

2. As ações fisiológicas e curativas da fé

Entre os assuntos de estudo experimental relativos à influência das crenças, assinalarei, primeiramente, a influência das relíquias, das peregrinações, das águas milagrosas, etc. A sua eficácia, admitida pelos crentes de todas as religiões, parece atentada por milhares de ex-voto suspenso, desde a mais alta antiguidade, às paredes dos templos de todos os deuses.

Está hoje mais ou menos demonstrado que as peregrinações, levando milhares de crentes tanto a Meca quanto a Lourdes, ou às margens do Ganges, não lhes foram sempre inúteis. As forças misteriosas do inconsciente, postas em jogo por uma fé ardente, muitas vezes se revelam mais pujantes que os meios de que dispõe a terapêutica.

Julgo que é do mais elevado interesse, porquanto pode desvendar imprevistos horizontes à fisiologia, pôr nitidamente em evidência os limites das influências que consegue determinar no organismo a sugestão produzida pelas preces, pelas relíquias, pelos amuletos, etc.

Sem dúvida, durante muito tempo ainda, esse estudo capital não poderá ser seriamente iniciado. As curas, qualificadas de milagrosas, só foram até aqui examinadas por céticos intransigentes ou crentes irreduzíveis. Ora, essas duas formas de mentalidade paralisam, igualmente, a faculdade de observar. E como o cético nesses assuntos se torna facilmente um crente, por vezes sem consciência disso, vê-se que não é fácil chegar a conclusões muito nítidas.

Todos esses fenômenos, outrora negados ou afirmados sem nenhuma prova experimental, permaneciam confinados no campo da crença e recusava-se levar isso em conta. Nada parecia mais absurdo do que as promessas desses taumaturgos, que proclamavam os efeitos de águas milagrosas, de pós mágicos, de relíquias, de anéis encantados, etc.

Mas os estudos modernos referentes à autossugestão nos provaram que as asserções de todos esses sonhadores não eram vãs. Muitas vezes, curaram, fortaleceram, alentaram, consolaram. As precisões científicas não tiveram sempre a utilidade de certos erros.

Existem no organismo forças desconhecidas postas em jogo pela imaginação? Ainda não é possível afirmá-lo. Poder-se-ia, talvez, formular a seguinte hipótese: já que uma ideia, isto é, uma representação mental, realiza certo estado psicológico, a fixação prolongada de uma ideia consegue, talvez, determinar inversamente o estado fisiológico que lhe corresponde. Para obter uma cura, bastaria então criar certas representações mentais muito fortes.

Esse fato fora, aliás, pressentido desde muito tempo. No seu tratado "De incantationibus", publicado em 1525, o filósofo italiano Pompanazzi já notava que ossos de quaisquer animais, vendidos como relíquias de santos célebres, curavam tão bem quanto as verdadeiras relíquias.

A cura pela fé foi numerosas vezes utilizada nos nossos dias pelo célebre médico Charcot.

3. As ilusões criadas pelas sugestões individuais e coletivas

Não seriam demasiadas as experiências que se fizessem sobre esse assunto de modo a completar as que espontaneamente se efetuam. É tal a força da sugestão, como vimos, que eminentes físicos acreditaram durante dois anos na existência de raios particulares, que subitamente se tinham tornado invisíveis para eles, desde que souberam que ilusões os tinham enganado.

A sugestão faz aceitar os mais inverossímeis fenômenos, tais como as instantâneas materializações de seres vivos. O ilustre químico Crookes acreditou, assim, na existência de um fantasma emanado do médium, a famosa Katy King, e que era o próprio médium. Ela foi, mais tarde, surpreendida em flagrante delito de fraude, quando quis repetir em Berlim os fenômenos que tinham iludido o célebre sábio inglês.(15)

Não possuem, por acaso, certos indivíduos uma força de sugestão particular, que lhes permite exercer uma grande ação naqueles que os cercam? Alguns fatos aparentemente o demonstram. Assim se explicariam os fenômenos de levitação executados em público, atribuídos aos faquires da Índia, e que, aliás, nunca tive ocasião de observar nas minhas viagens.

Essa hipótese elucidaria igualmente o papel de certos médiuns e a diferença dos efeitos que eles produzem, conforme o grau de sugestibilidade dos assistentes.

Nas experiências espíritas, a influência da sugestão é inteiramente predominante. Os seus próprios autores aliás o reconhecem.

“Os experimentadores”, escreve Maxwel, “verdadeiramente se sugestionam uns aos outros e acabam por ter curiosas alucinações sugestivas... Sucedeu-me ouvir um assistente indicar que via um clarão numa direção determinada. Os outros, por seu turno, olharam e viram. Mais de um declarou que percebia uma forma; logo, outras pessoas distinguiram igualmente uma forma. E de exclamação em exclamações, a descrição da forma completou-se. Assistia-se à gênese de uma alucinação coletiva... A minha experiência pessoal demonstrou-me que o sentido da vista era o mais sujeito a essas impressões imaginárias.”

A força dessas sugestões é, algumas vezes, prodigiosa. Os feiticeiros da Idade Média eram tão completamente alucinados por elas que aceitavam a fogueira como expiação das suas faltas imaginárias.

A mentalidade dos observadores modernos, inclusive os mais sábios, parece ser, nesse ponto, muito semelhante à dos feiticeiros. Salvo raríssimas exceções, eles não reconhecem absolutamente ter sido iludidos; isso lhes seria, aliás, impossível. Ninguém se liberta facilmente do ciclo da crença. As sugestões aí se encadeiam e acabam por invadir todo o domínio do entendimento.

O professor Grasset descreveu muito bem, no trecho seguinte, esse estado de espírito:

“Um fato curioso a assinalar é a maneira pela qual os experimentadores se sentem arrastados desde que se dedicam a esse gênero de estudos e a evolução que sofre a sua mentalidade.”

“...Lombroso, que começa a sua memória por experiências muito precisas e limitadas com o cardiógrafo, refere-se, em seguida, no trabalho, a fantasmas e aparições de mortos, a autolevitações como a de Home, que gira horizontalmente em torno de todas as janelas de um palácio, e à dos dois pequenos irmãos de Ruvo, que percorrem 45 quilômetros em 15 minutos, seres ou restos de seres que, para adquirirem uma consistência completa, devem, ao se encarnar, receber momentaneamente uma parte da substância do médium, naquele momento adormecido, quase agonizante.”

“... O contato dos fenômenos do ocultismo faz esquecer aos melhores as regras elementares do método científico.”

Essa receptividade mental particular varia conforme os indivíduos e as raças. O mesmo médium observado na Inglaterra, em França e na Itália dá resultados muito diferentes. Nulos, muitas vezes, na Inglaterra, medíocres em França, inteiramente maravilhosos na Itália.

A leitura do relatório do Instituto Psicológico de Paris no tocante ao médium Eusápia mostra, dum modo eloquente, pelo exemplo que vamos citar, a notável ação sugestiva que certos médiuns exercem nos assistentes, sem exceção dos mais sábios.

Eusápia, diz o relator, pede ao sr. D'Arsonval que tente erguer uma

pequena mesa, o que ele facilmente faz; veda-lhe, em seguida, que o faça o sr. D'Arsonval não consegue deslocar o objeto. "Parecia pregado ao solo". Eusápia coloca de novo o cotovelo sobre a mesa, e o Sr. D'Arsonval ergue a mesa sem dificuldade. Alguns instantes, após, Eusápia diz ao objeto: "Sê leve" e o Sr. D'Arsonval mais facilmente ainda o levanta.

Essa experiência, que os magnetizadores profissionais facilmente conseguem nas feiras, escolhendo os seus "motivos" entre os neuropatas da assistência, demonstra simplesmente o poder sugestionante de certos médiuns.

Pergunto, entretanto, como, admitindo o sábio acadêmico que um indivíduo possui a força milagrosa de fazer variar o peso dos corpos em imensas proporções, "não teve a ideia de verificar esse fenômeno por meio de uma balança". Os experimentadores do Instituto Psicológico tentaram uma vez essa experiência, mas em condições tais que se viram obrigados a reconhecer os resultados poucos probantes. Quando se vê semelhante fenômeno, não é uma vez, porém mil que o cumpre repetir.

É infinitamente provável que o sr. d'Arsonval, supondo, sob a influência da vontade de Eusápia, observar as variações de peso de um corpo, teve uma ilusão análoga à que se deu com os raios N, às quais lhe inspiraram uma conferência entusiástica, na qual afirmou a realidade de todos os fenômenos anunciados. A facilidade com que foi então sugestionado, assim como todos os físicos franceses, é uma das mais

eloquentes provas que se podem apresentar do papel da sugestão na gênese das crenças.

4. Transformação das almas individuais numa alma coletiva

O estudo da formação de uma alma coletiva, durável ou momentânea, é um dos assuntos obscuros da psicologia, um daqueles em que cumpre apenas observar.

Podemos somente dizer com certeza que as multidões põem em comum os seus sentimentos e não a sua inteligência. A propriedade contagiosa dos sentimentos nos explica porque homens reunidos adquirem logo os caracteres de uma multidão. Forma-se imediatamente aí uma alma coletiva, em que uma personalidade conduz as outras.

Tem esse contágio um substrato físico, tal como seria, por exemplo uma espécie de irradiação de uma natureza especial? Seria impossível dizê-lo.

É difícil descobrir o meio experimental que conduz à solução de semelhantes problemas. Possuímos apenas alguns indícios. Entre eles, devemos incluir talvez o estudo dos fenômenos das mesas denominadas girantes.

Está desde muito tempo provado que os movimentos dessas mesas são devidos às impulsões inconscientes dos operadores. Mas por que gira a

mesa sempre num sentido determinado, sem ser contrariada por impulsões diferentes? Porque, tocando no solo, de um modo que corresponda a certas letras do alfabeto, e colocada sob as mãos dos diversos indivíduos que a cercam, para a mesa no momento necessário, como se obedecesse a uma vontade única?

É que, precisamente, ela obedece a uma única vontade: à de uma personalidade imposta inconscientemente aos outros operadores. Sob a sua influência as almas individuais se agregaram momentaneamente, para formar uma alma coletiva ligada à sua.

Diversos observadores já chegaram a uma conclusão análoga. Eis, por exemplo, o que escreveu um deles nos Anais das Ciências Psíquicas (16 de dezembro de 1909):

“A força motriz da mesa é totalmente alheia a qualquer intervenção sobrenatural. Pela formação da cadeia das mãos dos experimentadores, eles desprendem uma força que determina os movimentos da mesa, ditados pela vontade de um deles, a despeito dos outros, por uma espécie de hipnotismo coletivo. A vontade consciente de cada qual que é substituída por uma vontade coletiva quase inconsciente e cada qual fica plenamente de posse das suas faculdades intelectuais para tudo quanto é alheio à experiência.”

É inútil insistir nesse esboço de explicação. O fenômeno constituído pelo nascimento, pela evolução e pela dissolução de uma alma coletiva é um dos enigmas da psicologia. Ela pode apenas afirmar que essa

alma coletiva sempre desempenhou um papel essencial na vida dos povos.

5. As comunicações de pensamentos

A grande dificuldade generalizada dos problemas relativos à crença enumerados neste capítulo aparece quando se observa que os mais simples ainda permanecem obscuros. O fenômeno da comunicação de pensamentos se acha precisamente nesse caso. Em virtude do seu grande interesse, mereceria, entretanto, experiências precisas.

Muitos fatos, que, aliás, cumpre verificar, parecem indicar a possibilidade de tal transmissão. Os dois cérebros em relação seriam, então, comparáveis a dois diapasões, que vibrassem em uníssono, assimilação certamente grosseira, mas destinada a tornar um pouco inteligível um fenômeno que absolutamente não o é.

São sobretudo as experiências com os fenômenos e os médiuns que parecem melhor indicar a possibilidade das transmissões de pensamento. Muitos observadores julgam ter averiguado que os médiuns conhecem o pensamento daqueles que os interrogam e só fornecem as informações que eles aí podem ler.

A mesma observação se aplica às mesas girantes. Eis, nesse particular, uma opinião interessante, que faz parte do artigo acima referido:

“As respostas da mesa eram sempre muito exatas, quando

previamente conhecidas por alguma das pessoas que se sentavam à roda; essas respostas eram sempre confusas ou absurdas, quando à mesa se perguntavam coisas ignoradas por todos.”

“Todas as vezes que a escolha do diretor das experiências recaiu em mim, observei, em cada pergunta, que a resposta que a mesa ia dar, me vinha à mente antes da resposta da mesa; por outro lado, todas as vezes que eu não pressentia assim essa resposta de um modo preciso, a mesa não respondia ou fazia-o de uma maneira ininteligível.”

“Não notei nenhum caso em que a resposta obtida de modo sensato houvesse sido certamente ignorada por todos os experimentadores, sem exceção; só observei, ao contrário, casos de respostas sabidas, supostas, previstas, antes que fossem formuladas pela mesa por um dos experimentadores, as mais das vezes pelo diretor da experiência, por vezes também por outro que parecia desempenhar um papel insignificante.”

6. A desagregação das personalidades

Já me referi a esse fenômeno em outra parte desta obra, e nele insisto agora para atrair a atenção sobre a utilidade de novas experiências.

Segundo a minha hipótese, o “eu” se compõe de resíduos de personalidades ancestrais mais ou menos solidamente agregadas. Sob influências diversas, sonambulismo, transe dos médiuns, excitações

violentas dos períodos revolucionários, etc., esses elementos se desagregam, formando, em seguida, novas combinações, constituindo uma individualidade momentânea. Essa individualidade manifesta-se mediante ideias, uma linguagem e uma maneira de proceder diferentes do “sujeito” de que ela se deriva. Apliquei (lembro essa particularidade) a teoria à interpretação dos atos praticados por certos homens da Revolução, nos quais nada, no seu passado, fazia pressentir e que, finda a tormenta, eles próprios não compreenderam.

7. Dissociação experimental dos elementos racionais e afetivos das nossas opiniões e dos nossos julgamentos

Nos elementos que formaram os nossos conceitos, figuram influências inconscientes místicas ou afetivas. É possível, às vezes, dissociá-las pela simples observação.

Consegue-se dissociá-las experimentalmente?

Reconheci várias vezes que isso pode ser obtido; infelizmente, porém, os “sujeitos” que habitualmente se apresentam para essas experiências não oferecem mentalidade muito desenvolvida.

É pela utilização dos processos clássicos do hipnotismo ou mediante certas substâncias químicas, como expliquei em outro trabalho, que se dissociam os elementos conscientes e inconscientes das nossas

opiniões e da nossa conduta.

Vou, num exemplo muito simples, escolhido nos meus cadernos de experiências, mostrar como se opera essa desagregação e como a razão nos serve para justificar as nossas impulsões inconscientes.

Essa experiência, tipo de muitas outras, foi feita numa mulher da sociedade, muito distinta, que eu pouco conhecia. Tendo-a ligeiramente hipnotizado, sugeri-lhe marcar-me um encontro na praça Vendôme às cinco horas da manhã, em pleno inverno, e de juntar à sua carta um selo para a resposta.

Dominada por essas sugestões um pouco absurdas, mas não inteiramente, a mulher descobriu razões, aceitáveis em rigor, para justificar a carta que me escreveu sob uma influência inconsciente. Desejava, dizia-me na sua missiva, solicitar-me algumas informações e, dados os hábitos matinais que eu devia ter, ela me esperaria na praça Vendôme, à hora indicada. Supondo uma distração da minha parte e o possível esquecimento do seu endereço, enviava-me uma sobrecarta selada, já pronta para ser lançada à caixa postal.

A experiência está longe de ser tão pueril quanto parece à primeira vista. Achamos sempre explicações de uma ordem análoga, e muitas vezes mesmo inferior, para justificar, por meio da lógica racional, as impulsões ditadas pela lógica sentimental ou mística.

8. A força psíquica e a vontade radiante

Nem todos os ocultistas reconhecem a existência dos espíritos; todos admitem, porém, a realidade de uma força particular habitualmente designada por eles sob o nome de força psíquica.

“Creio poder dizer”, escreve o Dr. Maxwell, “a propósito das sessões de espiritismo, que uma força qualquer é desprendida pelos assistentes; ela parece ser elaborada pelo médium; este refaz as suas perdas à custa dos experimentadores; certas pessoas fornecem mais facilmente que outras, ao médium, a força de que ele precisa; enfim, certa comunhão de ideias, de vistas, de sentimentos entre os experimentadores favorece a emissão dessa força.”

Asseguram os espíritas que a força física pode ficar afastada do médium, formando a alguma distância dele uma espécie de invólucro sensível aos toques e aos beliscos. A esse fenômeno chamam exteriorização da sensibilidade. Os objetos, que tiverem tocado os “sujeitos” em semelhantes condições, acarretariam com eles essa sensibilidade, e se esses objetos, transportados à distância, forem picados, os médiuns sentiriam a mesma dor que se lhes alfinetasse o corpo. Essa operação lembra inteiramente o bruxedo da Idade Média.

Os espíritas nunca forneceram outras provas dessa suposta exteriorização, além das suas asserções. Ela parece ser o resultado de uma simples sugestão. Os próprios magnetizadores estabelecem, aliás,

a demonstração disso, quando explicam que essa exteriorização obtida pelos seus prolongados passes só é sensível aos beliscos e aos toques do magnetizador e não aos de qualquer outra pessoa. Seria o mesmo que, se um galvanômetro sensível à corrente elétrica desprendida por uma pilha, já não o fosse à corrente enviada por outra pilha.

Enquanto os espíritas não basearem em provas as suas afirmações, e disso eles pouco cuidam, não se poderão levar em conta observações que, reconhecidas como exatas, justificariam as práticas da mais antiga feitiçaria.

Não se deve, bem entendido, por isso, negar a existência de uma força psíquica. Conquanto às impressões não possam jamais substituir as provas e sejam destituídas de valor para que se estabeleça nelas uma convicção científica, confessarei de bom grado que, em todos os fenômenos espíritas, a hipótese menos inverossímil é precisamente a existência de uma força psíquica irradiada pelos seres vivos.

Essa opinião não me foi, aliás, absolutamente sugerida pelas experiências dos espíritas, mas unicamente pelos meus estudos sobre o ensino dos animais, assim como sobre a psicologia das multidões e dos seus agitadores. Certos indivíduos, principalmente os oradores célebres, parecem irradiar em torno qualquer coisa extremamente intensa. Não são os seus discursos que impressionam, porquanto as mais das vezes, ninguém os ouve. A sua força secreta é, entretanto, inegável. Gambetta conquista a opinião do Parlamento com alguns gestos. Se fosse permitido criar um nome para uma força de essência

desconhecida, eu a qualificaria de vontade irradiante.

Não me podendo estender sobre este assunto, limitar-me-ei a reproduzir, em apoio do que precede, o seguinte fragmento biográfico, relativo a um dos reis dos caminhos de ferro americanos, o sr. Harriman. Foi formulado, numa conferência, por um grande banqueiro dos Estados Unidos, o sr. O. Kahn.

“Por vezes, algumas pessoas perguntaram, depois de ter o sr. Harriman realizado certas coisas que pareciam pouco realizáveis, por que motivo os seus adversários lhe tinham cedido. Que razão os havia impellido? A que móveis obedeciam eles? Por que acabavam por fazer o que tinham declarado que jamais deveria ser feito ou que não tinham nenhuma razão para fazer?” Respondi: “Simplesmente porque o Sr. Harriman havia posto em ação o seu cérebro e a sua vontade para obrigá-los a fazer o que ele queria.”

Em todos os casos análogos, trata-se, seguramente, não de raciocínios aceitos, mas de atos impostos pelo mecanismo, ainda ignorado, da vontade irradiante, a que acabo de me referir.

As influências assim exercidas por um indivíduo no espírito de outros são incontestáveis. A hipótese começa, quando se tenta explicá-las por meio de uma força psíquica, cuja realidade nenhuma experiência provou claramente. Seria muito interessante pesquisá-la, o que, naturalmente, implica a necessidade de descobrir, antes de tudo, o reativo capaz de revelá-la.

Encerro aqui essa enumeração, que acabaria por acarretar-me fora dos limites desta obra. Já disse bastante, penso eu, para mostrar o papel que poderá desempenhar a experiência na formação de uma psicologia nova, destinada a substituir aquela de que vivemos ainda e que tão pouco elucidou os problemas fundamentais da gênese e da evolução das crenças.

Capítulo V — Como o Espírito se Fixa no Ciclo da Crença: Tem Limites a Credulidade?

1. O conhecimento e a crença entre os sábios

A fim de confirmar ainda as demonstrações contidas nesta obra, vou examinar, em breves termos, como, graças às impulsões das formas de lógica precedentes descritas, um espírito científico pode abandonar o ciclo do conhecimento e fixar-se no da crença.

Para compreender que sábios de primeira ordem, habituados às experiências científicas rigorosas, acabem por admitir certos fenômenos milagrosos, tais como as materializações, cumpre não

esquecer nunca que a lógica racional e a lógica mística subsistem muitas vezes no mesmo espírito, por mais positivo que ele possa ser. As esferas do racional, do místico e do afetivo, são, repito, independentes, e conforme a nossa passagem de uma para outra, as fontes de convicção se tornam diferentes.

Na esfera do racional, a incredulidade é a regra e a experiência ou a observação os únicos guias. No terreno da crença, governado pela lógica mística, as convicções se formam muito diversamente e a credulidade é infinita.

Mas como é levado um sábio cético a abandonar o ciclo do racional para penetrar no da crença?

De fato, é involuntariamente que ele aí penetra, e mesmo então não renuncia aos seus hábitos experimentais. Mas, como a sua convicção se forma inconscientemente antes que ele o perceba, as suas experiências são conduzidas de tal maneira que corrobora as suas novas convicções; e elas são, então, guiadas, não pela vontade, mas unicamente pela crença. Ora, sabemos que um fenômeno examinado através de uma crença é inteiramente transformado por ela. As narrações milagrosas que enchem a história de todas as religiões fornecem, nesse particular, indubitáveis provas.

2. Mecanismo mental da conversão do sábio

Suponhamos, para fixar as ideias, que um sábio muito cético adote a resolução de estudar experimentalmente os fenômenos que os ocultistas pretendem produzir.

Ele deverá, antes do mais, penetrar num círculo de adeptos, pois os fenômenos somente entre eles se produzem.

É conduzido, pois, ao meio de uma reunião de convencidos, na profunda escuridão. Depois de prolongada espera, ouve rumores, deslocamento de móveis; os seus vizinhos afirmam ter distinguido luzes, formas incertas, devidas à desmaterialização parcial do médium, etc.

Sendo forte, como suponho, o ceticismo do observador, ele se retira sem que estejam abaladas as suas convicções negativas.

Mas alguns pontos lhe causaram impressão. Parece-lhe ter, de fato, ouvido singulares ruídos; vizinhos, certamente honestos, viram luzes e aparições, mesas foram, aparentemente, deslocadas longe do médium. Nada disso é claro. Desejoso de achar a causa, seguramente natural, dos fenômenos observados, ele volta.

Volta e, sem que o suspeite, acha-se submetido às ações da atenção expectante, das sugestões coletivas e do contágio mental. Começam a surgir dúvidas no seu espírito. Já que grandes sábios admitiram esses

fenômenos, deve neles haver alguma coisa. Seguramente, uma pouca coisa, mas que merece ser elucidada.

E ele volta ainda. Volta várias vezes. As referidas ações mentais atuam de novo. O inconsciente do cético é cada vez mais sugestionado e seu espírito crítico se dissipa. Tendo entrado no ciclo da crença, aí se vai fixar.

A sua lógica racional, que não se confessa, embora já vencida, luta, entretanto, ainda. Para fixar as suas últimas dúvidas, ele organiza experiências. Familiarizado com os aparelhos registradores, com os delicados instrumentos de física, empreende pesquisas sábias e arma várias ciladas aos fantasmas.

Como os fantasmas são caprichosos, as experiências raramente ou incompletamente obtêm êxito, mas a convicção inconsciente do observador se acha já formada. As menores aparências do êxito bastam, as fraudes mais grosseiras não são percebidas por ele. Continua, pois, a experimentar até ao momento em que, supondo-se racionalmente convencido pela experiência, proclamará a sua convicção, mostrará a sua indignação contra os incrédulos e será um adepto da nova lei. A sua credulidade não terá mais limites. Nada mais a abalará. O antigo cético está definitivamente fixado no ciclo da crença.

É por essas fases diversas, começando por uma incredulidade total para chegar a uma credulidade completa, que têm passado muitos sábios modernos, tais como o célebre Lombroso. Muito cético no começo das

suas investigações, adquiriu, finalmente, uma fé ingênua, de que fornece triste testemunho o seu último livro.

Mostramos, por fatos muito concretos, o mecanismo da conversão e provamos que a ciência mais adiantada não podia subtrair o homem às ilusões da crença. Se se houvesse tratado de aplicar os nossos raciocínios às conversões religiosas que enchem a história, as explicações teriam sido muito mais fáceis. Nós nos teríamos achado em presença de almas simples, totalmente desprovidas de espírito crítico, pouco capazes de raciocinar e inteiramente inaptas à observação e à experiência. Em tais espíritos, os fatores das convicções principalmente o prestígio e o contágio, atuam sem que nenhuma ação inibidora lhes possa ser oposta. Converter sábios eminentes aos milagres da feitiçaria moderna parecia mais difícil do que submeter pastores árabes à fé de Maomé.

Mais difícil, porém não muito, talvez, pois, se o pastor e o sábio diferem imensamente no ponto de vista intelectual, frequentemente se aproximam pelos seus elementos afetivos e místicos. As crenças religiosas, políticas e sociais de um sábio reputado não são, algumas vezes, muito superiores às do mais humilde pastor.

3. Os limites da credulidade

Deste capítulo e dos precedentes procede, claramente, a noção de que no ciclo da crença a credulidade é ilimitada e o espírito cultivado tão

receptivo quanto o do perfeito ignorante. O sábio que põe em dúvida o valor de uma decimal, que não foi muitas vezes verificada, admitirá sem dificuldade que um guerreiro armado de capacete possa sair do corpo de um médium e passear numa sala, dando o pulso aos assistentes para que o examinem e fique provado que ele é mais do que um vão fantasma, um vapor impalpável.

No declive da credulidade, ninguém se detém. Um número de uma grande revista espírita dirigida por um célebre professor da Faculdade de Medicina de Paris, oferecia recentemente aos seus leitores: 1o., a história do duplo de um médium que dava corda às pêndulas à distância; 2o., desenhos de espíritos desencarnados; 3o., uma dissertação sobre fadas que ainda habitam as florestas; 4o., a história de quatro fantasmas que cantavam em alta voz a Marselhesa ao luar, etc.

Em matéria de credulidade, o sábio não se mostra portanto, repito, superior ao ignorante. Essa observação, posta em evidência pelo estudo dos fenômenos espíritos, é muito importante. A credulidade ilimitada constitui um estado mental de que ninguém está livre, e que nos ataca logo que, saindo do ciclo do conhecimento, penetramos no da crença.

A ciência, é certo, sabe poucas coisas e elucida apenas um pequeno número de entre os mistérios que nos circundam. Está, pelo menos, certa de que os fenômenos obedecem a leis fixas, que não são regidas pelo capricho. Não exagera quando afirma que um feiticeiro não foi ao sabbat, através do espaço montado num cabo de vassoura, e que um

ocultista, antigo ou moderno, nunca viu fabricar instantaneamente um ente vivo.

A humanidade só saiu da barbárie mental primitiva quando se evadiu do caos das suas velhas lendas e não temeu mais o poder dos taumaturgos, dos oráculos e dos feiticeiros. Os ocultistas de todos os séculos não descobriram nenhuma verdade ignorada, ao passo que os métodos científicos fizeram surgir do nada um mundo de maravilhas. Abandonemos às imaginações mórbidas esse povo de larvas, de espíritos, de fantasmas, filhos da noite, e que uma luz suficiente dissipará para sempre.

Estas conclusões não são contestáveis. Deixam, contudo, de lado, uma face importante do problema. Já que os homens de todos os tempos, desde o mais sábio até ao mais ignorante, têm nutrido as mesmas crenças, é preciso admitir que elas correspondem, como tentei mostrar, as indestrutíveis necessidades do espírito e são, por conseguinte, necessárias.

A ciência se nega a discutir o que ela denomina o incognoscível, e é precisamente nesse incognoscível que a alma humana coloca o seu ideal e as suas esperanças. Com uma paciência que seculares insucessos não puderam fatigar, ela encontra, incessantemente, um obstáculo no mundo sempre inviolado do mistério, a fim de descobrir aí a origem das coisas e o segredo do seu destino. Não tendo aí podido penetrar, acabou por povoá-lo dos seus sonhos.

Não proclamemos demasiado a vaidade de tantos esforços; as crenças

que daí provieram, consolaram muitas gerações de homens e lhes iluminaram a vida. A ciência, outrora um pouco intolerante, cada vez mais respeita hoje as concepções alheias ao seu império. Ciência e crença, razão e sentimento pertencem a domínios que não se podem entender, porquanto neles não se fala a mesma língua.

Ignoro se o sábio que tratar deste assunto dentro de mil anos se verá perante os mesmos problemas que hoje e poderá dizer com precisão alguma coisa sobre a razão primeira dos fenômenos. Ele mostrará, sem dúvida, novos deuses e crenças novas, que dominarão o pensamento humano, o qual não os pode dispensar. As crenças quiméricas permanecerão sempre geradoras das longas esperanças. Elas originaram os deuses através das idades e, nos nossos dias, o ocultismo, último ramo da fé religiosa, que nunca morre.

Conclusões

Um dos problemas fundamentais indicados no começo desta obra era pesquisar como certas crenças, que nenhum argumento racional poderia defender, foram admitidas sem dificuldade pelos espíritos mais esclarecidos de todos os tempos.

Enquanto a psicologia considerou a crença como voluntária e racional, o estudo de tal problema não podia ser tratado.

Dissociar os elementos geradores da crença, provar que ela é inconsciente e formada sob a influência de elementos místicos e afetivos, independentes da razão e da vontade, seria apresentar, em largos traços, a solução procurada.

Mas essa explicação ficava incompleta. Se a razão não origina a crença, ela pode, ao menos, discuti-la e descobrir os seus aspectos errôneos. Por que, entretanto, consegue uma crença impor-se, a despeito das mais claras demonstrações.

Nós o explicamos, quando provamos o papel fundamental exercido no inconsciente por certos fatores: prestígio, afirmação, repetição, sugestão e contágio independentes da razão, eles atuam facilmente contra ela e a impedem de reconhecer a própria evidencia.

O poder dessas influências na gênese das crenças foi provado pelos efeitos da ação exercida nos homens mais cultos. Vimos que hábeis físicos estudaram experimentalmente irradiações criadas unicamente pela sugestão no seu espírito e sábios acadêmicos votaram um prêmio considerável em favor de uma descoberta subitamente dissipada no dia em que os observadores, libertados da sugestão, cessaram logo de vislumbrar o fantasma provocado por essa sugestão. Outros exemplos mostraram como eram numerosos os fatos da mesma espécie.

A única diferença real entre uma crença científica, imposta pelos fatores descritos, e as crenças religiosas, políticas ou espíritas, impostas pelo mesmo mecanismo, é que em matéria científica o erro se elimina rapidamente, o conhecimento substituindo, então, a crença.

Para as certezas baseadas em elementos afetivos ou místicos, e em que é impossível qualquer verificação imediata, a observação, a razão, a própria experiência permanecem, ao contrário, quase inteiramente destituídas de influência.

Pudemos justificar, pelo exemplo de certas crenças espíritas, que em matéria de fé a credulidade tanto do sábio quanto do ignorante não conhecia limites. E isso nos torna tolerantes para com todas as superstições que a história registra.

Demonstrando, mediante fatos precisos, como espíritos eminentes abraçam crenças de um nível racional análogo ao das mais fabulosas ficções mitológicas, consegui, espero, pôr em evidência um mecanismo mental que as pesquisas da psicologia tinham deixado inexplicado até agora.

Chegamos assim a esta lei filosófica importante: longe de apresentarem uma origem intelectual comum, as nossas concepções têm origens mentais muito distintas e são reguladas por mui diferentes formas de lógicas. Da predominância de cada uma delas e dos seus conflitos nasceram os grandes acontecimentos da história.

Enquanto a ciência não revela as imutáveis verdades, ocultas talvez sob as aparências das coisas, cumpre que nos contentemos com as certezas acessíveis ao nosso espírito.

No estado atual dos nossos conhecimentos três ordens de verdades nos guiam: as verdade afetivas, as verdades místicas, as verdades

racionais. Procedentes de lógicas diversas, elas não têm uma medida comum.

Notas

1. Entre os numerosos exemplos que a história fornece, um dos mais típicos é o do ilustre chanceler Bacon. Nenhum homem do seu tempo possuiu uma inteligência mais elevada, mas muito poucos revelaram uma alma tão baixa. Começou, na esperança de obter um emprego da rainha Isabel, por trair o seu único benfeitor, o conde d'ssex, que foi decapitado. Teve de esperar, contudo, o reino de Thiago I, para conseguir, recomendado pelo duque de Buckingham, que ele igualmente logo traiu o lugar de "solicitor" geral, depois o de chanceler. Revelou-se nesse ponto cortesão humilde e ladrão impudente. As suas concussões foram de tal ordem que se tornou preciso processá-lo. Em vão tentou enternecer os seus juizes por uma humílima confissão escrita, na qual confessava as suas faltas e "renunciava a defender-se". Foi condenado à perda de todos os postos que ocupava e à prisão perpétua.
2. A ação de certas substâncias tóxicas no organismo pode ter também como resultado desagregar a personalidade. Publiquei, outrora, num jornal de medicina, um curioso exemplo disso, que foi utilizado na América por um romancista.
3. Publicada pela Sociedade de que é fundador o conde Okuma, ministro dos Negócios Estrangeiros, para a tradução das mais célebres obras clássicas impressas na Europa.
4. A adaptação constante a elementos sempre variáveis, a precisão dos métodos empregados pelos órgãos que atuam sob a influência da lógica biológica são nitidamente acentuadas no quadro seguinte do Dr. S. Artult, que resumo um pouco, da luta do organismo contra os micróbios. "Dois exércitos se acham em presença: um, no seu recinto fortificado (o organismo), o outro, que vem investi-lo (bactérias, etc.) Desde que as primeiras obras de defesa são tomadas e o inimigo penetrou por alguma brecha na praça, o general em chefe (centro simpático) começa por fazer

às suas tropas uma distribuição de estimulantes (opsoninas). Despertado assim o seu apetite, as tropas (leucócitos) avançam para o ponto atacado; é então o combate corpo a corpo, a destruição dos invasores, cujos cadáveres são devorados (fagocitose). O general organiza então a defesa territorial, dispersando seus veteranos aguerridos e advertidos que aniquilam toda a tentativa nova desse inimigo conhecido (imunização). Mas, por vezes, a luta se prolonga; as tropas locais, mais ou menos fatigadas, recuam ou se instalam no mesmo ponto. O exército de ataque, que permanecerá também nas suas posições, envia-lhes, então, nuvens de obuses asfixiantes (toxinas, antígenos). As mais das vezes, sob esse ataque insidioso, os tecidos respondem por uma descarga de produtos, que aniquilam ou neutralizam os primeiros (antitoxinas, anticorpo).”

5. O chanceler do Império da Alemanha exprimiu muito bem essa verdade num discurso proferido em março de 1911 no Reichstag, e de que damos um resumo: “A questão do desarmamento é, para todo o observador sério, insolúvel enquanto os homens forem homens e os Estados forem Estados. Por mais que façam, os fracos serão sempre a presa dos fortes. O povo que não quer despendar com o seu armamento, decai, e um povo mais forte toma o seu lugar”. Como muito bem disse o mesmo estadista, “as disposições de que podem hoje surgir a guerra têm as suas raízes em sentimentos populares, que se deixam facilmente influenciar”.
6. Num artigo de 29 de janeiro de 1911, o jornal Le Temps se exprimia do modo seguinte: “Nas obras tão profundas que consagrou ao estudo da psicologia política e social, o Dr. Gustavo Le Bon assinalou, com rara sagacidade, a influência exercida nas multidões e nas assembleias parlamentares ou outras, pela magia dos vocábulos. A Câmara acaba, ainda uma vez, de dar uma prova disso. Ela se acha, desde alguns dias, sob o encanto de um soberbo projeto de ‘descentralização’. Foi a propósito da organização das aposentadorias de operários e camponeses que ressoou, na tribuna, a grande fórmula evocadora das ideias de simplificação administrativa.”
7. “Eis”, escreve o Petit Temps de 26 de março de 1911, “a que medidas draconianas o governo teve de recorrer: a parede e mesmo a excitação à parede sob qualquer forma que seja; foram declarados, não mais delitos, porém crimes passíveis de uma multa de 2.500 francos e, ainda mais, de trabalhos forçados por um ano. A polícia recebeu o direito de penetrar por toda a parte em que suspeitasse a existência de conciliábulos a favor de

uma parede criminal; ela se pode apoderar de todos os documentos que pareciam relacionar-se com isso, meio fácil de desorganizar as caixas de paredes, apoderando-se das contas dos seus tesoureiros. Chegou-se até à ameaça de processar quem se arriscasse a subscrever um socorro em favor das famílias dos paredistas em poucos dias, os agitadores foram dominados, sendo presos os mais violentos dentre eles.”

8. Extraído do relatório publicado pelo Temps de 26 de fevereiro de 1911.
9. A repartição dos Negócios Estrangeiros da Alemanha tem um crédito anual de 1.300.000 francos destinados à ação dos grandes jornais europeus.
10. O seu estado de espírito, derivado de novas crenças, está muito bem indicado pelo fragmento seguinte de uma carta do soldado Joliclerc, publicada pelo Temps de 26 de outubro de 1910: “Vamos devastar o departamento dos Dois-Sèvres e da Vendéa. Vamos aí levar o ferro e a chama; numa mão a espingarda; na outra, a tocha. Homens e mulheres, tudo passará a fio de espada... Já queimamos cerca de sete léguas da região. Há soldados que já tem feito fortuna.”
11. Esse prêmio devia, primeiramente, ser conferido exclusivamente pelos raios N, mas, no último momento, por um excesso de prudência, que se afigurou excessivo a alguns membros da comissão, no relatório se declarou que o prêmio de 50.000 francos seria atribuído ao sr. Becquerel pelo conjunto dos seus trabalhos, sem especificação.
12. Anais das ciências psíquicas, agosto de 1907.
13. Anais das ciências psíquicas, abril e maio de 1907.
14. Numa entrevista, o sr. D’Arsonval reconheceu, finalmente, quanto teria sido útil a presença dos prestidigitadores; “mas”, disse ele, “nós nos dirigimos em vão a vários dentre eles; não quiseram absolutamente responder ao nosso convite”. Posso afirmar ao eminente físico que a sua memória lhe foi infiel. A precedente declaração do sr. Binet, eu poderia juntar a de muitos prestidigitadores. Eis, aliás, um trecho da carta que recebi de um deles, o sr. Raynaly, vice-presidente da Câmara Sindical da Prestidigitação: “Permiti que vos explique: o sr. D’Arsonval comete um erro quando diz que os prestidigitadores não querem assistir às sessões de espiritismo, ao passo que não temos desejo mais ardente. São os espíritas que não querem a nossa presença. Isso parece bastante significativo”.
15. “Verifiquei em Londres, de modo a não ter a menor espécie de dúvida”,

escreveu o sr. Jules Bois, “os estratagemas pueris e grosseiros da famosa Florence Cook, que tão magnificamente iludiu William”. Crook. (Journal de l’Université des Annales, 5 de setembro de 1909).

autor: Gustave Le Bon

fonte: As Opiniões e as Crenças